

# Caderno de Resumos

## V Seminário **Pretas Acadêmicas**

Pesquisadoras negras na academia.  
Mulheres negras pelo bem viver.

### **Organização:**

Silvia Maria Amorim Lima

Edicleia Furlanetto

Flávia R. Lima da Rocha

Jussara Marques de Medeiros

Sara da Silva Pereira

Giovanne da Costa Silva

Curitiba /PR  
11 e 12 de Julho de 2025



# Caderno de Resumos

## V Seminário **Pretas Acadêmicas**

Pesquisadoras negras na academia.  
Mulheres negras pelo bem viver.

### **Organização:**

Silvia Maria Amorim Lima

Edicleia Furlanetto

Flávia R. Lima da Rocha

Jussara Marques de Medeiros

Sara da Silva Pereira

Giovanne da Costa Silva

Curitiba /PR  
11 e 12 de Julho de 2025



### **COORDENADORAS**

Silvia Maria Amorim Lima  
Edicleia Furlanetto

### **ORGANIZAÇÃO**

Silvia Maria Amorim Lima (UFPR)  
Edicleia Furlanetto (UFPR)  
Flávia Rodrigues Lima da Rocha (Ufac)  
Jussara Marques de Medeiros (UTFPR)  
Sara da Silva Pereira (UFPR)  
Giovanna da Costa Silva (UFPR)

### **AVALIADORAS**

Aline Di Giuseppe  
Ana Carolina Dartora  
Ana Carolina Mendes Cerqueira  
Nobrega  
Ana Lucia da Silva  
Ana Luísa Pereira  
Andressa Queiroz da Silva  
Beatriz Domingos da Silva  
Caroline Glodes Blum  
Débora Maria Proença  
Elaine Regina Chagas Santos  
Elisa Hipólito do Espírito Santo  
Emelyn Glorys Herasme Henríquez  
Flávia Carolina da Silva  
Flávia Rodrigues Lima da Rocha  
Greg Malaquias  
Ivalnice Santos Oliveira  
Ivone da Costa Rosa  
Janine Soares da Rosa  
Judit Gomes da Silva  
Juliana dos Santos Barbosa  
Jussara Marques de Medeiros  
Lariane Casagrande  
Lígia Marcelino Krelling  
Mariana Silva Souza  
Marília Amorim

Marlina Oliveira  
Maysa Ferreira da Silva  
Patrícia Silveira da Silva  
Regina Celia de Castro Gomes  
Renata de Paula dos Santos  
Rosângela Maria Baiardi de Deus  
Samara da Rosa Costa  
Sara da Silva Pereira  
Silvia Maria Amorim Lima  
Sofia Castro Teixeira  
Stefany de Lucas  
Taynara Aparecida Ferreira da Silva  
Valéria Pereira da Silva

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Edicleia Furlanetto (UFPR)  
Flávia Rodrigues Lima da Rocha (Ufac)  
Jussara Marques de Medeiros (UTFPR)  
Sara da Silva Pereira (UFPR)  
Silvia Maria Amorim Lima (UFPR)

### **SECRETÁRIO**

Giovanna da Costa Silva

### **REVISÃO**

Giovanna da Costa Silva

### **APOIO**

Deputada Federal Carol Dartora  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
Universidade Tecnológica Federal do  
Paraná (UTFPR)  
Universidade Federal do Acre (Ufac)

### **INSTITUIÇÕES**

Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
Universidade Tecnológica Federal do  
Paraná (UTFPR)  
Universidade Federal do Acre (Ufac)



## **Caderno de Resumos do V Seminário Pretas Acadêmicas: Pesquisadoras Negras na Academia - Mulheres Negras pelo Bem Viver**

Silvia Maria Amorim Lima, Edicleia Furlanetto, Flávia R. Lima da Rocha, Jussara Marques de Medeiros, Sara da Silva Pereira, Giovanne da Costa Silva (org.)

ISBN 978-85-8236-177-1 • *Feito Depósito Legal*

Copyright©Edufac 2026

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // [edufac@ufac.br](mailto:edufac@ufac.br)



### **Diretora da Edufac**

Aleta Tereza Dreves

### **Coordenadora Geral da Edufac**

Ângela Maria Poças

### **Conselho Editorial (Consedufac)**

Alanderson Alves Ramalho, Alcides Loureiro Santos, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Cláudio Luiz da Silva Oliveira, Daniel Queiroz de Sant'Ana, Ewerton Ortiz Machado, Aleta Tereza Dreves (presidente), Giselle Xavier d'Ávila Lucena, José Mauro Souza Uchôa, Karlla Barbosa Godoy, Leonardo Lani de Abreu, Manoel Coracy Saboia Dias, Pierre André Garcia Pires, Rosane Garcia Silva, Vagne de Melo Oliveira

### **Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração**

Ormifran Pessoa Cavalcante

### **Projeto Gráfico**

Maycon David de Souza Pereira

### **Arte da Capa**

Lincon Martins

*A revisão textual e das normas técnicas é de responsabilidade dos autores.*

Universidade Federal do Acre

Biblioteca Central

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

C122c Caderno de resumos do V Seminários Pretas Acadêmicas: pesquisadoras negras na Academia – Mulheres negras pelo bem viver [recurso digital] / organizadores Silvia Maria Amorim Lima, Edicleia Furlanetto, Flávia R. Lima da Rocha, Jussara Marques de Medeiros, Sara da Silva Pereira, Giovanne da Costa Silva. – Rio Branco: Edufac, 2026.  
353 p. [1,9 KB]

ISBN: 978-85-8236-177-1  
Vários autores.

1. Negras. 2. Produção do conhecimento. 3. Relações de gênero. I. Lima, Silvia Maria Amorim (org.). II. Furlanetto, Edicleia (org.). III. Rocha, Flávia R. Lima da (org.). IV. Medeiros, Jussara Marques de (org.). V. Pereira, Sara da Silva (org.). VI. Silva, Giovanne da Costa (org.). VII. Título.

CDD: 305.48

## SINOPSE

### ***Caderno de Resumos do V Seminário Pretas Acadêmicas: Pesquisadoras Negras na Academia - Mulheres Negras pelo Bem Viver***

*Silvia Maria Amorim Lima, Edicleia Furlanetto, Flávia R. Lima da Rocha, Jussara Marques de Medeiros, Sara da Silva Pereira, Giovanne da Costa Silva (org.)*

Este caderno reúne os resumos aprovados e apresentados durante o seminário realizado em Curitiba, em julho de 2025, nos dias 11 e 12, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). As produções compiladas aqui são a prova viva de que mulheres negras pesquisam, tensionam e realizam lindas pesquisas na academia. Cada resumo funciona como uma fagulha de mandinga acadêmica que desestabiliza o cânone e fertiliza o solo da universidade com novos referenciais, enpretecendo as pesquisas. A organização deste volume reflete as Sessões Temáticas que estruturaram o evento. Você encontrará discussões sobre Letramento Racial Crítico, o ato de tecer e educar, poéticas negro-brasileiras, migração, gênero e raça. Também estão presentes debates fundamentais sobre o enfrentamento à branquitude, políticas afirmativas como mecanismos de justiça social, além da riqueza dos sambas, carnavais, da moda e dos feminismos negros. São dezoito Sessões Temáticas que abrigam mais de uma centena de resumos, costurando uma colcha de retalhos onde cada ponto é um gesto de inquietação e resistência (adaptada com trechos da Apresentação).

## APRESENTAÇÃO

Aquelas que vieram antes de nós plantaram axé nos cascos dos navios, nos terreiros de acolhida. É no rastro dessas ancestrais que chegamos à quinta edição deste seminário. São cinco anos tecendo um quilombo de saberes onde corpos negros femininos se encontram, se leem, se citam e se fortalecem. Este caderno que você tem em mãos agora é a materialização de uma escrevivência coletiva, funcionando como um território de insurgência intelectual que desafia a lógica do esquecimento e do apagamento.

Nossa caminhada começou em 2019, enraizada na agenda política do Julho das Pretas Paraná, como uma resposta necessária para criar espaços de socialização da produção científica de mulheres negras. Em 2020, mesmo diante das incertezas da pandemia, nos recusamos a parar e realizamos a segunda edição de forma remota, esticando os fios da conexão para manter acesa o debate. Agora, nesta quinta edição, celebramos o reencontro em formato híbrido, unindo o presencial e o online para alargar ainda mais os caminhos para que pesquisadoras pretas do Paraná e de tantos outros estados possam se aquilombar.

Este caderno reúne os resumos aprovados e apresentados durante o seminário realizado em Curitiba, em julho de 2025, nos dias 11 e 12, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). As produções compiladas aqui são a prova viva de que mulheres negras pesquisam e tensionam e realizam lindas pesquisas na academia. Cada resumo funciona como uma fagulha de mandinga acadêmica que desestabiliza o cânone e fertiliza o solo da universidade com novos referenciais, enpretecendo as pesquisas.

A organização deste volume reflete as Sessões Temáticas que estruturaram o evento. Você encontrará discussões sobre Letramento Racial Crítico, o ato de tecer e educar, poéticas negro-brasileiras, migração, gênero e raça. Também estão presentes debates fundamentais sobre o enfrentamento à branquitude, políticas afirmativas como mecanismos de justiça social, além da riqueza dos sambas, carnavais, da moda e dos feminismos negros. São dezoito Sessões Temáticas que abrigam mais de uma centena de resumos, costurando uma colcha de retalhos onde cada ponto é um gesto de inquietação e resistência.

Nenhum quilombo se ergue sozinho e esta edição é fruto do trabalho de uma equipe comprometida, uma comissão organizadora que honra a tradição intelectual negra. Minha reverência a Coordenadora Geral do evento, Dra. Silvia Maria Amorim Lima, cuja visão e determinação seguem pavimentando os caminhos deste seminário, a Maria Antonia Nunes Oliveira sempre prestativa e atenciosa as demandas das mídias, Edicleia Furlanetto na vice-coordenação do evento, a Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha, que desde o Acre estende pontes para fortalecer a luta antirracista. Celebramos também a Dra. Jussara Marques de Medeiros, com todo apoio e suporte junto à UTFPR, a Dra. Sara da Silva Pereira, guardiã da literatura infantil negra, a Me. Giovanne da Costa Silva, que traz a força da nova geração de intelectuais em todo o suporte e organização do evento. Cada uma de vocês é um pilar deste terreiro de ideias.

Não podemos deixar de agradecer a cada preta acadêmica que submeteu seu resumo e ousou transformar dor em pergunta e ancestralidade em referencial teórico. Vocês são o coração pulsante deste seminário. A coragem de expor suas escrevivências neste caderno é um ato político que fura a bolha do epistemicídio e rasga o véu da invisibilidade.

Este caderno de resumos não é um registro burocrático, mas sim um banquete afrodiaspórico onde cada texto oferece um novo sabor. Ao folheá-lo, permita-se ser atravessada pelas vozes de mulheres que fazem da ciência um território de pertencimento e uma trincheira de luta. Escrevemos para borrar e desfazer imagens do passado, como nos ensinou Conceição Evaristo. Leia com o corpo e com o coração, mantendo o compromisso de quem sabe que outras epistemologias já estão em movimento.

Axé e boa leitura!

A Coordenação do V Pretas Acadêmicas.

## SUMÁRIO

### SESSÃO TEMÁTICA

#### **LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO PARA COMPREENDER O SISTEMA DE PRIVILÉGIOS E AS INTERFACES COM A INTERSECCIONALIDADE ..... 19**

LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO: PILAR PARA COMPREENDER O SISTEMA DE PRIVILÉGIOS E AS INTERFACES DA INTERSECCIONALIDADE” ..... 20

Elaine Regina Chagas Santos

ESCREVIVÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO RACIAL: DAS “MÃES PRETAS” ÀS GONZALEZ ‘S ..... 24

Fernanda Alves de Lima

Marleide Rodrigues da Silva Perrude

CAMINHOS AMEFRICANOS: TRAVESSIA RUMO À AUTOESTIMA INTELLECTUAL NEGRA ..... 27

Hiully Thainá Andrade Oliveira

INTERSECCIONALIDADE: VIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS PROFESSORAS DE MATEMÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA ..... 30

Jéssica Gomes Furtado

Dayana Brunetto

POBRETUDE: O PACTO DOS “NEM-NEM” SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO ..... 33

Márcia Eliane Nunes Gomes

### SESSÃO TEMÁTICA

#### **TECER, REEXISTIR E EDUCAR: PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA GESTÃO E NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ..... 36**

DA MINHA PARA A SUA JANELA: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL ..... 38

Ana Paula Vieira da Silva

Dafne Fernandes Campos

A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ..... 41

Ana Paula Vieira da Silva

Laira Laiza Maciel Carneiro

NARRATIVAS DE MENINAS NEGRAS NA SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS ÉTNICO-RACIAIS ..... 44

Bárbara Ananias Pereira

Bruna Moraes Battistelli

FORMAÇÃO CONTINUADA, HISTÓRIAS E ESPAÇOS DE LEITURA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA .....	47
Bruna de Oliveira Andronic Solange Aparecida Rosa Wivian Graciela Meneguetti de Souza	
MUSICALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) .....	50
Camila Ferreira Castelar Solange Aparecida Rosa	
PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESCUTAS E EXPERIÊNCIAS COM CRIANÇAS DE TRÊS ANOS .....	53
Henriqueta Barbosa Flávia Carolina da Silva	
POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO CANTO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	56
Marli de Fátima dos Santos de Quadros	
REPRESENTATIVIDADE NEGRA EM SALA DE AULA: O TRABALHO COM A ESCRITORA NARÁ SOUZA OLIVEIRA .....	58
Patrícia de Quadros Martins	
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: VIVÊNCIAS A PARTIR DA GESTÃO .....	61
Sara da Silva Pereira	
FORMAÇÃO DOCENTE, BRINCADEIRA E CULTURA INDÍGENA: FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA .....	64
Solange Aparecida Rosa	
DESCOLONIZANDO O CURRÍCULO: O LÚDICO COMO FERRAMENTA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA .....	66
Talita da Costa Ribeiro Melo Flavia Carolina da Silva	
<b>SESSÃO TEMÁTICA</b>	
<b>POÉTICAS NEGRO-BRASILEIRAS EM DEBATE: TEXTOS, ORALIDADES, MÍDIAS E VISUALIDADES .....</b>	<b>69</b>
ESCREVIVÊNCIAS NEGRAS IMPACTOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA TRAJETÓRIA DE UMA PROFESSORA NEGRA .....	71
Bruna Moraes Battistelli Genecir dos Santos Barreto Josviak	

POESIA SLAM NO ENSINO DE ESPANHOL: VOZES NEGRAS, IDENTIDADE E EMPODERAMENTO FEMININO .....	74
Cintia Leticia Bueno	
PROCESSOS DE FICCIONALIZAÇÃO DE LINHAGEM MATERNA NO ROMANCE MATA DOCE .....	76
Hildália Fernnades Cunha Cordeiro	
A RUA É NÓIS: REGISTROS DA CULTURA NEGRA EM CURITIBA E REGIÃO .....	78
Hiully Thainá Andrade Oliveira	
IMAGENS QUE ME ATRAVESSAM, POÉTICAS VISUAIS E DIÁLOGOS CARTOGRÁFICOS SOBRE MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE .....	80
Larissa de Souza Fagundes Leonardi	
ÁGUAS QUE CONTAM: MEMÓRIAS ANCESTRAIS NAS VOZES DE MULHERES NEGRAS .....	83
Luiza Santana de Aguiar Amanda Crispim Ferreira	
TECENDO SABERES COM MULHERES QUE INSPIRAM .....	88
Natalia Micheli Villa Marleide Rodrigues da Silva Perrude	
LITERATURA NEGRA E VESTIBULAR: O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ .....	91
Taynara Cristina de Souza Silva	
QUEM VALIDA E QUEM CONTROLA O CONHECIMENTO? A VOZ SILENCIADA DE CAROLINA MARIA DE JESUS .....	93
Verônica de Souza Santos Flôr	
<b>SESSÃO TEMÁTICA</b>	
<b>MIGRAÇÃO, GÊNERO E RAÇA .....</b>	<b>95</b>
MIGRAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS HUMANOS: A URGÊNCIA DE POLÍTICAS TRANSVERSAIS .....	97
Ana Carolina Dartora	
ENTRE A AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO: IMPASSE POLÍTICO DAS ORGANIZAÇÕES FEMININAS EM ANGOLA .....	99
Doneta Francisco António	
ENTRE RAÇA, NACIONALIDADE E VIOLÊNCIA: NOTAS SOBRE A IMIGRAÇÃO AFRICANA NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DE NOVAS FERRAMENTAS ANALÍTICAS E POLÍTICAS .....	102
Elisa Hipólito do Espírito Santo	

TRAVESSIAS DE MULHERES MIGRANTES: DESLOCAMENTOS SIMBÓLICOS NO PROJETO  
'TRAVESSIAS' DA UTFPR ..... 105

Franciele Cristina Gabriel

Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque

EXPERIÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA BRASILEIRA NO DOUTORADO SANDUÍCHE EM  
CABO VERDE ..... 108

Kelvy Kadge Oliveira Nogueira

DESLOCAMENTOS EPISTEMOLOGOS: ANÁLISE INTERSECCIONAL DA MIGRAÇÃO SUL-SUL  
DE MULHERES AFRICANAS NO BRASIL ..... 111

Natália Ernesto Cá

Bininba Djata

### **SESSÃO TEMÁTICA**

**LITERATURA PARA AS INFÂNCIAS E PROTAGONISMO NEGRO: CRITÉRIOS  
DE SELEÇÃO E MEDIAÇÃO EM ESPAÇOS EDUCATIVOS ..... 114**

LITERATURA E CANTIGAS AFRO-BRASILEIRAS NA AFIRMAÇÃO POSITIVA DE IDENTIDADE NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL ..... 116

Ariane Cristina Ferreira de Souza

LITERATURA DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: O QUE AS  
CRIANÇAS PENSAM A RESPEITO DAS ILUSTRAÇÕES? ..... 118

Gabriela Aparecida da Silva

TODA CAMINHADA COMEÇA NO PRIMEIRO PASSO: A LITERATURA INFANTIL E EDUCAÇÃO  
ÉTNICO-RACIAL ..... 121

Isanês da Silva Cajé Torres

COMPARTILHANDO LITERATURA DE AUTORIA NEGRA: LETRAMENTO RACIAL, NA ONG VÓ  
DURVINA ..... 125

Juliana de Andrade Silva

Thania Rafaelle Ferreira de Souza

### **SESSÃO TEMÁTICA**

**ROSTO E RASTROS: ESCRITAS DE VIDAS NEGRAS EM REBELIÃO ..... 128**

ENTRE A ESCRITA E O ARQUIVO: A ESCRIVIVÊNCIA COMO INSURGÊNCIA HISTÓRICA  
..... 130

Bruna Gonçalves Ferreira

“E SE EU FOSSE PESSOA”: DEBATES EM TORNO DE UMA HISTÓRIA INTELECTUAL AFRODIASPÓRICA ..... 132  
Eduarda Gonçalves de Almeida Santos

PRINCE E A SUBVERSÃO DA MASCULINIDADE NEGRA PATRIARCAL ATRAVÉS DA MÚSICA NEGRA ..... 135  
Maria Fernanda Moreira Vitalino

SÁTIRA, IDENTIDADE E SUBVERSÃO NA POESIA DE LUIZ GAMA ..... 138  
Fernanda Silva Lima Pinheiro

TRAJETÓRIAS LABORAIS DE MULHERES NEGRAS EM UMA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL SOB A ÓTICA INTERSECCIONAL ..... 141  
Lourrayne Dias Pereira  
Georgiana Luna Batinga

LÉLIA GONZALEZ E ABDIAS DO NASCIMENTO CONTRA O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL ..... 144  
Taynara Aparecida Ferreira da Silva

## **SESSÃO TEMÁTICA**

**POSSIBILIDADES DE IGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO ..... 146**

“MINHA ALMA É LIVRE, O BERIMBAU ME LIBERTOU”: A CAPOEIRA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003 ..... 148  
Adriane Ribeiro

OLHARES PEDAGÓGICOS AO PROJETO DE EXTENSÃO: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS: “FORMANDO GESTORES E CONECTANDO REDES” ..... 150  
Aline Cristina Bandeira de Oliveira  
Gabriela Paula dos Santos  
Gabriela Yasmim de Paula Gomes Bressan Negrão

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS SETORES EDUCATIVOS DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE CURITIBA ..... 153  
Amanda P. do Prado Simão Reis

UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM A LITERATURA DE TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA PARA AS INFÂNCIAS ..... 156  
Ana Ingridy Silva Rodrigues  
Sara da Silva Pereira

LEI 10.639/2003 E O PLANO DE CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ESTADO DO ACRE ..... 159  
Andressa Queiroz da Silva

RAÍZES ANCESTRAIS: UM PROJETO DE VALORIZAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS ..... 161  
Beatriz Cordeiro Claro

O CURRÍCULO DE HISTÓRIA COMO POSSIBILIDADE DE UMA ATUAÇÃO/EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ..... 164  
Beatriz Domingos da Silva

“EU SOU A CONTINUAÇÃO DE UM SONHO”: REPRESENTATIVIDADE DE CIENTISTAS E PERSONALIDADES NEGROS/AS PARA ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO ..... 167  
Ellen Cristina Setubal Brito

TECENDO SABERES ANTIRRACISTAS: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DECOLONIAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ..... 170  
Geórgia Pereira Lima

“EU MESMA CARREGUEI MUITA CASTANHA”: MODOS DE VIVER E PRÁTICAS SOCIAIS EM QUILOMBOS GUAPOREANOS ..... 173  
Joely Coelho Santiago

A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA ENQUANTO AÇÃO AFIRMATIVA NO PROJETO AFROCIENTISTA ..... 176  
Luísy Mariá Xavier Rodrigues

TERRITÓRIO EM VOZ: RACISMO AMBIENTAL EM DEBATE ..... 179  
Marleide Rodrigues da Silva Perrude  
Maria de Fátima Beraldo

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E AVANÇOS APÓS A LEI 10.639/2003 ..... 182  
Nina Gabriela Lima de Araújo

INTERSECCIONALIDADE E TRABALHO INVISÍVEL: NARRATIVAS DE SERVENTES E COZINHEIRAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE ..... 185  
Sulamita Rosa da Silva

**SESSÃO TEMÁTICA**  
**COMUNICAÇÃO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES ..... 188**

ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: A PERSONAGEM KATE EM VAI NA FÉ ..... 190  
Paola Silva Morais  
Juliana dos Santos Barbosa

**SESSÃO TEMÁTICA**

**ENFRENTAMENTO A BRANQUITUDE HEGEMÔNICA: TECNOLOGIAS DE  
COMBATE AO RACISMO EPISTÊMICO SISTÊMICO ..... 193**

TECITURAS DA BRANQUITUDE NA ARTE ..... 195

Ana Carolina Mendes Cerqueira Nobrega

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS  
NA POLÍTICA: RACISMO ALGORÍTMICO E DESAFIOS DO “NOVO” APAGAMENTO ..... 198

Ana Dindara Rocha Novaes

POR UMA CIÊNCIA EM PRETUGUÊS: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE LÉLIA  
GONZALES ..... 201

Andressa Ignácio Silva

Andrea Maila Voss Kominek

AQUILOMBAMENTOS E ANCESTRALIDADES NO CURSO DE DANÇA DA UNESPAR ..... 204

Ariane Cristina Ferreira de Souza

Gisele Miyoko Onuki

COMPREENSÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA DE PROFESSORAS DO CURSO  
DE PEDAGOGIA ..... 207

Arlane Queiroz Pereira

SABERES DE MORTE, SABERES DE VIDA: NECROCIÊNCIA E UMA CONTRAPROPOSTA DE  
VIDA NO COMBATE ÀS TECNOLOGIAS DE EXCLUSÃO ..... 210

Carolina Calixto

Luciana Silva

VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS NO BRASIL E O ENFRENTAMENTO A BRANQUITUDE  
HEGEMÔNICA ..... 214

Fernanda Severo dos Santos

Melissa Ribeiro Gaiovis

Lourrayne Dias Pereira

POR UMA DESCOLONIZAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA DA PSICOLOGIA: CONHECIMENTOS  
PRODUZIDOS AS MARGENS ..... 217

Helena Holes Anunciação

Manuele Jordão Romão

Roberta Reis Bahia Tszesnioski

SUBJETIVIDADES NEGRAS E AQUILOMBAMENTO: A EXPERIÊNCIA DO ESCUTA PRETA  
..... 220

Joice Roberta Modesto

Maria Alice Corrêa Breigeron

Viviane Alves de Paula

REDE DE MULHERES NEGRAS COMO TECNOLOGIA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO ACADÊMICO ..... 223

Larissa Danila Vitória Siqueira Terra Soares  
Sandra Regina Gomes Constante  
Melissa Ribeiro Gaiovis

INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA EXCLUSÃO RACIAL E DE GÊNERO EM ARAUCÁRIA ..... 226

Marcia de Mattos Fonseca

SABERES E FAZERES QUILOMBOLAS: ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA EM ARQUITETURA E URBANISMO ..... 229

Maria Laura dos Santos Sebastião

CUMÉ QUE FICA O ASSISTENTE SOCIAL? NEUROSE CULTURAL DO ASSISTENTE SOCIAL BRASILEIRO ..... 232

Sofia Castro Teixeira  
Andrea Maila Voss Kominek

### **SESSÃO TEMÁTICA**

**ENCANTARIAS NEGRAS: POLÍTICA DE VIDA, CONTRAGOLPES E CONTRANARRATIVAS ..... 235**

*RAP E BREAKING*: EPISTEMOLOGIAS DA DIÁSPORA EM MOVIMENTO ..... 237

Luciana Silva  
Ana Leopoldino

### **SESSÃO TEMÁTICA**

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS COMO MECANISMOS DE JUSTIÇA SOCIAL ..... 240**

MAPEAMENTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ/PR ..... 242

Joana Maximo da Silva  
Lorena Luciano Nogueira

AS MULHERES NEGRAS NAS UNIVERSIDADES ..... 245

Jussara Marques de Medeiros

POLÍTICAS AFIRMATIVAS RACIAIS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ..... 248

Luciana da Conceição Gomes

HETEROIDENTIFICAÇÃO E SEUS DESAFIOS NO CAMPO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL ..... 251

Mara Beatriz Nunes Gomes

AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA ..... 254  
Milena Stelle Machado Santos

AQUILOMBAMENTO E ESCRIVÊNCIA: QUANDO JOVENS NEGRAS DAS PERIFERIAS  
CHEGAM ÀS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS ..... 257  
Renata Gonçalves  
Fernanda Souza  
Yasmin Fonseca

AS AÇÕES AFIRMATIVAS COMO PROCESSO DE REEDUCAÇÃO DE IDENTIDADES ..... 260  
Sílvia Maria Amorim Lima

AS POLÍTICAS DE COTAS PARA O ACESSO À UFPR: ANÁLISE DAS CHANCES RELATIVAS DE  
APROVAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NOS VESTIBULARES DE 2004 A 2019 ..... 263  
Viviane Vidal Pereira dos Santos

### **SESSÃO TEMÁTICA**

**INTELECTUALIDADES AMERICANAS: CRIAÇÕES CONCEITUAIS,  
ARTÍSTICAS E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS ..... 265**

A PRESENÇA SILENCIADA: MULHERES NEGRAS, ACADEMIA E AS LEIS DE IGUALDADE  
RACIAL ..... 267  
Maria Solineide Oliveira Alencar  
Renata Pereira

BEM VIVER E REPARAÇÃO: VIVÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DA MARCHA DE MULHERES  
NEGRAS ..... 270  
Marielli Meireles de Vasconcelos

OFICINA AUTOETNOGRAFIA: MEMÓRIAS E AFETOS, UM OLHAR REFLEXIVO NO AMBIENTE  
ACADÊMICO ..... 273  
Valéria Pereira da Silva  
Suzane Verissimo Valério

### **SESSÃO TEMÁTICA**

**INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR CRÍTICO  
SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE BAIXO ..... 276**

MULHERES DE TERREIRO NA POLÍTICA: AS CANDIDATURAS MUNICIPAIS DO RJ EM 2024  
..... 278  
Debora Chacarski de Mello  
Graziela Soares Bianchi

ESTUDO DE DADOS INTERSECCIONAIS: MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS .....	281
Edicleia Furlanetto Jéssica Gomes Furtado	
ANÁLISE DO DESIGN E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO A PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS EM FOZ DO IGUAÇU SOB A PERSPECTIVA DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES AFRODESCENDIENTES .....	284
Emelyn Herasme	
A INTERSECCIONALIDADE COMO BASE DA CONSTRUÇÃO DO ODS 18 .....	287
Luana Maria de Lima Oliveira	
A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA CIAMP RUA/PR (2020- 2022) .....	291
Maraiza Nayara Mancio Ana Paula Martins de Souza	
CONFLITO, INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NOS TRIBUNAIS E PRISÕES BRASILEIRAS .....	293
Richelle Kauanny Carvalho de Araújo Maynara Costa de Oliveira Silva	
A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA .....	296
Teresa Domingos Gomes	

## **SESSÃO TEMÁTICA**

### **EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES NEGRAS UM DESAFIO COTIDIANO**

..... **298**

TRAJETÓRIAS DE ALUNAS NEGRAS E O DISPOSITIVO DE EXPULSÃO NA EVASÃO ESCOLAR .....	300
Carla Clauber da Silva Célia Ratusniak Caroline de Souza Ferreira	
RACIALIDADE, GÊNERO E EVASÃO ESCOLAR .....	304
Cynthia Venâncio de Souza	
EVASÃO DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR UM DESAFIO COTIDIANO .....	307
Ruth Nunes da Silva Cintia de Souza Batista Torquato	

**SESSÃO TEMÁTICA**

**SAMBAS, CARNAVAIS E OUTROS BATUQUES DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA ..... 310**

HISTÓRIA POLÍTICA, BIOGRAFIAS NEGRAS, ESCRIVIVÊNCIAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS E OS NEGROS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870) ..... 312

Ana Lúcia da Silva

PROJETO DE EXTENSÃO “CONSCIÊNCIA NEGRA O ANO TODO, DE JANEIRO A JANEIRO - 2ª EDIÇÃO”: BIOGRAFIAS NEGRAS, AUDIOVISUAIS E SAMBAS ..... 315

Ana Lucia da Silva

Rafaela Neves Meireles

PORQUE ORIXÁS, INQUICES, VODUNS E ENCANTADOS VÃO PARA A AVENIDA? ..... 318

Claudia Alexandre

CARNAVAL, CULTURA MATERIAL E RESISTÊNCIA: ACERVO MAÉ DA CUÍCA NO MUSEU PARANAENSE ..... 321

Mirian Rose Cardoso

PEDAGOGIA DO SAMBA: CORPOS, VOZES E TAMBORES COMO SABERES NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA ..... 323

Tais Regina da Silva

Jeocelayne Cristilla de Oliveira Costa

1ª RODA DE CONVERSA DE PESQUISADORES DE SAMBA E DE CARNAVAL DE CURITIBA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ..... 326

Vitória da Silva Smarci

Juliana dos Santos Barbosa

**SESSÃO TEMÁTICA**

**CORPO, VOZ E CIÊNCIA: A PRESENÇA NEGRA FEMININA NA ACADEMIA**

..... 329

CORPO NEGRO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PERSPECTIVA ACADÊMICA SITUADA ..... 331

Ane Carolina Santos Nascimento

**SESSÃO TEMÁTICA**

**MODA E FEMINISMOS NEGROS ..... 334**

“EU SOU O QUE EU CONSTRUO E O QUE EU POSSO DESTRUIR”: AJULIACOSTA E A AMPLIAÇÃO DA NOÇÃO DE FEMINILIDADE NEGRA ..... 336

Giovana Giacometti Venâncio de Souza

O MODATIVISMO DAS CASAS BALLROOM EM FLORIANÓPOLIS/SC ..... 339  
Greg Malaquias

ESCREVIVÊNCIAS DE CRIAÇÃO DE MODA: REFLEXÕES AFETADAS PELA COLEÇÃO  
“CADÊNCIA DO SAMBA” ..... 342  
Greg Malaquias  
Jutyara Mendes da Rosa

MODA NEGRA, IDENTIDADES E AFROEMPREENDEDORISMO FEMININO: REFLEXÕES A  
PARTIR DO COLETIVO BRECHÓ DAS PRETA EM CURITIBA ..... 345  
Suelen Karini Almeida de Matos

### **SESSÃO TEMÁTICA**

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS E  
MATERIAIS DIDÁTICOS E PARADIDÁTIVOS ..... 348**

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: OUTRAS  
HISTÓRIAS IMPORTAM ..... 350  
Rafaela Neves Meireles  
Ana Lúcia da Silva

# **LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO PARA COMPREENDER O SISTEMA DE PRIVILÉGIOS E AS INTERFACES COM A INTERSECCIONALIDADE**

**Coordenação:  
Elaine Regina Chagas Santos**

## PRÓLOGO

Esta sessão temática tem por objetivo entender como o sistema de privilégios opera na construção e manutenção do racismo estrutural na nossa sociedade, discutir como a interseccionalidade, um conceito central no estudo do Letramento Racial Crítico, nos permite compreender como diferentes formas de discriminação e privilégios se entrelaçam, afetando indivíduos de maneiras complexas multi e interfacetadas, sobretudo a população negra. Esta perspectiva não só reconhece a relevância de investigar o racismo, mas também leva em conta o efeito combinado de outras formas de opressão, tais como o machismo, o sexismo, o classismo, e a homofobia.

Ao incorporar a interseccionalidade no currículo de Matemática, podemos destacar as realizações matemáticas dos povos africanos e afrodiáspóricos e outras comunidades marginalizadas, com destaque as mulheres negras, fomentando uma perspectiva mais abrangente e equitativa do conhecimento científico. Esta metodologia não só aprimora o aprendizado da Matemática, como também fomenta uma educação mais justa e equitativa e antirracista.

Nesse sentido, esta parte do presente Caderno propõe um espaço de diálogo, crítica e reflexão como defendido por Robin DiAngelo a necessidade de incorporar o Letramento Racial no ensino das diversas disciplinas para desconstruir narrativas eurocêntricas e valorizar as contribuições de diferentes culturas, ampliando esse debate com as contribuições de Kimberlé Crenshaw que cunhou o termo interseccionalidade em 1989, dialogando com as críticas de Carla Akotirene para esse campo de estudo e complementando com as proposições de Lia Vainer Schucman, que discute a relação entre branquitude e privilégio.

## LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO: PILAR PARA COMPREENDER O SISTEMA DE PRIVILÉGIOS E AS INTERFACES DA INTERSECCIONALIDADE

Elaine Regina Chagas Santos<sup>1</sup>

Esta proposta de trabalho é parte de um estudo realizado para a dissertação de mestrado, tem por objetivo entender como o sistema de privilégios opera na construção e manutenção do racismo estrutural na nossa sociedade, discutir como a interseccionalidade, um conceito central no estudo do Letramento Racial Crítico, nos permite compreender como diferentes formas de discriminação e privilégios se entrelaçam, afetando indivíduos de maneiras complexas multi e interfacetadas, sobretudo a população negra.

Esta perspectiva não só reconhece a relevância de investigar o racismo, mas também leva em conta o efeito combinado de outras formas de opressão, tais como o machismo, o sexismo, o classismo, e a homofobia.

Ao incorporar a interseccionalidade no currículo de Matemática, podemos destacar as realizações matemáticas dos povos africanos e afrodiáspóricos e outras comunidades marginalizadas, com destaque as mulheres negras, fomentando uma perspectiva mais abrangente e equitativa do conhecimento científico.

Esta metodologia não só aprimora o aprendizado da Matemática, como também fomenta uma educação mais justa e equitativa e antirracista. Propondo um espaço de diálogo, crítica e reflexão como defendido por DiAngelo (2018) a necessidade de incorporar o Letramento Racial no ensino das diversas disciplinas para desconstruir narrativas eurocêntricas e valorizar as contribuições de diferentes culturas, fomentando uma compreensão mais abrangente e inclusiva da sociedade. Dentre diversos princípios, o Letramento Racial Crítico busca inicialmente resgatar a história e as memórias de pessoas, coletivos e movimentos sociais que foram cruciais para a

---

<sup>1</sup> Professora na Secretaria de Estado de Educação de São Paulo (Seduc/SP) e Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP). Mestra em Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Graduada em Licenciatura em Matemática pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (Uninove).

introdução desses temas no debate público, estimulando a reflexão sobre os processos políticos, econômicos e sociais.

Ampliando esse debate com as contribuições de Kimberlé Crenshaw que cunhou o termo interseccionalidade em 1989, dialogando com as críticas de Akotirene (2020) para esse campo de estudo e complementando com as proposições de Schucman (2020), que discute a relação entre branquitude e privilégio. Dentre essas pesquisas destacamos a autora Pinheiro (2020), uma potencializadora da luta por uma Educação antirracista, que em seu livro “@Descolonizando\_Saberes: Mulheres negras na ciência, aborda questões fundamentais sobre a presença e as contribuições de mulheres negras no campo científico”.

Também é uma proposta que visa dialogar e contribuir para discussões diagnósticas, propositivas e interpretativas da contemporaneidade. Tendo em vista que, nesse processo de construção e reconstrução de novas narrativas acerca dos conhecimentos humanos e científicos, a combinação do Letramento Racial Crítico, da Educação Matemática Decolonial e do estudo das mulheres negras no âmbito das ciências combina várias perspectivas para combater as desigualdades estruturais.

Na figura a seguir, sintetizamos aspectos importantes, onde destaca-se porque o Letramento Racial crítico, a Educação Matemática decolonial e antirracista e as mulheres negras nas ciências se interseccionam, vejamos:

**Figura 1: Interseccionalidade: descolonize-se!**



Fonte: Elaborado pela autora.

Sendo assim, a interseccionalidade evidencia como diversas formas de opressão, estruturadas pelo sistema de privilégios, atuam na formação dessas barreiras que apagam, tornam invisíveis e até plagiam conhecimentos, contribuições e inovações científicas de comunidades negras. Em particular, abordamos as mulheres negras que se projetaram em espaços não-ocupados e fizeram e fazem história nas carreiras das ciências naturais e exatas, uma estratégia crucial para enfrentar as desigualdades históricas na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Letramento Racial Crítico. Sistema de privilégios. Interseccionalidade. Educação Matemática decolonial e antirracista. Mulheres negras nas ciências.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DIANGELO, Robin. **White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk About Racism**. Boston, MA: Beacon Press, 2018.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **@Descolonizando\_Saberes: mulheres negras na ciência**. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. A relação entre branquitude e privilégio. **Revista de divulgação científica do instituto Ciência Hoje**, ed. 370, out. 2020. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-relacao-entre-branquitude-e-privilegio/>. Acesso em 10. Mar. 2025.

## ESCREVIVÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO RACIAL: DAS “MÃES PRETAS” ÀS GONZALEZ ‘S

Fernanda Alves de Lima<sup>2</sup>  
Marleide Rodrigues da Silva Perrude<sup>3</sup>

O artigo apresenta um estudo realizado junto ao projeto de extensão “Tecendo Redes para a Educação das Relações Étnico-raciais”. O projeto tem o objetivo geral promover a formação continuada em Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) de professores as redes de ensino, educadores sociais, acadêmicos/as, gestores (as) da educação básica e da rede socioassistencial do município de Londrina, visando a construção de perspectivas educacionais antirracista e decoloniais.

Pretende-se, deste modo, ampliar e aprofundar as discussões acerca da efetividade da Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) que instituem a obrigatoriedade do ensino da História da África, africanos e dos indígenas no currículo escolar do ensino fundamental e médio, das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-racial e do Estatuto da Igualdade Racial. Para tanto, propõem-se grupos de estudos, oficinas e seminários temáticos sobre a Educação das Relações étnico raciais.

No conjunto das ações, o projeto “Tecendo redes”, numa perspectiva qualitativa, esta pesquisa apresenta um estudo bibliográfico realizado sobre o pensamento de Lélia Gonzalez, tendo como foco de análise o papel da mulher preta em sua obra. No contexto do projeto o estudo compôs o conjunto de oficinas e seminários visando a formação de professores da educação básica e educadores de maneira geral.

---

<sup>2</sup> Discente de Graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL (Neab/UEL). Colaboradora no projeto “Território e Voz” e bolsista no projeto “Tecendo Redes” pelo Programa de Inclusão Social da Fundação Araucária.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-doutorado pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita/SP (Unesp). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Universidade Estadual de Londrina (Neab/UEL).

Deste modo, dado que é essencial levarmos em consideração a atuação da mulher preta e seu importante papel nas bases da formação da cultura brasileira e ensino, que historicamente, se iniciou pelas “mães pretas” (Gonzalez, 2020), as mericanosia de Conceição Evaristo (2017) corroboram na conjuntura de um letramento racial crítico.

Também denominadas como “figura boa da ama negra”, “bá” e “ama de leite”, essas mulheres no período escravocrata e pós abolição foram as protagonistas da vida doméstica privada no Brasil, representantes do amor e da negação de si próprias como mulheres e mãe, porém, estavam eternizadas na memória de muitos brasileiros negros e brancos naquele início de século. Isso pois, ao exercerem a função de “mãe preta”, passaram todos os valores que lhe diziam respeito para a criança brasileira, lhe ensinando as primeiras palavras, cantando para dormir e introduzindo uma cultura cujo a língua é o “pretuguês”, tal como Lélia Gonzalez (2020) denomina.

O pretuguês, dado como o português com todo um acento de quimbundo, das línguas africanas, é a língua com um conjunto de ensinamentos passado da mulher negra para aqueles que viriam compor o poder, por uma pronúncia que passou pro brasileiro, de modo geral, um modo de ser, de sentir e de pensar, tal que, “A mulher negra é responsável pela formação de um inconsciente cultural negro brasileiro. Ela passou os valores culturais negros; a cultura brasileira é eminentemente negra, esse foi seu principal papel desde o início [...]” (Gonzalez, 2020).

Esse é um dos diversos fatores históricos que evidenciam o protagonismo da mulher preta na constituição da nossa sociedade, e da sua relevância nos processos de ensino e aprendizado nas suas múltiplas manifestações, tal como as mericanosia de mulheres negras relevantes na literatura brasileira e internacional são capazes de evidenciar.

Escrevivências como de Lélia (2020), Hooks (2013) e entre outras intelectuais como Giovana Xavier (2019) e Conceição Evaristo (2017) contribuíram no resultado desta pesquisa, tal como suas contribuições teóricas agregam no processo de letramento racial, fundamental para que haja um reconhecimento da pessoa racializada como intelectual, e na aderência do saber afrodiaspórico.

**Palavras-chave:** Escrevivências. Letramento Racial. Étnico-racial. Lei 10.639.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. **Carta Capital**, Itaú Cultural, p. 0-1, 13 maio 2017. Disponível em: <https://www>

[.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-2017-nossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio2017/](https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-2017-nossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio2017/). Acesso em: 23 maio 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir Mulheres Negras como objeto de estudo por Mulheres Negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

## CAMINHOS AMEFRICANOS: TRAVESSIA RUMO À AUTOESTIMA INTELLECTUAL NEGRA

Hiully Thainá Andrade Oliveira<sup>4</sup>

A notícia de que eu estudaria em Cabo Verde, em África, surpreendeu tanto as pessoas à minha volta quanto a mim mesma: uma mulher negra e cria da favela que se tornaria a primeira estudante da Universidade Federal do Paraná a participar do programa de intercâmbio Caminhos Amefricanos. Foi um marco e a minha comunidade sorriu comigo. No entanto, a autoestima intelectual, historicamente arrancada e negada às mulheres negras, não se reconstrói de um dia para o outro. Assim, apesar da conquista, as inseguranças persistiram: será que eu conseguiria? E eu consegui. Minha trajetória foi digna e se fortaleceu ainda mais em Cabo Verde, onde conheci diversas intelectuais negras que reafirmaram minha sensação de pertencimento. Essa vivência ampliou minha visão de mundo e consolidou em mim a certeza de que ocupar espaços acadêmicos é um direito e uma forma de resistência. Com este relato, busco contar essa história e, com isso, mostrar a jornada coletiva que é a busca pela autoestima intelectual e protagonismo feminino e negro na academia.

A partir da metodologia narrativo-descritiva, proponho uma análise baseada na escrita da experiência e na interseccionalidade (Crenshaw, 2004), tomando como base minhas vivências de antes, durante e depois da realização do intercâmbio. Para isso, me apoiarei nos conceitos de quilombo, escrevivência (Evaristo, 2016) e amefricanidade (Gonzalez, 2010), além de outras contribuições fundamentais para que possamos compreender as faces do racismo (Nascimento, 2016; Munanga, 2004). A noção de quilombo, aqui, é essencial para minha travessia intelectual, conforme apresentada por Beatriz Nascimento, intelectual negra brasileira, no documentário O negro da senzala ao soul (TV Cultura, 1977), onde ela reflete sobre os quilombos como espaços de

---

<sup>4</sup> Discente de Graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Projeto de Extensão Karingana, vinculado à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

resistência e construção de identidade negra. Todas essas autoras e autores são fundamentais para o entendimento deste relato e para a compreensão do racismo e de suas consequências, que permanecem ainda hoje na vida de pessoas negras como eu, que, mesmo diante de uma alegria — como a conquista de um intercâmbio —, acabam duvidando de si mesmas.

A experiência do intercâmbio revelou que a luta pela autoestima intelectual negra é coletiva e marcada por desafios como o racismo estrutural e a falta de acolhimento nas universidades. Ao me apoiar em intelectuais negras, compreendi que minhas inseguranças refletem dores ancestrais partilhadas por mulheres negras, especialmente das favelas. O intercâmbio em Cabo Verde foi uma travessia que atravessou não só o oceano, mas também as barreiras internas e externas, fortalecendo minha identidade e reafirmando meu direito de ocupar espaços acadêmicos.

Ser acolhida em Cabo Verde foi a realização de um sonho e o início de novos caminhos. Este relato é para inspirar outras mulheres negras de favela a sonharem mais alto e ocuparem esses espaços, reforçando que nossa presença é necessária e que juntas podemos transformar ambientes antes excludentes, com o apoio de políticas públicas e do nosso protagonismo coletivo.

**Palavras-chave:** Autoestima intelectual. Protagonismo negro-feminino; Protagonismo favelado. Intercâmbio acadêmico. Caminhos Americanos.

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: RIBEIRO, Matilde (Coord.). **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: UNIFEM, 2004.

**O negro da senzala ao soul**: um documentário. TV Cultura de São Paulo. Departamento de Jornalismo da TV Cultura, São Paulo, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A&t=3s>. Acesso em: 13 abr. 2025.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. *In*: **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 647–660, maio/ago. 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Tradução: Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

## **INTERSECCIONALIDADE: VIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS PROFESSORAS DE MATEMÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Jéssica Gomes Furtado<sup>5</sup>  
Dayana Brunetto<sup>6</sup>

De acordo com Kimberlé Crenshaw (2002), embora todas as mulheres estejam sujeitas às violências do machismo e do patriarcalismo por serem mulheres, mulheres negras experienciam violências e vulnerabilidades exclusivas a partir da maneira como os eixos de opressão raça e gênero se relacionam.

A interseccionalidade, dessa forma, expressa o fracasso do feminismo que reproduz racismos, já que o gênero, nos termos do feminismo branco<sup>7</sup>, explicita violências sofridas apenas por mulheres brancas. Da mesma forma, o movimento negro fracassa ao reproduzir machismos, compreendendo o marcador raça exclusivamente a partir de violências sofridas por homens negros (Akotirene, 2019). A partir dessa compreensão, a interseccionalidade visibiliza mulheres negras posicionadas na intersecção dos eixos de opressão, raça e gênero.

É neste cenário que esta pesquisa se localiza. No encontro com duas mulheres negras professoras de Matemática da Educação Básica que gentilmente

---

<sup>5</sup> Graduada em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Discente de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR).

<sup>6</sup> Professora do Departamento de Teoria e Prática de Ensino (DTPEn/UFPR) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPR). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Pesquisadora do Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividades na Educação (LABIN/UFPR) e do Núcleo dos Estudos de Gênero (NEG/UFPR).

<sup>7</sup> Por “feminismo branco” entende-se discursos feministas preocupados com problemas e dilemas vividos apenas por um grupo seletivo de mulheres e, segundo bell hooks (2015), concentrando-se exclusivamente no gênero.

compartilharam suas vivências em entrevistas<sup>8</sup> com as quais escrevi a monografia<sup>9</sup> de graduação. Por essas mulheres estarem localizadas na intersecção entre os eixos de opressão raça e gênero, surgiu o interesse em revisitar essas entrevistas, mas, desta vez com um olhar interseccional, a partir do seguinte objetivo: evidenciar situações cotidianas nas quais as interseccionalidades vivenciadas por essas mulheres se tornam perceptíveis.

Ao revisitar e analisar as entrevistas concedidas por Mancala<sup>10</sup> e Capulana<sup>11</sup>, nomes fictícios atribuídos às entrevistadas, identifiquei o seguinte relato de Mancala: “Eu sempre gostei de Matemática, quando eu mostrava as contas para os professores, (...) eles perguntavam quem tinha feito, porque não me davam o crédito por ser menina, por ser negra, por vir de uma família onde meu pai era pedreiro”.

Kimberlé Crenshaw (2002) enfatiza o quanto é difícil identificar a interseccionalidade em contextos nos quais as opressões são naturalizadas. A falsa ideia de que “mulheres não são boas nas áreas exatas” faz com que as situações vivenciadas por Mancala, sejam super incluídas como apenas um “problema de mulheres”, sem considerar a raça como um fator que possa definir o direcionamento para todo esse descrédito.

Outra situação que observei a presença da interseccionalidade, foi vivida por Capulana quando implementou um grande projeto em uma escola: “Foi um buchicho (...) porque isso ‘movimenta’ uma escola inteira (...). Então, a gente tem sim, [...] por parte

---

<sup>8</sup> As entrevistas aconteceram, via plataforma *Microsoft Teams*, em novembro de 2022, com duração de uma hora aproximadamente. Nas entrevistas, as professoras foram convidadas a compartilhar suas trajetórias escolar e acadêmica, bem como suas vivências como professoras e pesquisadoras, visto que encontrei essas professoras por meio de suas pesquisas de mestrado.

<sup>9</sup> O artigo, intitulado: “Construindo diálogos entre as aulas de Matemática e a Cultura Negra” e que apresenta os resultados desta pesquisa de monografia mencionada, foi publicado em: Furtado, J. G.; Pereira, S. A.; Godoy, E. V. G. V. Construindo diálogos entre as aulas de matemática e a cultura negra. **identidade!**, São Leopoldo, v. 28, n. 1, p. 145-169, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/identidade/article/view/2633>. Acesso em: 23 mai. 2025.

<sup>10</sup> Um dos diálogos construídos por essa professora em sua dissertação foi por meio da utilização dos jogos da família Mancala, de origem africana. Dessa forma, decidi utilizar a palavra “Mancala” como nome fictício para me referir a essa professora entrevistada, como uma maneira de referenciar a importante pesquisa por ela realizada.

<sup>11</sup> Essa professora, em sua pesquisa, desenvolveu um importante diálogo entre Matemática, Arte e Africanidades. Como uma das atividades, propôs aos estudantes, a criação de obras de arte inspiradas em artistas negros que foram estudados e apresentados durante as aulas. Uma das inspirações foi Monique Santos, artista que cria obras de decoração utilizando capulanas, isto é, tecidos estampados de origem moçambicana. Assim, decidi me referir a essa entrevistada por “Capulana”, lembrando o belo e impactante trabalho proposto por ela em sua dissertação.

de alguns, uma torcida de nariz. (...). Penso assim: “a direção autorizou? Autorizou. (...) Então o resto que se incomode, eu sinto muito.”

Carla Akotirene (2019) afirma: “a interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora” (Akotirene, 2019, p. 88). É difícil engolir o sucesso de uma mulher negra. É difícil controlar o buchicho quando uma mulher negra movimenta toda uma escola. É difícil não torcer o nariz diante do êxito de atividades propostas e organizadas por uma mulher negra. A interseccionalidade também se faz presente nos buchichos e nos narizes torcidos.

A partir dessas situações compartilhadas pelas entrevistadas, é possível observar a importância em evidenciar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica, assim como propõe Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), para pensar em estratégias que cheguem até os cruzamentos das avenidas identitárias.

Portanto, a interseccionalidade, como foi possível observar, traz visibilidade para várias situações complexas vivenciadas por mulheres negras, as quais sem a interseccionalidade acabariam sendo ignoradas nos cruzamentos identitários.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Mulheres negras professoras. Mulheres negras matemáticas.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1. Ed. São Paulo: Pólen, 2019.

Hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.16, p. 193-210, janeiro/abril. 2015.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v.10, n.1, p. 171-188. 2002.

## **POBRETUDE: O PACTO DOS “NEM-NEM” SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Márcia Eliane Nunes Gomes<sup>12</sup>

A pobreza causa identificação? Haveria algo de não acordado entre os pobres? Este texto procura estudar o motivo da existência de milhões de excluídos da educação superior e do mercado de trabalho, os vulgos “nem-nem”: aqueles que não estudam e nem trabalham. A pesquisa busca localizar o espaço daqueles que não acreditam na educação e nem no trabalho como ferramentas de mudança de “status” social. A esse fenômeno social pretende-se denominar de pobretude.

Cida Bento (2022) com o livro Pacto da Branquitude revela um ato não combinado de fortalecimento entre os iguais, no caso os brancos. Tal modelo explicativo serviu de base para a reflexão sobre a situação dos “nem-nem” e como tal aparato é construído por uma lógica de mundo que busca alojá-los, de forma silenciosa, na condição de mão-de-obra extremamente barata, enquanto os incentiva a abandonar o ensino superior e o mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (PNAD, 2024), no ano de 2024, parcela da juventude que poderia fazer parte do mercado de trabalho, entre 18 e 24 anos, e soma mais de 10 milhões de pessoas – a maioria mulheres e negros e que não acessam auxílios e programas do governo – não estudam e nem trabalham.

O Censo da Educação Superior 2023, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revela que 20,4% dos jovens na idade de 18 a 24 anos de idade não concluíram e não frequentavam o ensino médio. Isso quer dizer que um a cada cinco pessoas dessa faixa etária não terminaram o ensino médio no país (Inep, 2023).

Por meio da tipologia documental, com busca de pelo termo “nem nem”, espaço em que foi delimitada a pesquisa, buscou-se dados na PNAD de 2024. Como resultado

---

<sup>12</sup> Especialista em Cidades Inteligentes pela Universidade do Norte do Paraná (Unopar) e em Auditoria e Controladoria, pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Daveni).

identificou-se que os “nem-nem” são excluídos da educação superior e do trabalho, mas não ingressam na linha de pobreza que habilita para a percepção de auxílios governamentais (PNAD, 2024). Estudo de dezembro de 2024, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revelou que os jovens “nem-nem” poderiam gerar 46 bilhões de reais no Produto Interno Bruto – PIB de 2022. Porém, os jovens pobres que estão acima da linha da miserabilidade não se sentem motivados diante da falta de possibilidade de aposentadoria, dos baixos salários e das desigualdades salariais. Esse arcabouço pode ser explicado pela falta de entregas pelos governos e pela sociedade de direitos humanos e direitos sociais definidos no artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988). De acordo com dados do Ministério do Trabalho (Brasil, 2024), uma mulher negra pode receber até quase a ½ do salário de um homem branco na mesma função e com o mesmo período e tempo de serviço. E segundo o IBGE, as mulheres são a maioria dos chefes de família (PNAD, 2024).

Este ensaio aprofundado para melhor observar o que motivaria a pobretude, na dimensão de um pacto velado da sociedade para condicionar os nem-nem como mão-de-obra barata, bem como verificar o que faria com que a essa população voltasse aos campos escolar e do trabalho. A pesquisa indica que a pobretude existe e não está ligada aos miseráveis, mas aos pobres que são condicionados a fugir de um sistema que remunera pouco e mal aos seus trabalhadores. Antes de oferecer soluções mágicas, talvez caiba aos governos e empresas discutirem com pesquisadores, visando fomentar pesquisas e descobertas sobre o fenômeno da pobretude.

**Palavras-chave:** Pobretude. Pacto. Nem-nem. Trabalho. Excluídos.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BRASIL Constituição Federal de 1988.

BRASIL. **3º Relatório de Transparência Salarial e Igualdade do Ministério do Trabalho e Emprego 2024**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 07 de abril, 2025.

Disponível em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/3º-relatorio-de-transparencia-salarial-mulheres-recebem-20-9-a-menos-do-que-os>



**TECER, REEXISTIR E EDUCAR:  
PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA  
GESTÃO E NA DOCÊNCIA DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
FUNDAMENTAL**

**Coordenação:**

**Flávia Carolina da Silva**

**Sara da Silva Pereira**

**Marlina Oliveira Schiessl**

## PRÓLOGO

Esta sessão temática se propõe a acolher estudos, pesquisas e relatos de experiências provenientes de práticas realizadas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais), desenvolvidas no âmbito da docência e/ou da gestão escolar e que contemplem a Educação das Relações étnico-Raciais. Objetiva-se oportunizar um espaço de trocas e reflexões críticas em torno de vivências/experiências antirracistas que tenham o compromisso com uma educação para as relações étnico-raciais.

A sessão temática se justifica pela necessidade urgente de criar espaços de diálogo, reflexão crítica e compartilhamento de práticas que se proponham a construir uma educação antirracista desde a infância. Valorizar e socializar experiências de professoras, professores e gestoras(es) que atuam com compromisso nas infâncias e nos anos iniciais do Ensino Fundamental é essencial para ampliar repertórios, fortalecer práticas e fomentar redes de resistência e transformação no cotidiano escolar. A metodologia proposta para esta sessão temática será dialógica e interativa, baseada na troca de experiências entre as/os participantes.

Teremos como eixo central a socialização de relatos de práticas pedagógicas e de gestão escolar que contemplem a EREER, priorizando a escuta atenta e o debate crítico. Tem-se por objetivo também possibilitar um espaço para repertoriar as participantes com as trocas e reflexões vivenciadas por professoras e gestoras que ocorrem nos espaços educacionais, cujo intuito é contemplar as leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Como aporte teórico teremos autores/as que pesquisam e interseccionam a Educação das Relações Étnico-Raciais, infância e educação: como Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2006), Lucimar Rosa Dias (2015), Marlina Oliveira (2023), Flávia Carolina da Silva (2016) e Sara da Silva Pereira (2019).

## DA MINHA PARA A SUA JANELA: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Ana Paula Vieira da Silva<sup>13</sup>  
Dafne Fernandes Campos<sup>14</sup>

Esse relato de experiência é resultado de uma oficina educativa nas aulas de Práticas de Língua Portuguesa, com crianças de 8 a 11 anos, que cursam o 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental. Realizado em uma Unidade de Educação Integral em Tempo Ampliado da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, que desenvolve atividades de maneira integrada com estudantes de quatro escolas distintas, este trabalho é conduzido pela professora responsável pela prática educativa e também supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), vinculado ao subprojeto Alfabetização, em parceria com sete bolsistas, todas/os estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná. A oficina educativa tem como objetivo reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, mas também de denúncia e pensamento crítico, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.

Pensando na importância de efetivar a educação para as relações étnico-raciais, apresentamos às crianças uma literatura para as infâncias que favorece a construção da consciência social. Dentre as atividades propostas, foi realizada uma aula de campo e, utilizando celulares, as crianças registraram com fotografias o entorno da escola, onde perceberam a presença ou ausência de direitos humanos. As fotos serviram de ponto de

---

<sup>13</sup> Professora da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME). Discente de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do grupo de pesquisa Labelit - Laboratório de estudos em educação, linguagem e teatralidades, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/CNPq). Membro do grupo de estudos e pesquisa ErêYá, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/CNPq). Professora Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Alfabetização, vinculado ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), entre 2023 e 2025 e vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre 2025 e 2027.

<sup>14</sup> Discente de graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) Alfabetização fomentado pela Capes.

partida para discussões em sala sobre o perfil dos moradores da região, as características do bairro e a forma como a desigualdade social se manifesta no cotidiano. A partir dessa análise, os estudantes produziram um texto coletivo e refletiram sobre as condições socioeconômicas do bairro, destacando elementos como o padrão das moradias, os modelos de veículos e até as raças dos cães como indicadores sociais. Como desdobramento da atividade, foi solicitado que desenhassem e escrevessem o que gostariam de ver das suas janelas. As produções revelaram desejos por mais natureza, menos poluição, espaços de lazer e o pôr do sol. Fizemos uso da Inteligência Artificial para transformar os desenhos produzidos em imagens realistas. Na sequência, foi apresentada a biografia de Otávio Júnior, autor negro brasileiro da obra *Da minha janela*, que traz o protagonismo negro e a vivência de uma criança negra na periferia do Rio de Janeiro.

A leitura e análise da obra permitiram aos estudantes compararem a realidade retratada no livro com seus contextos de vida, identificando e reconhecendo a diversidade social e cultural existente. A mesma obra literária foi apresentada às crianças da Educação Infantil de outro grupo de bolsistas PIBID - UFPR. Em conjunto, realizamos um intercâmbio literário: trocamos envelopes com os trabalhos realizados em cada uma das escolas. Esperamos ansiosos pelo que as crianças menores tinham para nos apresentar. O desenvolvimento dessas ações foi realizado com base nos referenciais teóricos sobre literatura afro-brasileira (Carvalho, 2023), relações raciais (Gomes, 2002) e o valor da escuta nas práticas de leitura (Bajour, 2012).

**Palavras-chave:** Desigualdade Social. Educação para as Relações Étnico-raciais. Educação Integral. Literatura para as Infâncias.

## REFERÊNCIAS

BAJOUR, Cecília. **Ouvir nas entrelinhas**. O valor da escuta nas práticas de leitura. Pulo do Gato, 2012.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. Literatura afro-brasileira, currículo e ensino. *In*: SUASSUNA, Lívia. **Literatura e educação**: temas em interface. Recife: Ed. UFPE; São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 167-182.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? Revista Brasileira de Educação, n. 21, set./out./nov./dez. 2002, p. 40-51.

## A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Ana Paula Vieira da Silva<sup>15</sup>  
Laira Laiza Maciel Carneiro<sup>16</sup>

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência a partir do projeto PAE (Pesquisa-ação na escola) que culminou em um sarau literário promovido pelos estudantes de uma turma do 5º ano do ensino fundamental, de uma Escola da Rede Municipal de Curitiba. Desenvolvida em 2023, a pesquisa procurou investigar se o acervo da biblioteca escolar possuía literatura para as infâncias que favorecesse a educação para as relações étnico-raciais e identificar, a partir das narrativas de leitores, a contribuição da Literatura Infantil no ensino de História e Cultura afro-brasileira. O que fez com que a professora-pesquisadora propusesse tal intervenção, foi quando, ao apresentar uma literatura para as infâncias com protagonismo negro, na capa retratada uma criança negra, feliz, correndo na chuva, uma estudante levantou a seguinte hipótese: “Essa história fala sobre escravidão!”.

Por meio de uma abordagem de escuta atenta aos estudantes, buscou-se entender e conhecer as experiências passadas em relação a literaturas com representatividade negra. Inicialmente, foi realizado um levantamento das obras conhecidas pelos estudantes e notou-se uma grande defasagem. No decorrer da aplicação da pesquisa, foram apresentados poucos títulos do acervo dessa biblioteca

---

<sup>15</sup> Professora da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME). Discente de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do grupo de pesquisa Labelit - Laboratório de estudos em educação, linguagem e teatralidades, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/CNPq). Membro do grupo de estudos e pesquisa ErêYá, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/CNPq). Professora Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Alfabetização, vinculado ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), entre 2023 e 2025 e vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre 2025 e 2027.

<sup>16</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre 2024 e 2025.

escolar e da professora-pesquisadora, com protagonismo negro. Essas obras literárias foram lidas em sala de aula e durante as leituras as crianças fizeram diversas inferências: "Que linda!", sobre a ilustração de Chapeuzinho Vermelho e o boto cor-de-rosa; "A autora se parece com a personagem!", quando viram a foto de Lupita Nyong'o, em *Sulwe*; *Meia curta* foi uma experiência divertida, já *Coração Submarino*, emocionante; Depois de ouvirem sobre a vida de Rosa Parks, muitos se sentiram estimulados a conhecer outras personagens negras da coleção *Gente pequena, grandes sonhos*. Ao longo do processo, foi possível perceber um crescimento de interesse das crianças pela leitura de títulos com protagonismo negro. Depois das aulas na biblioteca (momento destinado ao empréstimo de livros), muitos deles mostraram entusiasmo ao realizar suas escolhas literárias. Tivemos como aporte teórico desta pesquisa autoras que reconhecem o potencial da literatura como ferramenta capaz de contribuir para formação identitária e enfrentamento das desigualdades sociais, entre elas: Araújo (2016), Carvalho (2023), Gomes (2002) e Soares (2011).

Como desdobramento, ao final da pesquisa, com o objetivo de que todas as crianças da escola pudessem conhecer algumas dessas literaturas, a turma propôs um sarau literário. De maneira geral, os/as participantes avaliaram a experiência como positiva, todas as turmas foram atendidas e as crianças ficaram bastante atentas. A literatura oferece um excelente suporte para mover o pensamento, construir sentidos e símbolos. Uma criança não recebe passivamente um texto, dele toma posse e o transforma, escrevendo sua prática história entre as linhas lidas. A leitura é um meio de conhecer o outro, de se colocar em sua pele, seus pensamentos. Nesse contexto, ressalta-se a importância de oportunizar o contato e a reflexão de obras que deem conta da pluralidade das experiências e culturas humanas.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar. Educação para as Relações Étnico-raciais. Literatura para as infâncias.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Helena. **O texto e a leitura literária na biblioteca escolar: fundamentos, estratégias e atividades**. Rede de Bibliotecas Escolares, 2016.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. Literatura afro-brasileira, currículo e ensino. *In*: SUASSUNA, Lívia. **Literatura e educação**: temas em interface. Recife: Ed. UFPE; São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 167-182.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, set./out./nov./dez. 2002, p. 40-51.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. *In*: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (organizadoras). **Escolarização da leitura literária**. Ed. 2, 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

## NARRATIVAS DE MENINAS NEGRAS NA SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS ÉTNICO-RACIAIS

Bárbara Ananias Pereira<sup>17</sup>

Bruna Moraes Battistelli<sup>18</sup>

O presente estudo tem como tema: Cores da Coragem: histórias e narrativas de meninas negras na superação dos desafios étnico-raciais. Como proceder diante do racismo? A proposta nasce da escuta e da observação sensível das vivências dessas meninas nos anos iniciais do ensino fundamental, dentro de uma escola pública do município de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. O objetivo é compreender como o racismo se manifesta em seus cotidianos, de que forma elas constroem suas identidades e quais estratégias desenvolvem para enfrentar essas situações.

Essa investigação parte da urgência de olhar com mais atenção para a infância negra, muitas vezes silenciada, invisibilizada ou deslegitimada dentro dos espaços escolares. Quando uma criança não se sente pertencente, isso repercute não apenas em seu rendimento escolar, mas principalmente em sua autoestima e no modo como se enxerga no mundo. A infância precisa ser ponto de partida de qualquer transformação, como defendem autores como Renato Nogueira, bell hooks, Nilma Lino Gomes e Bruna Ribeiro. A escola, por sua vez, deve ser mais do que um espaço de conteúdo: precisa acolher, escutar e valorizar cada criança em sua singularidade. E isso inclui reconhecer o racismo como uma questão estrutural que atravessa o ambiente escolar.

Mesmo após vinte anos da Lei 10.639/03, ainda há muitas dificuldades para que sua aplicação se efetive nas salas de aula. Muitos professores não sabem como abordar

---

<sup>17</sup> Discente de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de São Paulo e em História pela Universidade Nove de Julho (Uninove).

<sup>18</sup> Professora no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, na linha de pesquisa Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação. Doutora em Psicologia Social e Institucional e Mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

a temática ou se sentem inseguros. Falta formação, escuta, orientação e, principalmente, sensibilidade para lidar com as marcas do racismo no cotidiano das crianças. Esta pesquisa não nasce apenas de uma inquietação acadêmica, mas também de uma experiência afetiva, vivida na prática pedagógica, em que a dor do outro, especialmente das crianças, atravessa o corpo e a alma de quem “educa”.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender, a partir das narrativas e experiências de meninas negras, como o racismo é vivenciado por elas e como podemos, a partir dessas escutas, construir práticas pedagógicas antirracistas. Como objetivos específicos, propõe-se: levantar informações sobre ocorrências de racismo em uma escola pública de Pinhais; analisar de que forma essas situações têm sido tratadas no cotidiano escolar; compreender como o racismo se manifesta nas falas, olhares, desenhos e comportamentos dessas meninas; e, a partir disso, propor estratégias que orientem a escola na construção de práticas mais justas, que fortaleçam a identidade negra desde a infância.

A metodologia adotada será qualitativa, com base na escuta ativa e observação direta. As participantes serão meninas negras dos anos iniciais, e o foco será compreender como elas percebem e elaboram suas vivências dentro da escola. Serão realizadas conversas, atividades lúdicas e análises de produções infantis (como desenhos e falas espontâneas), respeitando sempre o tempo e a forma de expressão de cada criança. A escuta será tratada como uma escolha ética, política e pedagógica.

A análise dos dados terá como base o conceito de interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw, considerando como raça, gênero e classe se entrelaçam e estruturam as desigualdades vividas por essas meninas. Criar espaços de escuta, promovendo um ambiente seguro e acolhedor, é essencial para que essas crianças possam compartilhar seus sonhos e suas experiências com liberdade. A proposta é, com essas escutas e vivências, construir protocolos antirracistas que contribuam com a escola e com os professores na criação de estratégias mais acolhedoras e efetivas. Que a escola seja um espaço onde as meninas negras possam sonhar, pertencer e serem vistas em sua completude. Porque ouvir uma criança é mais do que dar voz: é dar dignidade, espaço e afeto.

**Palavras-chave:** Infâncias negras. Educação antirracista. Meninas negras. Étnico-racial.

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene. **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Ana Luiza Libânio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

LADSON-BILLINGS, Gloria. **Os guardiões de sonhos: o ensino bem-sucedido de crianças afro-americanas**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RIBEIRO, Bruna. **A escuta como matéria-prima das pedagogias participativas: a construção de saberes praxiológicos de uma pedagogia que escuta**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2021.

## FORMAÇÃO CONTINUADA, HISTÓRIAS E ESPAÇOS DE LEITURA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Bruna de Oliveira Andronic<sup>19</sup>

Solange Aparecida Rosa<sup>20</sup>

Wivian Graciela Meneguetti de Souza<sup>21</sup>

“Vocês vão continuar com esse curso ano que vem, sobre educação das relações étnico-raciais? Tem que continuar, essa formação é muito boa. Inicialmente, eu tinha muitas resistências em relação ao tema. Eu gostei muito da formação e gostaria de continuar a estudar sobre o tema”. Esse é o relato de uma pedagoga que revela o impacto da formação continuada voltada à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). O presente trabalho apresenta o recorte de uma formação continuada voltada à ERER, realizada no segundo semestre de 2024 em parceria entre a Universidade Federal do Paraná e a rede pública municipal de ensino de São José dos Pinhais (PR). A proposta foi direcionada aos docentes, educadoras (es) e pedagogas(os) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e teve como objetivo promover práticas pedagógicas antirracistas desde a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental, com ênfase na literatura infantil, contação de histórias, jogos temáticos e organização intencional dos espaços educativos.

A formação, era composta por 60 horas de atividades online e 20 horas de oficinas presenciais. Atingiu cerca de 100 profissionais e baseou-se em parte teórica mais aprofundada, no formato a distância, e oficinas práticas como rodas de conversa, vivências práticas e mediações literárias. Esses métodos possibilitaram aos

---

<sup>19</sup> Discente de mestrado em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Participante do grupo de estudo Literatura, Escrita e Literatura Infantil (LELI).

<sup>20</sup> Mestre em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Discente de graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Integrante do grupo de pesquisa e estudos bell hooks.

<sup>21</sup> Discente de mestrado em Educação e graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contadora de histórias e bonequeira. Participante do grupo de estudo Literatura, Escrita e Literatura Infantil (LELI).

participantes refletirem criticamente sobre sua prática pedagógica e reconfigurar suas concepções sobre a diversidade étnico-racial, especialmente no que diz respeito à presença e valorização de culturas negras e indígenas no cotidiano escolar.

O problema central que mobilizou esta proposta formativa foi a resistência inicial de algumas profissionais ao tema da EREER, o que evidencia uma lacuna ainda existente na formação docente e na implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tornam obrigatórios o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. O relato citado acima, é um dos muitos ouvidos que expressa a transformação promovida pelo processo formativo, indicando a importância da continuidade dessas iniciativas. A abordagem teórica se ancora em autores como Araújo (2012), López (2016), Moro e Viera (2019), Pereira (2019), Rosa (2024), entre outros.

Dentre os principais resultados, destacam-se o envolvimento crescente das (os) profissionais com o conteúdo proposto, a ampliação de seus repertórios culturais e pedagógicos, e o desejo coletivo de dar continuidade à formação. A ambientação dos espaços educativos com livros de protagonismo negro e indígena, bonecas negras, tecidos africanos, instrumentos musicais e elementos das culturas afro-brasileira e dos povos originários foi um dos aspectos mais potentes do processo, pois demonstrou o compromisso com uma educação antirracista que acolhe e representa a diversidade desde a infância. A contação de histórias também se evidenciou como uma estratégia central de mediação, capaz de encantar, provocar reflexão e romper silêncios históricos. A literatura foi compreendida como um direito cultural das crianças e como ferramenta potente para o enfrentamento dos estereótipos e da invisibilidade étnico-racial nos materiais e rotinas pedagógicas.

Por meio de todo o processo formativo as/os profissionais foram convidadas a refletir novas possibilidades de existência, reconhecendo-se como sujeitos históricos, culturais e plurais. Conclui-se que a articulação entre formação continuada, contação de histórias e ambientação intencional dos espaços educativos constitui um caminho fértil para a consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais nos centros municipais de educação infantil e na escola. Ao investir em processos formativos que valorizem as narrativas afro-brasileiras e indígenas, é possível contribuir para a construção de instituições educacionais que valorizem a diversidade da população brasileira composta também pela matriz indígena e africana.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Educação das Relações Étnico-Raciais. Literatura infantil. Contação de histórias. Educação antirracista.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Débora Cristina de. **Relações raciais, discurso e literatura infantojuvenil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2010.

MEC. **Leitura infantil:** acervos, espaços e mediações. Secretaria de Educação Básica. 1.ed. Brasília: MEC; SEB, 2016.

MOURO, Catarina; VIEIRA, Marques Daniele. **Literatura em educação infantil:** contribuições para a formação docente. Curitiba: NIEPE UFPR, 2019.

PEREIRA, Sara da Silva. **A literatura infantil de temática da cultura africana e afrodescendente, com a palavra as crianças:** “eu so peta tenho cacho, so lindam o”. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2019.

## MUSICALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER)

Camila Ferreira Castelar<sup>22</sup>

Solange Aparecida Rosa<sup>23</sup>

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e o Referencial Curricular de São José dos Pinhais (2024) propõem Educação em Tempo Integral (ETI) como um processo de formação plena do sujeito, considerando aspectos cognitivos, emocionais, físicos, sociais e culturais. Alinhada a essa proposta, a formação docente promovida nesta formação continuada buscou integrar práticas de musicalização com foco em Educação das Relações Étnico-raciais, valorizando culturas afro-brasileiras e indígenas no contexto da ETI. A música, além de direito cultural, é uma importante ferramenta pedagógica para ampliação de repertórios e construção identitária, promovendo a valorização da diversidade e o enfrentamento de preconceitos estruturais. O desafio enfrentado na construção da proposta foi a invisibilização das culturas afro-brasileira e indígenas no currículo, especialmente nas práticas de música e no próprio currículo da Educação Integral. A ausência de representatividade musical desses povos limita a construção de uma educação antirracista, dificultando o reconhecimento dos bebês, crianças e estudantes em suas próprias vivências culturais. Sendo assim, problematizou-se: como integrar, de forma significativa, práticas musicais que reconheçam e valorizem as tradições culturais afro-brasileiras e indígenas no contexto da ETI.

A metodologia utilizada consistiu na aplicação prática de um musicograma com docente da rede pública, em um encontro com duração de 25 minutos, atingiu cerca de 100 profissionais entre o período da manhã e tarde. A proposta pedagógica partiu da escuta ativa e da apreciação musical por meio de canções de origem africana e indígena.

---

<sup>22</sup> Professora e intérprete de libras. Especialista em Educação Musical e em metodologia da Língua Portuguesa e Estrangeira. Graduada em Letras Portuguesas.

<sup>23</sup> Mestra em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Discente de graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Integrante do grupo de pesquisa e estudos bell hooks.

No campo da EREER, utilizou-se a música tradicional africana “Olelê Molibá Makasi”, cantiga de ninar da região do rio Cassai, na República Democrática do Congo. No campo indígena, apresentou-se o grupo musical Kuiá, composto por crianças indígenas das etnias Sateré Mawé e Tikuna, com a canção “Ao som do Inhãa-bé”. Os participantes realizaram exercícios corporais e visuais por meio do uso de musicogramas, associando sons a movimentos e imagens. Durante a vivência formativa, observou-se que os educadores participantes reconheceram a relevância das culturas africanas e indígenas como fontes legítimas de conhecimento e expressão musical.

A experiência com o musicograma despertou interesse e reflexão sobre a necessidade de romper com práticas eurocentradas, que ainda dominam os repertórios musicais escolares. A interação com os elementos musicais voz, ritmo, corpo e silêncio, permitiu a compreensão da música como linguagem. Notou-se também que o uso do musicograma favoreceu a inclusão de diferentes estilos de aprendizagem, especialmente ao integrar movimento corporal, escuta e percepção visual. A prática desenvolvida evidenciou o potencial transformador da musicalização como instrumento de educação das relações étnico-raciais. O uso do musicograma, aliado à escuta ativa de canções tradicionais afro e indígenas, contribuiu para a construção de uma prática educativa mais atenta à diversidade. Conclui-se que práticas como essa devem ser estimuladas e ampliadas, pois promovem não apenas a apreciação musical, que é um direito cultural, mas também o reconhecimento de identidades e o fortalecimento de vínculos culturais.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-raciais. Educação integral. Musicograma.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

FUNAI. **Cultura:** a música nas tradições indígenas, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/cultura-a-musica-nas-tradicoes-indigenas>. Acesso em: 5 junh 2025.

LENTZ, Willian Marcel Cordeiro. **A música indígena e sua função como base de composição para violão.** II Simpósio de Violão da EMBAP, 2008.

MIRANDA, Marlui Nóbrega. **O Novo Tradicional:** transportações sensíveis das musicalidades indígenas do Brasil. Tese (Doutorado em Musicologia) – Programa de Pós-graduação em Musicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2021.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Referencial Curricular Municipal,** 2024. (no prelo)

SIMÕES, Fábio; LIMA, Pires Heloisa. **Olelê:** uma antiga cantiga da África. São Paulo: Melhoramentos, 2019.

## **PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESCUTAS E EXPERIÊNCIAS COM CRIANÇAS DE TRÊS ANOS**

Henriqueta Barbosa<sup>24</sup>  
Flávia Carolina da Silva<sup>25</sup>

A educação infantil desempenha um papel fundamental na construção da identidade das crianças, sendo um espaço no qual se desenvolvem valores, percepções e relações sociais. No entanto, as práticas pedagógicas frequentemente refletem padrões eurocêntricos que reforçam desigualdades raciais e a ausência de representatividade negra.

Pesquisas como a de Cavalleiro (2007), Amaral (2013) e Santiago (2014), denunciam a ausência de práticas antirracistas na educação infantil, tal fato compromete a formação identitária de crianças negras, reproduzindo desigualdades históricas e reforçando padrões eurocentrados nos espaços escolares. Diante desse cenário, a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) surge como um elemento essencial para garantir o direito a uma educação antirracista, promovendo a diversidade e o respeito às múltiplas identidades (Gomes, 2001).

Esta pesquisa teve como problemática averiguar quais são os desdobramentos de práticas antirracistas desenvolvidas com crianças de três anos. Tivemos como objetivo trabalhar com a importância da ERER na educação infantil, demonstrando como as experiências vividas pelas crianças contribuem para a internalização de referenciais estéticos e culturais.

A prática pedagógica foi desenvolvida no decorrer do ano de 2019 em uma turma com 28 crianças de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) em Curitiba. A reflexão aqui apresentada é resultado de uma pesquisa de formação docente inicial do

---

<sup>24</sup> Professora da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Curitiba (RME). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>25</sup> Professora da Educação Básica. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do grupo de pesquisa ErêYá, que se dedica aos estudos em Educação das Relações Étnico-Raciais.

curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O curso foi fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e a UFPR, com o objetivo de garantir que professoras que possuíam apenas a formação em Magistério pudessem cursar a Licenciatura em Pedagogia.

Nesse contexto, a pesquisa buscou compreender como práticas pedagógicas podem promover uma educação antirracista desde a primeira infância, contribuindo para a construção de uma escola mais igualitária e equitativa. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida em uma turma de crianças de três anos em um CMEI de Curitiba, por meio de observações, registros em diário de campo e atividades pedagógicas com literatura e desenho.

Os resultados revelam que crianças pequenas já manifestam percepções étnico-raciais e estéticas, influenciadas por referências sociais e culturais. As propostas pedagógicas com a personagem do livro “Cabelo de Lelê” (Belem, 2007) e a boneca Naquemi – mascote da turma que acompanhou em todas as práticas de EREER – despertaram reflexões sensíveis, ampliando o repertório étnico-racial e fortalecendo a identidade de crianças negras e repertoriando todas as crianças.

As práticas analisadas evidenciaram que a implementação de uma pedagogia antirracista não apenas combate ao racismo estrutural, mas também fortalece a autonomia e a autoestima das crianças negras, além de repertoriar as crianças não negras, promovendo assim um ambiente educacional mais inclusivo e representativo para todas as crianças. Para que essa transformação ocorra de maneira efetiva, é essencial que educadores e instituições assumam um compromisso contínuo com a formação crítica e a ressignificação das narrativas sobre identidade racial.

**Palavras-chave:** Educação infantil. Educação antirracista. Educação das Relações Étnico-raciais.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Arleandra Cristina Talin. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. *In*: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SANTIAGO, Flávio. **O meu cabelo é assim ... igualzinho o da bruxa, todo armado**: hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2014.

## POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO CANTO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marli de Fátima dos Santos de Quadros<sup>26</sup>

O presente trabalho propõe apresentar uma pesquisa que será desenvolvida com o título “As possibilidades da Pedagogia Histórico-Crítica no canto do conhecimento matemático na Educação Infantil”. Terá como objetivo investigar como a Pedagogia Histórico-Crítica pode contribuir para o canto do conhecimento matemático na sala referência da Educação Infantil e também como promover a mediação entre os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica e o ensino com a docência, relacionando o papel do professor com o papel da criança. Por meio de observações das crianças na exploração e utilização do canto de conhecimento matemático comecei a realizar reflexões sobre esse espaço na sala, em qual observou-se a falta de intencionalidade do ensino da matemática, desde a organização dos materiais até às investigações das crianças, nesses espaços.

A pesquisa será de natureza qualitativa por meio de revisão bibliográfica, fundamentando-se em autores que dialogam com os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, como Saviani (2008), Gasparin (2012), bem como as contribuições de Vygotsky (1998). A Pedagogia Histórico-crítica, busca desenvolver a formação humana das crianças pela transmissão de conhecimento do professor para a criança numa transformação social. Em concordância, Gasparin (2012) apresenta o método pedagógico de Saviani, a Pedagogia Histórico-crítica, trazendo o projeto de trabalho docente-discente na perspectiva Histórico-crítica. São elas: Prática social inicial do conteúdo; Problematização; Instrumentalização; Catarse; Prática Social Final do conteúdo. O professor tem papel central na seleção e organização dos conteúdos, mesmo na Educação Infantil. Para Saviani (2008) a escola deve possibilitar, desde a

---

<sup>26</sup> Discente de Mestrado em Educação pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Membro do grupo de pesquisa Educação, Trabalho e Formação Profissional (GETFP).

Educação Infantil, o acesso ao conhecimento que foi acumulado pela humanidade. Com essa afirmação, cabe aos educadores da Educação Infantil trazerem diferentes conhecimentos elaborados na primeira etapa da Educação Básica e também no ensino da matemática, proporcionando para as crianças uma aprendizagem significativa.

O estudo buscará compreender como a Pedagogia Histórico-crítica e os princípios dessa abordagem pedagógica podem orientar práticas docentes que promovam uma aprendizagem matemática significativa e crítica desde os primeiros anos escolares. Espera-se, com esta pesquisa, oferecer subsídios teóricos para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a democratização do conhecimento científico e com a função social da escola na constituição de sujeitos históricos e críticos desde a Educação Infantil.

Como produto educacional, pretende-se desenvolver um material de subsídios on-line, com orientações e reflexões, como uma sequência didática que contribua com os professores no processo de ensino e aprendizagem no canto do conhecimento matemático na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica, com o objetivo de investigar as potencialidades da Pedagogia Histórico-crítica na sala referência da Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Pedagogia Histórico-Crítica. Educação Infantil. Canto do conhecimento matemático.

## REFERÊNCIAS

GASPARIN, J. C. **Uma Didática Para a Pedagogia Histórica-Crítica**. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Formação Social da Mente**. 5a edição. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

## REPRESENTATIVIDADE NEGRA EM SALA DE AULA: O TRABALHO COM A ESCRITORA NARÁ SOUZA OLIVEIRA

Patrícia de Quadros Martins<sup>27</sup>

O trabalho apresentado foi desenvolvido em uma escola de Pinhais, em 2023, com três turmas do 2º ano do Ensino Fundamental. Em março, as escolas trabalham questões históricas e de valorização do município, em alusão ao aniversário da cidade. Nesse contexto e buscando dar visibilidade ao fazer histórico da população negra, trabalhou-se com a trajetória da escritora Nará Souza Oliveira<sup>28</sup>, professora e mulher negra, moradora de Pinhais. Trazer protagonistas negras e negros para a sala de aula é cada vez mais importante, pois, segundo Nilma Lino Gomes (2007), falar sobre diversidade é se posicionar contra a colonização e a dominação, incorporando os conhecimentos produzidos por negras e negros nas aulas.

Observa-se em Pinhais, como em outras cidades brasileiras, a falta de visibilidade e representatividade das pessoas negras nos espaços públicos, na mídia local, nas produções culturais e políticas públicas. Apesar da presença significativa da população negra no município, sua história, cultura, contribuições sociais e vivências são frequentemente invisibilizadas ou tratadas superficialmente. Essa ausência de reconhecimento se manifesta na escassa presença de figuras negras em cargos de destaque, na carência de ações afirmativas e educativas que valorizem a identidade negra e na falta de espaços que promovam o protagonismo negro. Isso contribui para a reprodução do racismo estrutural que, segundo Silvio Almeida (2009), permeia todos os âmbitos políticos e econômicos da sociedade, de forma natural e estruturalmente enraizado. Sendo a escola um reflexo dessa sociedade, não passa ilesa a essa realidade, apresentando casos de racismo e discriminação entre membros da comunidade

---

<sup>27</sup> Professora da rede municipal de Pinhais. Especialista em Psicopedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná (FAESP).

<sup>28</sup> Escritora e professora da rede estadual do Paraná.

escolar, reforçando estereótipos e comprometendo a construção de uma cidade mais justa, plural e antirracista.

Dessa forma, torna-se fundamental abordar, continuamente e em todos os projetos da escola, a trajetória e o fazer histórico de pessoas negras no município. Alinhado a esse objetivo, a exploração da literatura infantil negra, oferecida pela professora Nará, passou a ser recurso para a prática antirracista. O trabalho iniciou com a leitura do livro escrito por Nará, *Léia, a menina que tem o nome na flor* (2020), abordando interpretação da história e a repetição de sons vocálicos em palavras de destaque, como “Léia, azaleia, centopeia e geleia”, explorando recursos voltados à alfabetização, pertinentes ao ano de estudo. Em seguida, evidenciaram-se o nome e fotos da ilustradora Kênia Coqueiro<sup>29</sup> e da escritora Nará Souza Oliveira, para despertar nas crianças a percepção de que o livro foi desenvolvido por mulheres negras. A biografia de Nará foi explorada para interligar a escritora à cidade de Pinhais. Junto a sua trajetória, enfatizaram-se termos importantes da resistência e luta da população negra, como “quilombola”, destacando que ela foi diretora da primeira Escola Estadual Quilombola do Paraná. Outros livros da autora também foram apresentados, embora o foco principal tenha sido a história da menina Léia.

Diversas atividades pedagógicas foram desenvolvidas, possibilitando interdisciplinaridade entre Língua Portuguesa, Matemática e Arte, utilizando a biografia e o livro de Nará como eixo integrador. As crianças negras da sala, especialmente meninas, sentiram-se representadas pela personagem Léia, principalmente pela estética do cabelo, cuidadosamente desenvolvida pela ilustradora Kênia. A escritora, antes conhecida só por fotografia, ganhou vida ao aceitar o convite para ler o livro às crianças na escola. Essa visita enriqueceu o trabalho, proporcionando uma experiência nova, permitindo às crianças ouvir a história pela própria autora, fazer perguntas e oferecer sugestões sobre a obra e a vida da escritora.

**Palavras-chave:** Representatividade Negra. Educação Antirracista. Literatura Infantil.

---

<sup>29</sup> Artista visual e professora.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

OLIVEIRA, Nará Souza. **Léia, a menina que tem o nome na flor**. 1. ed.: Flamingo Editora, 2020.

## EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: VIVÊNCIAS A PARTIR DA GESTÃO

Sara da Silva Pereira<sup>30</sup>

A Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) é de extrema importância para a construção de uma sociedade mais justa e equânime. Desde 2003 com a inclusão do Artigo 26 A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional por meio da lei nº 10639/2003, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira passa a ser obrigatório nas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas. Posteriormente, este artigo sofre alterações por meio da lei nº 11645/2008, ampliando a obrigatoriedade para a promoção da história e cultura indígena. Assim, esse trabalho versa sobre a temática da ERER e tem como objetivo descrever experiências relacionadas à formação de professores promovidas e vivenciadas por uma pesquisadora atuando na gestão da Educação Infantil em uma secretaria municipal de educação. O percurso formativo foi organizado para atender a legislação e pela importância e urgência em combater o racismo que estrutura a sociedade brasileira, refletindo em desigualdades educacionais, afetando com maior incidência as crianças negras. A principal justificativa em visibilizar práticas como essa é para inspirar outras profissionais, mostrando que é possível realizar um trabalho com a temática na etapa da Educação Infantil e ter engajamento, além de servir como inspiração a outros/as gestores/as.

A formação apresentada foi organizada com base nos conhecimentos adquiridos pela participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em ERER, ErêYá, que além da pesquisa tem a extensão como fio condutor. O grupo disponibiliza uma formação em parceria com a Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um curso on-line, disponível em um ambiente virtual de aprendizagem acessado pelos inscritos/as. Após a conclusão do curso, os/as cursistas geram seu certificado de 60 horas. Como parte da formação,

---

<sup>30</sup> Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Maringá (Cesumar). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas ErêYá e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

foram oferecidas cinco oficinas com quatro horas de duração, imbricando teoria e prática. Participaram em 2024, quatro turmas no primeiro semestre e mais quatro turmas no segundo semestre, com uma média de 25 a 30 participantes por turma. O público-alvo foi composto basicamente por profissionais da educação: professores/as, educadores/as, pedagogos/as e diretores/as.

O referencial teórico foi composto por pesquisadores/as da área das relações étnico-raciais, interseccionada com as seguintes temáticas: Educação das Relações Étnico-raciais, infâncias, literatura para as infâncias, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, artefatos culturais de matriz africana, afro-brasileira e indígena, apresentando como expoentes: Nilma Lino Gomes (2005); Flávia Carolina da Silva (2016); Eliane Debus (2017); Sara da Silva Pereira e Lucimar Rosa Dias (2023); Marlina Oliveira Schiessl (2023); dentre outros/as.

Após a conclusão das formações, foi possível constatar o aumento nas produções de propostas que abordavam a temática da ERER. Além da constatação in loco, tornou-se comum o recebimento de mensagens com fotografias de trabalhos realizados nas Unidades de Educação Infantil. Com a oportunidade de participar do Seminário do Programa de Leitura e Escrita na Educação Infantil, o LEEI, foi possível constatar o trabalho realizado por profissionais da rede que participaram da formação, a maioria utilizando a literatura como mote. As narrativas de autorias negras e indígenas passaram a circular entre crianças e adultos. Também foi possível encontrar bonecas confeccionadas a partir da oficina; brincadeiras africanas e afro-brasileiras e registro de desenhos produzidos pelas crianças permeados pela diversidade étnico-racial.

Assim, a conclusão traz como mote a importância de investimento na formação continuada dos profissionais da educação para a implementação das legislações vigentes, no intuito de se promover uma educação antirracista, propiciando às crianças uma educação mais humanizada e equânime, bem como a construção de um mundo mais justo, inclusivo e acolhedor.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-raciais. Lei nº 10639/2003. Educação Infantil. Formação de professores. Gestão.

## REFERÊNCIAS

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens**: lendo Joel Rufino dos Santos, Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Brás, Georgina Martins. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília, 2005.

PEREIRA, Sara da Silva; DIAS, Lucimar Rosa (2023b). A literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira para bebês e crianças pequenas: um campo conceitual. **FronteiraZ**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Literatura e Crítica Literária, São Paulo/SP, n. 31, p. 100-120, 2023.

SCHIESSL, Marlina Oliveira. **Artefatos culturais de matriz africana e afro-brasileira no cotidiano da educação infantil**: uma análise da produção científica (2003-2021). 169 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

SILVA, Flávia Carolina da. **A Educação das Relações Étnico-Raciais na Formação de Professores/as da Educação Infantil no Município de Curitiba (2010-2015)**. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

## **FORMAÇÃO DOCENTE, BRINCADEIRA E CULTURA INDÍGENA: FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Solange Aparecida Rosa<sup>31</sup>

A formação docente na Educação Infantil exige abordagens que valorizem a diversidade cultural brasileira e promovam práticas pedagógicas antirracistas. Dentro desse contexto, a formação docente, integrou aspectos teóricos e práticos voltados à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), com foco na inserção da cultura indígena por meio de jogos e brincadeiras temáticas. Apesar da existência da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 que tratam da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para ERER, leis que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9.394/1996, ainda há grande defasagem entre as legislações e sua aplicação efetiva nas práticas pedagógicas cotidianas da Educação Infantil. A ausência de propostas concretas que dialoguem com a realidade étnico-racial das crianças contribui para a manutenção de uma educação monocultural e eurocentrada. A atividade foi desenvolvida como parte de uma formação docente, composta por uma etapa teórica que buscou desmistificar pré-conceitos sobre os povos originários (sobre as culturas e saberes indígenas), bem como terminologias usadas inadequadas (índio e tribo – conceitos trazidos pela antropologia clássica) e uma etapa prática. A formação contou com a presença de aproximadamente 45 profissionais da educação infantil entre os períodos da manhã e tarde.

A fundamentação teórica baseou-se no pensamento de Tiago Nhandewa (2023), que concebe o brincar como um ato cultural, social e ambiental. A etapa prática consistiu na vivência de um jogo de tabuleiro com temática indígena, elaborado com base na lenda das Cataratas do Iguaçu, incluindo personagens e elementos da cultura Kaingang, povo originário da região do Paraná. A proposta pedagógica permitiu aos

---

<sup>31</sup> Mestra em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Discente de graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Integrante do grupo de pesquisa e estudos bell hooks.

participantes compreender a importância do brincar como ferramenta de construção de saberes e identidade. O jogo possibilitou a inserção da cosmovisão indígena de forma lúdica e significativa, promovendo o respeito à diversidade e ao protagonismo dos povos originários.

Observou-se que a articulação entre teoria e prática favoreceu a construção de estratégias didáticas alinhadas com a Educação das Relações Étnico-raciais, despertando nos docentes o interesse e a consciência sobre a presença e resistência dos povos indígenas na atualidade. A utilização de jogos com temáticas étnico-raciais é uma estratégia potente para a Educação Infantil, sendo possível ampliar para os outros níveis da educação básica. Assim, articular saberes tradicionais, ludicidade e prática pedagógica, é potente para promover uma educação comprometida com o antirracismo e a valorização das culturas originárias. Iniciativas como essa formação demonstram que é possível integrar a diversidade cultural à prática educacional desde a Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-raciais. Formação docente. Cultura indígena. Brincadeira.

## REFERÊNCIA

BANIWA, Baulina. **Mulheres:** corpos-territórios indígenas em resistências! Baulina Baniwa, Joiléia Kaingang, Giovana Mandulão; organização de Kassiane Sachiwingel. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia; Conselho de Missão entre os Povos Indígenas, 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). “Etnias”. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/@@search?origem=keyword&SearchableText=Etnias>. Acesso em: 3 maio. 2025.

NHANDEWA, Tiago. **Nhandewa Onimangá:** brincadeiras indígenas. Ilustrações de Jonas Estavam Malakuiawá. São Paulo: Editora Cintra LTDA, 2023.

## DESCOLONIZANDO O CURRÍCULO: O LÚDICO COMO FERRAMENTA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Talita da Costa Ribeiro Melo<sup>32</sup>

Flávia Carolina da Silva<sup>33</sup>

A escola é um ambiente fundamental para a aquisição de saberes, vivências, experiências e conhecimento, seja ele científico ou não. Desse modo, é essencial que ela forme indivíduos capazes de respeitar a diversidade cultural. Por isso, a escola tem a incumbência de desenvolver trabalhos que contemplem essa diversidade. É importante ressaltar que, historicamente, os currículos escolares têm perpetuado uma lógica colonizadora, branca e eurocêntrica.

O trabalho de Cardoso (2018) denuncia a branquitude como uma norma social e de poder que se manifesta e impacta o ambiente escolar. Frequentemente, essa norma atua como um entrave para a implementação de uma educação verdadeiramente antirracista. Uma das consequências dessa padronização branca é a invisibilização e o apagamento da história, cultura e contribuições de povos negros, que são marginalizadas ou ausentes no currículo. O resultado é uma hierarquização dos saberes, na qual o conhecimento produzido por grupos brancos é frequentemente valorizado como universal e superior, enquanto outros saberes são deslegitimados ou marginalizados.

Silva (2013) alerta para o antagonismo existente ao evidenciar grupos que historicamente foram invisibilizados, pois tal visibilidade convive com fenômenos de homogeneização cultural. Ao mesmo tempo em que há expressivas manifestações culturais dos grupos marginalizados, ainda persiste a valorização de culturas e pessoas

---

<sup>32</sup> Professora da Rede Fundamental de Ensino. Graduada em Jornalismo. Discente de graduação em Pedagogia pela Uniasselvi.

<sup>33</sup> Professora da Educação Básica. Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do grupo de pesquisa ErêYá, que se dedica aos estudos em Educação das Relações Étnico-Raciais.

que tendem a ser padronizadas (Silva, 2013). Não se pode ignorar o fato de que a seleção curricular está diretamente relacionada a questões de poder.

Em relação ao processo de escolha de posições no currículo, Jurjo Santomé (2013) defende a necessidade de uma "justiça curricular". Essa abordagem consiste em integrar problemas sociais nos currículos escolares, como as desigualdades sociais, o racismo e as questões ambientais. Nessa direção, é preciso descolonizar o currículo e apresentar outras perspectivas que, até então, foram invisibilizadas. Portanto, de acordo com Walsh (2009), faz-se necessário pensar em novas formas de aprender, mas também de ensinar, valorizando outras epistemologias.

Nossa problemática era como desconstruir práticas eurocêntricas e abordar a diversidade étnico-racial na escola. Escolhemos o lúdico como meio de trabalhar com a Educação das Relações Étnico-Raciais. Durante a Semana da Consciência Negra, propusemos uma sequência de atividades com crianças do 2º ao 4º ano do Ensino Fundamental, em uma escola de Fortaleza – Ceará. O objetivo foi apresentar elementos da cultura africana por meio de brincadeiras tradicionais. A proposta se baseou em práticas lúdicas de matriz africana, com foco na valorização da diversidade cultural.

Dias (2012) argumenta que o brincar é um meio fundamental para trabalhar as relações étnico-raciais, pois permite que as crianças construam suas identidades e compreendam a diversidade de forma positiva e natural. Ela ressalta que o racismo e o preconceito são construções sociais e, portanto, a educação tem um papel crucial em desconstruí-los. Dias enfatiza a necessidade de buscar no patrimônio cultural brasileiro referências que levem as crianças a conhecer e valorizar a história e a cultura afro-brasileira e indígena.

As crianças foram organizadas em grupos rotativos, e cada grupo participou das brincadeiras propostas, que envolviam movimentos corporais, ritmos, cooperação e respeito às diferenças. As brincadeiras escolhidas foram a Amarelinha Africana, o Saltando Feijão e a Dança do Líder — atividades tradicionais ou inspiradas em práticas culturais de países africanos como Moçambique e Nigéria.

A partir da prática, concluiu-se que, quando as questões de diversidade social são trabalhadas dentro da sala de aula, os saberes das crianças podem ser ampliados. Dessa forma, as crianças aprenderão, desde muito cedo, que a prática da discriminação ou do racismo é incorreta e fere o direito do próximo. Portanto, um currículo

comprometido com a diversidade cultural contribuirá para uma construção mais democrática e solidária da identidade dos alunos, tanto dos que pertencem às culturas marginalizadas quanto daqueles que estão inseridos em uma cultura ditada como "padrão".

**Palavras-chave:** Educação Antirracista. Lúdico. Decolonial. Educação das Relações Étnico-Raciais.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Cintia. **Branquitude na educação infantil:** um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 661-674, set./dez. 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e a justiça social:** o cavalo de tróia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In:* CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação Intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-43.

**POÉTICAS NEGRO-BRASILEIRAS  
EM DEBATE: TEXTOS,  
ORALIDADES, MÍDIAS E  
VISUALIDADES**

**Coordenação:  
Lariane Casagrande  
Amanda Crispim Ferreira  
Débora Maria Proença**

## PRÓLOGO

Segundo Luiz da Silva Cuti (2010), poética negro-brasileira significa a produção daqueles artistas que se autodenominam negros e apresentam em suas obras um ponto de vista negro, que emerge não somente na temática, mas nas outras diversas características das suas criações como linguagem, vocabulário, construção de personagens, ilustrações, entre outros. Ou seja, assumem a identidade negra em suas produções (LOBO, 2007, p. 340), reconstróem criticamente a História e recriam o imaginário nacional (PEREIRA, 2010), elaborando poéticas que se fazem como contrafala ao discurso oficial (EVARISTO, 2010), cumprindo a tarefa da escrita de uma narrativa a contrapelo da história (BENJAMIN, 1940). São produções diversas, de vozes plurais, marcadas pela "escrevivência" (EVARISTO, 2007), uma escrita que se relaciona diretamente à existência dos sujeitos negros, às dores e às alegrias vivenciadas por essas mulheres e por esses homens e ao posicionamento de cada um deles diante do mundo que habitam.

Neste sentido, esta ST acolhe comunicações voltadas às pesquisas ou relatos de experiência que tratem das poéticas negras (oral, verbal e não-verbal) em circulação nos espaços da universidade – graduação e pós-graduação -, nas escolas do Ensino Básico e nos projetos de extensão.

## ESCREVIVÊNCIAS NEGRAS IMPACTOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA TRAJETÓRIA DE UMA PROFESSORA NEGRA

Bruna Moraes Battistelli<sup>34</sup>

Genecir dos Santos Barreto Josviak<sup>35</sup>

A escolha do tema em questão está intimamente ligada à minha formação pessoal, profissional e acadêmica. Eu me constituí como pesquisadora a partir de nuances que se (e me) atravessaram: presente e ancestralidade, autodeterminação, empoderamento e resistência. Como essas bases foram constituídas? É uma pergunta que minha orientadora vem me fazendo desde minha entrada no mestrado. Um dos meus objetivos é rastrear, na minha história de vida, como se constituíram esses elementos tão fundamentais para a minha sobrevivência.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende tornar visível as minhas histórias como uma professora negra no Paraná, que, ao longo da vida, vem resistindo à negação e ao lugar de subalternidade que constantemente me é ofertado. A partir das reflexões, formulo o problema de pesquisa que sustenta minha pesquisa: conhecer os impactos das ações afirmativas na trajetória de vida de professoras negras no Paraná. Para tanto, utilizarei o registro de minhas escrevivências, analisando, assim, minha experiência. Essa questão nos levou ao seguinte objetivo geral: analisar as escrevivências e o impacto das ações afirmativas na vida de uma professora negra.

A partir disso, definem-se os seguintes objetivos específicos da pesquisa: evidenciar as escrevivências que constitui meu percurso enquanto professora e

---

<sup>34</sup> Professora no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, na linha de pesquisa Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação. Doutora em Psicologia Social e Institucional e Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>35</sup> Professora da Rede Municipal de São José dos Pinhais e da Rede Municipal de Curitiba/PR. Discente de mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

pesquisadora; analisar o impacto das ações afirmativas na trajetória de vida de uma professora negra; analisar as estratégias e invenções utilizadas por uma professora negra; para se afirmar como pesquisadora; sustentar a escrevivência como tecnologia de pesquisa e escrita na educação. Esses objetivos representam os caminhos que trilho para desenvolver este estudo, que tem como proposta metodológica a escrevivência, com a escrita de histórias que vivi, senti, ouvi, histórias que, de alguma forma experienciei,

Segundo Conceição Evaristo (2023), a escrevivência nasce de uma prática literária protagonizada por mulheres negras de origem pobre, em que a autora se coloca como sujeita de sua experiência, pensamento e reflexão, compreendendo que aquilo ela produz não é isolado, mas atravessado por vivências coletivas e ligadas ao seu grupo social. O ato de escrever, como afirma (Evaristo, 2020), torna-se um instrumento de autoafirmação e de existência, por meio do qual a pessoa se inscreve simbolicamente no mundo, se posiciona e rompe com o apagamento. Compreendendo que essa é uma escolha política, um modo de pesquisar, prosseguimos nessa tessitura com minhas histórias, refletindo a partir do que diz (hooks, 2020): compartilhar narrativas, especialmente as experiências pessoais, representa uma forma potente de promover aprendizagens significativas e de fortalecer os vínculos no ambiente escolar.

Portanto, como afirma Battistelli (2022), se essas histórias servem para a sala de aula, também servem para a pesquisa. Sendo assim, pretendo construir esse caminho como um bordado, acompanhando os zigue-zagues da memória, ora trazendo o passado, ora o presente, inventado aos modos de Conceição. Por ser uma pesquisa que está sendo construída, ainda não há resultados definidos. O que se pretende é entrelaçar fios de vivência e saberes ancestrais, construídos em comunidade, costurando sentidos que bordem uma nova forma de resistir e narrar.

**Palavras-chave:** Escrevivência. Ações Afirmativas. Professora Negra.

## REFERÊNCIAS

BATTISTELLI, Bruna Moraes. **Entre cartas e conversas:** por uma política de pesquisa feminista e contra-colonial para a psicologia social. 2022. 302 f. Tese (Doutorado em

Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências:** identidades, gênero e violência. Organização de Constância Lima Duarte, Cristina Cortês e Maria do Rosário Alves Pereira. São Paulo: Editora Malê, 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

## POESIA SLAM NO ENSINO DE ESPANHOL: VOZES NEGRAS, IDENTIDADE E EMPODERAMENTO FEMININO

Cintia Leticia Bueno<sup>36</sup>

Este trabalho, intitulado Poesia Slam no Ensino de Espanhol: vozes negras, identidade e empoderamento feminino, parte da seguinte questão norteadora: é possível observar, em poesias Slam, elementos relevantes para um letramento crítico, em Língua Espanhola, de questões relacionadas ao racismo estrutural, ao feminismo e ao feminismo negro? O objetivo geral é investigar o potencial da poesia Slam, produzida por mulheres negras hispânicas, como ferramenta pedagógica no ensino de espanhol voltada à promoção da oralidade, da criticidade e da valorização identitária. Para tanto, propomos dois objetivos principais: (1) analisar quatro poesias Slam de autoras negras hispânicas a partir da metodologia da análise de conteúdo (Abad; Abad, 2022) e de referenciais teóricos voltados ao letramento literário, feminismo negro e antirracismo (Adichie, 2019; Akotirene, 2019; Collins, 2020; hooks, 2019 entre outras); e (2) elaborar, a partir dos dados da análise, um guia didático para o ensino de espanhol voltado a estudantes do Ensino Médio (nível A2, segundo o CEFR), com foco em práticas pedagógicas que promovam a oralidade, a escuta sensível e a criticidade. Os resultados indicam que a inserção da poesia Slam de mulheres negras/hispânicas no ensino de espanhol favorece o desenvolvimento de um letramento literário crítico e a construção de um espaço educativo comprometido com o empoderamento, a representatividade e a valorização de identidades historicamente marginalizadas.

**Palavras-chave:** Poesia Slam; Ensino de Espanhol; Letramento Crítico; Guia Didático.

---

<sup>36</sup> Mestre em Letras Estrangeiras Modernas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Letras Espanhol pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOOKS, Bell, 1952. **O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Bhuvi Libânio. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

## PROCESSOS DE FICIONALIZAÇÃO DE LINHAGEM MATERNA NO ROMANCE MATA DOCE

Hildália Fernnades Cunha Cordeiro<sup>37</sup>

A pesquisa em curso elege como corpus de pesquisa o romance *Mata Doce*, escrito por Luciany Aparecida (2023), por entender que ele se revela como muito pertinente e apropriado para as intenções aqui expostas. A investigação deseja conhecer as estratégias e/ou tecnologias elaboradas e utilizadas pela autora Luciany Aparecida no romance ancestral negro-brasileiro já mencionado. Para tanto, faço uso da recuperação das memórias de ordem transgeracional, na tentativa de redesenhar a linhagem materna da protagonista da obra analisada, via ficcionalização de memórias.

A narrativa é parte dos corpora de pesquisa no processo de pós-doutoramento em Crítica Cultural, cujo os objetivos de pesquisa são: i) de ordem mais geral que é o de investigar as estratégias e/ou tecnologias elaboradas e utilizadas nos mencionados corpora. E outros de ordem mais específicas, a saber: ii) elencar as estratégias e/ou tecnologias e/ou encontradas nas obras escolhidas para análise; iii) teorizar sobre as estratégias e/ou tecnologias encontradas; iv) apresentar os possíveis ganhos para as mulheres negras, em situação de diáspora, (autoras e leitoras) a partir dos achados pela investigação e que guardem relação com os processos de autoconhecimento; autorrejeição; autoamor e autocura experienciados pela protagonista do romance estudado.

É preciso mencionar, ainda aqui que todo o exercício aqui apresentado tem sido respaldado por um referencial teórico predominantemente negrorreferenciado e adota o método do Vestígio proposto por Sharpe (2023), pois diante das inúmeros lacunas deixadas pelo processo de colonização/escravização, as possibilidades são bastante

---

<sup>37</sup> Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Dom Pedro II (Unidompedro).

reduzidas de acesso às nossas histórias. Os arquivos são em número reduzido e pouco confiáveis, ainda que entendidos como oficiais.

Dessa forma, a aposta teórica e, portanto, de investigação tem sido a de pensar a proposta de Fabulação Crítica (Hartman, 2020; 2021), do rememory (Morrison, 2007; 2020), do womanism (Alice Walker, [1983]; 2021), da noção de sistah (Kilomba, 2019) e da confraria (Evaristo [2018]; 2022) como possíveis respostas para a questão de pesquisa formulada e aqui apresentada. A partir do e no vestígio, método proposto por Sharpe (2023), desejo seguir os

Laços de irmandades criados pelas personagens e, também, pela autora Luciany Aparecida, na tessitura da trama que tem como pilar o amor entre mulheres, buscando levar em consideração o tempo espiralar (Martins, 2021) predominante no romance, bem como a sororidade (Piedade, 2017) marcadamente presente na obra.

**Palavras-chave:** Mata Doce. Linhagem materna. Romance ancestral negro-brasileiro. Vestígio.

## REFERÊNCIAS

APARECIDA, Luciany. **Mata Doce**. Rio de Janeiro: Alfaguarra, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Canção de ninar menino grande**. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

HARTMAN, Saidya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro/RJ, v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020.

MORRISON, Toni. Rememória. *In*: MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**: ensaios, discursos e reflexões. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 413-416.

SHARPE, Chistina. **No vestígio**: negridade e existência. São Paulo: Ubu, 2023.

WALKER, Alice. Em busca dos jardins de nossas mães. *In*: WALKER, Alice. **Em busca dos jardins de nossas mães**: prosa mulherista. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 209-220.

## A RUA É NÓIS: REGISTROS DA CULTURA NEGRA EM CURITIBA E REGIÃO

Hiully Thainá Andrade Oliveira<sup>38</sup>

Este trabalho nasce do desejo de registrar, por meio da fotografia, a beleza da cultura negra e favelada em Curitiba e na Região Metropolitana, com foco nas batalhas de rima que acontecem em locais públicos. Ao longo dos anos, vi muitas representações negativas da favela — imagens que reforçam a dor, a miséria, o abandono. No entanto, o que me comove e move é justamente o contrário: a favela que sorri, que rima, que se veste bem, que se orgulha de si. A favela que produz arte e se reconhece nela. Por isso, minha proposta não é romantizar a realidade, mas, nas palavras dos Racionais MC's, lembrar que “até no lixão nasce flor”. Ter uma visão positiva sobre nós mesmas/os, sobre nossos espaços e nossas potências, é um gesto de resistência e cuidado com nossa autoestima.

As fotos que apresento são minhas, feitas na maioria das vezes com a câmera do celular. A granulação e a baixa iluminação nessas fotos se impuseram por necessidade, mas acabou se tornando parte da estética visual que desenvolvi. As imagens capturam cenas reais e potentes: os sorrisos dos MCs e do público, os abraços, os apertos de mão, os gestos performáticos durante as rimas, os olhares concentrados, as lanternas acesas na batalha final, as crianças que assistem, as “folhinhas” que anunciam o vencedor, a energia do MC (mestre de cerimônias), e até o gesto de tirar a “foto da foto” - quando amigos e o público registram quem está no “palco”.

Metodologicamente, construo este trabalho como um relato de experiência fotográfica com base nas minhas vivências como artista negra, periférica e participante desses espaços culturais. A análise das imagens é atravessada por dois eixos teóricos: os estudos da representação, com base em Stuart Hall (2016), e a teoria da imagem fotográfica, com Roland Barthes (1984) e sua distinção entre *studium* e *punctum*. O

---

<sup>38</sup> Discente de graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do projeto de extensão Karingana, vinculado à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

*studium* permite compreender o contexto social e cultural em que as batalhas acontecem, enquanto o *punctum* se revela em detalhes que atravessam emocionalmente.

Essas imagens, mais do que documentos, são celebrações. Um dos resultados mais bonitos do processo é perceber a reação das pessoas fotografadas: o orgulho e o encantamento ao se verem bem retratadas. Isso reforça a potência da fotografia como ferramenta de construção de autoestima e pertencimento. Como desdobramento desse trabalho, participei, ao lado da fotógrafa Danielle Freitas, da exposição "Ritmo e Fotografia", organizada por estudantes de Comunicação da UFPR. A mostra reuniu registros autorais das batalhas de rima.

Para mim, fotografar esses momentos é também uma forma de cuidado coletivo, uma pedagogia do orgulho. As batalhas de rima, com suas provocações, seus corpos em cena e sua vibração, lembram a capoeira: é uma luta, só que de palavras, onde todo mundo é irmão. A batalha é mais uma forma de aprender a defesa, só que essa não é corporal, mas com palavras e argumentação.

As imagens produzidas neste trabalho são, ao mesmo tempo, políticas e poéticas. Elas revelam que, mesmo nos espaços historicamente silenciados, a juventude negra faz ecoar sua arte, alegria e potência. Mais do que registros, essas fotos nos devolvem um espelho onde, enfim, podemos nos reconhecer com beleza, complexidade e dignidade.

**Palavras-chave:** Fotografia. Batalhas de rima. Resistência cultural negra. Cultura favelada.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

RACIONAIS MC'S. **Vida loka parte I**. Nada como um dia após o outro dia, Cosa Nostra, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Q7xbzQK5YA>. Acesso em: 25 mai. 2025.

## IMAGENS QUE ME ATRAVESSAM, POÉTICAS VISUAIS E DIÁLOGOS CARTOGRÁFICOS SOBRE MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE

Larissa de Souza Fagundes Leonardi<sup>39</sup>

Esta pesquisa pretende criar obras gráficas utilizando-se de técnicas experimentais de arte impressa, gravura, colagem e processos fotográficos alternativos (cianotipia<sup>40</sup>, antotipia<sup>41</sup>). Utilizando para tantas memórias, recordações de infância, e fotografias pessoais do meu acervo, referente as minhas experiências de ser integrante de uma família inter-racial.

Ao pesquisar a história dos meus antepassados afrodescendentes, através de fotografias encontradas na casa da minha avó materna, descobri que não haviam informações sobre as pessoas negras ali retratadas, atribui esta falta de informações à herança do colonialismo e escravidão. Entendendo que esta carência de informações não acomete somente o meu núcleo familiar, mas atinge milhares de afrodescendentes por todo país.

Desta maneira pretendo usar estes fragmentos fotográficos para resgatar uma memória coletiva que de acordo com Maurice Halbwachs, (1990, p.80) pode ser definida da seguinte maneira:

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte em um grupo, aquele mesmo que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não

---

<sup>39</sup>Discente de mestrado em Artes Visuais pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP) Licenciada em Artes Visuais pela EMBAP. Integra o grupo de pesquisa GRACON (Gravura Contemporânea: reflexões e processos de criação –UNESPAR - PR)

<sup>40</sup> Processo de cópia de imagem, que consiste em expor um negativo e um papel - ou outro suporte -, emulsionado com dois químicos fotossensíveis a base de ferro, a luz ultravioleta - que pode ser a luz solar -, obtendo com isso uma imagem com um azul específico chamado azul da Prússia.

<sup>41</sup> A antotipia é um processo que utiliza a fotossensibilidade de pigmentos vegetais impregnados em papel para produzir impressões fotográficas. A luz do sol, ao entrar em contato com esses pigmentos, degrada-os e aumenta o contraste entre o papel e uma imagem a ser revelada, possibilitando a impressão de imagens.

interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

Sendo assim, as imagens aqui se transformaram em palavras, dando corpo a um livro de artista, que dá coesão a todo este material recolhido e produzido durante esta pesquisa, me colocando no papel de ser objeto e autora da minha própria história visual

Pretendo trabalhar e pesquisar processos experimentais que envolvem não somente o passado, mas o presente e a representação que tentamos fazer do que é e do que somos, presente, passado, imagens, realidade, ancestralidade e ficção, em um tempo espiralar, citando aqui Leda Maria Martins (2020, p.63)

A ancestralidade é clivada por um tempo curvo, recorrente, anelado; um tempo espiralar, que retorna, restabelece e também transforma, e que em tudo incide. Um tempo ontologicamente experimentado como movimentos contíguos e simultâneos de retroação, prospecção e reversibilidade, dilatação, expansão e contenção, contração e descontração sincronia de instâncias compostas de presente, passado e futuro.

Para chegar ao objetivo geral deste projeto que será produzir um livro de artista, expressando e incorporando um caráter contracolonialista, promovendo deste modo a aproximação à cultura afro-brasileira por meio de visualidades contemporâneas; estudarei artistas afrodescendentes; que usaram desta premissa de usar memórias, fotografias e recordações pessoais em suas criações, como Rosana Paulino (2011), Aline Motta (2022).

Planejo fundamentar minha pesquisa em teóricos que discorrem sobre fotografia e memória, como Boris Kossov (2001), memória individual, como Maurice Halbwachs (1990), e outros autores que relacionam memória e a arte contemporânea como Stuart Hall (2006), Walter Benjamin (2012), Katia Canton (2009).

**Palavras-chave:** Gravura. Arte Impressa. Memória. Arte Contemporânea. Ancestralidade.

## REFERÊNCIAS

CANTON, Katia. **Tempo e Memória**. São Paulo.: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HALBWACKS, Maurice. **Memória Coletiva**. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Editora Vertice, 1990.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021

MOTTA, Aline. **A água é uma máquina do tempo**. São Paulo: Círculo de Poemas, 2022.

PAULINO, Rosana. **Imagens de sombras**. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 2011.

## ÁGUAS QUE CONTAM: MEMÓRIAS ANCESTRAIS NAS VOZES DE MULHERES NEGRAS

Luiza Santana de Aguiar<sup>42</sup>

Amanda Crispim Ferreira<sup>43</sup>

Este projeto de pesquisa insere-se no campo dos estudos literários, com ênfase na literatura negro-brasileira, tendo como objeto a prosa de autoria feminina negra, analisada sob a perspectiva da memória histórica e cultural. Para tanto, delimitam-se como corpus os contos Olhos d'Água, de Conceição Evaristo, Das águas, de Cristiane Sobral, e Arlinda, de Fátima Trinchão. Ao colocar essas obras em diálogo, busca-se compreender de que modo a literatura escrita por mulheres negras contribui para a visibilidade e a ressignificação da memória afro-brasileira, nas suas dimensões histórica e social.

Partindo do reconhecimento da importância da literatura negra como instrumento de subversão das narrativas hegemônicas, propõe-se a análise crítica dessas prosas contemporâneas, com o intuito de identificar como essas vozes femininas operam na desconstrução de estereótipos e na (re)construção de uma memória coletiva pautada na resistência. A literatura negro-brasileira, nesse contexto, afirma-se como espaço de valorização identitária e insurgência discursiva, desafiando o apagamento racial promovido por uma tradição literária elitista e abrindo caminhos para o resgate de saberes ancestrais.

A memória ancestral - aqui compreendida como articulação entre memória histórica e herança cultural - não se configura apenas como reconstrução do passado, mas também como afirmação de identidades que persistem como formas de resistência frente aos efeitos do racismo estrutural. Assim, torna-se fundamental destacar a

---

<sup>42</sup> Discente de graduação em Letras-Português pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

<sup>43</sup> Professora do colegiado de Letras-Português da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Letras Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (NEABI/UTFPR).

produção literária de mulheres negras, que têm desempenhado papel central na consolidação dessa literatura. Desde Maria Firmina dos Reis, no século XIX, e Carolina Maria de Jesus, no século XX, até autoras contemporâneas como Evaristo, Sobral e Trinchão, observa-se um movimento literário que denuncia opressões históricas, reivindica espaços de pertencimento e contribui para a transformação do cenário literário nacional.

Nessa perspectiva, a análise das obras *Olhos d'Água*, *Das águas* e *Arlinda* permite compreender como essas autoras constroem narrativas marcadas por símbolos e personagens que tensionam o presente a partir de um olhar voltado ao passado. O conceito de *escrevivência*, cunhado por Conceição Evaristo, revela-se fundamental para esta pesquisa, ao definir uma escrita enraizada nas experiências concretas e cotidianas de ser mulher negra em uma sociedade atravessada por desigualdades raciais e de gênero.

Com base nesse panorama, o objetivo geral deste estudo é compreender como a prosa de mulheres negras contemporâneas pode funcionar como espaço de ressignificação histórica da diáspora africana no Brasil. Entre os objetivos específicos, destacam-se: interpretar as obras selecionadas a partir dos elementos simbólicos presentes, especialmente aqueles ligados à ancestralidade e à água; comparar as estratégias narrativas utilizadas pelas autoras na ressignificação da memória histórico-cultural afro-brasileira; e salientar o papel de Evaristo, Sobral e Trinchão na consolidação da literatura negro-brasileira contemporânea.

A metodologia adotada será qualitativa, exploratória e bibliográfica, com ênfase na leitura crítica dos contos. A análise será conduzida inicialmente de forma individual e, posteriormente, comparativa, considerando a construção das personagens femininas negras, os símbolos que as atravessam e a presença recorrente da água como elemento transformador e ancestral. A escolha dos contos e das autoras justifica-se pela forma como suas narrativas resgatam o passado para compreender o presente e projetar o futuro, sempre a partir de um ponto de vista feminino e negro.

A fundamentação teórica baseia-se a partir da definição de literatura negro-brasileira, conforme proposta por Cuti (2010). Embora o conceito de literatura afro-brasileira, proposto por Duarte (2011), seja relevante, opta-se aqui pela expressão literatura negro-brasileira por seu alinhamento mais preciso à abordagem adotada.

Destacam-se, ainda, as contribuições da coletânea BrasilAfro Autorrevelado, organizada por Miriam Alves, especialmente a seção Mulheres negras: vozes na literatura, que enfatiza a centralidade das experiências femininas negras na construção de narrativas literárias contemporâneas.

Espera-se que esta pesquisa contribua significativamente para os estudos literários, especialmente no que tange à valorização da produção de autoras negras, ao evidenciar como Fátima Trinchão, Cristiane Sobral e Conceição Evaristo mobilizam a escrita como ferramenta de resistência, resgate e afirmação de identidades afro-brasileiras. Busca-se demonstrar que a centralidade das personagens femininas negras não apenas representa uma escolha estética, mas também uma estratégia política de denúncia e de reivindicação de espaços no campo literário.

Além disso, almeja-se que a análise proposta fortaleça a historiografia da literatura negro-brasileira, ao promover reflexões sobre identidade, pertencimento e herança cultural no contexto da diáspora. Entre os resultados esperados, destacam-se a identificação de convergências e especificidades estilísticas entre as autoras, com atenção especial aos temas da resistência feminina, do enfrentamento ao racismo estrutural e da valorização das tradições ancestrais.

Em síntese, pretende-se que o estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre a literatura negro-brasileira contemporânea, especialmente no que se refere à historicização e valorização das vozes negras, à crítica dos mecanismos de exclusão e à defesa da ampliação do acesso à produção literária de autoras negras - tanto por pessoas negras quanto não negras - como elemento essencial à democratização do espaço literário.

**Palavras-chave:** Literatura negro-brasileira. Memória histórica e cultural. Escrivência. Autoria feminina negra.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 8, n.1, p. 229-236, 2000.

ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

ALVES, Miriam. **Brasil Afro autorrevelado:** Literatura brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

AMARO, Vagner (Org.). **Olhos de Azeviche:** dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira. São Paulo: Editora Malê, 2017.

AQUINO CORREA, Regina Helena Machado (Org.). **Nem fruta, Nem flor:** poéticas afro-femininas. Londrina: Edições Humanidades, 2006.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. "Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira". **Revista Palmares**, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água.** São Paulo: Editora Malê, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no Mundo:** etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia Editora Ltda., 2005.

MONTEIRO, Sueli de Jesus. A saga da escritora negra brasileira na busca da legitimidade da literatura negada. In: MACHADO, Rodrigo Vasconcelos (Org) **Panorama da literatura negra ibero-americana.** Curitiba: UFPR, 2015. p. 380-391.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver:** memórias de descendentes de escravos. Londrina: EDUEL, 2006.

SANTOS, L. M. N. de S. Negropoéticas e negropolíticas na Literatura negro-feminina brasileira contemporânea. **Tabuleiro de Letras**, Salvador/BA, v. 9, n. 2, p. 83-101, 2016.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Da literatura negra à literatura afro-feminina. *Revista Via Atlântica*, São Paulo/SP, v.11, n.2, dez. 2010.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Literatura de autoria feminina negra: (Des)Silenciamentos e ressignificações. **fólio - Revista de Letras**, Vitória da Conquista/BA, v. 2, n;1, p. 20-37, 2018.

SOUZA, Florentina. Memória e performance nas culturas afro-brasileiras. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 30-39.

SOUZA, Florentina. Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

## TECENDO SABERES COM MULHERES QUE INSPIRAM

Natalia Micheli Villa<sup>44</sup>

Marleide Rodrigues da Silva Perrude<sup>45</sup>

O diálogo entre e com mulheres negras e indígenas é um elemento importante nos âmbitos pessoal e coletivo. Trata-se de uma ferramenta política para denunciar estruturas de opressão, como o racismo, o sexismo, o classismo, entre outras interfaces que subjugam e delimitam o modo de vida das mulheres negras. Este trabalho apresenta as ações desenvolvidas pelo grupo de estudos “Mulheres que Inspiram”, que tem como objetivo ampliar os espaços de diálogo acerca das trajetórias e produções de mulheres latino-americanas e caribenhas. O grupo surge a partir do questionamento: como ampliar a circulação de obras de mulheres negras e indígenas no cenário acadêmico brasileiro? Adotando uma abordagem qualitativa, relatamos a experiência do grupo e discutimos sua relevância para o fortalecimento dos debates étnico raciais e das iniciativas de enfrentamento ao racismo epistêmico no Ensino Superior.

Historicamente, as mulheres negras lideram movimentos sociais, e o diálogo organizado amplifica suas vozes na luta por equidade. As conversas geram saberes que contrapõem as narrativas do heteropatriarcado, como no feminismo negro de Gonzalez (1984), Carneiro (1995), hooks (2019) e Davis (2016). O diálogo com essas autoras evidencia como as interseccionalidades de raça, gênero, classe e outras identidades se cruzam, criando opressões que tornam indispensável o debate sobre feminismo e antirracismo, como propõem Collins e Bilge (2020) e Akotirene (2019). O diálogo entre e com mulheres negras e indígenas é um ato de resistência, transformação e construção de futuros, como disse Evaristo (2014, p. 99): “A gente combinamos de não morrer”.

---

<sup>44</sup> Discente de doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UEL).

<sup>45</sup> Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-doutorado pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita/SP (Unesp). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Universidade Estadual de Londrina (Neab/UEL).

Neste ano (2025), a proposta é explorar as obras de Conceição Evaristo, iniciando com o livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016). Por meio dessa leitura, consolidamos um espaço para refletir, junto à autora, sobre vivências marcadas por questões étnico-raciais. Dessa forma, alcançamos camadas da comunidade acadêmica com experiências e origens similares, que muitas vezes não encontravam apoio em outros espaços da universidade, atingindo o objetivo de mostrar a esses estudantes que seus rostos também são acadêmicos. Para isso, suas experiências são valorizadas, suas reflexões acolhidas em um espaço seguro de grupo de estudos e, com uma abordagem mais leve, busca-se aliviar um pouco as tensões impostas pelas demandas acadêmicas, por meio de diálogos profundos.

Os encontros são quinzenais, via Google Meet. A seleção das obras é feita por aclamação e, no primeiro encontro, realiza-se uma apresentação estruturada, estabelecendo-se a metodologia de abordagem, que varia conforme a obra escolhida. No caso de *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, por se tratar de uma coletânea de contos, definiu-se que nos dois primeiros encontros seria lido um conto por vez, e, nos encontros seguintes, dois contos por sessão.

À guisa de resultados, observa-se o comprometimento dos participantes. À medida que o projeto avança, as metodologias se consolidam e constrói-se uma linguagem voltada ao acolhimento, aos estudos e aos diálogos. As vivências proporcionadas pelos encontros com essas grandes mulheres – que inspiram – permitem a crítica ao cotidiano e a análise das experiências racializadas em múltiplas camadas, com suas nuances devidamente contempladas.

O grupo de estudos, mais do que um espaço de troca, configura-se como um ato político de resistência e transformação. Fortalecem-se as lutas coletivas sob uma perspectiva interseccional. A literatura, as rodas de conversa e a tradição oral tornam-se ferramentas essenciais para confrontar as opressões e reafirmar a memória e a ancestralidade negra. A união entre teoria e vivência é fundamental para a construção de um feminismo negro decolonial e antirracista. Assim, seguimos afirmando, como propõe Conceição Evaristo, em suas obras, resistir é reescrever histórias e pavimentar caminhos. A luta continua, e é no diálogo, na escuta e na coletividade que ela se renova e se expande.

**Palavras-chave:** Literatura afro-brasileira. Literatura-latinoamericana. Mulheres Negras.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaira, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 545-552, 1995.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. **Eu não sou uma mulher?** Mulheres Negras e Feminismo. Tradução de Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

## LITERATURA NEGRA E VESTIBULAR: O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Taynara Cristina de Souza Silva<sup>46</sup>

Este resumo corresponde a um recorte da pesquisa de doutorado intitulada “COTAS: PARA QUÊ TE QUERO? INDAGAÇÕES E INQUIETAÇÕES SOBRE LITERATURA, ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DE COTAS RACIAIS PARA INGRESSO NA UEM”, defendida no ano de 2024, pela pesquisadora, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). No recorte em questão apresento as listas de indicação para leitura dos vestibulares de universidades estaduais paranaenses durante 2019 e 2020, anos imediatamente posteriores à implementação de cotas raciais para ingresso na UEM, com o intuito de analisar a presença desta literatura nas indicações para provas e nas questões aplicadas nas provas de vestibular da UEM. Analisar presença e ausência de tal literatura é, indiretamente, analisar os efeitos da lei 10639 no ensino e os impactos disso para ingresso na universidade pública. Ademais, é verificar os impactos dessa presença na educação antirracista e na construção da identidade de pessoas negras com vistas ao combate ao racismo e à valorização da cultura e identidade negras.

Com tal intento, foram analisadas as listas de indicação dos vestibulares estaduais paranaenses para as provas aplicadas entre 2019 e 2020 e as provas aplicadas neste período na Universidade Estadual de Maringá. As análises foram feitas com base nas discussões de Lélia Gonzales (2020), Thomas Bonnici (2011), Conceição Evaristo (1996), Luiz Silva Cuti (2010), que possibilitam visitar o conceito de literatura negra brasileira, escrevivência, e a constituição identitária e cultural do negro brasileiro.

Sobre as listas de indicações para os vestibulares, foi possível identificar predominância de literatura de autoria masculina branca. Isto evidencia tanto desigualdade de gênero quanto étnico-racial. No entanto, no nicho da literatura negra,

---

<sup>46</sup> Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Letras - Inglês pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

as mulheres performam maior número. Em relação às questões do vestibular da UEM, as questões oscilaram entre abordagem temática, estrutural e social da literatura. Em se tratando de literatura negra, a oscilação se repete, desta vez, com outro fator a ser acrescentado na análise: a representação discursiva do negro autor, que varia entre reforço negativo de estereótipo e valorização negra.

Sem mais, concluo com trecho da dissertação no qual digo:

Em suma, o que estes números representam? Empresto as palavras de Lélia Gonzalez (2020) para dizer: “E no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena” (Gonzalez, 2020, p. 79). Isto significa que, mesmo a população brasileira sendo majoritariamente negra, sua representatividade é quase transformada em ausência nas indicações para os vestibulares paranaenses.

**Palavras-chave:** Literatura negra. Vestibular. Escrivência. Educação antirracista.

## REFERÊNCIAS

BONNICI, Thomas. Epílogo. In: **Multiculturalismo e diferença: narrativas do sujeito na literatura negra britânica e em outras literaturas**. Maringá: Eduem, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção 1, p.1, 9 jan. 2003.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

EVARISTO DE BRITO, Maria da Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro brasilidade**. 1996. Dissertação. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

## QUEM VALIDA E QUEM CONTROLA O CONHECIMENTO? A VOZ SILENCIADA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Verônica de Souza Santos Flôr<sup>47</sup>

Na tese de doutorado, eu apresentei a edição dos manuscritos referentes ao livro publicado em 1960, Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, da escritora Carolina Maria de Jesus. Na pesquisa, além da edição paleográfica, apresentei 5 lugares de crítica numa colação entre os manuscritos e a obra impressa: pontuação, supressão, substituição, acréscimo e deslocamento. A ideia inicial da seleção destes lugares é inspirada no trabalho de Perpetua (2014) que realiza um levantamento ocular de três desses lugares: substituição, supressão e acréscimo. No entanto, ela não faz uma apresentação editorial nem tampouco quantitativa dos dados levantados e nem todas as alterações nestes campos são expostas.

Assim, escolho usar a metodologia da Crítica Textual para dar robustez aos estudos apresentando dados concretos para que seja possível mensurar o abismo entre os testemunhos. Em todos esses locais, foram encontrados dados relevantes para identificar uma discrepância no projeto de criação da obra, anulando uma escritora de poética efusiva e relevante para a história deste país. Identifico que o mergulho pelos manuscritos, bem como o projeto que tenho desenvolvido desde então, mostram uma fonte de pesquisa inesgotável nesta obra que está longe de ser compreendida.

Para isso, pretendo apresentar nesta comunicação relatos suprimidos da obra e expostos nos manuscritos que condicionam uma interpretação equivocada acerca da autora, silenciando a sua verve poética que entrelaça política social e literatura como um fundamento primordial da escrita negro-brasileira. Para isso, retomo trechos dos

---

<sup>47</sup> Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

manuscritos estendendo o debate para com a questão da observação em torno das análises autorais que a própria escritora mineira o faz em seus escritos e são deslocados e/ou apagados na obra que nos chega por meio do impresso. Infelizmente, nem todos os elementos citados pela escritora poderão ser descritos na comunicação e assim escolhidos referentes a sua lida com a escrita especialmente apontando sua biblioteca e a maneira como se relaciona com ela. Tudo isso porque ainda hoje a ideia do conhecimento e sua relação com o poder é um tema capcioso em nossa sociedade. Corporificar isso na pesquisa científica, a partir da escritora de Quarto, Casa de Alvenaria e outras obras induz-nos a refletir como o poder define a validade do conhecimento e quem o detém.

Apoio-me de escritoras como Gonzalez (1984), Nascimento, Hooks e Hartmann para pensar as mãos de mulheres negras na escrita de sua história social (Flôr, 2023). Concluimos com a pesquisa que não apenas a escritora teve sua intencionalidade silenciada, como ainda há um reforço insistente em acatar exclusivamente aquilo que está no impresso ignorando a busca aos arquivos e consequentemente publicização do texto primário de Carolina Maria de Jesus.

**Palavras-chave:** Quarto de Despejo. Carolina Maria de Jesus. Manuscritos. História Social da Escrita de Mulheres Negras. Epistemicídio.

## REFERÊNCIAS

FLÔR, Verônica de Souza Santos. **“Esta claro que ele estando na sala de jantar não vae ver o que presta no quarto de despêjo”**: edição e colação de testemunhos referentes a quarto de despejo: diário de uma favelada – Tomo 1. Salvador, 2023.

GONZALES, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. tradução José Luiz Pereira da Costa. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **A vida escrita de Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte, Nandyala, 2014.

## **MIGRAÇÃO, GÊNERO E RAÇA**

**Coordenação:**

**Judit Gomes da Silva**

**Ana Carolina Dartora**

**Elisa Hipólito do Espírito Santo**

## PRÓLOGO

Propomos um espaço interseccional de pesquisa centrado nas experiências de mulheres negras em contextos migratórios. Reconhecendo que os deslocamentos humanos são moldados por estruturas coloniais, racialistas e patriarcais. Em consonância com essa perspectiva, a pesquisadora Carol Dartora (Deputada Federal/PT-PR), em visita ao Consulado-Geral do Brasil em Nova Iorque (2025), como parte da agenda da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR), refletiu criticamente sobre a ausência de políticas antirracistas e de gênero no consulado, destacando a sub-representação de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ nos quadros da instituição, especialmente em cargos de liderança, nas perspectivas de autoras como Lélia Gonzales (2020) e Elisa Espírito Santo (2023), e do autor Milton Santos (2023).

Neste sentido, essa ST reúne estudos que explorem como essas mulheres vivenciam, negociam e resistem às dinâmicas migratórias em diferentes contextos, desde o Sul Global até as diásporas africanas e fluxos transnacionais contemporâneos, em diferentes níveis e escalas. O objetivo é fortalecer o diálogo acadêmico, priorizando vozes de pesquisadoras negras que desafiam as normatividades da produção científica, mapeando opressões e celebrando insurgências cotidianas que constroem outras geografias possíveis.

## **MIGRAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS HUMANOS: A URGÊNCIA DE POLÍTICAS TRANSVERSAIS**

Ana Carolina Dartora<sup>48</sup>

A realidade migratória no Brasil exige uma análise crítica e interseccional que reconheça as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por pessoas migrantes, em especial mulheres negras e periféricas. Em um contexto de racismo estrutural, patriarcado e neoliberalismo global, a migração não pode ser pensada como um fenômeno isolado, mas como parte de um sistema internacional de exclusão, exploração e deslocamento forçado que impõe novos limites à dignidade humana.

Neste Grupo de Trabalho, propomos refletir a partir das experiências de mulheres negras migrantes, das trajetórias marcadas por despossessão, violência institucional e silenciamentos – e, ainda assim, por potências de resistência. As fronteiras que se desenham sobre o corpo negro feminino, tanto nos territórios quanto nas instituições, materializam o abandono do Estado e sua cumplicidade com regimes de exclusão. É preciso romper com as práticas colonialistas que atravessam as políticas migratórias, construindo marcos que reconheçam a migração como um direito e não como uma concessão condicionada ao lucro, à produtividade ou à invisibilidade.

Atravessando essa análise está a urgência de transversalizar as políticas de migração com recortes de gênero, raça e classe. Isso significa garantir acesso à educação, à saúde, à regularização documental, à proteção contra violências e à possibilidade de construção de pertencimento e futuro. Políticas públicas que não consideram os marcadores sociais da diferença reforçam desigualdades históricas e alimentam a marginalização dos corpos já vulnerabilizados.

A presença de corpos negros migrantes nas periferias urbanas, nas ocupações, nas escolas, nas ruas e nos trabalhos informais revela tanto as cicatrizes do

---

<sup>48</sup> Discente de Doutorado em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

colonialismo contemporâneo quanto as estratégias de sobrevivência e reinvenção. Muitas vezes, são mulheres negras migrantes que sustentam as redes de cuidado, que enfrentam jornadas triplas e que ainda sofrem xenofobia e misoginia institucional. Reconhecer essas realidades não é apenas um gesto de reparação histórica, mas um compromisso ético com a justiça social e com a democracia.

Nessa ST, propomos pensar a migração como um direito inegociável e convocamos o campo da educação a assumir seu papel político na desconstrução dos discursos hegemônicos que naturalizam a exclusão. A educação antirracista, interseccional e popular precisa acolher, incluir e valorizar as experiências migrantes como parte fundamental da construção do saber.

A perspectiva que guia essa discussão parte de vivências e práticas concretas, como as já compartilhadas ao longo deste percurso. A solidão, o abandono, a violência emocional e o racismo que se instalam na trajetória de muitas mulheres negras não são desvios, são parte da estrutura que precisamos enfrentar. No entanto, também são dessas experiências que brota a potência de um outro mundo possível — um mundo que respeita, acolhe e garante o direito de todas as pessoas existirem plenamente.

## REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LUMUMBA, Patrice. **Escritos políticos**. São Paulo: Hedra, 2011.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

## **ENTRE A AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO: IMPASSE POLÍTICO DAS ORGANIZAÇÕES FEMININAS EM ANGOLA**

Doneta Francisco António<sup>49</sup>

No contexto africano e particularmente em Angola, a emancipação da mulher enfrenta entraves históricos que remontam ao período colonial quando o homem foi instruído como centro das decisões políticas e sociais, enquanto a mulher condicionada ao papel de dona de casa. A partir da criação de diversas organizações femininas, iniciaram - se debates sobre o papel da mulher na sociedade e promoção da igualdade de gênero em espaços como escolas, universidades e fóruns públicos.

Nesta pesquisa, discute-se a questão da autonomia e subordinação política das organizações femininas angolanas com foco na Organização da Mulher Angolana (OMA) e na Liga da Mulher Angolana (LIMA), instituições que, embora contribuam para a mobilização de mulheres e jovens na atuação em esferas políticas, econômica e social em Angola, conota - se uma forte vinculação político-partidária dessas organizações aos partidos na foram fundados ou estão filiados. De alguma forma acaba influenciando as organizações em sua capacidade de tomada de decisão e a construção de políticas públicas voltadas às mulheres considerando o contexto histórico e político de Angola. A relevância desta pesquisa reside na escassez de estudos que problematizam a atuação dessas organizações serem autônomas e serem representativas das políticas públicas de gênero. Além de que se observa que se tratando de organizações femininas angolanas, a produção acadêmica tende a se concentrar na OMA, negligenciando a análise das demais organizações.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar em que medida as políticas públicas angolanas voltadas para mulheres reproduzem a lógica partidária que estrutura a OMA e a LIMA e como isso impacta sua capacidade de decisão e autonomia institucional. Entre

---

<sup>49</sup> Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduada em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

os objetivos específicos destacam-se: Investigar como a subordinação político-partidária se manifesta nas práticas da organização da OMA e da LIMA; descrever o percurso histórico e político da OMA e da LIMA e Identificar, através de entrevista a percepção de mulheres envolvidas com essas organizações e de outras franjas da sociedade civil sobre sua capacidade de representar os interesses das mulheres em Angola. Metodologicamente a pesquisa é qualitativa, por estudar fenômenos complexos.

Quanto aos procedimentos técnicos serão utilizados a pesquisa bibliográfica e de campo. Mormente faremos um estudo de campo em Angola a fim de aprofundarmos o assunto com coleta de dados por meio de entrevistas abertas com gravações, documentos primários das instituições, arquivos históricos, fotografias, entre outros. Pretendemos entrevistar mulheres pertencentes à OMA, a LIMA e de outras franjas da sociedade (zungueira, camponesas, etc). Os métodos escolhidos nos permitirão alcançar os objetivos da pesquisa e dar protagonismo às organizações estudadas a partir das narrativas dos seus integrantes. A análise fundamenta-se no estudo de Dias (2013) e Vicentini (2012), que abordam a transição de Angola da luta anticolonial para a guerra civil interna, marcada por fatores políticos e ideológicos entre os partidos políticos angolanos. Liberato (2016) destaca o papel ativo e político das mulheres angolanas na história do país, destacando a luta anticolonial até os esforços atuais por igualdade de gênero. Ducados (2004), destaca que os apoios das organizações femininas foram fundamentais no processo de acordo de paz, após a guerra civil, enquanto Silva (2017), destaca as mudanças que têm acontecido sobre o papel da mulher na sociedade angolana.

Espera - se que os resultados da pesquisa possam responder os objetivos do estudo e revelar se realmente existem empecilhos nas questões de formulação de políticas públicas relacionadas às mulheres e se há limitações destas organizações em relação às políticas públicas das mulheres representam.

**Palavras-chave:** Angola. Mulheres. Organizações femininas. Autonomia; Subordinação.

## REFERÊNCIAS

DUCADOS, Henda. **A mulher angolana após o final do conflito**. Angola, 2004. Disponível em:

<http://cef03gama5a.blogspot.com/search/label/Brunna%20Lorrany%20e%20Ester%20%20Silva.5a>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DIAS, Helenice Moreira et al. **Vozes e escritas femininas em Angola: a luta pela sobrevivência e emancipação de mulheres (1961-2002)**. São Paulo. 2013.

LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 997-1006, 2016.

SILVA, Célia Regina Ramos da; CARVALHO, Paula Manguieira de; SILVA, Elisangela Leandro da. Liderança feminina: a imagem da mulher atual no mercado corporativo das organizações brasileiras. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, v. 7, n. 25, p. 1-12, fev., 2017.

## **ENTRE RAÇA, NACIONALIDADE E VIOLÊNCIA: NOTAS SOBRE A IMIGRAÇÃO AFRICANA NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DE NOVAS FERRAMENTAS ANALÍTICAS E POLÍTICAS**

Elisa Hipólito do Espírito Santo<sup>50</sup>

Este trabalho propõe uma reflexão sobre os entrelaçamentos entre raça e imigração no Brasil, analisando como as violências subsequentes, o racismo e xenofobia, se articulam no contexto da imigração africana contemporânea. Ao investigar os regimes históricos, políticos e simbólicos que produzem desigualdades entre pessoas migrantes, proponho pensar o nexo raça–nacionalidade a partir de três dimensões analíticas distintas, mas interconectadas: (1) o histórico da imigração africana no Brasil; (2) o protesto político de movimentos sociais diante de episódios de violência contra imigrantes negros; e (3) a ausência (ou escassez) de articulação entre raça e nacionalidade nos estudos migratórios, frente à emergência do conceito de xenoracismo como categoria política e analítica.

Na primeira parte, apresento um breve histórico das políticas migratórias brasileiras desde o pós-abolição, destacando como a raça operou como um critério de exclusão e hierarquização na formação do Estado-nação. Exemplo disso são os decretos e legislações de 1890, 1892, 1920 e 1945, que restringiram explicitamente a entrada de africanos e asiáticos, ao passo que incentivavam a imigração europeia como parte de um projeto de branqueamento da população. Argumento, com base em autoras como Lélia Gonzalez (1983) e Achille Mbembe (2020), que tais medidas expressam o racismo institucional de um Estado forjado sob o ideal de uma identidade nacional branca, europeia e ocidentalizada.

Em seguida, analiso quatro episódios emblemáticos de violência letal contra imigrantes africanos no Brasil: Zulmira de Souza (2012), João Manuel (2020) e Moïse

---

<sup>50</sup> Mestra em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Kabagambe (2022), Ngange Mbaye (2025). Esses casos mobilizaram ações e protestos por parte de coletivos migrantes, movimentos negros e organizações da sociedade civil, os quais denunciaram o racismo e a xenofobia como estruturas entrelaçadas nas práticas sociais e institucionais brasileiras. As respostas políticas e midiáticas evidenciam tanto a negação estatal do racismo quanto o protagonismo dos próprios migrantes na luta por reconhecimento e justiça.

Por fim, questiono a limitada presença de análises que articulem raça e nacionalidade nos estudos migratórios brasileiros. Ainda que marcadores sociais da diferença — como gênero — tenham ganhado destaque a partir dos anos 1990, a raça permanece subteorizada como um fator que atravessa e estrutura as experiências de mobilidade e imobilidade. Nesse sentido, retomo o conceito de xenoracismo, cunhado por Ambalavaner Sivanandan e mais recentemente discutido por Deivison Faustino e Leila Maria Oliveira (2021), para pensar como a racialização da diferença nacional opera na produção de desigualdades contemporâneas. Embora a literatura brasileira sobre o tema ainda seja escassa, observo que o termo tem sido apropriado por movimentos sociais como forma de denunciar a intersecção entre racismo e xenofobia, ressemantizando-o a partir de suas próprias experiências de dor e resistência.

Com este ensaio, busco contribuir para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa que reconheça os efeitos da racialização nos regimes de mobilidade, assim como as formas de violência física, simbólica e institucional que recaem sobre corpos negros migrantes. Ao fazê-lo, argumento que é insuficiente tratar a xenofobia como única chave explicativa para a exclusão e a violência contra imigrantes: é preciso racializar os processos migratórios e tensionar as categorias analíticas hegemônicas, abrindo brechas para uma crítica antirracista das fronteiras e das políticas migratórias.

**Palavras chaves:** Raça. Migração Africana. Racismo. Xenofobia.

## REFERÊNCIAS

FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Leila Maria de. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [online]**, v. 29, n. 63, p. 193-210. 2021

GONZALEZ, Lélia. O apoio brasileiro à causa na Namíbia: Dificuldades e possibilidades. (1983) In: LIMA, Marcia; RIOS, Flavia (org). **Lélia Gonzalez, Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: N 1 edições, 2020.

## **TRAVESSIAS DE MULHERES MIGRANTES: DESLOCAMENTOS SIMBÓLICOS NO PROJETO 'TRAVESSIAS' DA UTFPR**

Franciele Cristina Gabriel<sup>51</sup>

Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque<sup>52</sup>

Segundo Norton (2013), o poder na sociedade é definido por recursos simbólicos e materiais a partir de uma relação hierárquica que afeta a sociedade e, principalmente, os migrantes e refugiados. Existem diversos fatores limitantes que impedem esses indivíduos de fazer parte dessa sociedade, como o de não falar a língua oficial do país — recurso simbólico —, que, conseqüentemente, os impedem de adquirir recursos materiais — como imóveis — ou empregos. Essas limitações e desafios se alarmam ainda mais quando esse indivíduo é uma mulher, cuja existência é marginalizada na sociedade, não apenas por ser migrante ou refugiada ou não falante de português “perfeito”, mas principalmente por ser mulher.

Bauman (2017) critica o reforço de estereótipos que classificam o migrante e refugiado na sociedade, como o que acontece com a “securitização”, que reforça padrões negativos sobre esses sujeitos na sociedade em que se encontram. No entanto, no caso das mulheres, esse estereótipo, muitas vezes, nem mesmo as atinge — não porque não existe — mas devido a sua invisibilização na sociedade. Segundo a OIM (apud Enap, 2023, p. 126), 48% das pessoas que migram do seu país de origem são mulheres, e estas o fazem por diversas razões. Considerando estes dados, percebe-se a necessidade de criar espaços, simbólicos e físicos, que visibilizem as narrativas dessas mulheres, rompendo com o padrão colonial que insiste em contar histórias únicas (Adichie, 2009) para privilegiar a classe hegemônica e demonizar a classe periférica.

---

<sup>51</sup> Discente de graduação em Letras Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

<sup>52</sup> Professora e coordenadora do curso de Letras Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Psicolinguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Letras Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Pensando nisso, surge o projeto Travessias, pertencente ao Programa de Extensão Universitário Português para Falantes de Outras Línguas. O projeto teve duração de dois anos e buscou, através de encontros assíncronos, pelo Whatsapp, e síncronos, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba (UTFPR-CT), principalmente no ano de 2023, acolher mulheres migrantes de etnias e condições socioeconômicas distintas (venezuelanas, sírias, egípcias e russas) e também brasileiras, oportunizando vivências dentro de um ambiente seguro. Para guiar as práticas do grupo, partiu-se de leituras feministas com viés decolonial, que permitisse olhar para as mulheres a partir de um ponto de vista interseccional, ou seja, considerando sua etnia, classe social, além do gênero (Ribeiro, 2018), e comunitário (Paredes, 2014) que propõe que a integração das mulheres de diferentes etnias e nacionalidades (no caso do travessias) no meio social deve ser mais acolhedora, para a criação de uma rede apoio.

Para este trabalho, iremos trazer um recorte de alguns momentos que nos mostraram maior deslocamento entre as participantes: a) oficina de feitura de unhas; b) oficina de cerâmica; c) encontro de encerramento do primeiro semestre de 2023. Como delineamentos decorrentes do projeto, apontamos que as oficinas causaram desconforto, deslocamentos e, também, aproximações, o que levou as participantes a perguntarem mais sobre a(s) cultura(s) dos países de origem umas das outras durante o encontro de encerramento do primeiro semestre de 2023. Dessa forma, entendemos que as oficinas promoveram destaque de vidas e experiências marginalizadas e a construção de espaço simbólico que não apaga as fronteiras, mas deixa caminho aberto para passagem.

**Palavras-chave:** Mulheres migrantes; Deslocamentos; Travessias.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Flutuando pela insegurança em busca de uma âncora. In: BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

ENAP. **Direitos dos Imigrantes e Orientações para o Atendimento**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Diretoria de Desenvolvimento Profissional. Brasília: ENAP, 2023.

NORTON, Bonny. Fact and Fiction in Language Learning. In: NORTON, Bonny. **Identity and Language Learning: extending the conversation**. 2. ed. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

PAREDES, Julieta. Hilando **Fino desde el Feminismo Comunitario**. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad. 2 ed. 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

## EXPERIÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA BRASILEIRA NO DOUTORADO SANDUÍCHE EM CABO VERDE

Kelvy Kadge Oliveira Nogueira<sup>53</sup>

Os fluxos migratórios são antigos, voluntários ou forçados, internos ou externos, e várias são as causas. O Relatório Mundial sobre Migração (OIM, 2024) apontou que estudar está entre os motivos pelos quais as pessoas migram intencionalmente, além daqueles que se relacionam ao trabalho, à família, aos conflitos, às perseguições e catástrofes.

O objetivo desse texto é apresentar o relato de experiência de uma mulher negra brasileira que, em 2023, vivenciou um processo migratório voluntário para fins de estudo de curto prazo na cidade da Praia, capital de Cabo Verde, para desenvolver o Plano de Trabalho “Cooperação educacional internacional entre Brasil e Cabo Verde: desafios e perspectivas no Ensino Superior”. Esse plano era um recorte da pesquisa de Doutorado intitulada “Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) na Universidade Federal do Paraná: uma análise das relações étnico-raciais no olhar de estudantes de países africanos”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação, sob orientação do professor Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva, in memoriam. A finalidade do Plano de Trabalho era identificar as contribuições e desafios do PEC-G para o Brasil e Cabo Verde no processo de cooperação educacional entre países do Sul Global. O PEC-G completa 60 anos de sua criação nesse ano de 2025, atualmente regulamentado pelo Decreto nº 11.923/2024 e Portaria Interministerial MEC/MRE nº 7/2024, integra a cooperação educacional internacional do Brasil com países em desenvolvimento, destinado para formação e

---

<sup>53</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

qualificação de estudantes internacionais com oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Países do continente africano são os mais beneficiados no PEC-G, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores no período de 2000 a 2019 Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola destacaram-se dentre os 22 países africanos participantes, com a maior quantidade de estudantes nesse Programa. O planejamento do Plano de Trabalho envolveu desafios de ordem acadêmica e financeira. No quesito acadêmico, a escolha de um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) estava condicionada a encontrar orientador ou orientadora preferencialmente de universidade pública, num cenário de poucas universidades com cursos de Doutorado num desses países. Busquei ajuda com contatos em rede social pessoal, sendo o orientador e universidade definidos com aceite pelo professor Dr. Arlindo Vieira na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). No quesito financeiro, a dificuldade foi conseguir uma bolsa de Doutorado Sanduíche via CAPES, pois para candidatar-me à bolsa era preciso ter proficiência em Inglês, devidamente comprovada com pontuação específica em teste TOEFL, mesmo que a pesquisa seria desenvolvida em país de Língua Portuguesa. O desafio de conseguir uma bolsa não foi superado, apesar de algumas tentativas, não alcancei a pontuação exigida no TOEFL pela CAPES, o que inviabilizou a possibilidade de concorrer à bolsa. Tendo que custear todas as despesas de deslocamento e permanência em Cabo Verde, fiquei apenas 2 meses no país. Apesar de ter sido um tempo curto, foi um período intenso. Fui muito bem recebida pelo orientador, por outras docentes, técnicas e técnicos da Uni-CV, bem como pela leitora brasileira professora Dra. Karina Gomes.

Dentre os resultados, conheci nesse campo pessoas egressas do PEC-G que retornaram ao país de origem e que estavam trabalhando em universidade ou no poder executivo em Cabo Verde, e relataram sobre suas vivências no Brasil, inclusive aquelas relacionadas ao preconceito e racismo (Nogueira, 2024). Essa experiência foi fundamental para apontar que o PEC-G na perspectiva da cooperação educacional internacional, contribuiu na formação de pessoas que migraram para o Brasil para fins de estudo e retornaram ao seu país, com atuação significativa no desenvolvimento da nação.

**Palavras-chave:** Migração Estudantil. PEC-G. Cooperação Educacional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 fev. 2024. Edição 32, Seção 1, Página 1. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-)

[2026/2024/Decreto/D11923.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.923%2C%20DE%2015,vista%20o%20disposto%20nos%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11923.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.923%2C%20DE%2015,vista%20o%20disposto%20nos%20art.) Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Ministério das Relações Exteriores. Portaria Interministerial MEC/MRE nº 7, de 4 de junho de 2024. Regulamenta a operacionalização do Programa de Estudantes-Convênio na modalidade de Graduação - PEC-G e de Português como Língua Estrangeira - PEC-PLE, de que trata o Decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 06 jun. 2024. Edição 107, Seção 1, Página 25. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-mec/mre-n-7-de-4-de-junho-de-2024-563765846>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NOGUEIRA, Kely Kadge Oliveira. **Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) na Universidade Federal do Paraná: uma análise das relações étnico-raciais no olhar de estudantes de países africanos**. 2024. 294 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **World Migration Report 2024**. Genebra:OIM, 2024. Disponível em:

<https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

## DESLOCAMENTOS EPISTEMOLOGOS: ANÁLISE INTERSECCIONAL DA MIGRAÇÃO SUL-SUL DE MULHERES AFRICANAS NO BRASIL

Natália Ernesto Cá<sup>54</sup>  
Bininba Djata<sup>55</sup>

Este trabalho tem como tema, deslocamentos e epistemologias partir de uma análise interseccional da migração sul-sul de mulheres africanas no Brasil contemporâneo, tendo como recorte temporal 2015-2025. A migração tem atravessado nossos corpos e trajetórias, movimentando não apenas fronteiras geográficas, mas também epistemológicas. Milhões de pessoas — homens, mulheres e crianças por motivos diversos, seguem em deslocamentos pelos territórios do Sul-global, compondo fluxos migratórios cada vez mais intensos. De acordo com (Quijano,2005), no Brasil, a imigração envolve a questão da colonialidade do poder e do saber entre os migrantes do Norte-Global e do Sul-global, na qual, a raça e nacionalidade foram estabelecidas como instrumentos de classificação social para o tratamento e na efetivação de políticas públicas. Da mesma forma, dados apresentados por Hallak Neto e Simões (2020), citados por (Ghiggi, 2024), revelam profundas desigualdades raciais na renda entre migrantes no Brasil: enquanto migrantes brancos têm rendimento médio mensal de R\$ 9.313,00, pretos recebem R\$ 1.866,00 e pardos R\$ 3.867,00. Esses dados, evidenciam as desigualdades estruturais no mercado de trabalho.

A partir desse cenário, este texto propõe um olhar para migrantes africanos em especial, mulheres como sujeitos que produzem saberes epistemológicos. Isso se torna especialmente relevante diante do fato de que, majoritariamente, essas mulheres são vistas e lidas a partir de posições subalternizadas. O objetivo desta comunicação

---

<sup>54</sup> Discente de doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

<sup>55</sup> Discente de doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro do grupo de Pesquisa sobre Gênero e Política (O Poligênero).

consiste em compartilhar, a partir do nosso relato de experiência, uma compreensão interseccional sobre a migração Sul-Sul de mulheres, refletindo sobre os deslocamentos físicos e epistemológicos vividos e analisando como gênero, raça e nacionalidade se entrecruzam nas trajetórias de mulheres africanas e no processo de inserção social e cultural no Brasil.

Sustentada no cruzo de saberes sociais, como, antropologia, pedagogia e sociologia, trazendo como a categoria da análise a questão de raça, gênero e nacionalidade, o estudo se apoiará na pesquisa qualitativa. De acordo com (Minayo, 2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, contextuais nas relações humanas, que não pode ser reduzida as oscilações. A partir disso, pretendemos enquanto mulheres, pretas, africanas, migrantes e pesquisadoras, partir do nosso “lugar de fala”, para refletir como o processo migratório não apenas marca nossas existências, mas também reflete nossos modos de agir e fazer ciência.

Pensar a migração como um marcador social, tem nos auxiliado como nos alerta (Fanon, 1963/2001), da importância e necessidade de descolonização do saber, ou seja, desaprender os modelos, valores e epistemologias impostos pela colonização, a fim de reaprender sobre nós mesmos e sobre os nossos, a partir de nossas próprias experiências, referências históricas, culturais e sociais

Nesse sentido, a migração e os deslocamentos vividos por sujeitos do Sul Global, especialmente por mulheres negras africanas, têm se revelado espaços potentes de (re)aprendizagem. O ato de migrar, muitas vezes marcado por dor, ruptura e resistência, também possibilita novas formas de se reconectar com as ancestralidades, de questionar as narrativas hegemônicas e de reconstruir identidades em diálogo com outras margens do mundo.

**Palavras chave:** Migração Sul-Sul. Mulheres Africanas. Epistemologias. Interseccionalidade.

## REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963/2001.

GHIGGI, Gioconda. **O Lugar das Crianças Migrantes e Refugiadas nas Políticas Públicas em Educação Infantil no Brasil**. 2024. 248p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18ªEd. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005.

**LITERATURA PARA AS INFÂNCIAS  
E PROTAGONISMO NEGRO:  
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E  
MEDIÇÃO EM ESPAÇOS  
EDUCATIVOS**

**Coordenação:  
Samara da Rosa Costa  
Mariana Silva Souza**

## PRÓLOGO

A sessão discute a seleção e o uso de livros infantis com protagonismo negro em ambientes educacionais, abordando critérios literários, representatividade nas ilustrações, autoria negra e aplicação pedagógica. O objetivo é debater como profissionais da educação, bibliotecários e agentes educacionais escolhem e trabalham obras literárias que valorizam a identidade racial negra, destacando os parâmetros que garantam qualidade artística, representatividade e potencial transformador. Este debate está ancorados nos estudos de autoras e autor das áreas de literatura infantil e relações raciais, a saber: Samara da Rosa Costa, Sara da Silva Pereira e Lucimar Rosa Dias (2022), Débora Araujo e Thiara Cruz (2021), Mariana Souza (2021), Paulo Vinicius Baptista da Silva e Rita Moser (2021) e Eliane Debus (2017).

A literatura para as infâncias é uma ferramenta potente na construção de identidades e no combate ao racismo. Ainda que exista um discurso relacionado a escassez de obras com personagens negros e negras, há muitas obras em circulação. O aumento da oferta desses livros constituiu um avanço, entretanto determinados limites ainda persistem em obras literárias, que permanecem consolidando noções racistas sobre a população negra. Além disso, consideramos a importância dos aspectos poéticos e artísticos inerentes às obras literárias. Por exemplo, verificamos que determinados livros com personagens negras recaem em contexto didático, sem preocupação com a linguagem e aspecto lúdico. Isso afasta o encantamento e poeticidade da literatura.

Portanto, nosso convite está relacionado à importância de desenvolver um olhar cuidadoso e atento às múltiplas questões que permeiam a literatura para as infâncias. Em busca por posições de protagonismo, além de pouca discussão sobre critérios de seleção que evitem estereótipos, esta sessão visa fomentar reflexões sobre práticas antirracistas na escolha e mediação de livros, contribuindo para uma educação mais equitativa.

## LITERATURA E CANTIGAS AFRO-BRASILEIRAS NA AFIRMAÇÃO POSITIVA DE IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ariane Cristina Ferreira de Souza<sup>56</sup>

A educação infantil toma seu lugar de caráter oficial e obrigatório na educação, a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) e do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998), que reforçam a importância de estratégias pedagógicas fundamentadas em competências que garantam o direito às crianças para o crescimento e formação em sua integralidade.

Legalmente amparada, a educação no Brasil tem se consolidado e fortalecido seu repertório teórico-metodológico no que diz respeito ao diálogo entre os eixos “educação para as relações étnico raciais” (ERER) e “educação infantil”, reforçando sua importância na produção de conhecimento e práticas pedagógicas que discutam a construção de identidade de crianças, negras ou não, e que apontam o racismo e a presença da “branquitude” como normatização nas práticas e formações de professores para e na educação infantil (Oliveira, 2023).

O objetivo aqui, é investigar o porquê de observarmos, ainda, lacunas na práxis do ensino de ERER, considerando a existência de aparatos legais e obrigatórios para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, ou seja, valores indispensáveis inclusive no processo de construção de identidade e no reconhecimento da alteridade das crianças. Com isso, espero que esta produção contribua também para a formação didático-pedagógica em ERER na escola, além da contribuição como ação afirmativa em uma pedagogia de representatividade das crianças, especialmente as crianças socialmente e culturalmente excluídas ou discriminadas no ambiente escolar.

---

<sup>56</sup> Professora da Educação Básica na Rede Municipal de Pinhais-PR e ensino privado em Curitiba-PR. Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação Profissional em Artes (PPGArtes) na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Integrante do Núcleo de Estudos para as Relações Étnico Raciais da Universidade Estadual do Paraná (NERA/UNESPAR). Integrante do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico Racial de Pinhais (FPEDER).

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica de abordagem mista, à partir dos temas de educação infantil e formação de identidade na infância, EREER, literatura infantil e músicas/canções afro-brasileiras relacionadas a afirmações positivas sobre a autoimagem e diversidade étnico racial e cultural. Também foram utilizados materiais da prática cotidiana no ambiente escolar, na atuação como docente e na observação das práticas da equipe escolar. Como referenciais teóricos me embasei na professora Doutora Lucimar Rosa Dias e professora Doutora Marlina Oliveira.

A promoção de uma educação pautada na inclusão e no respeito à diversidade étnico-cultural e racial se faz imprescindível para contribuir com o processo de construção de uma identidade afirmativa nas crianças. Quando crianças negras têm seus traços e capacidades valorizados, constroem uma autoestima positiva. Já crianças brancas, ao entenderem que não são superiores, aprendem a respeitar as diferenças. Assim, ambos os grupos contribuem para uma convivência mais saudável e igualitária. (Bento; Silva Jr, 2011).

Portanto, as práticas pedagógicas precisam ser fortalecidas em EREER com o intuito de promover uma educação igualitária, permitindo que as crianças busquem suas raízes, entendam sua história e criem sentido à diversidade de ser; contribuindo para a valorização e identificação das características étnicas e culturais, diminuindo a discriminação e ampliando o conceito de cultura e identidade desde a educação básica

**Palavras-chave:** Afirmações Positivas. Equidade. Educação Infantil. Identidade. Relações Étnico Raciais.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida da Silva; SILVA JR, Hédio. **Práticas Pedagógicas para a Igualdade Racial na Educação Infantil**. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade, São Paulo, 2011.

DIAS, Lucimar Rosa: **Cada um com seu jeito, cada jeito é de um**. Campo Grande/MS: Alvorada, 2012.

OLIVEIRA SCHIESSL, Marlina. **Artefatos culturais de matriz Africana e Afro-brasileira no cotidiano da educação infantil: uma análise da produção científica (2003-2021)**. Tese (Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2023.

## LITERATURA DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: O QUE AS CRIANÇAS PENSAM A RESPEITO DAS ILUSTRAÇÕES?

Gabriela Aparecida da Silva<sup>57</sup>

A Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, completou 20 anos em 2023. Desde sua homologação, a educação brasileira passou a ter a responsabilidade de refletir sobre práticas relacionadas às relações étnico-raciais. Nesse contexto, a literatura infantil com temática africana e afro-brasileira tornou-se uma aliada fundamental na construção de uma educação antirracista.

Apesar da crescente produção e valorização dessas obras, ainda são escassas as pesquisas que escutam as crianças sobre como recebem essas narrativas, especialmente em relação às ilustrações. O presente resumo refere-se a um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2020 ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Profa. Dra. Lucimar Rosa Dias e coorientação da Profa. Ma. Sara da Silva Pereira. O estudo investigou como crianças percebem as ilustrações em dois livros infantis com temática africana e afro-brasileira.

Com abordagem qualitativa, baseada nos pressupostos de Gerhardt e Silveira (2009), o foco foi compreender, de maneira aprofundada, as interpretações de um grupo social específico: quatro crianças negras, acompanhadas pela mãe e pela tia, que atuaram como mediadoras no processo. O contato inicial ocorreu por videochamada, devido ao contexto de distanciamento social, e as entrevistas com as mediadoras buscaram traçar o perfil da família e mapear o contato prévio com obras da temática em questão.

Os livros selecionados foram "Olelê: uma antiga cantiga da África", de Fábio Simões, e "Fuzarca", de Sonia Rosa. Ambos valorizam a diversidade cultural e apresentam protagonistas negros em narrativas positivas. Para melhor aproveitamento

---

<sup>57</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

das ilustrações, as crianças receberam exemplares físicos dos livros, mesmo participando remotamente. As leituras foram seguidas de rodas de conversa, com perguntas abertas sobre os elementos visuais das histórias.

As crianças foram organizadas por faixa etária, em três encontros distintos, para garantir liberdade de expressão e respeitar suas individualidades. A metodologia foi fundamentada na Sociologia da Infância, que reconhece a criança como sujeito ativo, produtor de sentidos e intérprete de seu mundo, conforme autores como Corsino (2009) e Abramowicz e Oliveira (2012).

Durante os encontros, observou-se que as ilustrações desempenharam papel essencial na mediação da leitura. Elas despertaram identificação, curiosidade e prazer, sendo objetos de análise crítica e afetiva pelas crianças. No livro “Olelê”, destacaram-se elementos como a travessia no rio, o personagem Kala e as cores vivas, que evocaram sentimentos de coragem, brincadeira e afeto familiar. Já em Fuzarca, as crianças se conectaram com os instrumentos musicais, festas e os laços familiares, percebendo com naturalidade a diversidade de tons de pele entre os personagens.

A pesquisa revelou que as crianças, ao entrarem em contato com obras que apresentam personagens negros de forma positiva, demonstram maior engajamento e desenvolvem percepções críticas e sensíveis. A escuta das crianças mostrou o quanto elas são capazes de interpretar o conteúdo literário e visual de forma significativa, desafiando a ideia de que apenas adultos são aptos a fazer leituras profundas.

O estudo dialoga com autoras como Lucimar Rosa Dias, que defende a importância da representatividade negra na literatura infantil, e Sara da Silva Pereira, que destaca o impacto das narrativas afrocentradas na formação da identidade étnico-racial das crianças. Autoras como Débora Cristina de Araújo, Eliane Debus e Nilma Lino Gomes também contribuem para a discussão sobre o papel da literatura na construção de uma educação antirracista.

Conclui-se que a literatura infantil com temática africana e afro-brasileira, aliada a ilustrações respeitadas e representativas, é uma ferramenta potente no enfrentamento ao racismo e na valorização da identidade negra. A escuta das crianças mostrou-se essencial para compreender os efeitos dessas obras, contribuindo para uma educação mais equitativa, plural e sensível à diversidade.

**Palavras-chave:** Literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira. Escuta de crianças. Ilustrações. Representatividade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Débora Cristina de. **Relações raciais, discurso e literatura infantojuvenil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DEBUS, Eliane. Literatura infantil e juvenil afro-brasileira: produção editorial e práticas pedagógicas. In: RODRIGUES, M. R.; GOMES, A. C. S. (Org.). **Educação e relações étnico-raciais:** reflexões a partir da prática. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p. 21–38.

DIAS, Lucimar Rosa. **Diversidade na escola:** relações étnico-raciais e práticas pedagógicas. 2. ed. Curitiba: CRV, 2014.

DIAS, Lucimar Rosa. **Notas de orientação sobre representatividade.** Curitiba, 2020. Documento interno (não publicado), citado na orientação da autora.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: pensar a lei 10.639/03. In: GOMES, N. L. **Educação e identidade negra:** pesquisa e práticas pedagógicas. 7. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 59–74.

PACHECO, Maria Clara. **A leitura de imagens na literatura infantil e sua relação com a formação da identidade.** Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PEREIRA, Sara da Silva. **A literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira com a palavra as crianças:** "eu sou peta, tenho cacho, sou linda, ó!". 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RAMOS, Flávia Brocchetto; NUNES, Marília Forgearini. Efeitos da ilustração do livro de literatura infantil no processo de leitura. **Cadernos de Educação,** Pelotas, n. 49, p. 95–114, jan./abr. 2014.

SIMÃO, Erijane da Silva. **As ilustrações nos livros de literatura infantil:** uma análise da Menina do Laço de Fita de Ana Maria Machado. 2013. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2013.

## **TODA CAMINHADA COMEÇA NO PRIMEIRO PASSO: A LITERATURA INFANTIL E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

Isanês da Silva Cajé Torres<sup>58</sup>

Este ensaio propõe uma reflexão voltada a educadoras e educadores da Educação Infantil sobre a importância de um currículo comprometido com a celebração das diferenças e o cumprimento das normativas legais, como a Lei 11.645/2008 e os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (2024). O texto justifica a necessidade urgente de uma educação que valorize a diversidade cultural e o papel transformador da escola como espaço de disputa e (re)elaboração cultural junto às crianças. O objetivo geral é promover o debate sobre a escolha consciente de obras literárias para fortalecer a educação étnico-racial desde a primeira infância, enquanto os objetivos específicos envolvem analisar os critérios adotados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e traçar critérios que possam ser empregados cotidianamente diante da perspectiva de outros autores e de práticas pedagógicas alinhadas com esse panorama.

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica dos documentos normativos, análise do guia de escolha do PNLD, e estudo de autores que abordam critérios de seleção de obras na literatura infantil como Brandão e Rosa (2010) ou ainda Gregorin Filho (2009), e a Educação das Relações Étnico-Raciais (Amaral, 2018; Franco; Ferreira, 2017, dentre outros). Essa abordagem compreende que a literatura infantil é um gênero literário em construção e constante reflexão, sabendo ainda que ao questioná-lo em relação à diferença em sua discursividade (Silveira, 2012) permitirá identificar como esta ferramenta ou artefato pode ser usado em um viés pedagógico (Soares, 2011) para fortalecer identidades e valorizar as diferenças no cotidiano escolar, além de investigar

---

<sup>58</sup> Professora de Educação Infantil da rede municipal de Maceió. Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

as possibilidades de mediação que educadores têm na construção de acervos literários inclusivos.

O estudo se apoia em autores como Miguel Arroyo (2013) e Tomaz Tadeu da Silva (2020), que discutem o currículo como território em disputa, Carla Rinaldi (2014), que enfatiza a escola como lugar de cultura e subjetividade, e pesquisadores da área da educação étnico-racial como Cavalleiro (2012), além de análises dos documentos oficiais do Ministério da Educação e do FNDE relacionados ao PNLD. Também são consideradas as contribuições de Torres (2016), e Silva e Oliveira (2024) sobre o fortalecimento identitário e a valorização da diversidade na infância neste cenário de discussão. A análise dos documentos e as mencionadas referências bibliográficas revelam que a escolha consciente de obras literárias de qualidade pode ampliar repertórios culturais, possibilitando diálogos significativos que ressignificam compreensões sociais e culturais. A revisão dos critérios do PNLD mostra avanços, porém aponta para a necessidade de maior atenção à representatividade e à diversidade étnico-racial nos acervos escolares. Além disso, observa-se que o engajamento dos educadores é fundamental para transformar o acervo em instrumento de formação crítica e identitária, afinal é interessante pensar: Como as crianças leem? (Araújo, 2018).

O estudo conclui que a apropriação de narrativas que valorizem a diversidade cultural e as relações étnico-raciais, desde a primeira infância, constitui um passo essencial para uma educação mais justa e transformadora. Ora, se o leão não conseguir contar sua história, a narrativa de vencedor será sempre a do caçador (provérbio africano). Apropriar-se, portanto, de narrativas que coloquem as crianças em lugares de beleza, poder, felicidade, amorosidade e partilha é o início de uma caminhada de mãos dadas com muitos saberes — pisando sobre pegadas ancestrais que ajudam a não se perder no percurso e desmistificam a ideia de complexidade nesta jornada.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Literatura Infantil. Educação Étnico-Racial. Currículo. Acervo literário.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Aleandra Cristina Tlin do. **Educação infantil e identidade etnico-racial**. Curitiba: Appris, 2018.

ARAUJO, Débora Cristina de. As relações étnico-raciais na literatura infantil e juvenil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 61–76, maio/jun. 2018.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRANDÃO, Ana Carolina Perussi; ROSA, Ester Calland de Souza (org.). **Ler e escrever na educação infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, ano 145, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de escolha dos livros de literatura infantil do PNLD 2022 – Objeto 2: obras literárias para educação infantil**. Brasília, DF: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao/a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/escolha-pnld-2022-literario/escolha-pnld-2022-literario>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/qualidade-equidade-educacao-infantil.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças; FERREIRA, Fernando Ilídio da Silva. Pesquisar e educar para as relações étnico-raciais na educação infantil: uma luta contra o ruído do silêncio. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 19, n. 36, p. 252–271, jul./dez. 2017.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil: Múltiplas linguagens na formação de leitores**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

RINALDI, Carla. Creches e escolas da infância como lugares de cultura. In: ZERO, Project. **Tornando visível a aprendizagem: crianças que aprendem individualmente e em grupo**. Tradução: Thais Helena Bonini. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2014. p. 42–48.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira da; OLIVEIRA, Grasiela Ramos de. A educação das relações étnico-raciais nas instituições de educação infantil em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 29, e290077, 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed.; 12 reimp.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel et all. **A diferença na literatura infantil: narrativas e leituras**. São Paulo: Moderna, 2012.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (orgs). **Escolarização da leitura literária**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TORRES, Isanês da Silva Cajé. **Entremeios e despedidas de uma pesquisa-ação: o uso da literatura infantil em práticas curriculares para uma educação das relações étnico-raciais em um Centro de Educação Infantil do município de Maceió**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

## COMPARTILHANDO LITERATURA DE AUTORIA NEGRA: LETRAMENTO RACIAL, NA ONG VÓ DURVINA

Juliana de Andrade Silva<sup>59</sup>

Thania Rafaelle Ferreira de Souza<sup>60</sup>

A participação em um grupo de estudos como o ErêYá, que além de pesquisas para as relações étnico-raciais trabalha com a extensão, possibilitou o conhecimento a respeito dessa temática incidindo em uma verdadeira transformação das práticas desenvolvidas na Organização Não Governamental (ONG) Vó Durvina e promovendo uma educação antirracista. Além de efetivar o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a inclusão do Artigo 26 A por meio da lei nº 10639/2003, alterada pela lei nº 11645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena nas instituições de ensino. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar ações voltadas para a Educação para as Relações Étnico-raciais, desenvolvidas na ONG, com crianças e adolescentes entre 7 a 17 anos de idade. As ações apresentadas tiveram como foco o letramento racial por meio da literatura de autoria negra.

O trabalho se justifica pela sua relevância, pois destaca pessoas negras em situações diferentes daquelas que estão acostumadas a serem retratadas, realçando o protagonismo negro e evidenciando o legado que as mulheres negras deixaram ao nosso país. Apresentar pessoas negras em situação de protagonismo rompe com a lógica do racismo estrutural que relega a essas pessoas um papel de subalternidade, impossibilitando-lhes a conquista de mobilidade social. Além de tudo, ações como essas podem empoderar as crianças e adolescentes para que saibam se expressar, ouvir e respeitar o próximo, possibilitando letramento racial a todas elas sendo que, as

---

<sup>59</sup> Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior de Londrina (Inesul). Pedagoga do Instituto Social Vó Durvina. Integrante do ErêYá/UFPR - grupo de estudos e pesquisas em educação das relações étnico-raciais.

<sup>60</sup> Professora do Instituto Social Vó Durvina. Pós-graduação em arte na educação e Educação Ambiental e sustentabilidade pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniaselvi). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniaselvi).

crianças negras, constroem uma identidade positiva a respeito de si e as não negras aprendem a reconhecer a diversidade de forma mais respeitosa, valorizada e humana.

Como metodologia para estimular o letramento racial, criamos o "Carrossel de Atividades", com as seguintes estações temáticas: "Estação Brincante", "Sala da Imaginação", "Palco da Diversão", "Laboratório do Brincar", "Cantinho da Leitura" e "Laboratório do Sabor", com destaque para o Cantinho da leitura que acontece em um espaço cuidadosamente preparado para isso. Trabalhamos com obras de autoras como: A força das falas negras de Sara da Silva Pereira (2023); Heroínas Negras de Jarid Arraes (2020); Omo-oba histórias de princesas e O mundo no black power de Tayó de Kiusam de Oliveira (2013); Ulomma de Sunny (2011); O pequeno príncipe Preto de Rodrigo França (2020), dentre outros/as.

Os resultados obtidos podem ser mensurados na escuta das crianças e professoras da ONG. Realizamos entrevistas com elas e aferimos os seguintes apontamentos: nossos assistidos têm mostrado mais iniciativa nas ações que envolvem leitura e oralidade; passaram a apoiar uns aos outros diante de algumas dificuldades enfrentadas; se divertiram no processo; conheceram histórias significativas para a vida de cada um e o mais importante é que estão fazendo o conhecimento circular, passando adiante o que aprenderam.

Portanto, conclui-se que as práticas pedagógicas adotadas pela ONG têm se mostrado efetivas para o desenvolvimento do letramento racial, ajudando no fortalecimento da identidade de crianças e jovens negros e negras, bem como permitindo que os/as demais aprendam a respeitar a enorme diversidade presente nos espaços que estão inseridos/as. O trabalho com letramento racial por meio da literatura amplia o conhecimento das crianças e adolescentes e faz com que a leitura se torne efetiva em suas vidas, mostrando outras possibilidades e vivências.

**Palavras-chave:** Literatura. Letramento Racial. Autoria Negra. Educação Antirracista.

## REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras**: em 15 cordéis. São Paulo: Seguinte, 2020.

FRANÇA, Rodrigo. **O Pequeno Príncipe Preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Omo-Oba**: histórias de princesa. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

OLIVEIRA, Kiusam de. **O mundo no Black power de Tayó**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PEREIRA, Sara da Silva. Entre dores e dissabores: o racismo. *In*: ROSA, Sonia. (Org.). **A força das falas negras**: relatos de vida. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2024.

# **ROSTOS E RASTROS: ESCRITAS DE VIDAS NEGRAS EM REBELIÃO**

**Coordenação:  
Marília Amorim  
Taynara Aparecida Ferreira da Silva**

## PRÓLOGO

O que pode a escrita biográfica? Quais são os afetos, rastros e rostos deixados por trajetórias permeadas por apagamentos e silenciamentos? Saidiya Hartman, em sua obra *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos* (2022), nos lembra como as narrativas tradicionais, centradas em grandes feitos e nomes consagrados, tendem a apagar as experiências de liberdade e franca rebelião que as populações negras ousaram viver de maneira radical em contextos profundamente violentos. O objetivo deste simpósio é acolher trabalhos que dialoguem com histórias de vida, autobiografias, memórias, literatura negra e outras formas de escrita na diáspora que fujam dos modos hegemônicos de narrativa, trazendo o pretuguês que Lélia Gonzalez nos ensina enquanto tônica. Como Hartman nos mostra, vidas que os arquivos tradicionais, marcados pela violência, só registram quando elas se colidem com o poder — e, por isso, escrever a partir das brechas, dos silêncios e das margens torna-se um ato de resistência e de rebeldia.

O eixo central desta sessão temática, portanto, é a escrita biográfica negra enquanto gesto de fabulação crítica, ou seja, de reconstituição das experiências que escapam das narrativas tradicionais. Pretende-se, assim, acolher biografias negras e de pessoas racializadas, que ampliam os modos de narrar, apresentando um olhar atento e comprometido com os gestos de reescrita, reelaboração e reinvenção da vida negra no campo acadêmico, literário e político.

## ENTRE A ESCRITA E O ARQUIVO: A ESCRIVIVÊNCIA COMO INSURGÊNCIA HISTÓRICA

Bruna Gonçalves Ferreira<sup>61</sup>

Este estudo discute a escrevivência de Conceição Evaristo como uma forma de contra-arquivar as experiências de dor e resistência das mulheres negras. Ao analisar o conto *Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos* (2016), investigo como a escrita literária pode operar como uma forma de memória coletiva e insurgente ao arquivo tradicional. Amparada pela teórica Saidiya Hartman (2020), argumento que a escrevivência reconfigura o lugar da subjetividade negra na história.

A escrevivência é o ato de escrita sobre situações cotidianas e corriqueiras das experiências pessoais e coletivas das mulheres negras. O conceito pretende “borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas” (Evaristo, 2020, p. 30). Em outras palavras, a Escrevivência re-coloca as mulheres negras em um espaço de enunciação, como num ato de auto inscrição no mundo. Além disso, a escrevivência não perde de vista a ancestralidade, ao beber nas águas das tradições africanas, principalmente na entidade “Oxum” da sociedade iorubana da África Ocidental, que muitos de nós — pessoas negras — descendemos.

Dito isso, pretendo entender a escrevivência como uma forma de contra arquivar as dores que ainda permanecem na sobrevivência da escravidão em nosso país (Hartman, 2021). Entendo que a escrevivência pode se tornar uma fonte histórica, muito distante dos documentos tradicionais que narram histórias sobre a população negra. Para isso, tomarei o conto de Evaristo como ponto de partida. Considerando que o arquivo tradicional pode, muitas vezes, atuar como perpetuação da violência sobre corpos negros e pensando em uma alternativa para isso.

---

<sup>61</sup> Discente de mestrado pelo programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É integrante do Núcleo de Estudo e Debates sobre Intérpretes do Brasil: Racialidade, Epistemologia e Teoria da História (NEDIB-UFPR).

Narrativas que partem das vivências foram, e continuam sendo, uma maneira da diáspora negra escrever suas memórias fragmentadas de sujeição, funcionando como espaços de elaboração de seu pertencimento e identidade diante de tantos abusos e sofrimento (Gilroy, 2012; Mbembe, 2019). Nesse aspecto, entendo a personagem “Zaíta”, uma criança negra moradora da favela, do conto de Evaristo, como uma expressão da violência racial que não poupa ninguém, inclusive as crianças pequenas. Podemos relacionar a história da personagem com a de várias crianças negras, pensar em suas realidades e em suas inocências diante do cenário de destruição dos nossos corpos. Em que ainda figuramos como objeto de desejo da opressão, mesmo quando não temos maturidade para entender se a bala que vem em nossa direção é doce ou não.

Para finalizar, o estudo pretende compreender se é possível estabelecer a escrevivência como um contra-arquivo para a História. Entendendo suas potencialidades como forma de compreensão da subjetividade individual e coletiva das vivências negras, que não perdem a ancestralidade de vista e que carregam consigo as marcas da opressão racial ainda vigente.

**Palavras-chave:** Literatura. Escrevivência. Contra-arquivo histórico. Conceição Evaristo. Violência.

## REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, C.; NUNES, I. (Orgs.). **Escrevivência: a escrita do nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HARTMAN, S. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite: Ensaios sobre a África descolonizada**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

## “E SE EU FOSSE PESSOA”: DEBATES EM TORNO DE UMA HISTÓRIA INTELLECTUAL AFRODIASPÓRICA

Eduarda Gonçalves de Almeida Santos<sup>62</sup>

Este simpósio é resultado das pesquisas de Iniciação Científica que venho desenvolvendo desde 2023. Inicialmente, minhas inquietações giravam em torno da definição e das relações entre os conceitos de “não-ser” e “novo humanismo” em Fanon, bem como das disputas contemporâneas em torno de sua obra — seja entre os campos decolonial, pós-colonial e anticolonial, seja pela reivindicação de núcleos teóricos marxistas. Diante disso, mais do que a trajetória de vida do autor, sempre estive interessada em sua atuação intelectual, nos conceitos que mobilizou e, principalmente, nos contextos históricos e intelectuais que tornaram tais questões e angústias possíveis — assim como nos usos e interpretações de seu pensamento ao longo do tempo.

Fanon argumenta que o colonialismo infligiu ao negro um desvio existencial, no qual ser negro significa não ser humano, não ser um igual; ser negro na sociedade colonial e neocolonial é ser inferior, ser jogado na zona do não-ser — um lugar de infra-humanidade. Ele se pergunta, então: “O que quer o negro?”, e responde a si mesmo: “Queria ser humano, nada além de humano” (Fanon, 2020). Esse questionamento ecoa na frase presente no título desta apresentação — “E se eu fosse Pessoa? Pessoa, antes de mulata!” — proferida por Gabrielly Nunes em 2017, durante um encontro de poesia marginal/slam. Gabrielly expressa duas questões fundamentais:

1. A constatação de que ser “mulata” significa não ser pessoa — revelando a cisão/negação de sua humanidade;
2. O questionamento de sua identidade cristalizada como “mulata” — a vivência de ter sua subjetividade, identidade e possibilidades de ser esvaziadas e

---

<sup>62</sup> Discente do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Programa de Educação Tutorial de História (PET) da UFPR e membra do corpo editorial da revista Cadernos de Clio.

condicionadas a uma existência enclausurada e alienada, apontando para um questionamento sobre suas possibilidades de emancipação e autodeterminação.

Tais questões não são exclusivas de Gabrielly Nunes ou da categoria “mulata”, tampouco do tempo presente. Elas atravessam a história da diáspora africana no tempo e no espaço, conectando diferentes sujeitos por uma experiência comum de subjetivação — ou seja, uma subjetivação marcada por um contrato social de dominação: o contrato racial (Mills, 2023). Portanto, tais questões centram-se na desumanização e na interdição da subjetividade negra, fruto do trauma colonial e da racialização. As mesmas questões são encontradas em diversos intelectuais afrodiaspóricos, como nos conceitos de dupla consciência (Du Bois, 2020), coisificação (Césaire, 2006), zona do não-ser (Fanon, 2020), linha de cor (Gonzalez, 2020), entre outros. Portanto, a pergunta de Gabrielly carrega o peso da desumanização estrutural que atravessa a vida das mulheres negras, interrogando os critérios de humanidade e infra-humanidade que são socialmente — por raça, classe, gênero e sexualidade — marcados.

Desse modo, questões em torno da subjetividade e da humanidade de pessoas negras compõem um estatuto, uma marca persistente nas reflexões afrodiaspóricas; elas conectam tempos e lugares geográficos distintos por meio de um trauma (contexto) comum. Em síntese, busca-se traçar um breve mapeamento de como intelectuais afrodiaspóricos conceituaram e debateram essas duas questões ao longo do século XX, especificamente suas conceitualizações em torno da desumanização de sujeitos negros, suas consequências objetivas e subjetivas, bem como os projetos de sociedade formulados para superá-las.

Para tanto, levanta-se a necessidade de debater os desafios e as possibilidades de se conceitualizar a História Intelectual Afrodiaspórica como campo de pesquisa historiográfica, compreendendo a construção teórica de sujeitos conectados pela experiência vivida da Amefricanidade. A partir da pesquisa, foi possível nortear questões fundamentais para esse campo, que se tornaram desafios durante o percurso investigativo: que metodologia de pesquisa historiográfica se emprega numa investigação como esta? Por se tratar de epistemologias historicamente silenciadas, produzidas por sujeitos cuja intelectualidade foi sistematicamente negada, as metodologias tradicionais deste campo são suficientes? Seria necessário empregar

novas normas metodológicas? Quais debates e problemas teóricos, metodológicos e epistêmicos fazem parte desse campo?

**Palavras-chave:** História Intelectual Afrodiaspórica. Metodologia. Epistemologia.

## REFERÊNCIAS

Gabrielly Nunes. VENCEDORA SLAM GRITO FILMES 2017 "GABZ". Vídeo: Fernando Salinas. Edição: Final 2017 - Praça Mauá - Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kZhPvruoeFw>. Acesso em: 15 set. 2024.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Tradução de Teófilo Reis e Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. Tradução de Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

## PRINCE E A SUBVERSÃO DA MASCULINIDADE NEGRA PATRIARCAL ATRAVÉS DA MÚSICA NEGRA

Maria Fernanda Moreira Vitalino<sup>63</sup>

Prince Rogers Nelson, conhecido artisticamente como Prince, foi um cantor, compositor e dançarino norte-americano que desafiou os padrões da masculinidade negra estadunidense entre as décadas de 1980 e 1990. Com músicas e visuais que misturavam componentes ditos masculinos e femininos, Prince chamou a atenção da sociedade estadunidense com sua identidade andrógina. Esta pesquisa visa analisar como, através da arte, Prince transgrediu as normas de gênero e raça presentes na sociedade estadunidense, e criou formas alternativas de viver a sua identidade além dos estereótipos racistas de gênero. É utilizado como fonte de investigação duas músicas: *Beautiful ones* (Prince, 1984) e *Controversy* (Prince, 1981). Será analisada também a capa do álbum *Lovesexy* (Prince, 1988). Prince aborda temas como gênero e raça, contestando e rompendo com a masculinidade negra patriarcal, como também, com a própria construção binária do gênero.

Por se tratar de uma fonte artística de cunho musical e visual, foram empregadas metodologias historiográficas que reflitam sobre o papel da música na pesquisa histórica, como também, formas de analisar estes documentos. Para trabalhar com a fonte musical foram selecionados os escritos do historiador brasileiro Marcos Napolitano (Napolitano, 2002), onde o autor afirma que para analisar a fonte musical é preciso compreender diferentes componentes que constroem a obra, não apenas o canal verbal, mas também outros códigos e técnicas que estruturam a fonte. Essas técnicas podem ser a melodia, os instrumentos musicais, o vocal do cantor, mas como também, os componentes visuais, o contexto histórico do lançamento, a recepção das escutas históricas e etc. Dito isto, cada obra foi selecionada e analisada pensando nos componentes de investigação desenvolvidos pelo autor.

---

<sup>63</sup> Discente do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Laboratório de investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação.

Para analisar a obra de Prince, foram acionadas bibliografias pertinentes que abordam temáticas que vão ao encontro com a trajetória artística do artista. Recorremos às teóricas de gênero Butler (Butler, 2003) e De Lauretis (De Lauretis, 1994) que trabalham com a ideia de que o gênero é algo construído socialmente e temporalmente, através de práticas, discursos e performances de representação. Já para refletir o conceito de masculinidade na contemporaneidade, como lugares de privilégio patriarcais, utilizamos Connel (Connel, 1997).

Sobre o recorte das masculinidades negras elencamos os escritos da filósofa bell hooks (hooks, 2022), já que a feminista discorre sobre o processo da construção histórica da masculinidade negra nos Estados Unidos, recorte territorial aqui abordado. Segundo hooks, foram construídas definições patriarcais supremacistas brancas de masculinidade, que impuseram aos homens negros uma ideia de masculinidade pautada em ideais racistas. Ela também discorre sobre maneiras alternativas de viver as masculinidades negras, que fujam dos ideais patriarcais.

Ao analisar as obras de Prince, é visto que sempre quando o artista aborda a temática do gênero e raça, ela se dá de forma ambígua e provocadora, principalmente na música *Controversy*, que é uma resposta aos questionamentos sobre sua sexualidade. Em *Beautiful Ones* o musicista rompe com a invulnerabilidade imposta aos homens negros pela masculinidade negra patriarcal, e se declara a um par romântico discorrendo sobre suas inseguranças. Já na capa do álbum de *Lovesexy Prince* aparece semi-nu. Os pelos no corpo e o bigode, sinônimos de virilidade, junto a posição de seu corpo escondendo seus mamilos e pênis e as flores desabrochando à sua volta, brincam com o binarismo de gênero.

Concluimos, que através de sua arte, Prince transgride com os estereótipos da masculinidade negra patriarcal estadunidense, como a do homem negro viril e invulnerável. Prince vai além e questiona a própria estrutura binária de gênero, rompendo com a heterossexualidade compulsória (Butler, 2002), sempre utilizando-se da ambiguidade em suas obras. Prince vai de acordo com o que hooks afirmou ser uma masculinidade negra da hora, onde homens negros ousam se autodefinir em vez de serem definidos pelo patriarcado.

**Palavras-chave:** Prince. Masculinidades negras. Música.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONNEL, R. W. La Organización Social de la Masculinidad. *In*: VALDÉS, T. & OLAVARRÍA, J. (ORGS). **Masculinidad/es**, Power y Crisi. Flacso, Chile, 1997.

HOOKS, bell. **A gente é da hora**: Homens negros e masculinidades. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. *In*: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**, 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

## SÁTIRA, IDENTIDADE E SUBVERSÃO NA POESIA DE LUIZ GAMA

Fernanda Silva Lima Pinheiro<sup>64</sup>

*Faço versos, não sou vate,  
Digo muito disparate,  
Mas só rendo obediência  
À virtude, à inteligência:  
Eis aqui o Getulino,  
(Luiz Gama)*

O presente trabalho visa considerar a produção do abolicionista Luiz Gama em relação ao conteúdo abordado nos poemas “Meus Amores” e “Quem sou eu?”, publicados no jornal paulistano Diabo Coxo em 1865 e na obra Primeiras Trovas Burlescas, lançado em 1859, respectivamente. Sob o pseudônimo de Getulino, Gama se inscreve no romantismo, para além das compreensões do conjunto canônico, promovendo reflexões e inquietações através do construto literário. Uma vez que o percurso biográfico se sobressai nos estudos ligados à principal figura de oposição ao discurso escravocrata, cabe evidenciar a palavra como principal ferramenta de insubordinação e de contribuição ao campo de investigação da literatura atravessado por uma voz destoante que marca a afirmação de uma identidade negra.

As análises têm por base os estudos críticos que versam sobre o caráter satírico no texto literário (Bergson, 2007) para demonstrar as dimensões sociais, políticas e culturais operadas pelo escritor para denunciar a estrutura da elite e seus papéis. Também se objetiva a compreensão da obra poética em face das relações afetivas no que concerne a figura da mulher negra na obra de Gama (Camilo, 2022). Assim, fundamentado nos recursos de aprimoramento linguístico e estético, bem como no enfrentamento à sociedade hegemônica branca, o questionamento do fazer literário,

---

<sup>64</sup> Professora de Língua Portuguesa e Literaturas na rede estadual de ensino de Santa Catarina (SED-SC). Discente de Especialização em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Afro-Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciada em Letras – Português/Espanhol, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

idealização de beleza excluindo a mulher racializada e a afirmação da própria negritude marcam a ruptura desses escritos no romantismo, dialogando com a própria condição. Trata-se de um ex-escravizado que se torna o principal inimigo dos senhores de classes abastadas, que se coloca como o defensor de causas republicanas e questiona as condições de exploração e deturpação dos conjuntos legislativos, denunciando a artimanha de magistrados e diferentes instâncias para a continuidade do regime de tráfico de escravizados (Santos, 2010).

Cabe ressaltar que esta investigação se desencadeia diante do contato com o texto literário, o qual apresenta reflexões críticas do poeta a partir da pretensão de provocar os leitores da época por meio dos conteúdos de seus poemas e, de forma consciente e bem articulada, se utiliza do riso para causar o efeito crítico reflexivo, resultando em uma função corretiva (Santos, 2011). Enfatiza, ainda, o papel de Gama ao dialogar com os diferentes problemas sociais e a questão de raça. É notável uma escrita permeada pela experiência pessoal, que demarca um caráter autobiográfico, permitindo um cruzamento de diferentes estilos no período do Romantismo através de sua produção.

De igual modo, inaugura uma poética totalmente subversiva aos moldes estéticos vigentes, ao tratar da elevação do papel da mulher negra e a celebração de uma beleza inigualável, desafiando o perfil leitor de poesia mediante o conteúdo, sugerindo à figura feminina racializada um novo estado poético, uma outra condição. De modo específico em “Meus Amores”, a idealização da figura feminina materializa-se na sensualidade da mulher negra. Ou seja, o poeta assume um contradiscurso em que essa figura não se apresenta como um produto da subalternização em detrimento da exploração de uma classe, mas sim como sujeito detentor de múltiplas belezas, propondo um jogo de comparação em relação aos escritos que tratavam da beleza feminina à época. Gama inscreve na história da literatura brasileira os primeiros versos afetivos à mulher negra, abordando a dimensão da humanidade de diferentes formas. A contribuição de Gama ao período romântico extrapola concepções estruturalistas no que tange ao texto literário, suas temáticas e formatos, ressaltando, assim, a circunscrição dessa figura como produtor literário.

**Palavras-chave:** Luiz Gama. Sátira. Subversão. Identidade. Poesia.

## REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **O riso**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAMILO, Vagner. Luís Gama e a “pretidão de amor”: erotismo e “pervivência” camoniana. **Eixo Roda**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 220-245, 2022.

GAMA, Luiz. **Primeiras Trovas Burlescas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTOS, Luiz Carlos. **Luiz Gama**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTOS, Herbert Nunes de Almeida. **O riso em preto e branco na poesia de Luiz Gama**. 133 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

## TRAJETÓRIAS LABORAIS DE MULHERES NEGRAS EM UMA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL SOB A ÓTICA INTERSECCIONAL

Lourrayne Dias Pereira<sup>65</sup>  
Georgiana Luna Batinga<sup>66</sup>

A trajetória laboral de mulheres negras no Brasil reflete desigualdades estruturais marcadas pela interseção entre raça, gênero e classe. Mesmo após a abolição formal da escravização, essas mulheres seguem majoritariamente em ocupações precarizadas, com restrito acesso à educação e mobilidade profissional. Deste modo, este estudo adota as perspectivas interseccional para compreender os desafios enfrentados por diferentes gerações de mulheres negras brasileiras no mundo do trabalho. Ao dar visibilidade a essas experiências, a pesquisa contribui para os debates sobre justiça social e equidade nas relações laborais. O objetivo central foi analisar essas trajetórias profissionais, identificando tanto os obstáculos recorrentes quanto as estratégias de resistência e sobrevivência historicamente construídas por essas mulheres.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase no método história de vida, valorizando a centralidade das vozes das participantes e suas subjetividades. Como técnica de coleta de dados, as entrevistas em profundidade permitiram acessar narrativas que revelam experiências complexas no mercado de trabalho, evidenciando rupturas e continuidades ao longo do tempo. As participantes são reconhecidas como protagonistas de suas trajetórias, e os dados produzidos constituem um mosaico que articula passado e presente. Assim, as informações obtidas não se limitam a relatos

---

<sup>65</sup> Discente de doutorado em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestra em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFPR). Graduação em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Integrante do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (NEBRACI/PPGTE) na UTFPR.

<sup>66</sup> Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora, Mestra e Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS). Integrante do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS) na UFPR e do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) na UFPR.

isolados, mas integram uma análise estruturada que considera dimensões históricas, sociais e afetivas de suas vivências profissionais.

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se na interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019), entendida como ferramenta analítica para evidenciar como raça, gênero e classe se entrelaçam nas experiências de mulheres negras. A perspectiva do feminismo negro (Collins, 2000; hooks, 2000) orienta a valorização de suas vozes e estratégias de resistência. A metodologia de história de vida (Bertaux, 2009) permite interpretar as trajetórias individuais como expressões de processos sociais mais amplos, revelando continuidades e rupturas nas dinâmicas laborais que atravessam diferentes gerações. Esse arcabouço teórico-metodológico sustenta a análise crítica das desigualdades enfrentadas e das formas de enfrentamento construídas.

Este estudo analisou as trajetórias laborais de três mulheres negras — Antonieta, Marielle e Tereza — por meio de entrevistas em profundidade, com foco na interseccionalidade entre raça, gênero, classe e na intergeracionalidade. Os resultados demonstram que, apesar de inseridas em contextos distintos, todas enfrentaram barreiras estruturais no acesso à educação, ao mercado de trabalho e à mobilidade profissional. Antonieta vivenciou a maternidade precoce e a informalidade, mas persistiu nos estudos e na busca por qualificação superior, mesmo diante de enfermidades e responsabilidades familiares. Marielle, empreendedora no ramo da beleza, transformou seu salão em espaço de valorização da estética negra, enfrentando adversidades como violência patrimonial e abandono profissional. Já Tereza, mulher com deficiência, foi a primeira de sua família a ingressar na universidade pública e hoje atua como analista de diversidade, promovendo inclusão nas organizações. As trajetórias analisadas evidenciam como a interseccionalidade aprofunda desigualdades, mas também revela estratégias de resistência e sobrevivência. A educação aparece como elemento central de transformação, juntamente ao apoio familiar e comunitário. Mesmo diante de contextos de discriminação e exclusão, essas mulheres constroem caminhos marcados pela persistência, tornando-se referências locais e agentes de mudança social. Os achados da pesquisa reforçam a urgência de políticas públicas e organizacionais que reconheçam as múltiplas dimensões da desigualdade e promovam ações efetivas de equidade. Valorizar as experiências e

potencialidades das mulheres negras no mundo do trabalho é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por meio desta pesquisa foi possível investigar as trajetórias laborais de mulheres negras no Brasil, utilizando a metodologia de história de vida para articular gênero, raça e classe. A partir das narrativas de diferentes gerações, foi possível compreender como desigualdades estruturais ainda moldam suas experiências no mercado de trabalho. As discriminações racial e de gênero se manifestam na desvalorização salarial e na limitação de oportunidades. No entanto, as estratégias de resistência, sustentadas por luta, criatividade e solidariedade, revelam a força com que essas mulheres enfrentam e superam desafios, reafirmando seu protagonismo na construção de caminhos de transformação social e profissional.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Trajetória laboral. Trabalho feminino. Mulher negra. Intergeracionalidade.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BERTAUX, Daniel. **História de vida e prática de pesquisa**. Tradução de Ana Maria Aued. Natal: EDUFRRN, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

hooks, bell. **Feminist theory: from margin to center**. 2. ed. Cambridge: South End Press, 2000.

## LÉLIA GONZALEZ E ABDIAS DO NASCIMENTO CONTRA O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Taynara Aparecida Ferreira da Silva<sup>67</sup>

Esta comunicação tem como objetivo analisar como as trajetórias de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez são constitutivas de suas elaborações teóricas sobre o racismo estrutural no Brasil e sobre a crítica ao mito da democracia racial. Ao articular vivências e teoria, busca-se evidenciar que suas propostas teóricas emergem de experiências concretas de enfrentamento às violências do racismo, do sexismo e da colonialidade, configurando-se como saberes insurgentes que desafiam as estruturas hegemônicas do conhecimento.

O problema central da pesquisa está na invisibilização, por parte das narrativas acadêmicas tradicionais, do papel da articulação entre a vida e as produções intelectual negras como fundamento da produção de conhecimento. Nesse sentido, pretende-se demonstrar que as contribuições teóricas de Nascimento e Gonzalez não podem ser compreendidas fora de suas vivências como intelectuais e ativistas políticos em um contexto marcado pela exclusão e pela negação da humanidade da população negra.

A trajetória de Abdias Nascimento, marcada pela sua atuação no TEN - Teatro Experimental do Negro, pela militância panafricanista e pela atuação parlamentar, informa sua análise do racismo como um processo genocida sistemático. Sua vivência enquanto homem negro ativista que enfrentou a repressão e o silenciamento estatal dá forma à sua denúncia da democracia racial como uma falácia institucionalizada (Nascimento, 1978).

Da mesma forma, a experiência de Lélia Gonzalez como mulher negra nascida em uma família pobre que migra de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, formada em filosofia, geografia, história, transitando em diversos cursos na área da antropologia e da

---

<sup>67</sup> Discente de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR). Graduada em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-UFFS-CH) e o Núcleo de Estudos e Debates sobre Intérpretes do Brasil: Racialidade, Epistemologia e Teoria da História (NEDIB).

psicanálise, atuando nos movimentos negros e feministas, é a base a partir da qual elabora o conceito de “racismo por denegação”. Ao nomear a neurose cultural brasileira (Gonzalez, 1983), Gonzalez articula sua experiência enquanto chave para produção de conhecimento, subvertendo a linguagem para compreender a violência que estrutura o cotidiano das pessoas negras no Brasil.

Conclui-se que a produção teórica de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez só pode ser compreendida de forma plena quando inserida em suas experiências históricas e subjetivas. Suas trajetórias pessoais não apenas fundamentam suas análises, como também demonstram o caráter político do saber produzido por sujeitos racializados.

**Palavras-chave:** Lélia Gonzalez. Abdias Nascimento. Vivências Negras.

## REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75-93.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: PERSPECTIVAS, 2016.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Lélia Gonzalez – Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

# POSSIBILIDADES DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO

**Coordenação:**

**Flávia Rodrigues Lima da Rocha**

**Andressa Queiroz da Silva**

**Beatriz Domingos da Silva**

## PRÓLOGO

A proposta desta Sessão Temática (ST) trata de trazer um debate a respeito das inúmeras possibilidades que pessoas antirracistas têm de desenvolver uma educação para as relações étnico-raciais, seja nas escolas, no Ensino Superior, ou qualquer ambiente educacional. Espaços como esta ST são de fundamental importância para que se discuta propostas que contemplem o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, que tornou-se obrigatório pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, incorporadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 26-A.

O objetivo desta ST é socializar possibilidades de uma educação que contemple e valorize as identidades negras e indígenas, de forma a fortalecer e inspirar uma educação que promova igualdade racial. Esta ST tem por base referenciais teóricos como Coelho e Soares (2011), Gomes (2012) e Munanga (2015). Espera-se com esta ST alcançar uma variedade de práticas pedagógicas que mostrem possibilidades de implantação e implementação de uma educação antirracista para todas as pessoas.

## **“MINHA ALMA É LIVRE, O BERIMBAU ME LIBERTOU”: A CAPOEIRA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003**

Adriane Ribeiro<sup>68</sup>

Este resumo resulta do artigo produzido para a disciplina de Pesquisa Histórica II, do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac), e trata da capoeira como prática pedagógica para a efetivação da lei 10.639/2003. A justificativa da pesquisa está ligada à sua relevância acadêmica, considerando a importância de abordar a capoeira como ferramenta pedagógica no Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. O objetivo do trabalho foi analisar como a capoeira pode ser aliada na aplicação da referida lei no ambiente escolar, explorando seu potencial para ensinar e discutir temas relacionados à cultura afro-brasileira.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada seguiu uma abordagem teórico-metodológica decolonial, com pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas para coleta de dados sobre a temática. O referencial teórico baseou-se em autores como Vidor e Reis (2013), Munanga e Gomes (2006), Candau e Oliveira (2010), Pinsky (2005) e Bittencourt (2008).

A análise dos dados obtidos, em diálogo com a bibliografia e as entrevistas, indicou que a capoeira tem grande potencial de integração à educação formal, embora ainda seja pouco explorada nesse contexto. Apesar dos entraves impostos pelo racismo estrutural, é possível subverter os currículos tradicionais de forma crítica. As ladainhas entoadas nas rodas de capoeira, por exemplo, podem ser utilizadas pedagogicamente para abordar diferentes períodos históricos, dando visibilidade a narrativas frequentemente silenciadas.

---

<sup>68</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Bolsista no Programa de Educação Tutorial Educação Antirracista (PET – Educação Antirracista), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como consideração final, o estudo aponta que a capoeira, com sua história marcada pela resistência e preservação de elementos culturais afro-brasileiros, configura-se como uma valiosa ferramenta pedagógica para o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira. Por meio de seus saberes e práticas — que envolvem movimentos corporais, música, canto e valores tradicionais —, a capoeira oferece uma abordagem dinâmica e eficaz para a aprendizagem das questões raciais, conforme preconiza a Lei 10.639/2003.

**Palavras-chave:** Capoeira. Lei 10.639/2003. História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** Global Editora, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural No Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

## **OLHARES PEDAGÓGICOS AO PROJETO DE EXTENSÃO: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICO- RACIAIS: “FORMANDO GESTORES E CONECTANDO REDES”**

Aline Cristina Bandeira de Oliveira<sup>69</sup>

Gabriela Paula dos Santos<sup>70</sup>

Gabriela Yasmim de Paula Gomes Bressan Negrão<sup>71</sup>

O presente texto tem como objetivo geral apresentar o projeto de extensão “Educação das Relações Étnico-raciais: formando gestores e conectando redes<sup>72</sup>” da Universidade Estadual de Londrina, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. Consequente, como objetivo específico tem-se de elencar a contribuição do curso de Pedagogia, no campo teórico-metodológico na efetivação e implementação das leis 10.639/2003, atualizada pela Lei 11.645/2008<sup>73</sup> através do projeto de extensão mencionado, tendo como objeto os documentos normativos e os relatos de experiências da graduanda e graduadas em Pedagogia.

Como justificativa, tem-se a necessidade de discussões e reflexões acerca do impacto dos projetos de extensão na comunidade externa, tem-se também, a necessidade de refletir sobre o curso de Pedagogia e suas contribuições a educação antirracista e por fim, a importância dos relatos de experiências como reflexões das experiências vivenciadas em troca com a comunidade externa.

---

<sup>69</sup> Discente de mestrado em Educação na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

<sup>70</sup> Mestre em Educação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista do Universidade sem Fronteiras.

<sup>71</sup> Discente de graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista do Universidade sem Fronteiras.

<sup>72</sup> Projeto financiado pelo Universidade sem Fronteiras.

<sup>73</sup> A referida legislação instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras, particulares dúvida da educação básica e compõe o conjunto de políticas públicas que viabilizem o resgate da história, lutas, a cultura afro-brasileira, africana e indígenas na Educação Básica.

No que se refere ao projeto em questão, este tem como finalidade promover a formação continuada de professores e gestores da Educação Básica pública da cidade de Nova Santa Bárbara e Londrina, visando debater novas formas de implementação das referidas leis no município promovendo oficinas, palestras, reuniões e grupos de estudos na perspectiva de uma educação antirracista, com todos os profissionais da educação, principalmente com gestores.

Com enfoque na formação continuada, como estratégia fundamental para a implementação efetiva das referidas Leis. Como pontua Gomes (2005, p.57) passa pela compreensão mais ampliada acerca do mito da democracia racial, é um conceito que surge para negar a desigualdade racial, por meio de uma ideia de igualdade, e de harmonia entre negros e brancos no imaginário brasileiro, esse mito, afeta diretamente as escolas e a formação inicial dos professores, do qual, negam a existência do racismo. O racismo institucional também, em conjunto, entendido a escola como uma instituição, afeta também esses espaços, já que este:

[...] implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil (Gomes, 2005, p. 52).

Enquanto metodologia, serão considerados os relatos de experiência com o tema “Como o curso de Pedagogia pode contribuir para efetivação do projeto de extensão “Educação das Relações Étnico-raciais: formando gestores e conectando redes?”, haja vista que, o projeto de extensão é multidisciplinar, reunindo diversos cursos de graduação e pós-graduação.

Tendo esse ponto de partida, serão também considerados os documentos norteadores das Leis 10639/03 e 11645/08, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o Estatuto da Igualdade Racial, além das normativas do projeto de extensão.

Como contribuição nas discussões que cercam educação antirracista, racismo

institucional e estrutural, epistemicídio, utilizaremos como referência: Nascimento (2016), Carneiro (2011) e Gomes (2002), Gonçalves e Silva (2006), Munanga (2005).

Por fim, conclui-se que a pedagogia é um dos laços que regem a implementação da Lei 10639/03, sendo o pedagogo um elo entre os profissionais na instituição, articulado a formação dos professores (as) na educação básica. A formação em Pedagogia, quando comprometida com as relações étnico-raciais, pode (e deve) ser um terreno fértil para a construção de outras narrativas, que resgatem memórias, valorizem saberes e reafirmem identidades. As graduadas apontam uma importância na sua trajetória acadêmica, profissional e pessoal, relatam a ampliação das discussões acerca da educação das relações étnico-raciais, que ainda são escassas nos cursos de Pedagogia, desse modo observa-se que implementar as Leis, nas escolas, ultrapassa os conteúdos e uma série de estratégias políticas, formativas e processuais.

Conclui-se que os projetos de extensão com esse foco são fundamentais para a formação da equipe, mas sobretudo, promove uma troca de saberes para além dos muros da universidade, aproximando a comunidade acadêmica da comunidade externa. O racismo estrutural e institucional, apresentado é algo presente em toda sociedade e, portanto, a escola é seguramente um espaço extremamente importante na promoção do debate e superação da desigualdade racial.

**Palavras-chave:** Projeto de Extensão. Educação Antirracista. Pedagogia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. **Para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm). Acesso em: 24 de jan. 2003

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre Relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

## EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS SETORES EDUCATIVOS DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE CURITIBA

Amanda P. do Prado Simão Reis<sup>74</sup>

O presente projeto de pesquisa propõe investigar se, e de que forma, os setores educativos de espaços culturais de Curitiba aplicam a educação das relações étnico-raciais em suas ações. Parte-se do pressuposto de que esses espaços, como museus e centros de memória, podem exercer um papel social relevante na formação dos sujeitos e na valorização das culturas, especialmente da população negra. Ao extrapolarem os limites da escola e atuarem como parceiros no processo formativo, essas instituições configuram-se como espaços potentes para o debate e a problematização das relações étnico-raciais.

A partir de autores como Kabengele Munanga (2003, 2005), Fulvia Rosemberg (2014), Nilma Nilo Gomes (1996) e Guacira Lopes Louro (1998), a questão central que orienta esta pesquisa é compreender se há práticas voltadas à educação antirracista nos espaços culturais que possuem setores educativos em Curitiba. Considera-se que tais instituições exercem um papel formativo relevante junto a diferentes públicos, especialmente estudantes e a comunidade. A relevância da investigação reside na análise da existência — ou não — de uma articulação com os princípios antirracistas nas ações desenvolvidas por esses setores, tendo em vista que o campo cultural não é neutro, mas atravessado por disputas simbólicas e ideológicas, nas quais se constroem, silenciam ou ressignificam narrativas históricas, memórias sociais e representações identitárias.

A proposta metodológica deste estudo consistirá na seleção de três instituições culturais da cidade de Curitiba que possuam setores educativos acessíveis tanto ao público escolar quanto à comunidade em geral. A escolha das instituições será

---

<sup>74</sup> Discente de mestrado em Educação na linha de pesquisa Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada em História pela Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul (UFMS).

orientada por critérios como a atuação consolidada na mediação cultural, a diversidade de públicos atendidos e a disponibilidade de materiais que permitam a realização da pesquisa. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam diretamente nas ações educativas, com o objetivo de compreender suas concepções, práticas e desafios relacionados à educação antirracista. Além disso, será feita a análise de documentos institucionais, materiais pedagógicos utilizados nas atividades e propostas educativas desenvolvidas pelos setores. A pesquisa também incluirá a observação direta de visitas mediadas e ações formativas realizadas pelas instituições, permitindo uma análise contextual das estratégias adotadas. Com esse conjunto de procedimentos, busca-se identificar recorrências, lacunas e modos de abordagem das temáticas étnico-raciais nesses espaços.

Parte-se da compreensão de que as instituições culturais de Curitiba podem desempenhar um papel estratégico no fortalecimento de práticas educativas comprometidas com o antirracismo e a equidade racial. Como espaços de educação não formal, esses locais possuem potencial para atuar de maneira complementar à escola, ampliando os horizontes formativos dos sujeitos por meio do contato com diferentes narrativas, memórias e expressões culturais. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para o aprofundamento do debate acerca da função social desses espaços no enfrentamento ao racismo e na valorização das identidades negras.

Ao analisar as práticas educativas desenvolvidas em setores educativos de instituições culturais, pretende-se evidenciar tanto as possibilidades quanto os desafios envolvidos na construção de uma educação antirracista fora do ambiente escolar. Assim, espera-se colaborar para o fortalecimento de iniciativas que incorporem de forma crítica e intencional os princípios da equidade racial em suas ações educativas, ampliando o reconhecimento da cultura como um campo potente de transformação social.

**Palavras-chave:** Educação das relações étnico-raciais. Educação não formal. Espaços culturais.

## REFERÊNCIAS

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3o Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB-RJ, 5 nov. 2003.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade**. Cadernos Pagu, 1996.

ROSEMBERG, Fulvia. Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 742-759, jul./set. 2014.

## UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM A LITERATURA DE TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA PARA AS INFÂNCIAS

Ana Ingridy Silva Rodrigues<sup>75</sup>  
Sara da Silva Pereira<sup>76</sup>

Esta produção constitui-se como parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena e Curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais, coordenados pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). O trabalho com esse tema se justifica porque a literatura para as infâncias de temática da cultura afro-brasileira e africana é um dos caminhos profícuos, por meio do caráter lúdico-mágico e representativo, para a ampliação e debate da Educação da Relações Étnico-raciais (ERER), para o combate ao silenciamento histórico e para a afirmação de identidades negras. Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar uma sequência didática desenvolvida no âmbito dos cursos supracitados.

A metodologia dessa intervenção pedagógica consistiu na contação de história de temática da cultura afro-brasileira e africana para as infâncias como recurso didático para favorecer a construção da identidade e o respeito à diversidade étnico-racial. A aplicação da sequência foi no dia 8 de abril de 2025, em uma escola da rede municipal de ensino na cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre. A primeira parte da intervenção consistiu na contação da história “O pequeno príncipe preto, para pequenos”, de

---

<sup>75</sup> Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/Ufac). Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena (Neabi/Ufac). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Membro e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) e do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão e Financiamento da Educação (Ufac).

<sup>76</sup> Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Maringá (Cesumar). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas ErêYá e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

Rodrigo França (2020), seguida pela escuta das crianças sobre suas experiências com a narrativa, o que contribuiu com o processo de aprendizagem. No segundo momento, foi solicitado que as crianças observassem suas próprias características físicas e as características dos colegas. Elas foram convidadas a criar seus próprios personagens inspirados na história trabalhada.

O aporte teórico teve como base o Currículo de Referência Único do Acre da Educação Infantil (2020), uma vez que a sequência foi produzida a partir deste documento que guia o trabalho dos profissionais de educação do Acre, além dos estudos de: Eliane Debus (2017); Lucimar Rosa Dias (2015); Sara da Silva Pereira (2019), dentre outros/as. Os conceitos elencados discutem a literatura para as infâncias de temática da cultura africana e afro-brasileira, ERER e infâncias.

Por meio da realização dessas atividades, foi possível observar processos significativos de identificação e reconhecimento das crianças para com os personagens do livro. Com base nos resultados obtidos, é importante refletir acerca da importância da utilização da Literatura de temática da cultura Afro-brasileira e Africana para as infâncias e sua articulação para a prática pedagógica. O trabalho com esta temática para além de atuar nos processos construtivos e identitários, promovem a implementação da lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/1996 e torna obrigatória a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para essa ferramenta profícua da igualdade racial oportuniza o transgredir do imaginário literário, ao proporcionar às crianças outras formas de enxergar o mundo, que se distanciam dos estereótipos e representações racistas e colonialistas que reverberam no social brasileiro.

**Palavras-chave:** Literatura; Temática da cultura Afro-brasileira e Africana; Educação das Relações Étnico-raciais; Infâncias.

## REFERÊNCIAS

ACRE. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ACRE. **Currículo de Referência Único do Estado do Acre:** Educação Infantil de excelência para todos, 2020. Disponível em: <https://www.educ.see.ac.gov.br/pagina/curriculoreferencia-unico>. Acesso em 22 de março de 2025.

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens:** lendo Joel Rufino dos Santos, Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Braz e Georgina Matins. Florianópolis: NUP; 2017.

DIAS, Lucimar Rosa. Considerações para uma educação que promova a igualdade étnico-racial das crianças nas creches e pré-escolas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 567-595, 2015.

FRANÇA, Rodrigo Ferreira. **O pequeno príncipe preto para crianças.** Ilustrações Juliana Barbosa Pereira. Editora Nova Fronteira, 2020.

PEREIRA, Sara da Silva. **A literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira, com a palavra as crianças:** “eu so peta, tenho cacho, so linda, ó!”. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Curitiba, 2019.

## LEI 10.639/2003 E O PLANO DE CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ESTADO DO ACRE

Andressa Queiroz da Silva<sup>77</sup>

O presente trabalho é uma proposta de pesquisa em andamento resultado das reflexões propiciadas enquanto professora da educação básica que começou a atuar no ano de 2019 quando o Estado do Acre estava vivenciando o processo de implementação de um novo currículo reelaborado a partir da Base Nacional Curricular Comum – BNCC; e enquanto pesquisadora que pensa na (não)efetivação da Lei n.º 10.639/2003. Assim, este trabalho objetiva analisar o documento Plano de Curso Orientador de aprendizagens do componente curricular de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental Anos Finais, especificamente do 8º ano, a partir da perspectiva da efetivação da Lei n.º 10.639/2003. A referida lei tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, entretanto ainda há um panorama de desconhecimento e não efetivação da mesma.

Além disso, nos últimos cinco anos o Brasil tem vivenciado uma reforma educacional com o processo de implantação e implementação da BNCC, ela não é o currículo em si, mas um documento normativo que vai servir de base para que os estados brasileiros construam seus respectivos documentos curriculares. Assim, entendendo o currículo enquanto campo de disputa e compreendendo o racismo estrutural e o eurocentrismo presentes na educação, procuramos identificar quais as mudanças trazidas pela BNCC que (des)favorecem o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no componente de Língua Portuguesa.

Para atingir o objetivo proposto a abordagem metodológica adotada é a análise documental de caráter qualitativo. Além disso, os referenciais teóricos utilizados serão

---

<sup>77</sup> Professora de Língua Portuguesa da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC). Mestra em Letras: linguagem e identidade pela Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac), Discente no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - Neabi/Ufac.

Silva (2011, 2001) que propõe pensar o currículo enquanto um campo de disputa, ou seja, um espaço em que há relações de poder, podendo refletir conteúdos considerados mais hegemônicos e saberes tradicionais que mantêm o status quo da sociedade, além disso, analisa como o documento curricular e a educação podem construir identidades sociais; Gomes (2012a, 2012b) que aborda a possibilidade da inserção dos conteúdos referentes a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, indicando os desafios enfrentados para a sua efetivação e a necessidade de descolonização dos currículos das escolas brasileiras; e por fim, hooks (2017) que indica como se apropriar dos conhecimentos teóricos, mas também dos movimentos sociais, é libertador e revolucionário e que estes saberes servem para a construção de práticas pedagógicas que transgridem, rompem as fronteiras que são impostas pelo sistema de dominação.

Por ser uma pesquisa em fases iniciais, ainda não há resultados, mas espera-se que este trabalho possa nos mostrar maneiras para efetivação da referida lei a partir do conteúdo do currículo e que este trabalho possa contribuir para a formação de professores engajados.

**Palavras-chave:** BNCC. Currículo. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental Anos Finais. Acre.

## REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. (Org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC, UNESCO, 2012a.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr, 2012b.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

## RAÍZES ANCESTRAIS: UM PROJETO DE VALORIZAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Beatriz Cordeiro Claro<sup>78</sup>

A escola é um dos espaços sociais onde as crianças são colocadas à frente das diferenças e da diversidade. A escola tem um papel fundamental na formação dos sujeitos, tendo como um objetivo primordial a promoção de uma educação que valorize o respeito e a diversidade cultural presente em nosso país. Nesse sentido, cabe aos professores oferecerem ferramentas e referências que possibilitem aos educandos ampliarem seus repertórios e reconhecer suas próprias culturas, especialmente aquelas originárias dos povos pretos e indígenas, que fundamentam as raízes do povo brasileiro.

Bento (2022) corrobora a ideia de que os professores têm o dever de criar espaços e oportunidades que promovam aprendizagens voltadas para o letramento étnico-racial. Em sua obra, ela relata que seus próprios professores foram os principais responsáveis por sua sensação de não pertencimento, o que evidencia o papel fundamental que o docente desempenha nesse processo.

Sendo assim, o relato de experiência evidencia uma ação docente que favorece a valorização da cultura dos povos originários. O mês de abril de 2025 foi marcado pelo feriado religioso da Páscoa — data significativa para os cristãos, pois simboliza a ressurreição de Cristo — porém, em meio à euforia do feriado, com ovos de chocolate e o coelho que curiosamente “bota ovo”, poucos professores refletem sobre outra data de grande importância, especialmente para os brasileiros: o dia 19 de abril, dedicado à comemoração do Dia dos Povos Indígenas. Esse cenário reforça o que Bento (2022) denomina “pacto narcísico da branquitude”, que expressa uma valorização explícita da cultura eurocêntrica cristã, invisibilizando outras celebrações que não aquelas relacionadas ao homem branco, pois, segundo a autora, “tudo que se afasta dessa

---

<sup>78</sup> Professora na rede pública de São José dos Pinhais. Graduada em Pedagogia pela Universidade Positivo. Discente em duas especializações: Arte, Educação e Terapia; e Alfabetização e Letramento, ambas pela Faculdade Unina.

referência, ou ‘modelo’, pode ser considerado inapropriado e provoca exclusão” (Bento, 2022, p. 106).

Pensando nisso, resolvi trazer para dentro da sala de aula um pouco da cultura do nosso país, na intenção de expandir os conhecimentos sobre os povos indígenas, bem como promover a sua valorização. Para viabilizar o projeto, foi montado na sala referência, um espaço de exploração com diversos objetos como arco e flecha, imagens dos povos indígenas, alimentos da cultura como milho, amendoim, urucum e canela. Foram semanas de imersão, com contos sobre os povos indígenas, lendas como “A lenda de Mani”, que conta como surgiu a mandioca, uma raiz muito importante para os povos ancestrais, músicas e cantigas.

Num primeiro momento, percebi um estranhamento acompanhado de muitos olhares curiosos: alguns reconheciam uma ou outra imagem, enquanto outros apenas observavam atentamente, absorvendo o que encontravam na mesa de exploração. A partir desse primeiro contato, surgiram diversas curiosidades, como, por exemplo, perguntas sobre a confecção de uma canoa ou sobre os alimentos expostos na mesa — “É de comer?” — “É milho!”.

Apesar do impacto inicial causado pelo contato com imagens, objetos e alimentos pouco presentes no cotidiano das crianças, foi o interesse que prevaleceu sobre a estranheza. Esse fato evidencia a importância fundamental do trabalho com a diversidade étnico-racial no ambiente escolar. Como ressalta Cavallero (2024), torna-se difícil alcançar a igualdade na escola quando persistem tratamentos desiguais, que valorizam uma cultura em detrimento de outras. Por isso, é urgente que professores e professoras assumam a responsabilidade de construir, em suas salas de aula, espaços que respeitem a diversidade e as diferenças culturais. A educação para as relações étnico-raciais deve ser incorporada como um compromisso cotidiano, de forma a engendrar práticas pedagógicas que promovam a equidade e reconheçam a pluralidade cultural dos estudantes. Somente assim a escola poderá cumprir seu papel transformador, preparando sujeitos conscientes, críticos e capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

**Palavras-chave:** Povos. Indígenas. Cultura. Diversidade.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2024.

## O CURRÍCULO DE HISTÓRIA COMO POSSIBILIDADE DE UMA ATUAÇÃO/EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Beatriz Domingos da Silva<sup>79</sup>

Este trabalho é o resultado da realização de uma intervenção pedagógica realizada na Escola Pública Estadual Edilson Façanha dos Anos Finais do Ensino Fundamental, em Rio Branco/Acre, na disciplina de história. Essa intervenção ocorreu como atividade final do curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena da Universidade Federal do Acre (Ufac) entre 2023 e 2024, e que também foi apresentado em formato de relatório em caráter de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Compreendendo que é necessário e indispensável realizar a um diálogo e inserção dos conteúdos ligados à temática étnico-racial ao se trabalhar os objetivos, habilidades e conteúdos expressos nos currículos de ensino tendo em vista a necessidade, por conta do racismo estrutural, preconceito e discriminação existente como também a lei nº 10.639/2003 que determina e torna obrigatório o Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras. Assim, o objetivo geral deste trabalho é dar visibilidade para uma prática pedagógica voltada para ERER. Identificando o assunto trabalhado durante a realização da intervenção e da visibilidade de como foi possível inserir e dialogar com ERER a partir do currículo de história do 8º ano.

A intervenção ocorreu a partir da relação do Currículo Único de História do Estado do Acre do 8º ano, mais especificamente falando sobre o assunto “Revolução de São Domingos” a partir do objetivo: “Identificar e analisar, criticamente, a influência dos princípios liberais, defendidos na Revolução Francesa no processo de independência das colônias inglesas e espanholas, na América e no estabelecimento e fortalecimento

---

<sup>79</sup> Professora de História da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Acre (Ufac), Especialista em Educação das Relações Étnico Raciais História e Cultura Afro-brasileira e indígena e Licenciada em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista do Programa Pibid atuando como supervisora. Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac).

do sistema capitalista.” (Acre, 2024, p. 08), e o objeto de conhecimento “Revolução Francesa e a Revolução de São Domingos.” (Acre, 2024, p. 09), identificados e retirados do Currículo Único de História do Estado do Acre.

Nesse intuito, o trabalho com essa temática durante a realização da intervenção corrobora com a ideia de Gomes e Silva (2002), que enquanto professor/formador e mediador do conhecimento, precisa estar atentos e atuando ao combate das discriminações, preconceitos e racismo, levando essas discussões e tratos a partir da necessidade, vontade e oportunidade e que ações assim não devem ficar a “critério da boa vontade ou da intuição de cada um” (Gomes e Silva, 2002, p. 29-30) pois é preciso que os professores/formadores adquiram em seus processos de formação conhecimentos, práticas e ações que visem contribuir com a luta antirracista.

É importante lembrar que os frutos que existem em relação as produções e atuações e existência de uma educação antirracista, de acordo com Gomes (2018) é resultado de anos de resistência e reivindicações/pressão do Movimento Negro sobre o estado e as organizações políticas e sociais reivindicando ações de reparação, respeito, inclusão, valorização e respeito.

Assim, o trabalho realizado durante a intervenção pedagógica contribuiu com/no processo de “tomada de consciência e de positividade” que de acordo com Munanga (2012), ao falar sobre a identidade negra, é voltado para a ação de compreensão de que as histórias e culturas da população negra fazem parte do processo de construção da nação e da identidade brasileira e de toda a sua contribuição histórica. Como foi o caso da intervenção da Revolução de São Domingos, no qual foi destacado que a população negra do Haiti não aceitou de forma pacífica que a “liberdade, igualdade e fraternidade” defendida pelos próprios franceses que impunham esse termo e que estavam negando esses mesmos direitos para a população de São Domingos que naquele momento era colônia da França e graças a todo o processo de resistência conquistou sua independência e passou a se chamar Haiti.

**Palavras-chave:** Escola. ERER. Educação. História.

## REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (Org.). **Experiências Étnico-Culturais Para a Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **Apresentação para Educação das Relações Étnico-Raciais: estado da arte**. p. 13. Curitiba: Neab/UFPR, ABPN, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil Contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. 3. ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2012.

## **“EU SOU A CONTINUAÇÃO DE UM SONHO”: REPRESENTATIVIDADE DE CIENTISTAS E PERSONALIDADES NEGROS/AS PARA ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO**

Ellen Cristina Setubal Brito<sup>80</sup>

A lei nº 10.639/2003 trouxe mudanças significativas na discussão sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira em escolas de educação básica. Essa obrigatoriedade possibilitou que personalidades e intelectuais negros/as importantes da história fossem conhecidos e reconhecidos. O presente trabalho busca apresentar práticas pedagógicas ocorridas em uma escola pública de ensino médio integral, Escola Presbiteriana João Calvino, localizada na cidade de Rio Branco/Ac, no segundo semestre do ano de 2024, com alunos(as) da 2ª série. O objeto desta pesquisa trata do conhecimento e representatividade de cientistas e personalidades negros/as para a valorização da ancestralidade e do próprio eu, por alunos/as negros/as. A justificativa desta prática pedagógica está pautada na necessidade de trabalhos antirracistas que valorizem a população negra em escolas de educação básica que invisibilizam cientistas e intelectuais negros/as que foram e são importantes para a história. O objetivo geral desta prática é o de proporcionar a reflexão acerca do conhecimento de cientistas e personalidades negros/as a fim de promover a representatividade entre alunos/as negros/as.

Partindo de um caráter qualitativo, este trabalho tem fins exploratórios de uma pesquisa-ação, considerando que foi aplicado ações pedagógicas antirracistas a partir da identificação de comportamentos problemáticos após aulas expositivas e dialogadas relacionados ao racismo e suas dimensões. Quanto aos meios, foi utilizado da pesquisa

---

<sup>80</sup> Discente em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena pela mesma instituição. Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Ufac. Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac).

bibliográfica no levantamento de dados sobre o tema para a preparação das atividades, e rodas de conversa com temas estruturados.

Como aporte teórico utilizou-se de Nilma Lino Gomes (2017) para pensar a importância do movimento negro na luta para a efetivação de uma educação antirracista. Eliane dos Santos Cavalheiro (2001) a fim de compreender de que modo práticas pedagógicas antirracistas podem promover uma escola mais inclusiva. Stuart Hall (2016) para pensar os impactos da representação e da representatividade. Flávia Rodrigues Lima da Rocha (2022) que trata da importância de práticas pedagógicas antirracistas em escolas no Estado do Acre. E a DCNERER (2004) que dispõe das diretrizes para a aplicação da lei 10.639/2003 em escolas de educação básica e ensino superior.

Partindo da compreensão do conceito de prática pedagógica antirracista, a prática apresentada foi dividida em aulas expositivas e dialogadas, rodas de discussão a partir de filme e documentário, rodas de conversa com convidados(as) externos(as), e uma esquete teatral exibida nas apresentações do Dia da Consciência Negra. As aulas expositivas ocorreram nos meses de julho, agosto e setembro, já nos meses de outubro e novembro foram realizadas rodas de discussão sobre cientistas e personalidades negros(as) e um encontro com alunas da 4ª edição do Projeto Afrocientista do Neabi/Ufac, e a exibição do filme “Estrelas Além do Tempo” acompanhado de um estudo dirigido, e o documentário Falas Negras de 2023, sobre personalidades negras importantes na história da população negra; e ainda, a esquete teatral “Eu sou a continuação de um sonho” pelos(as) próprios(as) alunos(as).

Práticas pedagógicas antirracistas em escolas públicas possibilitam uma nova escola para estudantes negros(as). Ao longo dos anos, a educação brasileira impossibilitou que pessoas negras acessassem a escola. Torna-se essencial que alunos(as) tenham a possibilidade de se sentirem representados nas salas de aulas e nas atividades escolares. O currículo educacional e a formação de professores(as) não contribuem com compromisso e responsabilidade para que isso ocorra, para além da lei nº10.639/2003 é necessário que professores(as) se sintam responsáveis por uma educação libertadora e representativa para com os(as) alunos(as).

**Palavras-chave:** Lei 10.639/2003. Educação Básica. Prática Pedagógica Antirracista. História e Cultura Afro-brasileira. Representatividade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.** Brasília: MEC/Seppir, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em 07 mai. 2025.

CAVALHEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e antirracismo na educação:** repensando a nossa escola. Selo Negro Edições, 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Apicuri, 2016.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima. **Práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais em escolas do estado do Acre.** Tese (Doutorado em Educação), 202f. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2022.

## **TECENDO SABERES ANTIRRACISTAS: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DECOLONIAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Geórgia Pereira Lima<sup>81</sup>

A educação para as relações étnico-raciais constitui uma exigência legal, ética e pedagógica na sociedade brasileira, especialmente após a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatórios o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica. No entanto, a efetivação desses dispositivos no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios, entre os quais se destaca a carência de formação docente específica e de materiais didáticos comprometidos com a equidade racial e com as epistemologias afro-indígenas.

Neste contexto, este artigo relata e analisa a experiência docente na disciplina “Material Didático e Paradidático para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, ofertada no Curso de Especialização da Universidade Federal do Acre (Ufac), em 2025. A proposta partiu da compreensão de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para sua construção coletiva (Freire, 1996). Assim, buscou-se formar educadores capazes de identificar, produzir e utilizar materiais didáticos antirracistas, a partir de uma perspectiva crítica, decolonial e intercultural.

A metodologia da disciplina foi estruturada em três eixos: (1) leitura e discussão de textos teóricos sobre o papel dos materiais didáticos na reprodução ou superação do racismo; (2) análise crítica de materiais didáticos e paradidáticos diversos, com foco nos estereótipos e omissões sobre as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas; (3) elaboração coletiva e individual de materiais didáticos antirracistas, orientada por abordagens interdisciplinares e contextualizadas.

---

<sup>81</sup> Professora Associada da Universidade Federal do Acre, atuando no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/Ufac). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo(USP/SP). Pós-doutorado em Ensino de História (UNIFAP) e em Ciências da Região (PUC/SP). Mestra em História do Brasil (UFPE). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Ufac). Graduada em História (Ufac).

As atividades foram conduzidas por meio de aulas dialogadas, estudos dirigidos, oficinas de produção e momentos de autoavaliação crítica. A sistematização da experiência incluiu registros escritos, relatos orais e apresentações dos produtos elaborados pelos cursistas.

A formação ancorou-se na pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), cuja concepção de ensino como prática dialógica e libertadora orientou toda a proposta. O método ensino-pesquisa (Lima, 2023) permitiu articular teoria e prática ao contexto social e educacional dos cursistas.

A discussão sobre os materiais didáticos foi enriquecida pelas contribuições de Bittencourt (2014), que problematiza os fundamentos e os contextos de sua produção, e de Nilma Lino Gomes (2011), que entende a formação docente para relações étnico-raciais como um processo identitário, político e pedagógico. A autora destaca que o material didático pode tanto reproduzir quanto resistir às estruturas racistas na escola.

Inspirada pela perspectiva decolonial, especialmente nas reflexões de Catherine Walsh (2001; 2018), a disciplina propôs a valorização dos saberes historicamente silenciados e a construção de uma interculturalidade crítica. Morin (2000) também contribui com sua noção de complexidade, fundamental para compreender as múltiplas dimensões do processo formativo.

Os principais resultados foram organizados em três núcleos interligados: contextualização e interculturalidade: Os cursistas demonstraram sensibilidade à importância de contextualizar o uso dos materiais didáticos, reconhecendo a diversidade cultural e racial dos territórios escolares e combatendo visões eurocêntricas. Protagonismo acadêmico e releitura crítica: A formação estimulou o protagonismo intelectual, com elaboração de materiais didáticos e paradidáticos originais, abordando temáticas como religiosidades afro-brasileiras, cosmologias indígenas e lutas sociais. Decolonização da práxis docente: A proposta possibilitou a revisão crítica das práticas pedagógicas, promovendo a conscientização sobre preconceitos internalizados e o fortalecimento de uma postura ética e política frente ao racismo estrutural.

A experiência demonstrou que a produção de materiais didáticos antirracistas não é uma tarefa meramente técnica, mas um ato político e epistemológico. A disciplina

criou condições para a articulação entre teoria e prática, promovendo uma práxis docente voltada à transformação da escola e da sociedade.

Reafirma-se, assim, a necessidade de formação docente continuada e da inclusão de disciplinas voltadas à educação das relações étnico-raciais nos currículos universitários. Apenas com educadores críticos, conscientes e criativos torna possível a constituição de uma educação antirracista, plural e comprometida com a justiça social.

**Palavras-chave:** Educação antirracista. Formação docente. Material didático. Decolonialidade. Interculturalidade.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: repensando a escola e a universidade. *In: Diversidade e educação:* reflexões e experiências. Brasília: MEC/SECAD, 2011.

LIMA, Geórgia, L. I. M. A.; REIS, Marcos Vinicius Freitas. Ensino de história: saberes e fazeres nas interamazônias. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 20, n. 1, p. 390-415, 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e colonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” desde a diferença colonial. *In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2001.

WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniais:** Práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. São Paulo: Elefante, 2018.

## “EU MESMA CARREGUEI MUITA CASTANHA”: MODOS DE VIVER E PRÁTICAS SOCIAIS EM QUILOMBOS GUAPOREANOS

Joely Coelho Santiago<sup>82</sup>

“Eu mesma carreguei muita castanha” diz respeito a um excerto de narrativa da mulher negra e quilombola, Amélia Silva, nascida em Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do atual estado do Mato Grosso – região Norte do que nomeamos Brasil. Amélia, em dias atuais, com seus 92 anos de idade, migrou muito jovem para a região do Vale do Guaporé, hoje, estado de Rondônia, na busca por melhores oportunidades econômicas: “no Guaporé eu trabalhava muito. Tive morando no Igarapé das Flores, no Sítio, no Centro; cruzando matos e matos com filho no paneiro, outro no braço” (Amélia).

Dito isso, no caso deste trabalho o objetivo é analisar e registrar narrativas orais de vida sobre modos de viver e práticas sociais realizadas por mulheres em quilombos localizados no Vale do Guaporé-RO. Mulheres, sobretudo mulheres quilombolas em intenso diálogo, trocas e negociações com mulheres indígenas e/ou mulheres bolivianas, considerando a fronteira existente na região - a internacional Brasil com a Bolívia, em meio a processos socioculturais, históricos e linguísticos: “[...] produzindo códigos de (sobre)vivência em intercâmbios não apenas entre os humanos, mas fundamentalmente, com as florestas, os rios e os inúmeros seres que os habitavam” (Albuquerque, 2024, p. 66), na perspectiva de compreender como um dispositivo importante na luta de uma educação para a educação das relações étnico-raciais, assim como na possibilidade de contribuir na discussão acerca da presença e do trabalho das mulheres em seringais e castanhais (Cruz, 2012), ao mesmo tempo em que elas, também, dividiram a maternidade no trabalho do roçado e datas comemorativas,

---

<sup>82</sup> Discente do doutorado em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Mestra em História e Estudos Culturais (Unir). Licenciada em Letras e suas respectivas Literaturas (Unir) e em História (Faveni). Membro no Grupo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares Afro e Amazônicas (Gepiaa/Unir); Membro no Grupo de Estudos e Pesquisas Culturalidades e Historicidades Africanas e da Diáspora Negra (Chade/Unir); Membro no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

contudo excluídas e silenciadas na história oficializada sobre a região do Vale do Guaporé.

Para atingir o objetivo geral que é analisar e registrar a presença de mulheres quilombolas e seus modos de viver e práticas sociais no interior da floresta, foram definidos os seguintes objetivos específicos: realizar uma discussão sobre quilombos e mulheres quilombolas, além de evidenciar e refletir sobre a presença de mulheres quilombolas na floresta do e no Vale do Guaporé-RO. Para isso, a metodologia utilizada foram narrativas orais de vida de mulheres quilombolas, visto que: “a história oral permite o registro de uma quantidade diversificada de narrativas de experiência de vida, viabilizando o acesso a visões de mundo e histórias de vida provenientes de diferentes grupos sociais” (Alberti, 2004, p. 46), sendo possível uma discussão teórica entre autores e teorias que embasaram a pesquisa entre Verena Alberti (2004); Tereza Cruz (2012); Kabengele Munanga (2015); Flavio Gomes (2015); e Gerson Albuquerque (2024).

Os resultados evidenciam que mulheres quilombolas foram ativas e atuantes na luta pela sobrevivência na Amazônia guaporeana, carregaram, trabalharam e desenvolveram práticas sociais e econômicas tanto quanto os homens na floresta, apesar de serem narradas/vistas/citadas como ajudantes ou companheiras dos homens, desenvolvendo laços de sociabilidade com outras mulheres no interior da mata, ao mesmo tempo em que carregavam crianças pequenas e de colo; resistentes e resilientes com modos de viver e saberes específicos no interior da floresta, remando, varejando; cruzando matos e varadouros em um contexto de negociações com a mata, as águas e demais seres existentes: “no inverno a gente quebrava castanha. Na seca, a gente ficava tudo aí plantando roça, era assim” (Amélia).

**Palavras-chave:** Mulheres quilombolas. Vale do Guaporé. Modos de viver. Práticas sociais.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **A invenção de um certo seringal**. Organizado por Neiza Teixeira. – Manaus: Editora Valer, 2024.

CRUZ, Tereza Almeida. **Um Estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do Vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) - 1980 – 2010**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.62, 2015.

## A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA ENQUANTO AÇÃO AFIRMATIVA NO PROJETO AFROCIENTISTA

Luísy Mariá Xavier Rodrigues<sup>83</sup>

Este trabalho apresenta uma proposta de pesquisa antirracista que utiliza a educação midiática como ação afirmativa para valorização das identidades negras. A pesquisa se desenvolve no âmbito do Projeto Afrocientista, no Estado do Acre, coordenado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Destinado a estudantes do ensino médio, o projeto promove o protagonismo negro, ampliando o acesso a saberes que resgatam, reforçam e reafirmam narrativas e culturas afro-brasileiras. Esta investigação surge da inquietação da autora, discente de Jornalismo da Universidade Federal do Acre, que compreende o impacto da mídia na construção de imaginários sociais e na reprodução do racismo estrutural. O objetivo geral é compreender como a educação midiática, aplicada no contexto do Projeto Afrocientista, pode atuar como ferramenta de enfrentamento ao racismo midiático, de combate à desinformação e à reprodução de estereótipos, contribuindo para a valorização das identidades negras. Como objetivos específicos, busca-se analisar os impactos da produção de narrativas midiáticas na construção da autoestima e da identidade de jovens negros, bem como propor estratégias pedagógicas que incorporem a educação midiática como prática antirracista.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, com metodologia intervencionista, fundamentada na perspectiva decolonial. As ações ocorrerão por meio de oficinas práticas realizadas com estudantes do ensino médio participantes do Projeto Afrocientista. Essas oficinas serão compostas por momentos teóricos, que discutirão conceitos de mídia, racismo midiático e produção de narrativas, seguidos de atividades práticas, em que os participantes irão elaborar conteúdos midiáticos (fotografia, vídeo e áudio) centrados em suas vivências e percepções. Os instrumentos de coleta de dados

---

<sup>83</sup> Discente do Curso de Bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Membro no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac).

incluem a observação participante, diários de campo, gravações em áudio e vídeo, rodas de conversa e portfólios produzidos pelos estudantes. Para análise dos dados será utilizada a técnica de análise de conteúdo, articulando as categorias teóricas aos objetivos da pesquisa.

O trabalho fundamenta-se nas epistemologias negras e na perspectiva decolonial. As reflexões de hooks (2021) são fundamentais para compreender o papel do olhar opositor na desconstrução de representações racistas e no fortalecimento de sujeitos negros na mídia. Ribeiro (2017) contribui para o entendimento sobre lugar de fala e a centralidade das vozes negras na produção de conhecimento e na construção de narrativas próprias. Sodré (2009) é referência para pensar criticamente a comunicação de massa e os processos de apagamento simbólico de corpos negros. Além disso, Gomes (2005) embasa a discussão sobre educação das relações étnico-raciais e políticas afirmativas no contexto escolar. Esses referenciais sustentam a análise sobre como a educação midiática pode atuar como prática emancipatória, de resistência simbólica e de reconstrução de identidades.

Embora os dados ainda estejam em processo de coleta, espera-se observar mudanças na percepção dos estudantes sobre suas identidades e sobre as representações da negritude nos meios de comunicação. A análise preliminar das oficinas aponta que, quando os estudantes produzem suas próprias narrativas e imagens, ocorrem processos de fortalecimento da autoestima, de conscientização sobre o racismo midiático e de desenvolvimento da leitura crítica da mídia. A criação de narrativas próprias, centradas em suas vivências, emerge como uma ferramenta de resistência e agência política, tanto no ambiente escolar quanto nas redes digitais.

Este estudo visa contribuir para o fortalecimento do protagonismo juvenil negro e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes da Lei 10.639/2003. A educação midiática, nesse contexto, configura-se como uma estratégia de combate ao racismo estrutural e midiático, promovendo a desconstrução de estereótipos, o reconhecimento de saberes ancestrais e a afirmação das identidades negras. Espera-se que os resultados da pesquisa sirvam de base para a construção de políticas públicas voltadas à democratização da comunicação e à implementação de práticas educativas antirracistas nas escolas.

**Palavras-chave:** Ação Afirmativa. Educação Midiática. Identidade Étnico-racial. Protagonismo Negro. Representações Sociais.

## REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: repensando a educação brasileira. *In*: GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra: pesquisa e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 25–44.

HOOKS, bell. **O olhar negro: raça e representação**. Trad. Cecília Macedo. São Paulo: Elefante, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco: um estudo da cultura popular**. Petrópolis: Vozes, 2009.

## TERRITÓRIO EM VOZ: RACISMO AMBIENTAL EM DEBATE<sup>84</sup>

Marleide Rodrigues da Silva Perrude<sup>85</sup>

Maria de Fátima Beraldo<sup>86</sup>

O projeto de extensão “Território em voz: racismo ambiental em debate”, compõe as ações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro da Universidade Estadual de Londrina. Visa ampliar e promover a discussão sobre a educação ambiental antirracista, abordando as interseções entre justiça social e sustentabilidade por meio da produção de materiais virtuais e físicos acerca do combate ao racismo ambiental com vistas a capacitar e fortalecer a comunidade, movimentos e organizações sociais.

O projeto procura identificar como os aportes da luta antirracista podem encontrar confluências com as lutas em defesa do meio ambiente. Para isso, as atividades previstas para serem desenvolvidas com mediação do AUETO<sup>87</sup> visam: (1) fortalecer a interação sustentável de comunidades de terreiro com o meio ambiente; (2) levantar o impacto causado às comunidades de terreiro pela prática de ações danosas ao meio ambiente, tais como: descarte inadequado de lixo urbano e industrial, uso excessivo de agrotóxicos, desmatamento e inexistência de infraestrutura e saneamento básico; e (3) levantar o impacto causado pela não aplicação da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) atualizada pela lei nº 11645/2008 (Brasil, 2008).

---

<sup>84</sup> Projeto de extensão financiado pelo Programa de Extensão para Sustentabilidade Territorial pelo Convênio - Extensão para Sustentabilidade Territorial Nº 4500074501 - EDU.DNE

<sup>85</sup> Pedagoga, docente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, pós-doutora pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Marília /S/P e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. Bolsista coordenadora do projeto Território em Voz: racismo ambiental em debate. Convênio - Extensão para Sustentabilidade Territorial Nº 4500074501 - EDU.DNE.

<sup>86</sup> Professora de Língua Portuguesa na Rede de Educação Básica do Paraná, doutoranda no Programa de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Gestora Municipal de Políticas de Promoção de Igualdade Racial de Londrina.

<sup>87</sup> AUETO é o coletivo de lideranças, adeptos e praticantes das culturas de matriz africana, fundado em 01 de agosto de 2019, sem fins econômicos, existente, de fato, desde agosto de 2006 com o nome de Associação de Ogans de Londrina e Região.

A metodologia visa facilitar o diálogo, a construção de estratégias articuladas para a justiça ambiental e o combate ao racismo, promovendo a troca de saberes e o fortalecimento de lideranças das comunidades de terreiro. As metas do projeto estão articuladas aos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Brasil – ODS: ODS 4: Educação de Qualidade, ODS 10 Redução das Desigualdades, ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima, ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes e ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação. Busca-se fomentar a cooperação e a integração teórico-prática entre universidade e sociedade, fortalecendo redes de apoio e promovendo avanços na justiça ambiental.

Com o objetivo de discutir o racismo ambiental em diálogo com as comunidades de terreiro e apontar a necessidade de preservação ambiental como elemento essencial para a sobrevivência das referidas comunidades, criou-se um grupo de estudo, tendo por base o estudo das seguintes bibliografias: Herculano (2008), De Souza Filgueira (2021), Montezuma (2023), dentre outros autores. Discutiu-se o conceito de raça, racismo, racismo ambiental, justiça ambiental e território. Realizou-se visitas e rodas de conversa para conhecer o território das comunidades tradicionais de terreiro e os equipamentos públicos (escolas, postos de saúde e centros de referências à assistência). O projeto prevê na próxima etapa a realização do segundo ciclo de rodas de conversa sobre o tema e a realização de oficinas teórico-práticas junto às comunidades de terreiro, escolas e Universidade.

As rodas de conversa realizadas nos espaços das comunidades de terreiro com lideranças religiosas, vivenciadores e simpatizantes das religiões de matriz africana, professores e estudantes da Universidade Estadual de Londrina, tem se mostrado um importante espaço para dialogar sobre um tema, na perspectiva de promover a troca de experiências sobre saberes e conhecimentos, também, ancestrais que envolvem o fenômeno do racismo ambiental. Um momento oportuno para refletir, sobretudo, a necessidade de políticas públicas que visem a mitigar desigualdades sociais e raciais que afetam, mais diretamente, grupos sociais vulnerabilizados historicamente.

**Palavra-chave:** Racismo ambiental. justiça ambiental. Comunidades tradicionais de terreiro.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2008.

DE SOUZA FILGUEIRA, A. L. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186–201, 2021.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.1, jan.-abr. 2008.

MONTEZUMA, R C. RACISMO AMBIENTAL. *In*: OLIVEIRA, Aiala Colares Couto, MENDES, Luiz Augusto Soares (OrgS.). **Geografias Pretas: Resistências e Existências no Brasil Contemporâneo**. Belém – GAPTA, 2023 - p 13 - 25. Disponível em: <https://gaptaufpa.blogspot.com/2023/06/livro-gratuito-para-downloadgeografias.html>. Acesso em 19 abr. 2025

## **EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E AVANÇOS APÓS A LEI 10.639/2003**

Nina Gabriela Lima de Araújo<sup>88</sup>

O presente trabalho propõe-se a analisar a implementação da lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de ensino básico. Considerada uma das legislações mais relevantes para a temática de promoção de igualdade racial na educação, destacando os avanços e desafios na Educação das Relações Étnico Raciais após a promulgação da referida lei. A escolha da temática justifica-se pela necessidade de compreender a implementação da lei nas escolas de ensino básico brasileiras, frente à permanência de práticas racistas no ambiente escolar. Além disso, reflete um interesse pessoal e acadêmico em contribuir com a construção de saberes que promovam a igualdade racial. O objetivo geral é analisar a implementação da referida lei, desdobrando-se em dois objetivos específicos: investigar as estratégias adotadas pelas escolas de ensino básico para inserir o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar; identificar os principais desafios enfrentados por gestores, professores e demais profissionais que atuam na área da educação na efetivação da lei 10.639/2003.

A metodologia adotada será de abordagem qualitativa, de forma a explorar e descrever de que forma ocorre a implementação da lei 10.639/2003 nas escolas de ensino básico. Para alcançar os objetivos propostos, serão utilizados dois procedimentos principais: o levantamento bibliográfico, que permitirá contextualizar teoricamente a temática e identificar estudos já realizados acerca do assunto; e a análise documental, com foco na legislação referida e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Esses procedimentos permitirão investigar tanto estratégias adotadas pelas escolas quanto os desafios enfrentados pelos profissionais da educação na efetivação da lei.

---

<sup>88</sup> Discente do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac).

O referencial teórico baseia-se nas contribuições de Gomes (2017), cujas obras são fundamentais para a construção de saberes voltadas à promoção de igualdade racial por meio da educação, buscando consolidar uma sociedade e um ambiente escolar mais equitativos. Também são utilizadas as reflexões de Munanga (2001), que discute a persistência da discriminação entre estudantes brancos e negros, mesmo quando pertencem à mesma classe socioeconômica. Além disso, recorre-se a Almeida (2019), cuja abordagem conceitual sobre as formas de racismo, especialmente o racismo estrutural e o institucional, oferece contribuições importantes para compreender os mecanismos que sustentam a perpetuação de práticas discriminatórias, inclusive no âmbito educacional.

Os resultados deste trabalho evidenciam que a implementação da lei 10.639/2003 constitui uma ferramenta fundamental para a promoção de uma sociedade e de uma educação mais equitativas e diversas, pois contribui para a igualdade racial e a inclusão de todos os sujeitos da sociedade, sem discriminação ou preconceito. No entanto, também se destacam os desafios enfrentados na efetivação da norma, como a insuficiência na formação de professores da educação básica sobre a temática étnico-racial e a carência de um currículo que contemple adequadamente essas questões. Nesse contexto, a presença de docentes com formação específica para o ensino das relações étnico-raciais se revela um mecanismo essencial para o êxito da implementação da lei.

Com base na análise realizada, conclui-se que a efetiva implementação da lei 10.639/2003 representa um passo indispensável para a construção de uma educação comprometida na justiça social e a equidade racial. Apesar dos avanços observados, persistem desafios significativos, como a ausência de formação adequada para os profissionais da educação e a limitação da abordagem curricular sobre a temática. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de políticas pedagógicas antirracistas que garantam a inserção plena da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, contribuindo para a superação do racismo estrutural no ambiente educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/2003. Educação Étnico-Racial. Implementação. Igualdade Racial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvo. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificando o currículo oficial da rede de ensino para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: BRANDÃO, André Augusto Pereira. **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EdUFF, 2000. P. 16-34.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC/Seppir, 2004. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_para\\_a\\_educacao\\_das\\_relacoes\\_etnico\\_raciais\\_e\\_para\\_o\\_ensino\\_de\\_historia\\_e\\_cultura\\_afro\\_brasileira\\_e\\_africana.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf). Acesso em: 8 mai. 2025.

## **INTERSECCIONALIDADE E TRABALHO INVISÍVEL: NARRATIVAS DE SERVENTES E COZINHEIRAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE**

Sulamita Rosa da Silva<sup>89</sup>

Devido ao racismo e ao sexismo na sociedade brasileira (González, 2018), as mulheres negras experienciaram e ainda vivenciam discriminações raciais, de gênero e de classe, além de outros atravessamentos em seus cotidianos. Essas intersecções também influenciam nas presenças dessas mulheres no mercado de trabalho, cujos estigmas dificultam ainda mais o acesso a empregos (González, 2018).

Desse modo, o legado da escravidão corroborou para a naturalização de determinados lugares sociais ocupados por mulheres negras, como os de trabalhadoras domésticas e babás (Euclides, 2017). Essas formas de opressão, articuladas de maneira interseccional, também se manifestam no contexto escolar, onde é possível observar a predominância de mulheres negras, isto é, pretas e pardas, em funções como merendeiras e serventes (Chaves, 1998).

No que se refere ao lugar das mulheres negras na universidade, essa tese de doutorado em andamento tem como objeto: as experiências cotidianas de trabalho de mulheres negras que atuam na limpeza da Universidade Federal do Acre e na cozinha do Restaurante Universitário da instituição citada. O objetivo geral é conhecer as histórias de vida dessas mulheres e as experiências de trabalho na universidade, compreendendo a importância da presença dessas trabalhadoras para o campo da educação.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como instrumento de coleta de dados as entrevistas abertas. O público-alvo está sendo as

---

<sup>89</sup> Professora da Universidade Federal do Acre (Ufac), atuando nos cursos de formação de professores. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre/Ufac. Discente do Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).

mulheres negras que atuam como serventes de limpeza, auxiliares de serviços gerais e na cozinha do Restaurante Universitário, em quaisquer funções dentro da cozinha.

O intuito com as entrevistas é conhecer e descrever as percepções das participantes sobre suas autobiografias, experiências profissionais, rotina de trabalho dentro da universidade e desafios enquanto mulheres negras e trabalhadoras, em sua maioria, terceirizadas.

Como referencial teórico, esse estudo tem como base as contribuições de pensadoras (González; 2018; Collins, 2019; Chaves, 1998; Euclides, 2017) e pensadores que discutem sobre raça, gênero e a presença de mulheres negras atuando na limpeza e na cozinha das escolas e das universidades públicas.

Como resultado parcial da pesquisa, os contatos com as trabalhadoras ainda estão em andamento. Até o momento, foram entrevistadas doze mulheres, das quais apenas duas relataram de forma clara terem sofrido episódios de racismo dentro da universidade. Vale destacar que apenas uma dessas mulheres ocupa um cargo efetivo; as demais são contratadas por empresas terceirizadas.

Entre as entrevistadas que atuam como serventes na limpeza do campus, emergiram relatos sobre os desafios cotidianos relacionados à sujeira dos banheiros, ao esforço físico constante e ao cansaço acumulado. Por outro lado, as trabalhadoras do Restaurante Universitário, em sua maioria, demonstraram maior resistência em relatar dificuldades relacionadas ao ambiente de trabalho, até esta fase da pesquisa.

Esses dados preliminares evidenciam a conexão entre os silenciamentos observados e o processo de terceirização, que, articulado ao capitalismo e ao racismo estrutural, impacta profundamente o cotidiano de mulheres negras e pobres nas universidades e na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Trabalhadoras Negras. Serviço de Limpeza. Restaurante Universitário. Educadoras Negras.

## REFERÊNCIAS

CHAVES, Fátima Machado. Outros olhares em escolas públicas: as relações sociais de trabalho pela ótica das merendeiras e serventes. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. *In*: COSTA, Bernardino Joaze; TORRES, Maldonado Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias**: desafios e conquistas, Tese (doutorado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

GONZÁLEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia González em primeira pessoa. São Paul: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

# COMUNICAÇÃO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES

**Coordenação:**  
**Renata de Paula dos Santos**  
**Ana Luísa Pereira**  
**Ivalnice Santos Oliveira**

## PRÓLOGO

A sessão temática Comunicação, Raça e Interseccionalidades pretende reunir pesquisas voltadas para o aprofundamento teórico e metodológico no estudo dos mais variados campos da comunicação e nas interfaces imagem/mídia, sobretudo com foco nos marcadores de gênero, raça e classe. Assim, a expressão midiática deverá ser debatida a partir de eixos como semiótica, cinema, imaginário, representação, cultura, educação, ideologia, comunicação política, estudos de recepção, processos comunicacionais (dentre os quais os que perfazem o universo das ações de Relações Públicas, da Publicidade, do Jornalismo, do Design, entre outros, e suas interfaces), teorias e movimentos decoloniais de comunicação, feminismos, ativismos, história e estética, tornando clara a natureza complexa e interdisciplinar da comunicação contemporânea.

Avaliamos a necessidade de analisar, criticamente, as representações midiáticas e as expressões comunicativas, tanto aquelas que reforcem preconceitos, quanto aquelas que desafiem as narrativas dominantes. Além disso, a ST se propõe a refletir quanto ao desenvolvimento de alternativas e estratégias de comunicação que promovam a diversidade, a inclusão e o enfrentamento aos preconceitos, visando contribuir para uma mídia mais plural, reflexiva e em busca de justiça social.

Como referencial teórico, o Grupo de Trabalho tem como base os estudos de gênero, raça e classe, levando em consideração grandes pensadoras do movimento negro, como Lélia Gonzales, Jurema Werneck, Angela Davis, Patricia Hill Collins. Audre Lorde, bell hooks, Kimberle Crenshaw, Karla Akotirene, entre tantas e tantos outros. Ainda dentro da perspectiva comunicacional, trazemos perspectivas da escola crítica, como Nancy Fraser, Axel Honneth, Jurgen Habermas, assim como pensadores do campo da comunicação Jesus Martin Barbero, Maria Imacolatta, Stuart Hall e outros que permeiam os estudos relativos ao amplo campo comunicacional.

## ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: A PERSONAGEM KATE EM VAI NA FÉ

Paola Silva Morais<sup>90</sup>  
Juliana dos Santos Barbosa<sup>91</sup>

Este resumo apresenta um recorte da pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Professora Dra. Juliana Barbosa. O estudo, intitulado “Mulata e Doméstica como Estereótipos da Mulher Negra: Permanências e Avanços em Vai na Fé”, analisou a representação de quatro personagens negras femininas na telenovela Vai na Fé (TV Globo, 2023): Sol, Jenifer, Bruna e Kate. Neste resumo, o foco recai sobre a personagem Kate, como recorte metodológico, considerando sua relevância para refletir sobre o estereótipo da mulata e possíveis atualizações na forma como mulheres negras são retratadas na teledramaturgia brasileira.

A novela marcou um momento histórico ao inaugurar, em 2023, uma grade com protagonismo negro nas três principais faixas de horário da Globo (18h, 19h e 21h), algo inédito em seus 73 anos de teledramaturgia. A mudança teve continuidade nos anos seguintes, com novelas como Garota do Momento, Volta por Cima, Mania de Você, o remake de Vale Tudo com Taís Araújo e Dona de Mim, em que Clara Moneke — anteriormente coadjuvante como Kate — assume o protagonismo. Este contexto reforça a pertinência de investigar como essas presenças negras vêm sendo construídas em cena.

A análise de Kate buscou compreender se sua representação atualiza o estereótipo da mulata ou aponta para novas possibilidades de representação. A

---

<sup>90</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) . Pesquisa representações da mulher negra nas telenovelas brasileiras.

<sup>91</sup> Docente do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Comunicação Organizacional pela Universidade Estadual de Londrina. Bacharela em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina.

metodologia utilizada foi a análise fílmica com base na proposta de Imagem e Som de Penafria (2009), aplicada a 15 episódios da novela, selecionados com base na participação da personagem e no desenvolvimento de sua trajetória. O estudo se fundamenta em autores que discutem estereótipos raciais na mídia, como Lélia Gonzalez (2020), que trata das figuras da mucama, da doméstica e da mulata como construções históricas que impactam a forma como a mulher negra é percebida. Stuart Hall (2016) contribui com a noção de representação como construção de sentido, e Wesley Grijó oferece uma base sólida sobre a presença do negro na telenovela brasileira. Além desses, o aporte teórico inclui pesquisadores que se dedicam especificamente ao estudo da telenovela brasileira, suas personagens e a representação de grupos sociais dentro desse formato, o que ampliou a base de análise crítica do trabalho.

Nos primeiros capítulos, Kate é apresentada com características associadas ao estereótipo da mulata — sensualidade acentuada, figurino chamativo e relações afetivas com forte componente de interesse. Contudo, ao longo da trama, a personagem se torna mais complexa: envolve-se romanticamente com Rafael, de forma genuína, afetiva e não sexualizada, e passa a demonstrar vulnerabilidade, empatia e desejo de crescimento. Sua trajetória culmina com o papel de empresária da tia Sol, revelando uma jovem negra retinta segura, confiante e com autoestima — atributos que nem sempre foram comuns em representações negras na teledramaturgia.

Kate reúne, portanto, elementos contraditórios: aproxima-se em alguns momentos do estereótipo da mulata, mas também rompe com ele ao expressar humanidade, ambição e autonomia. Sua presença na novela oferece pistas sobre uma possível transição em curso na representação da mulher negra na mídia de massa, não mais restrita à caricatura ou à sensualização. A pesquisa conclui que a personagem representa um avanço importante ao apresentar uma jovem negra múltipla, afetiva e atuante em diferentes esferas da vida. Esse avanço, ainda que parcial, indica a necessidade de continuar tensionando as formas de representação racial na televisão brasileira.

**Palavras-chave:** Representação negra. Estereótipos raciais. Telenovela brasileira. Personagem Kate. Vai na Fé.

## REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GRIJÓ, Wesley Pereira; SOUSA, Adam Henrique Freire. O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. **Estudos em comunicação**, v. 11, n. 2012, p. 185-204, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. PUC-Rio: Apicuri, v. 10, p. 24, 2016.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes-conceitos e metodologia (s). *In: VI Congresso Sopcom*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009. p. 1-11.

# **ENFRENTAMENTO A BRANQUITUDE HEGEMÔNICA: TECNOLOGIAS DE COMBATE AO RACISMO E EPISTEMICÍDIO SISTÊMICO**

**Coordenação:**

**Regina Celia de Castro Gomes**

**Sofia Castro Teixeira**

**Ana Carolina Mendes Cerqueira Nobrega**

## PRÓLOGO

A presente sessão temática tem como objetivo debater como a branquitude engendra-se dentro dos espaços sociais, e quais os mecanismos tecnológicos raciais utilizados para se perpetuar dentro desses locais. Para além disso, buscamos receber trabalhos com perspectivas contra hegemônicas, que pretendem romper com o epistemicídio e apagamento da produção de conhecimento negro. Entendemos que a racialidade produz e reproduz “poderes, saberes e subjetividade” (Carneiro, 2023, p.13), sendo responsável pelo processo de dominação e reprodução da desumanização do povo negro, da sua cultura e produção do conhecimento.

Concordamos, com a afirmação de Kabengele Munanga de que a branquitude não é um termo antagônico a negritude, pois, a negritude, é um processo de afirmação da identidade negra (Munanga, 2019), enquanto a branquitude, não se manifesta dessa forma dentro das relações raciais, muito pelo contrário, é a partir do silêncio, e da construção do outro como não branco que se estrutura o processo de racialização e desumanização do negro. Ainda sobre a branquitude, reiteramos os apontamentos de Cida Bento, que destaca o pacto da branquitude referindo-se a um implícito (não verbalizado) acordo, entre pessoas racializada como brancas, que constituem a perpetuação de seus privilégios a partir de suas escolhas sobre quem deve ser colocado em espaços de destaque, quem constroi conhecimento (e qual conhecimento é relevante) e principalmente quem ocupa os cargos de poder (Bento, 2022).

É a partir desse entendimento, que apresentamos como proposta a construção de uma sessão temática que possibilite a recepção e discussão de trabalhos que visem criar mecanismos de enfrentamento a essa construção homogeneizante do conhecimento. Compreendendo que a produção de conhecimentos racializados e afrocentrados são essenciais para construir a contra-hegemonia no espaço acadêmico. Assim pretendemos contribuir e akilombar com essa ST.

## TECITURAS DA BRANQUITUDE NA ARTE

Ana Carolina Mendes Cerqueira Nobrega<sup>92</sup>

Este resumo propõe como problemática, investigar como os museus e instituições culturais, que estão longe de serem espaços neutros, reproduzem desigualdades estruturais racializadas, especialmente por meio da exclusão de artistas negras ou a segmentação de sua produção. A partir do estudo de caso da artista Eliana Brasil, uma mulher negra atuante no circuito de arte contemporânea de Curitiba, pretende-se analisar a esfera pública enquanto agente de diversidade étnica e aplicação das datas celebrativas do calendário Étnico-racial. A pesquisa se faz importante para que possamos realizar uma análise crítica da branquitude como uma tecnologia de poder que molda as instituições culturais e evidenciar artistas mulheres negras em Curitiba.

Para tanto, como metodologia será realizada uma pesquisa e análise documental das exposições que a artista participou para a criação de uma linha do tempo de sua produção artística (estado da arte) e para identificar se nos eventos houve uma chamada voltada para políticas públicas de cotas raciais e de gênero como por exemplo em datas de visibilidade negra como no mês da Consciência Negra ou no dia da Mulher Negra e Caribenha. Por meio da história oral enquanto metodologia e caminho de afeto serão realizados encontros com a artista Eliana Brasil para alinhar os eventos e costurar a narrativa de sua história.

Para auxiliar teoricamente o embasamento do texto, foram usadas as perspectivas teóricas de: Cida Bento (2022) sobre o “pacto da branquitude”; de Sueli Carneiro (2023) que articula a noção de como o racismo opera por meio do “dispositivo

---

<sup>92</sup> Discente do Doutorado em Tecnologia e Sociedade na linha de pesquisa em Cultura e Mediações (PPGTE/UTFPR). Mestra em Tecnologia e Sociedade na linha de pesquisa em Cultura e Mediações (UTFPR). Especialista em Metodologia do Ensino de Artes pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduada em Licenciatura em Artes Visuais pela UNESPAR – Campus I/EMBAP. Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática. Membro do NEBRACI Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (UTFPR).

de racialidade” e “contrato racial”; de Silvio Almeida (2019) e o “racismo estrutural”; de Françoise Vergès (cuja premissa é de “decolonizar o museu”. O pensamento de tais autores ajudam e se evidencia a persistência do racismo estrutural e do pacto narcísico da branquitude que assegura a reprodução de privilégios simbólicos e materiais da população branca nos espaços culturais. E a realizar uma análise crítica da branquitude como uma tecnologia de poder que molda as instituições artísticas. A musealização, a representação artística e os processos de visibilidade são atravessados por marcadores de raça, gênero e classe.

Percebeu-se a partir da análise dos eventos que Eliana Brasil (1973) participou, juntamente com o grupo “Ero Ere: Mulheres artistas” o qual integram ela e as artistas Claudia Lara (1964), Fernanda Castro (1951), Kênia Coqueiro (1983), Lana Furtado (1980), Lourdes Duarte (1958) e Walkíria Novaes (1973), que, em 2018 quando o grupo se formou, participou exclusivamente de três eventos referentes ao mês da consciência negra celebrado em novembro. Duas delas receberam o nome do coletivo “Ero Ere: Mulheres Artistas”. A primeira foi realizada na sede da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED que fica no bairro Água Verde. A abertura se deu no dia 23/11/2018 no período da manhã. Contou com 23 trabalhos que foram distribuídos pelo prédio. A segunda ocorreu na Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, contou com oito trabalhos expostos na Sala Engenheiro Tadeu Wantroba em Curitiba e foi exibida do dia 28/11/2018 ao dia 28/02/2019 na sede da instituição. A terceira exposição ocorreu no Museu Paranaense – MUPA, e recebeu o título de “Ero Ere: Mulheres Negras” a abertura foi no dia 23/11/2018 no período da noite, juntamente com a abertura da exposição “Clubes Sociais Negros do Paraná”. Neste caso a mostra se estendeu até março de 2019 e contemplou a programação do Mês das Mulheres realizada pelo Governo do Estado do Paraná e Secretaria do Estado da Cultura. Ou seja, uma mesma exposição foi apreciada em dois eventos, um racial e outro de gênero. Essa é apenas uma análise inicial sobre a trajetória da artista.

Por meio deste texto, defende-se uma abordagem decolonial que confronte o apagamento histórico e promova reparações estruturais, rompendo com o mito da meritocracia e desvelando o papel ativo das instituições na manutenção da desigualdade racial que o pacto da branquitude insiste em tecer. Foi possível identificar a importância das políticas públicas e das datas presentes no calendário étnico-racial

como forma de manter viva a luta por garantias de ocupação de espaços antes não ocupados.

**Palavras-chave:** Pacto da branquitude. Racismo estrutural. Artistas Negras. Eliana Brasil. Ero Ere. Mulheres Artistas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Cida. Parte I – Desigualdades Raciais no Brasil. *In*: INSTITUTO IBIRAPITANGA. **Equidade racial: desafios no Brasil contemporâneo**. Relatório. Rio de Janeiro: Instituto Ibirapitanga, 2018. p. 38-46.

BENTO, Cida. **O pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o Museu: programa de desordem absoluta**. Trad. Marina Echalar. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

## **O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA: RACISMO ALGORÍTMICO E DESAFIOS DO “NOVO” APAGAMENTO**

Ana Dindara Rocha Novaes<sup>93</sup>

A evolução das tecnologias digitais, especialmente a Inteligência Artificial, tem gerado debates sobre seus múltiplos impactos, principalmente nas desigualdades sociais e na reprodução de vieses raciais e de gênero. Embora a IA seja promovida sob a ideia de neutralidade, estudos como os de Buolamwini e Gebru (2018) demonstram que essa neutralidade é uma falácia. A IA, em vez de ser imparcial, muitas vezes reproduz e amplifica as discriminações históricas de raça e gênero. Este estudo investiga como a inteligência artificial generativa, especialmente modelos de imagem como o DALL·E, pode contribuir para a perpetuação ou contestação de estereótipos raciais e de gênero, focando nas representações de mulheres negras em cargos políticos, analisando de que forma essas tecnologias reforçam narrativas de subordinação e marginalização ou possibilitam novas visibilidades. O problema central está na capacidade dessas tecnologias de refletir as desigualdades sociais históricas e contribuir para a marginalização dessas mulheres no campo político.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, combinando análise de conteúdo e análise crítica de imagens geradas por IA, alinhada às perspectivas teóricas sobre representação e tecnologia. Foram utilizados prompts textuais para gerar imagens de mulheres negras em diferentes cargos políticos, como deputadas, senadoras e ministras. As imagens analisadas com base em critérios de raça, gênero, ideologia política e posição social, considerando a interseccionalidade entre essas categorias, conforme fundamentado por Bento (2022) e Silva (2022), que destacam a

---

<sup>93</sup> Discente do Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), do Departamento do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM). Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

importância de uma análise que aborde as múltiplas dimensões das opressões e das representações estereotipadas. A pesquisadora desenvolveu uma tabela de avaliação própria para categorizar as imagens segundo aspectos como postura, características físicas e estereótipos presentes nas representações, seguindo os parâmetros críticos propostos por Noble (2021), que discute como os vieses algorítmicos nas tecnologias e potencializam desigualdades sociais e raciais.

Os resultados preliminares indicam que a IA generativa tende a reforçar estereótipos raciais e de gênero, particularmente ao representar mulheres negras em cargos políticos. As imagens geradas frequentemente associam essas mulheres a estereótipos de subordinação, como a hipersexualização e a marginalização, refletindo padrões históricos de opressão. A análise qualitativa das imagens revelou que, mesmo quando solicitadas para criar representações de mulheres negras em contextos de poder, as IAs continuam a reproduzir estigmas profundamente enraizados na sociedade, como a associação da mulher negra à violência e à pobreza.

A pesquisa demonstra que, apesar do potencial da IA para transformar a criação de conteúdo visual, ela também carrega o risco de amplificar preconceitos e reforçar estereótipos raciais e de gênero. A IA generativa, ao ser alimentada com grandes volumes de dados históricos e sociais, não só reflete as desigualdades existentes, mas também contribui para a manutenção desses estigmas, especialmente no campo da política. Para garantir que a IA sejam verdadeiramente inclusivas, é necessário repensar os dados de treinamento e as formas como essas tecnologias são desenvolvidas e aplicadas.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial. Racismo algorítmico. Política.

## REFERÊNCIAS

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUOLAMWINI, J. and GEBRU, T. **Gender shades**: Inter- sectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: Conference on Fairness, Accountability and Transparency. 2018.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão: como os mecanismos de busca reforçam as desigualdades raciais e de gênero**. Editora rua do sabão, 2021.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

## POR UMA CIÊNCIA EM PRETUGUÊS: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALES

Andressa Ignácio Silva<sup>94</sup>  
Andrea Maila Voss Kominek<sup>95</sup>

A questão racial na produção de conhecimento no Brasil é um tema central na crítica de intelectuais negros que buscam repensar as formas dominantes de saber. A pesquisa de doutorado em andamento, analisa a abordagem das questões raciais na produção dos cinco maiores programas de pós-graduação do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), e deixa evidente a hierarquização do conhecimento e a marginalização das produções intelectuais negras e periféricas. Neste sentido, a obra de Lélia Gonzalez (2020), oferece uma contribuição significativa ao propor uma análise crítica da colonialidade do saber, apontando caminhos para a descolonização da ciência. Este texto visa explorar a relevância da crítica de Gonzalez (2020) à estrutura de produção do conhecimento, com foco na racialização das práticas acadêmicas e na proposta do conceito de "pretuguês", como uma forma de resistência à língua e cultura colonizadoras. Para tal a metodologia adotada é qualitativa e bibliográfica, centrada na revisão das obras de Gonzalez (2020) e de outros pensadores negros que abordam a temática da relação entre a questão racial e a produção do conhecimento.

O pensamento Lélia Gonzalez articula uma análise crítica sobre as hierarquias de saberes e suas implicações para as populações negras no Brasil. Para Gonzalez (2020), a estrutura de conhecimento hegemônica, que prevalece nas universidades e outras instituições de ensino, reflete um sistema que não só desvaloriza as epistemologias

---

<sup>94</sup> Professora da Escola Superior de Educação, Humanidades e Línguas do Centro Universitário Internacional (Uninter). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Bacharel e licenciada em Ciências Sociais (UFPR) e licenciada em Pedagogia. Membro do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (UTFPR).

<sup>95</sup> Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca, Espanha. Mestre em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da UTFPR. Graduada em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Líder do grupo Pesquisas Críticas da Branquitude. Atua em pesquisas nas áreas de branquitude hegemônica, relações raciais, educação para as relações étnico-raciais e políticas afirmativas.

negras, como também silencia as vozes daqueles que têm suas culturas e experiências de vida deslegitimadas. Tal crítica, no entanto estava presente nas produções de intelectuais negros como Guerreiro Ramos (1958) e Abdias do Nascimento (2002).

O conceito de pretuguês é uma forma de resistência linguística que visa subverter as imposições do colonizador. Esse conceito, ao afirmar a centralidade da experiência negra e da memória cultural africana na constituição da língua portuguesa no Brasil, propõe uma revalorização da cultura negra e uma subversão dos padrões linguísticos hegemônicos.

Neste trabalho entendemos que o "pretuguês" se configura como uma proposta teórica para a centralização da questão racial na produção de conhecimento. O "pretuguês", torna-se assim uma ferramenta para questionar a homogeneização do saber e para reivindicar uma epistemologia que leve em conta as especificidades da experiência negra no Brasil.

Ao defender a racialização do conhecimento, Gonzalez (2020) aponta para a necessidade de reconhecer que a produção de saberes não é neutra, mas está profundamente imbricada com as questões raciais. A descolonização do saber, portanto, não envolve apenas a revisão das epistemologias dominantes, mas também a valorização das perspectivas raciais que têm sido sistematicamente excluídas. O "pretuguês", como expressão de uma língua e uma cultura negras, torna-se, assim, uma forma de afirmar a legitimação desses saberes, desafiando as narrativas hegemônicas e abrindo espaço para novas formas de conhecimento.

Conclui-se que o conceito de "pretuguês", desenvolvido por Lélia Gonzalez, propõe uma reflexão profunda sobre a colonialidade do saber e sobre a necessidade de descolonizar a ciência. Ao desafiar as formas de conhecimento hegemônicas e ao reivindicar a centralidade das epistemologias negras, Gonzalez contribui para a construção de um saber mais plural e representativo. Através da valorização das produções intelectuais negras e da reflexão sobre as questões raciais na produção de conhecimento, ela oferece um caminho para a superação do eurocentrismo e da marginalização das populações negras na ciência. A crítica de Gonzalez, portanto, não apenas aponta para as limitações do sistema acadêmico e científico, mas também oferece uma proposta concreta para a transformação das práticas de produção de

saberes, com base na valorização das culturas negras e na resistência à colonialidade do saber.

**Palavras-chave:** Pretuguês. Lélia Gonzalez. Epistemologias negras. Resistência epistêmica. Produção de conhecimento

## REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar, 2020.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O Brasil na mira do panafricanismo.** Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002, p. 37 - 250.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica:** introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

## AQUILOMBAMENTOS E ANCESTRALIDADES NO CURSO DE DANÇA DA UNESPAR

Ariane Cristina Ferreira de Souza<sup>96</sup>

Gisele Miyoko Onuki<sup>97</sup>

Este trabalho visa apresentar os delineamentos da pesquisa no Programa de Pós Graduação em Artes (PPGArtes) da UNESPAR, na linha de Experiências e Mediações nas Relações Educacionais em Artes. Tem como intuito promover um olhar crítico sobre a Implantação das Políticas de Ações Afirmativas, de cunho Étnico Racial nos Cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Dança da UNESPAR que, a partir da análise da matriz curricular, do Plano Pedagógico Curricular (PPC) e das práticas de ensino, a serem analisadas por meio de entrevistas, objetiva investigar a efetividade da presença de debates e ações nas práticas pedagógicas pertinentes às etnias negras e indígenas nos referidos cursos, que promovam uma formação equânime das/dos futuras/os profissionais da dança.

Assim como apontam Lima, Martins e Pinto (2020), como as formações acadêmicas em dança no ensino superior ainda se baseiam em culturas elitistas, arraigadas de estéticas tecnicistas e hegemônicas, destituídas do processo de formação de identidade de outras etnias, tais quais as citadas acima, mantendo o sistema do racismo estrutural e por sua vez, institucional, faz-se importante investigar e analisar

---

<sup>96</sup> Professora da educação básica na rede municipal de Pinhais (PR). Discente do mestrado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes (PPGArtes) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus Curitiba 2. Pós-graduada em Fisiologia do Exercício Aplicada à Atividade Física pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bacharel e licenciada em dança pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Pedagoga licenciada pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Bacharel em nutrição pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Arte educadora engajada na educação para as relações étnico-raciais, com formação no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFPR). Integrante do Núcleo de Estudos para as Relações Étnico-Raciais (NERA) da UNESPAR e do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Pinhais (FPEDER).

<sup>97</sup> Professora adjunta do curso de Bacharelado em Dança e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Artes (PPGARTES) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutora em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em Comunicação e Linguagens pela UTP. Especialista em Arte-Educação pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão (IBPEX). Graduada em Dança – Licenciatura e Bacharelado pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP), atual campus Curitiba II da UNESPAR.

como os cursos de dança dessa Universidade vem abordando tais questões, seja no âmbito institucional ou em sua estrutura curricular dos cursos de graduação. Para tanto, embaso essa discussão em estudiosas/os como, Nilma Lino Gomes (2012), Vitor Hugo Neves de Oliveira (2020) e Boaventura de Sousa Santos (1999), que debatem temáticas das Relações Étnico Raciais e/ou Epistemologias Coloniais e/ou Corporeidades Negras, além de autoras/es indígenas que serão posteriormente aprofundados, possibilitando o diálogo que aqui proponho.

Parte-se da hipótese que, embora haja ações que contemplem as Políticas de Ações Afirmativas, tanto para pessoas negras como para pessoas indígenas, na instituição, entendemos que ainda é necessário um avanço maior nas práticas pedagógicas que não reproduzam a exclusão e/ou invisibilização de etnias historicamente subjugadas, inclusive em se tratando do próprio epistemicídio acadêmico (Santos, 1999).

Oliveira (2020) nos faz lembrar que a educação universitária tem sido um espaço de contradição e ambivalência. Por um lado, ela compactua com a reprodução das práticas sociais, por meio de modelos educacionais que promovem a manutenção dos mecanismos culturais e conservadores da ordem social, conformando os sujeitos à posição que ocupam na sociedade. Por outro lado, estimula ações disruptivas, performativas, inovadoras e contra-hegemônicas.

Portanto, consideramos que a formação acadêmica, especialmente em docência, entendendo aqui a licenciatura, deve ser coerente com as demandas histórico- sociais, culturais e políticas da realidade que, tanto emergem quanto implicam na educação básica.

**Palavras-chave:** Ancestralidade. Diversidade Étnico Racial. Formação em Dança. Políticas de Ações Afirmativas. Racismo institucional.

## REFERÊNCIAS

BRITO, José E.; GOMES, Nilma L.; SILVA, Paulo V. B. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação:** lutas, conquistas e desafios. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e258226, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** In: Currículo sem Fronteiras, V.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

L

IMA, Patrícia R.F.; PINTO, Nilson V.; MARTINS, Raul A. Inclusão no ensino da dança na escola. **Research, Society and Development**, v.9, n.1, 2020.

OLIVEIRA, Victor H. N. **O cão celebra com o rabo, mas morde com a boca:** pistas iniciais para a produção de uma dança preta. **Revista Rascunhos**, v.7, n.1, 2020.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice:** O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

## COMPREENSÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA DE PROFESSORAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Arlane Queiroz Pereira<sup>98</sup>

As relações de poder baseadas na cor da pele e na identidade de gênero continuam a estruturar as dinâmicas interpessoais no Brasil, uma sociedade historicamente fundada na dominação de corpos considerados não humanos por não corresponderem ao modelo universal de sujeito da ciência moderna: branco, cisgênero, heterossexual e europeu. Essa assimetria ainda persiste, legitimando-se em diversos espaços, inclusive na educação, onde passado e presente se entrelaçam, negando às pessoas negras uma trajetória acadêmica equitativa e representativa. No entanto, nenhuma tentativa de significação ocorre de forma passiva, havendo, portanto, possibilidades de tensionamento (Foucault, 1976).

O processo de formação docente inicial representa um espaço no qual essas relações de poder podem ser questionadas. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo analisar as percepções de duas docentes universitárias sobre gênero, sexualidade e raça. As interlocutoras atuam no curso de Pedagogia de uma instituição pública. O estudo, resultante de uma dissertação de mestrado realizada em 2024, fundamenta-se em uma abordagem teórica argumentativa, ancorada nos estudos de gênero e das relações étnico-raciais. A metodologia é qualitativa, com análise dos dados produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, voltadas à compreensão das percepções das docentes sobre os marcadores sociais e categorias analíticas aqui delimitados: gênero, sexualidade e raça. A pesquisa foi realizada no campus da UNESPAR, em Paranaguá. Os resultados indicam que as docentes reproduzem discursos que ativam o dispositivo de racialidade proposto pela filósofa Sueli Carneiro,

---

<sup>98</sup> Discente do doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Educação pelo programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Membro do Grupo de Pesquisa sobre a Produção da Evasão e do Abandono Escolar de Alunas (Petra/UFPR).

no qual a noção de diferença posiciona o sujeito branco como universal em oposição ao não ser (Carneiro, 2023).

Esses processos discursivos e materiais reforçam hierarquias que legitimam a marginalização da pessoa negra, tanto em sua condição física quanto epistemológica, influenciando as práticas educativas das participantes e atravessando a formação das discentes que serão futuras professoras. Trata-se de questões que transcendem preferências pessoais, configurando-se como temas de natureza eminentemente política e social. Quando não compreendidas em suas relações contraditórias, essas questões acabam por consolidar desigualdades baseadas na cor e no gênero, mesmo sob a aparência de um discurso inclusivo. Os discursos das professoras refletem o modo como opera o dispositivo de racialidade, em que a construção do “eu hegemônico” da identidade branca é inserida no campo da norma e destacada como padrão considerado universal (Bento, 2022).

No entanto, assim como a identidade negra é produto de relações de poder-saber historicamente estabelecidas, a identidade branca também o é (Carneiro, 2023). No que concerne à sexualidade, esta foi compreendida pelas docentes como um assunto de esfera privada. No entanto, sob uma perspectiva foucaultiana, a sexualidade é uma área atravessada por diversas instituições, como o Estado, a escola, a Igreja e outras esferas sociais, nas quais opera o dispositivo da sexualidade. Esse aparato atua não por meio da censura, mas por uma incitação discursiva. As técnicas ou procedimentos envolvidos negam aquilo que produzem, e o silêncio em torno da nomeação da “norma” acaba por naturalizar a heterossexualidade como regra, servindo de modelo para categorizar corpos e prazeres que escapam da “normalidade” (Foucault, 1976).

Conclui-se que, em todas as narrativas, as interlocutoras apresentaram exemplos de como gênero, sexualidade e raça integram o cotidiano social e acadêmico das professoras. Nesse contexto, a prática docente vai além da simples transmissão de conteúdos: ela implica também a reprodução ou a contestação de estruturas de poder historicamente consolidadas. Este estudo não teve como objetivo depositar expectativas irreais sobre as profissionais, tampouco atribuir à universidade um papel salvacionista. O foco da análise esteve na compreensão, com base nos conceitos delimitados, de como as relações de poder se manifestam nesse espaço e de como

compreendê-las implica refletir e confrontar criticamente o papel da universidade na formação de futuras profissionais.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Dispositivo de racialidade. Formação docente.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Vol. 1. 3. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.

## SABERES DE MORTE, SABERES DE VIDA: NECROCIÊNCIA E UMA CONTRAPROPOSTA DE VIDA NO COMBATE ÀS TECNOLOGIAS DE EXCLUSÃO

Carolina Calixto<sup>99</sup>  
Luciana Silva<sup>100</sup>

Achille Mbembe, filósofo e cientista político camaronês, nos compartilha que os processos de colonialismo são sempre acompanhados de uma perpetuação de políticas de “deixar morrer”, em outras palavras, políticas intencionadas para que determinadas populações - aqui, especificamente falando de populações colonizadas e racializadas - fossem mortas por ações ou omissões estatais em áreas como saúde, moradia, empregabilidade, alimentação (Mbembe, 2018). Essas políticas foram praticadas no Brasil, durante a pandemia do Coronavírus (2020-2022), por exemplo, quando se tornou uma estatística de que a população negra foi a que mais morreu e menos recebeu vacina - um artefato tecnológico de fomento à vida - neste período<sup>101</sup>.

Não só compreendemos os processos tecnocientíficos como meras ferramentas e fatos digitais, mas como meios de comunicação e transformação da realidade humana. A vacina, no contexto pandêmico da atualidade, foi um produto tecnológico desenvolvido a partir dos métodos científicos necessários e colocada à serviço da população. Questionamos, então, como ponto de partida do conceito de Necropolítica e Necrociência e com os dados obtidos, à serviço de qual povo tais tecnologias estão?

Outro exemplo que traz reflexões pertinentes são os casos em que vieses embutidos em sistemas e plataformas digitais prejudicam grupos minoritários, como

---

<sup>99</sup> Discente do doutorado em Tecnologia e Sociedade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestra em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Desenvolvedora de software e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

<sup>100</sup> Bacharela em Serviço Social. Atualmente discente do programa de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Membro do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidades e Tecnologias Cida Bento (Nebraci).

<sup>101</sup> EVANGELISTA, Ana Paula. **Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil**. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 24 maio 2025.

grupos de pessoas negras, mulheres, imigrantes, etc. É uma das formas pelas quais o racismo estrutural opera, reproduzindo opressões que atravessam o social e o cultural e seus efeitos são vistos pela projeção, uso e manutenção das plataformas digitais (Silva, 2022). Um dos exemplos mais evidentes é o caso brasileiro, na segurança pública, de uso do reconhecimento facial em investigações policiais, em que o sistema pode marcar “falsos positivos” (Cruz, 2022) e demonstra ser ineficiente e opaco - como pode-se denominar os algoritmos de caixa-preta - quando se trata de ética e proteção de direitos humanos.

Nessa construção, tomamos como foco não apenas denunciar as práticas coloniais de morte que se estendem cotidianamente até os dias de hoje, mas também, anunciar e refletir de forma mais aprofundada, sobre as sabedorias anticoloniais que por meio dos artefatos da oralidade, corporalidade e conhecimento se mantiveram vivas propondo novas perspectivas epistêmicas. Propomos esmiuçar as tensões nas relações de poder que reproduzem os processos de racialização e desumanização da população negra, assim como mostrar que, embora esse mecanismo de apagamento e exclusão esteja enraizado socialmente, há resistências negras que incorporam e propagam por meio de sua intelectualidade, mecanismos de enfrentamento à hegemonia do conhecimento e dos artefatos tecnológicos.

A metodologia de pesquisa aqui utilizada foi a revisão bibliográfica do problema-pesquisa em áreas como Ciência Política, Filosofia, Sociologia, bem como a análise de dados estatísticos em relação aos algoritmos de IA demonstrando a interdisciplinaridade da pesquisa realizada.

Os referenciais teóricos serão Achille Mbembe (2028), Tarcízio Silva (2022), Sueli Carneiro (2023), Cida Bento (1999) e Carla Akotirene (2019). A partir de uma leitura de referências de produção intelectual negra, especialmente latino-americana, o objetivo principal do trabalho é demonstrar a existência de ações já consolidadas de contrapropostas de inclusão e combate à tecnologias hegemônicas e enviesadas (biased technologies), e buscar, por meio do conhecimento destes artefatos, construir pontes para novos saberes e vozes negras potentes na Ciência e Tecnologia.

Com este trabalho, pretendemos fazer uso do conceito de Mbembe e expandi-lo para o campo das epistemologias e saberes que são deixados “viver ou morrer”, com a concepção de Necrociência, em que se realiza a pesquisa a partir das tecnologias

digitais, onde a Inteligência Artificial (IA) se transforma em um elemento central para a análise de tanto como tais artefatos digitais podem ser lançados mão para uma exclusão da população negra de espaços e conhecimentos, quanto para um combate destas exclusões e criação de novas técnicas e propostas antirracistas para adentrar estes espaços.

Concluimos que a Necrociência, entrelaçada com a Necropolítica e Necrocultura, são instaladas não só nos aparatos estatais e espaços acadêmicos, mas também está permeado no âmbito social, pois os primeiros locais refletem um microcosmos da sociedade em que nos inserimos. Entretanto, com a análise dos projetos de tecnologias apresentados neste trabalho, há resistência e dissidência de pessoas negras em acatar a exclusão e as desigualdades impostas por tais epistemologias nos campos de construção de história, saberes e ciências, tomando as rédeas das narrativas e histórias que gostariam de contar sobre seus próprios corpos, experiências e vivências.

**Palavras-chave:** Necrociência. Racismo Estrutural. Branquitude Hegemônica e Resistência.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **“É fragrante fojado dôtör vossa excelência”**: audiências de custódia, africanidades e encarceramento em massa no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019

BENTO, Cida. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 1999

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

CRUZ, Bruna Souza. Deputada quer barrar reconhecimento facial em SP por racismo - e com razão. **Tilt Uol**, 2022. Disponível em: <https://uol.com.br/tilt>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo, 2018

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

## **VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS NO BRASIL E O ENFRENTAMENTO A BRANQUITUDE HEGEMÔNICA**

Fernanda Severo dos Santos<sup>102</sup>

Melissa Ribeiro Gaiovis<sup>103</sup>

Lourrayne Dias Pereira<sup>104</sup>

O tema central deste estudo é a violência sistemática contra pessoas trans no Brasil, analisada a partir do Dossiê Antra 2025, com foco na interseccionalidade entre transfobia, racismo estrutural e necropolítica. O objeto da pesquisa é a violência letal e simbólica direcionada predominantemente a travestis e mulheres trans negras, que representam 80% das vítimas (Antra, 2025, p. 76). A justificativa reside na urgência de desnaturalizar esses crimes, compreendendo-os como resultado direto de um projeto colonial branco-cis-heteronormativo. O objetivo geral é analisar como a branquitude e o epistemicídio perpetuam essa violência, enquanto os específicos incluem: (1) mapear dados de assassinatos; (2) discutir a branquitude como tecnologia de apagamento; e (3) destacar estratégias de resistência trans negra.

A pesquisa é qualitativa, baseada em análise documental do Dossiê Antra 2025 e revisão bibliográfica de autores como Cida Bento (branquitude), Grada Kilomba (epistemicídio) e Judith Butler (violência de gênero). A metodologia divide-se em três etapas:

---

<sup>102</sup> Discente do curso de Design da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-CT). Integra o Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (Nebraci) e o Laboratório de Arquitetura e Design Contra Opressões (Lado). É bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), da Fundação Araucária, no projeto de extensão “MuVuca Ateliê: artesanias do sul do mundo para nos re-fazermos”.

<sup>103</sup> Especialista em Estratégias de Enfrentamento à Violência pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Pós-graduanda em Trabalho com Famílias e Sociabilidade na Uninter. Bacharela em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Discente do mestrado em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

<sup>104</sup> Discente do doutorado em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestra em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da UTFPR. Especialista em Gestão e Negócios pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Graduada em Gestão Pública pelo IFPR, com extensão em Gestão de Pessoas pela Faculdade Educacional da Lapa. Integrante do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (Nebraci) vinculado ao PPGTE da UTFPR. Membro do Comitê de Ações Afirmativas da PUCPR.

1. Levantamento quantitativo: sistematização de dados sobre assassinatos;
2. Análise crítica de discursos: identificação de narrativas que naturalizam a violência;
3. Abordagem interseccional: articulação de raça, gênero e classe para evidenciar a necropolítica contra corpos trans negros.

O estudo apoia-se nos conceitos de branquitude, necropolítica, epistemicídio e cisnormatividade. Bento (2022) e Mbembe (2018) apontam um “pacto narcísico” que inviabiliza corpos trans negros e naturaliza suas mortes. Mbembe analisa a necropolítica estatal que decide quem deve viver ou morrer, evidenciada pela concentração dos crimes no interior (68%) e no Nordeste (41%) (Antra, 2025, p. 65; p. 69). O epistemicídio apresentado por Kilomba (2019) demonstra que a violência é também epistêmica, apagando saberes e existências trans. O dossiê da Antra, ao registrar que 97% das vítimas são travestis ou mulheres trans (Antra, 2025, p. 76), serve como desafio a este apagamento e denúncia. Cisnormatividade e resistência de Butler (20023) mostra que a violência é sustentada pela cisnormatividade, mas as “traviarcas” exemplificam estratégias de sobrevivência, como redes de apoio e ativismo.

Os dados empíricos publicados pela Antra (2025) que dialogam com a teoria são a redução anual de mortes no território brasileiro, mas a liderança mundial ainda persistente mesmo com uma queda de 16% em relação a 2023 (de 145 para 122 mortes) e o Brasil segue, pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais mata pessoas trans no mundo. O perfil etário que consta no dossiê mostra que a vítima mais jovem tinha 15 anos.

Conclui-se que a violência contra pessoas trans negras é um projeto de manutenção da branquitude hegemônica, articulando racismo, transfobia e colonialidade. O Dossiê Antra 2025, ao produzir dados sobre o epistemicídio, torna-se ferramenta de resistência. Para enfrentar essa estrutura, propõe-se políticas públicas intersetoriais, o reconhecimento do transfeminicídio como crime hediondo e a ampliação de vozes trans negras em espaços de poder. A pesquisa reforça que a luta trans negra é, por excelência, antirracista e descolonial.

**Palavras-chave:** Violência sistemática. Violência de Gênero. Transexuais. Branquitude hegemônica.

## REFERÊNCIAS

ANTRA. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. 144 p. Brasília/DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>.

Acesso em: 20 mai. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

## **POR UMA DESCOLONIZAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA DA PSICOLOGIA: CONHECIMENTOS PRODUZIDOS AS MARGENS**

Helena Holes Anuniação<sup>105</sup>

Manuele Jordão Romão<sup>106</sup>

Roberta Reis Bahia Tszesnioski<sup>107</sup>

Durante muito tempo, e infelizmente permanece nos dias de hoje, prevaleceu a noção de que só seria possível reconhecer algo como ciência se estivesse de acordo com determinados critérios estabelecidos por um modelo hegemônico, geralmente eurocêntrico. Dessa forma, há um processo de afirmação de determinadas formas de conhecimento — geralmente associadas à branquitude — que são valorizadas em detrimento de outros saberes, deslegitimando perspectivas diversas e plurais.

Desse modo, ao refletirmos sobre a hierarquização do conhecimento científico — como é evidenciado no texto *Os impactos da colonização: epistemicídios na psicologia*, da psicóloga e pesquisadora Aline dos Santos Anselmo (2021), que propõe a necessidade de adotarmos uma abordagem crítica de epistemologia como instrumento de legitimação de alguns conhecimentos em detrimento de saberes de grupos minoritários, temos a singela pretensão de propor uma reflexão sobre a presença de epistemologias decoloniais no contexto contemporâneo e sua relevância para a construção de uma psicologia que incorpore uma perspectiva epistemológica pluralizada, conforme defende José Antônio Damásio Abib (2005).

O professor Silvio Santos Chibeni (2006), em seu artigo *O que é Ciência*, tece críticas sobre o conceito instituído de que o conhecimento produzido pela ciência se distingue de outras formas de saber pelo suposto grau de certeza e confiabilidade que carrega. Uma vez que traz em seu bojo um conjunto de teorias, métodos e resultados

---

<sup>105</sup> Acadêmica de Psicologia no Centro Universitário Unidombosco.

<sup>106</sup> Acadêmica de Psicologia no Centro Universitário Unidombosco.

<sup>107</sup> Doutora em Tecnologia e Sociedade (UTFPR). Acadêmica de Psicologia no Centro Universitário Unidombosco.

que conferem à ciência um status de legitimidade, atribuindo-lhe um caráter de cientificidade. Como consequência, os saberes científicos acabam ocupando uma posição de destaque, sendo um conceito criado por Walter Mignolo (2005), mostra como a ideia do conhecimento eurocêntrico e masculino virou uma norma, a regra a ser seguida, tirando o valor, deslegitimando o conhecimento de origem africana, indígena etc.

A Psicologia que conhecemos como uma ciência moderna foi construída dentro dessa lógica que, em vez de acolher a diversidade, reforça, constantemente a visão centrada na branquitude, no individualismo e na normatividade. De tal maneira que, quando um indivíduo, grupo ou comunidade foge a essa norma, costuma ser frequentemente patologizado, excluído e marginalizado. Com isso, a crítica ao modelo científico implica no reconhecimento de sua função política na imposição de uma epistemologia hegemônica e violenta.

É nesse contexto, de apagamento dos conhecimentos produzidos nas margens, que o professor Boaventura de Souza Santos (2007) vai elaborar o conceito de epistemicídio como a destruição e/ou o assassinato sistemático de saberes de conhecimento e culturas que não se assemelham à cultura do europeu. Se observarmos num contexto voltado ao campo da Psicologia, esse epistemicídio se manifesta na marginalização de epistemologias negras, indígenas e periféricas e na exclusão sistemática dos marcos científicos considerados válidos.

Essa exclusão sistemática está intrinsecamente ligada ao racismo epistêmico e à hegemonia branca que moldam a ciência e a Psicologia no Brasil. A Psicologia foi construída a partir de referências brancas, ocidentais e masculinas, que, por meio da colonização, foram consideradas o único meio de produção de conhecimento legítimo. As teorias e autores ensinados nas universidades, os modelos clínicos utilizados e os referenciais de pesquisa predominantes são, em sua maioria, oriundos da tradição branca, europeia e masculina. Isso faz com que experiências subjetivas de pessoas negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+ sejam desconsideradas ou enquadradas como desvios.

Essa questão traz um impacto direto na formação da Psicologia, pesquisada e praticada no Brasil, e do profissional. Para a formação acadêmica, a grande maioria dos textos consumidos por estudantes vem de contextos europeus ou norte-americanos,

com pouca conexão com a cultura e realidade brasileira. Já para as clínicas, muitas vezes, os profissionais não estão preparados para lidar com as consequências e experiências vividas pelos indivíduos que sofrem com o racismo, a pobreza e a exclusão social. Tratando experiências e sofrimentos como algo individual, quando na verdade são atravessados por questões coletivas e estruturais. O sofrimento psíquico desses grupos é interpretado à luz de parâmetros que não os contemplam, aprofundando as violências simbólicas e epistemológicas.

Romper com essa perspectiva epistemológica significa reconhecer a existência de múltiplas formas de conhecimento e criar condições que permitam que elas coexistam, dialoguem e criem possibilidades para o mundo. Só assim, existirá uma Psicologia verdadeiramente comprometida com a dignidade, a justiça e a emancipação dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Ciência. Psicologia Crítica. Pluralidade Epistêmica. Epistemicídio.

## REFERÊNCIAS

ABIB, José Antônio Damásio. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 195–208, 2009.

ANSELMO, Aline dos Santos. Os impactos da colonização: epistemicídios na psicologia. **Revista da ABPN**, v. 13, n. 35, 2021, p. 441-463.

CHIBENI, Silvio Seno. **O que é ciência?** Campinas: Departamento de Filosofia, IFCH/Unicamp, 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~chibeni>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 25-42.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2007.

## SUBJETIVIDADES NEGRAS E AQUILOMBAMENTO: A EXPERIÊNCIA DO ESCUTA PRETA

Joice Roberta Modesto<sup>108</sup>  
Maria Alice Corrêa Breigeron<sup>109</sup>  
Viviane Alves de Paula<sup>110</sup>

O presente resumo aborda a experiência do projeto Escuta Preta, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob coordenação da professora Lia Vainer Schucman, com foco no acolhimento psicológico de estudantes negros/as/es. Trata-se de uma proposta de escuta e fortalecimento subjetivo voltada à população negra universitária. Diante do contexto de racismo presente na universidade, e da ausência de espaços seguros de partilha e afirmação identitária, o Escuta Preta surge como estratégia de enfrentamento ao racismo e de apoio à permanência estudantil. Seu principal objetivo é criar um espaço de escuta qualificada que possibilite a criação de vínculos, valorize identidades negras e contribua para a elaboração dos efeitos psicossociais do racismo. Além disso, o projeto promove práticas de aquilombamento, desenvolve atividades lúdico-terapêuticas e articula teoria e prática na formação de estagiários/as em psicologia.

O projeto adota como metodologia a psicoterapia de grupo, com média de oito encontros presenciais semanais realizados no Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI) da UFSC. A 6ª edição está em andamento, incluindo, pela primeira vez, atendimentos individuais, contudo, este resumo trata apenas do atendimento grupal. As atividades são construídas coletivamente a partir das demandas das pessoas participantes, combinando momentos de reflexão com dinâmicas lúdicas. A seleção do grupo

---

<sup>108</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC). Especialista em Fenomenologia Existencial e Humanista pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni/2023) e em Saúde Coletiva com Ênfase em Gestão de Serviços pela Universidade de Franca (Unifran/2021). Bacharela em Psicologia pela Universidade de Franca (2017) e licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi).

<sup>109</sup> Discente do curso de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>110</sup> Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o Programa PET-Saúde Equidade.

considerou apenas a autodeclaração racial, e a composição foi diversa quanto a gênero e cursos. As supervisões acadêmicas, realizadas semanalmente, são fundamentais para o ajuste metodológico e para refletir sobre o manejo clínico das questões raciais.

Como fundamento destacam-se Grada Kilomba (2019) que analisa a racialização como um dispositivo de poder que atravessa linguagem, memória e produção de saberes. Du Bois (1903/2021) com a noção de dupla consciência, revelando o impacto psicológico do olhar branco na construção da identidade negra. Ricardo Franklin (2002) propõe uma compreensão do processo de negritude como algo dinâmico e estruturado em estágios que marcam a construção identitária dos sujeitos negros em uma sociedade racista. Além de Beatriz Nascimento (2018) que resgata o quilombo não apenas como um espaço histórico de fuga e sobrevivência, mas como uma estrutura viva, com potência organizadora de vínculos, territorialidade e subjetividade negra. As supervisões são pensadas com base na articulação entre teoria e prática, conforme Pichon-Rivière (2005), ao reconhecer o grupo como uma estrutura capaz de mobilizar transformações tanto no nível individual quanto no coletivo.

Os encontros mostraram que o grupo é um espaço de elaboração de vivências marcadas por racismo, solidão e apagamento identitário. Questões como colorismo, ausência de representatividade e conflitos com padrões culturais brancos evidenciaram os impactos subjetivos do racismo. Ao mesmo tempo, o grupo favoreceu a criação de vínculos, a ressignificação da identidade negra e a partilha de experiências também alegres. Atividades como a modelagem em argila, a tenda dos contos e a construção de uma árvore da vida coletiva estimulam o engajamento e a expressão emocional. Observou-se um amadurecimento coletivo na vivência da negritude, sem rigidez ou exclusão de outras referências culturais.

O Escuta Preta consolidou-se como prática significativa no enfrentamento ao racismo e no fortalecimento da identidade negra no contexto universitário. Para além de sua função terapêutica, o grupo se configurou como espaço de resistência, aquilombamento e elaboração coletiva das dores e potências da negritude. As supervisões mostraram-se fundamentais como espaço formativo para estagiários/as, promovendo a integração entre teoria e prática. Reconhecendo suas limitações, o projeto reafirma seu papel na promoção da saúde mental e na construção de uma universidade mais equitativa e antirracista.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural. Identidade negra. Permanência estudantil. Aquilombamento.

## REFERÊNCIAS

DU BOIS, William Edward Burghard. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n.1, p. 69-86, 2002.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **O quilombo**: Vida, problemas e aspirações do negro (org. Alex Ratts). São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal (8ª ed.)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

## REDE DE MULHERES NEGRAS COMO TECNOLOGIA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO ACADÊMICO

Larissa Danila Vitória Siqueira Terra Soares<sup>111</sup>

Sandra Regina Gomes Constante<sup>112</sup>

Melissa Ribeiro Gaiovis<sup>113</sup>

O tema desta pesquisa tem como foco a análise de como essas redes atuam como estratégias de resistência e empoderamento diante da branquitude hegemônica na academia. O objeto de estudo são os impactos psicossociais e psicológicos do racismo e do epistemicídio na vida de mulheres negras acadêmicas, destacando a solidão como uma das facetas dessa opressão. A justificativa reside na urgência de visibilizar e combater as violências estruturais que afetam a permanência e a produção intelectual dessas mulheres. O objetivo geral é demonstrar como as redes fortalecem a resistência coletiva, enquanto os específicos incluem: (1) descrever os efeitos do racismo acadêmico; (2) analisar a sororidade política como ferramenta de enfrentamento; e (3) ampliar a representação desses movimentos no espaço universitário.

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, combinando revisão bibliográfica e pesquisa de campo. O referencial teórico priorizará autoras negras, como Ângela Davis, Grada Kilomba e Sueli Carneiro, para embasar as discussões sobre interseccionalidade, racismo estrutural e epistemicídio. A coleta de

---

<sup>111</sup> Discente do mestrado em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR). Graduada em Direito pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Integrante do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (Nebraci/PPGTE).

<sup>112</sup> Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (Unifatec) e em Tecnologia em Logística pela Universidade Positivo.

<sup>113</sup> Discente do Mestrado em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Especialista em Estratégias de Enfrentamento à Violência pelo Centro Universitário Internacional (Uninter/2024) e pós-graduanda em Trabalho com Famílias e Sociabilidade pela mesma instituição. Bacharela em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Integrante do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (Nebraci/UTFPR).

dados ocorrerá por meio de grupos focais com mulheres negras acadêmicas, visando capturar experiências subjetivas e estratégias de resistência. A análise será feita através de categorias temáticas (solidão, sororidade, violência simbólica), permitindo correlacionar as teorias com as narrativas coletadas.

O estudo está ancorado em teóricas negras que discutem a interseção entre raça, gênero e classe. Ângela Davis (2016), em *Mulheres, Raça e Classe*, destaca a identidade como um processo dinâmico, moldado por opressões estruturais e resistências coletivas. Sua obra é central para entender como a academia, enquanto espaço eurocêntrico, marginaliza mulheres negras. Grada Kilomba (2019), em *Memórias da Plantação*, expõe as micro agressões e o silenciamento racista nesses ambientes, enfatizando a violência simbólica que deslegitima saberes não brancos. Já Sueli Carneiro (2023) aborda o epistemicídio como a supressão sistemática de conhecimentos afro-brasileiros, impactando a autoestima e a permanência acadêmica.

Para analisar os efeitos psicossociais, recorre-se a Neusa Santos Souza (1983), cujo livro *Tornar-se Negro* explora os danos da internalização do racismo. A obra de bell hooks (2000), *Feminist Theory*, complementa o debate ao defender a sororidade política e a ação coletiva como ferramentas de transformação. Essas autoras convergem ao evidenciar que as redes de mulheres negras não apenas oferecem acolhimento, mas também criam contra-narrativas que desafiam a hegemonia branca. O referencial reforça a tese de que a colaboração entre mulheres negras é uma tecnologia social eficaz para enfrentar o racismo acadêmico, promovendo tanto a sobrevivência quanto a produção crítica dessas sujeitas.

Conclui-se que as redes de mulheres negras são tecnologias essenciais para combater o racismo acadêmico, pois transformam a solidão em potência coletiva. Ao articular saberes teóricos e vivências, essas redes desafiam o epistemicídio e reafirmam a legitimidade dos conhecimentos produzidos por intelectuais negras. A pesquisa evidenciou que a sororidade política fortalece a resiliência individual e coletiva, além de fomentar ocupações estratégicas na academia. Como perspectiva futura, sugere-se a ampliação dessas redes e a institucionalização de políticas antirracistas nas universidades. O estudo reforça, portanto, que a união entre mulheres negras não é apenas resistência, mas também reexistência – um ato contínuo de recriação de si e do mundo.

**Palavras-chave:** Racismo acadêmico. Epistemicídio. Redes de mulheres negras. Sororidade.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

HOOKS, bell. **Feminist Theory:** From Margin to Center. Cambridge, MA: South End Press, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

## **INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA EXCLUSÃO RACIAL E DE GÊNERO EM ARAUCÁRIA**

Marcia de Mattos Fonseca<sup>114</sup>

Este estudo visa evidenciar como a interseccionalidade pode ser usada como ferramenta de análise e como uma tecnologia social para enfrentar o racismo e a invisibilidade das mulheres negras no município de Araucária-PR. Justifica-se a pesquisa uma vez que percebeu-se a escassez de registros estatísticos sobre a população negra na cidade, lacuna evidenciada durante a 4ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, realizada em 23 e 24 de maio de 2025 no município. O objetivo geral é, por meio do estudo de caso de Maria Águeda, discutir como os mecanismos de opressão racial, patriarcal e de classe estruturam a invisibilidade das mulheres negras ao longo do tempo. Como objetivos específicos, pretende-se: investigar a aplicação da teoria da interseccionalidade como ferramenta de análise para compreender as múltiplas formas de invisibilidade e discriminação enfrentadas por mulheres negras no município de Araucária-PR e identificar lacunas nos registros estatísticos e na memória social sobre a população negra na cidade, evidenciando a importância da história de Maria Águeda para a construção de uma narrativa mais inclusiva. Essa abordagem visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada das experiências das mulheres negras na cidade, promovendo uma análise crítica que possa subsidiar ações de inclusão e valorização dessa população.

Para tanto, como metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de fazer um levantamento da história de Maria Águeda. Foram revisitadas publicações no Jornal Popular de Araucária, leituras feitas na Estante Afro Maria Águeda, site Informativo Centro Cultural Humaita, para auxiliar na análise crítica em cruzamento

---

<sup>114</sup> Assistente Social. Servidora Pública, atua com mulheres em situação de violência. Especialista em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais, Centro Universitário Bagozzi. Integra o Núcleo de Estudos Críticos sobre Branquitude, Racialidade e Tecnologia prof. Cida Bento (NEBRACI) e Grupo de Pesquisa Trabalho e Gênero (Uninter)

com a bibliografia sobre interseccionalidade, com base nas obras de autoras como Crenshaw (1989), Gonzalez (apud Pons, 2014), Akotirene (2019), Ribeiro (2016) e Carneiro (2020). Uma das referências simbólicas abordadas pelos pesquisadores é o caso de Maria Águeda, mulher negra e livre que, em 1804, foi presa ao resistir a uma ordem de recolher brasas para aquecer duas mulheres brancas da elite escravocrata.

A interseccionalidade — conceito desenvolvido por Crenshaw (1989) — permite evidenciar como os sistemas de opressão atuam de forma interligada, atingindo especialmente mulheres negras. Lélia Gonzalez, embora não tenha aprofundado o termo, já destacava a articulação das estruturas de poder na construção do lugar social das mulheres negras (Pons, 2014). Akotirene (2019) defende que a interseccionalidade representa a autoridade de mulheres negras historicamente silenciadas e propõe compreendê-la como sobreposição de identidades sociais submetidas à dominação. Ribeiro (2016) afirma que não há hierarquia entre opressões, defendendo sua análise conjunta. Carneiro (2020) reforça a exclusão das mulheres negras dos debates feministas e antirracistas, enquanto autoras como Cisne e Teixeira (apud Ribeiro, 2016) analisam a formação de uma teia de desigualdades resultante da interação entre raça, classe e gênero.

A análise de dados aponta que, no contexto da época, o sistema patriarcal reforçava a submissão das mulheres, especialmente das negras, que eram vistas como inferiores e muitas vezes desumanizadas. Maria Águeda, por ser negra, enfrentava o racismo estrutural que a colocava em uma posição de vulnerabilidade social e racial. Além disso, sua condição de mulher a tornava ainda mais sujeita às imposições e violências do sistema patriarcal e racista.

Ao responder às esposas da elite, sua atitude desafiou não só o racismo e a opressão de classe, mas também o patriarcado que tentava manter as mulheres brancas no controle e na submissão. A reação do tenente-coronel, mandando prendê-la e submetê-la a uma punição humilhante, reforça o sistema patriarcal e racista que buscava manter a ordem de poder, onde mulheres negras livres eram vistas como ameaças à estrutura de dominação.

A história de Maria Águeda ilustra como gênero, raça, classe e patriarcado se cruzam para criar uma rede de opressões que afetam de forma específica e complexa as vidas de mulheres negras livres. Sua resistência é um exemplo de luta contra essas

múltiplas formas de opressão, mostrando que a interseccionalidade é fundamental para entender as experiências de quem enfrenta várias camadas de discriminação ao mesmo tempo.

Conclui-se que a interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica potente para reconhecer que as opressões de racismo e sexismo estão entrelaçadas na experiência das mulheres negras. Essa vivência não é natural, mas resultado de um processo histórico, político e social. A pesquisa contribui para o fortalecimento de políticas públicas e ações afirmativas que levem em consideração essas múltiplas dimensões da desigualdade no município de Araucária.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Mulheres Negras. Racismo. Invisibilidade. Araucária.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Estante Afro Maria Águeda**. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Pagina/Estante-Afro-Maria-Agueda>. Acesso: 20 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. Genebra: ONU, 1989.

Professor Rafael de Jesus: A primeira heroína de Araucária — parte final, a praça. *Jornal O Popular do Paraná*, Araucária, Ed. n.º 1462, pag 1, mai, 2025. Disponível em: <https://opopularpr.com.br/professor-rafael-de-jesus-a-primeira-heroína-de-araucaria-parte-final-a-praca/>. Acesso em: 04 mai. 2025.

PONS, Cláudia. Lélia Gonzalez e o pensamento político feminista negro. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30–49.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2016.

## SABERES E FAZERES QUILOMBOLAS: ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA EM ARQUITETURA E URBANISMO

Maria Laura dos Santos Sebastião<sup>115</sup>

Este trabalho visa contribuir com o que podemos denominar um letramento racial do campo da arquitetura e urbanismo e, mais concretamente, subsidiar uma nova geração de políticas de ações afirmativas provenientes das redes e territórios nos quais as universidades estão presentes. Para tanto, efetuamos uma revisão de literatura que se estrutura nos seguintes passos. No primeiro, identificamos operadores teóricos (conceitos, argumentos e teses) que contribuem para o conceito de "mito da democracia racial" como formulado sobretudo por Abdias Nascimento (2016) e Lélia Gonzalez e Hasenbelg (1982) (a que mostra o "lugar do negro" na cidade).

Em seguida, para entender as ações antirracistas e contracoloniais nos campos da arquitetura e urbanismo, assim como as relações entre pessoas e os modos de viver em territórios quilombolas utilizamos os escritos dos seguintes autores: Antônio Bispo (2015; 2023) que aborda questões sobre a "arquitetura e o contracolonialismo", Beatriz Nascimento (2021) a qual demonstra algumas camadas explicativas sobre "o quilombo como um sistema social e alternativo organizado pelos negros". Na próxima etapa, buscaremos a literatura que constrói mediações entre os quilombos e os debates socioespaciais e urbanos. Para tanto, já temos identificadas as teses de Andreilino Campos (2005) com conceitos sobre a "criminalização de espaços racializados, dos quilombos às favelas".

Ademais, o objetivo desta revisão é mostrar que os quilombos são uma forma de resistência organizada por pessoas negras no período da escravidão e consistem em

---

<sup>115</sup> Discente do mestrado em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, linha de pesquisa Urbanismo, Cultura e História da Cidade, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), campus Laguna. Integrante voluntária de projetos de pesquisa e extensão vinculados ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab/UDESC) e do Observatório de Estudos e Pesquisas de Mulheres Negras (OPEMN).

territórios que estimulam a afirmação da religiosidade, racialidade e cultura de um grupo. Além disso, são um grande acervo de possibilidades ao letramento racial das cidades e universidades, já que possuem um modo de viver ancestral totalmente conectado às suas raízes. E, é necessário aprofundar teorias e práticas sobre as especificidades estruturantes do racismo brasileiro, ao mostrar que “o lugar do negro” na cidade envolve conflitos interseccionais entre raça, classe e gênero, disputas ligadas à distribuição de bens, à classificação desumanizante de grupos sociais e à produção de ônus espaciais cotidianos.

No segundo, tratamos dos conceitos de "mito da democracia racial" como formulado sobretudo por Abdias Nascimento (sua primeira formulação) e Lélia Gonzalez (a que mostra o "lugar do negro" na cidade). Por fim, abordamos as ideias de "letramento racial", "bairros negros" e do "aquilombar" nas universidades, isto é, o "aquilombamento universitário". Dito de outro modo, o objetivo desta revisão é mostrar que os espaços de moradia negros são sintomas mais gritantes e expressão concreta do mito da democracia racial, mas são também estes lugares que possuem um grande acervo de possibilidades ao letramento racial das cidades e universidades. Deve-se argumentar que as referências críticas mais clássicas dos estudos urbanos foram necessárias para evidenciar múltiplas camadas da desigualdade brasileira, do ponto de vista da distribuição de riquezas, da segregação socioespacial e da espoliação cotidiana.

Já as pesquisas recentes conseguem aprofundar especificidades estruturantes do racismo brasileiro, ao mostrar que “os lugares do negro” na cidade envolvem conflitos interseccionais entre raça, classe e gênero, conflitos ligados à distribuição de bens, à classificação desumanizante de grupos sociais e a produção de ônus espaciais cotidianos. Por esta via, mantêm mais próximos as opressões e as lutas, as ausências e os potenciais transformadores. Isso porque as novas gerações de operadores explicativos tocam o vivido dos sujeitos e sujeitas ligadas a tais conflitos, ou dito de outro modo, oferecem modos de ler a realidade e constituir força coletiva. Visa-se pelo menos duas contribuições. A primeira mais geral é dar subsídios a um letramento racial do campo da arquitetura e urbanismo através do denominado aquilombamento universitário. A segunda, mais específica, é dar subsídios a uma nova geração de políticas de ações afirmativas provenientes das redes e territórios nos quais as universidades estão presentes.

A partir do aquilombar/aquilombamento universitário e do fomento às ações de letramento racial e políticas de ações afirmativas no campo da arquitetura e urbanismo é possível auxiliar pessoas que habitam em quilombos. Diante disso, é viável formar estudantes e conseqüentemente profissionais mais conscientes em relação às qualificações urbanas nos quilombos, cidades e bairros negros. Ademais, o planejamento e as políticas urbanas podem ser implementados de forma plural, considerando todas as pessoas independente de raça, classe e gênero.

**Palavras-chave:** População Negra. Arquitetura e Urbanismo. Aquilombamento. Universitário.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Andreino. **Do quilombo à favela:** a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GONZALEZ, Lélia; HASENBELG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu, 2023.

## CUMÉ QUE FICA O ASSISTENTE SOCIAL? NEUROSE CULTURAL DO ASSISTENTE SOCIAL BRASILEIRO

Sofia Castro Teixeira<sup>116</sup>  
Andrea Maila Voss Kominek<sup>117</sup>

Esta pesquisa analisa as relações entre raça, tecnologia e a formação profissional do assistente social no Brasil, partindo da compreensão do racismo sistêmico como ferramenta de manutenção da branquitude hegemônica dentro da profissão. O trabalho questiona a aparente neutralidade da ciência e da tecnologia, e aponta o quanto essas foram utilizadas como instrumentos essenciais para o processo de racialização e genocídio da população negra.

O trabalho adotou uma abordagem qualitativa, empregou-se a análise de conteúdo e a revisão de literatura, que auxiliou na interpretação da historicidade, construção cultural da profissão, bem como sua inserção na realidade material objetivando não reduzir a uma análise esvaziada e distanciada, mas sim compreender seu caráter ativo ou passivo dentro das tensões raciais que ocorriam o Brasil.

A pesquisa fundamenta-se em autores que debatem a intersecção entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), raça e branquitude. Partindo da compreensão teórica, de autores que debatem racismo e CTS, que as tecnologias não são neutras e foram historicamente utilizadas como instrumentos de dominação e exercício de poder, a pesquisa argumenta que o racismo é uma das mais antigas e eficientes tecnologias de dominação. "Raça" é conceituada, em concordância com Clóvis Moura (2020), como uma categoria fundamental para o processo de dominação colonial, um respaldo

---

<sup>116</sup> Assistente social. Discente do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR). Especialista em Gestão Pública (UEPG) e em Serviço Social na Educação (UNINTER). Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Branquitude e Racialidade Cida Bento (Nebraci).

<sup>117</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR). Líder do Núcleo de Estudos Críticos sobre Branquitude, Racialidade e Tecnologia Profa. Cida Bento (Nebraci). Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca Espanha. Mestra em Tecnologia e Sociedade (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - UTFPR). Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

ideológico utilizado para justificar a dominação branca sobre o negro, naturalizando as diferenças sociais. Sueli Carneiro (2023) aponta a "racialidade" como um dispositivo desumanizante que produz e reproduz "poderes, saberes, subjetividade". O "mito da democracia racial" é desmistificado como um discurso falacioso que utiliza a miscigenação como pretexto para ocultar as tensões raciais e perpetuar o genocídio simbólico da história negra, através de estereótipos como a "mulata" e a "mãe preta" (Gonzalez, 2020). A "branquitude" é compreendida, segundo Cida Bento (2022), como um lugar de privilégios simbólicos e materiais, que se resguarda em uma pretensa invisibilidade, estabelecendo-se como padrão normativo único. O racismo estrutural, por sua vez, é abordado, conforme Clóvis Moura (2020), como um elemento arraigado na estrutura social, definindo processos de segregação. Nesse sentido a partir dessas construções são apontadas como o racismo se sistematiza dentro das estruturas sociais, sendo um importante instrumento de reprodução de desigualdades.

Dentro do Serviço Social, não seria diferente, quando se analisa sua história, observa-se seu alinhamento político em seus anos iniciais, com o movimento eugenista, e também com o higienismo social (Gonçalves, 2018). Porém não podemos apagar a história das mais velhas que trilharam caminhos dentro de debate étnico racial, como Magali da Silva Almeida, Suelma de Deus, Matilde Ribeiro, Maria José Pereira, Fátima Cristina Rangel Sant'ana. Todas elas participaram do 6º CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ao qual foi um marco de produções referentes a questão étnico racial entrelaçado a prática profissional de assistentes sociais.

O que é proposto dentro do trabalho é apresentar que o serviço social tenta apagar sua herança racista e principalmente apaga a história de negros militantes que arduamente trouxeram o debate racial à profissão. Nesse sentido, a construção da pesquisa, parte do objetivo de apresentar que, o apagamento histórico do debate étnico racial da profissão, é um projeto racista, que perpetua a branquitude hegemônica no interior da profissão. Essa ausência reflete uma "neurose cultural" do assistente social brasileiro, onde a transversalidade da temática racial é questionada como uma tecnologia epistemicida, retalhando o debate em detrimento do pacto da branquitude.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Branquitude. Racismo.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras; 2022

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 514–522, set. 2018.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar. 2021

MOURA, C. **Racismo e Luta de Classes no Brasil**: Textos escolhidos de Clóvis Moura. Terra sem amos Brasil, 2020.

**ENCATARIAS NEGRAS: SOBRE  
POLÍTICA DE VIDA,  
CONTRAGOLPES E  
CONTRANARRATIVAS**

**Coordenação:  
Stefany de Lucas  
Patrícia Silveira da Silva**

## PRÓLOGO

O poder opera por ficções. Não apenas textuais, mas materialmente (re)produzidas no mundo. O monopólio da violência, também é uma ficção (Mombaça, 2023). Dessa forma, a narrativa predominante da branquitude e da masculinidade se constituíram como universais, narrando delírios sobre si. Distorceram a luta de pessoas negras em defesa de seus direitos mais elementares e apresentaram uma nociva "ideologia do coitadinho", que essencializou e desumanizou essas pessoas, escondendo seus resultados práticos e teóricos bem-sucedidos, obtidos em situações complexas (Braga, 1995) de suas existências coletivas e individuais. Especificamente, no que se refere às mulheres negras e outras identidades de gênero, essas foram colocadas em um espaço ainda mais subalterno, o Outro do Outro, como preconizava Kilomba (2008). E os efeitos dessas distorções perduram até hoje: na cultura, nas políticas públicas, nos ambientes acadêmicos e de produção de conhecimento.

Diante de tal cenário, a saída não parece ser outra, se não de contranarrar os estudos que fizeram das pessoas negras, especialmente de mulheres negras e outras identidades de gênero, apenas sinônimo de pobreza, miséria, escravidão, e de vítimas (Souza, 2021). Que esconderam os contragolpes que se operaram nas frestas da história do Brasil.

Nesses termos, a presente ST possui traz a discussão de trabalhos que, a partir de pesquisas de histórias negras, balizadas por teorias críticas e epistemologias outras que superam o mero enquadramento em categorias, se nutrindo de saberes originários, possuem o condão de escapar das abjetas narrativas de violência sobre nossos corpos e pretendem revelar a potência negra. Contra demandando, assim, a narrativa colonial branca e masculina, apresentando uma política de vidas, encatamentos e encatarias (Rufino, 2020), biointeração (Bispo, 2023) e outros, anunciando que para nós, é a vida, mais do que a morte, que não tem limites.

## **RAP E BREAKING: EPISTEMOLOGIAS DA DIÁSPORA EM MOVIMENTO**

Luciana Silva<sup>118</sup>  
Ana Leopoldino<sup>119</sup>

A oralidade e corporalidade são instrumentos tecnológicos utilizados pela diáspora negra para preservar identidades, construir novas narrativas epistêmicas e manifestar alternativas contra hegemônicas. Neste caso, o movimento Hip-Hop, embutido na cultura periférica brasileira, apresenta, por meio dos elementos *rap* e *breaking*, mecanismos de resistência, sendo um “efeito colateral” que o sistema capitalista, classista e racista gerou. Sendo uma cultura racializada e territorializada, os elementos do Hip-Hop utilizam a linguagem corporal e oral para incentivar o protagonismo negro, a transformação social e a produção de novas imagéticas sociais.

Por isso, busca-se compreender o *rap* e o *breaking* como epistemes que rompem com as lógicas hegemônicas de produção do conhecimento, questionando a imposição da universalidade de saberes oriundos de narrativas eurocêntricas e coloniais. Enquanto tecnologias contra-hegemônicas e subversivas, essas linguagens operam como contranarrativas que tensionam as determinações e opressões impostas aos corpos negros e periféricos.

Nessa construção, focamos na contextualização histórica dos processos sociais e das relações de poder que formaram essas tensões e reivindicações. É realizada uma pesquisa bibliográfica e acadêmica de intelectuais negras, em sua maioria brasileiras, sendo elas: Kilomba (2019), Carneiro (2023), Gonzales (2022), Adichie (2019) e Martins (2021). A escrita dessa pesquisa, como instrumento das múltiplas linguagens, segue sendo norteada por princípios e saberes contrários à ideologia dominante, abrindo

---

<sup>118</sup> Bacharela em Serviço Social: atualmente está como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Membro do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidades e Tecnologias Cida Bento - NEBRACI.

<sup>119</sup> Bacharela e licenciada em Dança pela Universidade Estadual do Paraná e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes na Universidade de São Paulo.

espaço para as encantarias das práticas (pois vai além de concepções teóricas) das narrativas negras em movimento.

O *rap* e o *breaking* incorporam memórias e questionam padrões impostos pela hegemonia burguesa. Segundo (Martins, 2021), as memórias inscritas no corpo tornam-se voz e movimento, convertem-se em composições inerentes à materialização de saberes que dialogam com a história e as contradições da vida em sociedade, afirmando, assim, formas de ser e estar no mundo. A formalização da escrita enquanto forma universal de validação dos saberes foi imposta pelos colonizadores, desvalidando outras formas de produzir conhecimentos. Quando os povos de África foram brutalmente escravizados por homens brancos, europeus e colonizadores e vieram à força para as Américas, o que trouxeram consigo foram as suas memórias, que inscreveram-se no corpo e na voz, como tecnologias de contra-ataque. Os saberes afro diaspóricos, inerentes à práxis do Hip-Hop, são elementos constitutivos de suas linguagens, sendo que, desde sua gênese, o *rap* e o *breaking* são formas de contestações e reivindicações do corpo em diálogo com os territórios e com o contexto político.

Vivemos constantemente o perigo de estarmos inseridos em uma história única, como pontua a escritora nigeriana (Adichie, 2019). A partir dessa análise, outras formas de identidade, conhecimento e visões de mundo são soterradas em prol de uma visão única, atrelada aos interesses e imposições coloniais, que exercem exclusão, controle e opressão das expressões da cultura negra. Portanto, incluímos a cultura periférica, no caso analisado, o Hip-Hop e seus elementos como tecnologias de contra-ataque, confrontando a perspectiva hegemônica e mobilizando a construção de novas narrativas.

**Palavras-Chave:** *Breaking*. *Rap*. Contra-ataque. Cultura. Diáspora Negra.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

# **POLÍTICAS AFIRMATIVAS COMO MECANISMOS DE JUSTIÇA SOCIAL**

**Coordenação:**

**Jussara Marques de Medeiros**

**Silvia Maria Amorim Lima**

**Janine Soares da Rosa**

## PRÓLOGO

Esta sessão temática agrega trabalhos que discutem políticas afirmativas como mecanismos de justiça social, com foco em suas aplicações e impactos no ensino médio e superior, em instituições públicas e privadas. Buscamos pesquisas sobre formulação, implementação, avaliação e experiências práticas dessas políticas destacando ingresso e permanência de estudantes cotistas, e ações voltadas à valorização da presença negra e indígena no meio acadêmico.

Destacamos também trocas de experiências e debates sobre as bancas de heteroidentificação, com ênfase nos procedimentos de organização e nos recursos inerentes a essa prática. Trazendo estudos teóricos, metodológicos e relatos de experiências em diferentes esferas, como judiciário, executivo e legislativo, ampliando o debate para além do campo educacional. Com a participação de mulheres pesquisadoras que abordem relações étnico-raciais, interseccionalidades, trajetórias acadêmicas, ativismos e políticas públicas.

## MAPEAMENTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ/PR

Joana Maximo da Silva<sup>120</sup>  
Lorena Luciano Nogueira<sup>121</sup>

Este trabalho visa apresentar dados sobre as ações afirmativas na graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná. As informações foram coletadas por meio do projeto de extensão intitulado *Formação para Avaliação das Políticas Afirmativas na Universidade Estadual de Maringá: Gestão, Acompanhamento e Impactos*, desenvolvido entre 2023 e 2024, com apoio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e abril de 2024, com foco no campus sede da UEM. Inicialmente, foram realizados cinco encontros formativos com os integrantes do projeto, nos quais se discutiram os fundamentos teóricos, legais e institucionais das políticas de ações afirmativas, bem como os conceitos de permanência simbólica e material. A partir dessas formações, foi elaborado um cronograma de coletas e reuniões para entrega e análise dos dados. As principais fontes de informação foram documentos institucionais e os conteúdos disponíveis no site oficial da universidade (<https://www.uem.br/>). Complementarmente, também foi realizada uma busca nos sites dos cursos vinculados aos Centros de Ensino da UEM, com o intuito de mapear ações afirmativas específicas.

A primeira etapa da pesquisa concentrou-se nas formas de ingresso por ações afirmativas. Conforme a Resolução n.º 013/2023-CEP, a UEM reserva: 20% das vagas para cotas sociais; 20% para candidatos negros (pretos e pardos), sendo três quartos

---

<sup>120</sup> Discente do mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR), bolsista Capes. Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (DHI/UEM). Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá (Neiab/UEM).

<sup>121</sup> Discente do curso de Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e de Relações Internacionais pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá (Neiab/UEM).

dessas vagas destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade; e 5% para pessoas com deficiência. Já o vestibular indígena, regulamentado pela Lei Estadual n.º 13.134/2001 e pela Resolução n.º 205/2006-CEP, prevê duas vagas por curso para indígenas residentes em terras localizadas no território paranaense, por meio de processo seletivo específico.

Quanto à permanência material, identificaram-se programas como: Bolsa Permanência (Extensão/Ensino), auxílio-alimentação, Programa de Formação de Estudante Empreendedor e o PIBIC nas Ações Afirmativas. No campo da permanência simbólica, a universidade oferece serviços como a Unidade de Psicologia Aplicada, os ambulatórios médicos, de enfermagem e psiquiátrico. No entanto, tais serviços são ofertados de maneira universal, sem critérios que considerem marcadores sociais como raça, gênero ou classe. Uma exceção é o NUMAPE (Núcleo Maria da Penha), projeto da SETI que oferece apoio jurídico e psicossocial gratuito a mulheres em situação de violência, com seleção de bolsistas baseada em critérios socioeconômicos.

Na etapa final da pesquisa, foram analisados os sites dos cursos de graduação de todos os Centros de Ensino da UEM. Sendo possível constatar a carência de transparência e de informações disponíveis nos portais institucionais. Poucos cursos apresentavam ações afirmativas em seus projetos, sendo o PIBIC-Social uma das poucas iniciativas com esse perfil. Projetos como empresas juniores e bolsas de monitoria poderiam ser potencializados como estratégias de permanência, mas ainda carecem de políticas de inclusão nos processos seletivos.

Cabe destacar que a UEM implementou a política de cotas sociais em 2008 (Portaria n.º 012/2008-CEP) e somente em 2019 adotou as cotas para negros (Portaria n.º 1025/2019-GRE), com a entrada dos primeiros estudantes cotistas negros em 2020. A política de permanência, por sua vez, começou a se consolidar somente em 2016, com a criação da Bolsa Permanência (Resolução n.º 027/2016-CAD). Em 2018, a universidade aprovou a Política Institucional de Apoio e Permanência dos Estudantes (Resolução n.º 019/2018-COU), com diretrizes voltadas à moradia, alimentação, transporte, saúde, cultura e inclusão, voltadas as/aos discentes com renda per capita de até um salário-mínimo e meio.

Assim, apesar dessas normativas e da formalização das políticas, a efetivação das ações permanece limitada. A implementação das diretrizes institucionais ainda

enfrenta obstáculos estruturais e orçamentários, comprometendo o alcance e a eficácia das ações de apoio à permanência estudantil. Os dados levantados indicaram a ausência de critérios de inclusão (étnico-raciais, sociais ou de gênero) em diversas ações e serviços oferecidos pela universidade. Portanto, há um longo caminho a percorrer para que essas políticas sejam efetivamente integradas à vida universitária de forma ampla, contínua e transformadora, a fim de consolidar uma universidade verdadeiramente democrática, diversa e comprometida com a justiça social.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas. Política de Permanência. UEM.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Vanessa Kolmar; CASALI, Caroline. Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 16, n. 37, p. 1–23, set./dez. 2021.

FELIPE, Delton Aparecido; LIMA, Fernanda da Silva. **Cotas raciais:** gestão, implementação e permanência. Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2022.

FERES JÚNIOR, João et al. **Ação afirmativa:** conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

KAWAKAMI, Érica Aparecida; JODAS, Juliana. Políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro e o acesso de povos indígenas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 21–43, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2005.

## AS MULHERES NEGRAS NAS UNIVERSIDADES

Jussara Marques de Medeiros<sup>122</sup>

As políticas afirmativas raciais têm desempenhado um papel crucial na promoção da equidade no ensino superior brasileiro, especialmente no que tange à inclusão de mulheres negras em cursos tradicionalmente dominados por homens brancos, como as engenharias. Esse cenário demanda uma análise interseccional, conceito fundamental para compreender como diferentes sistemas de opressão – racismo, sexismo e classismo – operam de maneira articulada na vida das mulheres negras. O conceito de interseccionalidade, desenvolvido inicialmente pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, permite entender que a experiência de opressão das mulheres negras não pode ser analisada de forma isolada, considerando apenas raça, ou apenas gênero, mas sim na intersecção entre essas e outras categorias.

Minha tese de doutorado adota uma abordagem interseccional, considerando as dimensões de raça e gênero, para avaliar os efeitos da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) na composição dos cursos de engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Utilizando uma metodologia que combina análise cognitiva e dados quantitativos, constatei que, apesar do aumento no ingresso de mulheres negras cotistas, sua presença ainda é significativamente inferior à de mulheres brancas e homens negros. Na UFPR, observa-se uma maior equidade de gênero em comparação à UTFPR, mas os homens, especialmente brancos, continuam predominando nos cursos de engenharia. A pesquisa destaca que a UFPR, com uma trajetória histórica voltada para o ensino, pesquisa e extensão iniciam as políticas afirmativas raciais em 2004, a partir da pressão do Movimento Negro e vários autores da universidade. Em contrapartida, a UTFPR, originada como uma instituição de ensino

---

<sup>122</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Especialista em Metodologia da Ciência pelas Faculdades Integradas Espírita (FIE). Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

técnico voltada para meninos vulneráveis, ainda carrega resquícios de uma cultura institucional que dificulta a inclusão de mulheres negras.

Essa diferença histórica influencia diretamente na forma como o trabalho de ingresso de negros e negras tem sido realizada em cada universidade. Lélia Gonzalez, uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil, contribui com a concepção de que o racismo no país está profundamente articulado à construção das relações de gênero e classe. Ela denunciou como as mulheres negras são colocadas na base da pirâmide social, sendo historicamente relegadas ao trabalho doméstico, à informalidade e à invisibilidade social. Para ela, o racismo à brasileira se disfarça sob a ideia de democracia racial, mas estrutura profundamente as desigualdades no país. Sueli Carneiro também afirma que as políticas públicas e afirmativas precisam ser pensadas levando em consideração a condição das mulheres negras como sujeitas que vivem na intersecção das opressões. Ela ressalta que a luta antirracista deve estar intrinsecamente ligada à luta feminista, pois o racismo e o sexismo são sistemas que se reforçam mutuamente na exclusão e na marginalização dessas mulheres.

Enquanto resistência dos ambientes acadêmicos, eventos como o "Seminário das Pretas Acadêmicas", promovido pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE) da UFPR (antiga Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD)), também têm sido fundamentais para dar visibilidade às pesquisas realizadas por mulheres negras e fomentar a produção intelectual e ativista desse grupo. Na UTFPR, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), têm promovido eventos e ações voltadas para a comunidade acadêmica, abordando questões raciais e de gênero. Em novembro de 2024, por exemplo, a instituição realizou eventos sobre Consciência Negra, discutindo políticas afirmativas e práticas de bancas de heteroidentificação, com a participação de representantes de todos os Campi.

Apesar dos avanços, os desafios persistem, pois, embora as políticas afirmativas tenham promovido avanços significativos na inclusão de pessoas negras nas universidades, é imprescindível continuar implementando ações que também combatam o racismo estrutural e promovam a equidade de gênero e raça no ambiente acadêmico.

**Palavras-chave:** Políticas Afirmativas Raciais. Interseccionalidade. Universidades.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: RACHA, L. G. et al. (Orgs.). **Sueli Carneiro: escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MEDEIROS, Jussara Marques de. **Lugar de mulheres negras é nas engenharias?** Um estudo em duas universidades federais do Paraná. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022

## POLÍTICAS AFIRMATIVAS RACIAIS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Luciana da Conceição Gomes<sup>123</sup>

As políticas afirmativas raciais surgem como instrumentos essenciais de enfrentamento às desigualdades históricas produzidas pelo racismo estrutural e institucional nas sociedades contemporâneas. No Brasil, essas políticas são estratégias de intervenção social que visam reparar os efeitos de um passado marcado pela escravidão, pela exclusão e pela marginalização de populações negras, indígenas e outros grupos racializados.

O antropólogo Kabengele Munanga define as políticas afirmativas como "um conjunto de medidas especiais, temporárias ou permanentes, tomadas com o objetivo de eliminar as desigualdades acumuladas historicamente e garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento a grupos discriminados". Para ele, não se trata de privilégios, mas de ações corretivas, uma reparação histórica e social absolutamente necessária em sociedades racialmente desiguais como a brasileira. Munanga alerta que a falsa ideia de uma democracia racial no Brasil mascarou por muito tempo a urgência dessas medidas.

O objetivo do trabalho é apresentar reflexões sobre as políticas afirmativas raciais no Brasil. A metodologia será uma revisão bibliográfica sobre alguns autores essenciais para esse debate.

Esse cenário dialoga diretamente com as reflexões de Nilma Lino Gomes (2011), que aponta que a construção de uma educação inclusiva, equitativa e democrática no Brasil exige não apenas a adoção de políticas afirmativas, mas também uma transformação profunda nas práticas pedagógicas e nas culturas institucionais. Gomes (2011) destaca que a inclusão de sujeitos negros no ensino superior não pode se limitar

---

<sup>123</sup> Assistente Social. Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Especialista em Promoção da Igualdade Racial na Escola (Uniafro/UFOP). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Discente do Doutorado em Sociologia pela Universidade da Beira Interior (UBI).

ao acesso; ela precisa estar acompanhada de permanência qualificada, apoio psicossocial, combate ao racismo institucional e valorização das identidades negras dentro do espaço acadêmico.

No campo jurídico, Joaquim Barbosa Gomes (2001) contribui ao discutir a recepção do instituto da ação afirmativa no direito constitucional brasileiro. Ele argumenta que as ações afirmativas são plenamente compatíveis com o princípio da igualdade material previsto na Constituição, pois reconhecem que tratar desigualmente os desiguais é essencial para

superar desigualdades históricas. A fundamentação constitucional das cotas, segundo Barbosa (2001), não apenas as legitima, como também as torna um dever do Estado na construção de uma sociedade mais justa e plural.

Os impactos dessas políticas são expressivos. Dados do Censo da Educação Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostram que, entre 2010 e 2020, a proporção de estudantes autodeclarados pretos e pardos nas universidades públicas federais praticamente dobrou, passando de cerca de 30% para mais de 50% do total de matrículas. O acesso de pessoas negras ao ensino superior, antes restrito, vem crescendo de forma consistente, especialmente após a implementação da Lei de Cotas em 2012. Esse avanço, no entanto, não significa que os desafios foram superados. Persistem barreiras como o racismo institucional, a falta de apoio para permanência estudantil, a violência simbólica e a sub-representação em cursos de alta competitividade, como engenharias, medicina e direito. Além disso, a inclusão de estudantes negros ainda enfrenta resistência de setores da sociedade que, equivocadamente, enxergam as políticas afirmativas como privilégios e não como instrumentos de reparação e justiça social.

Assim, as políticas afirmativas são instrumentos indispensáveis, mas insuficientes se não forem acompanhadas de mudanças estruturais nas universidades. O combate ao racismo, à misoginia e à desigualdade exige não apenas a abertura das portas das instituições, mas também a garantia de condições dignas de permanência, valorização da identidade negra e produção acadêmica comprometida com a justiça social.

**Palavras-chave:** Políticas Afirmativas. Racismo. Desigualdades. Exclusão.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA GOMES, Joaquim Benedito. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 38, n. 151, p. 101-120, jul./set. 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Brasília: Unesco, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

## HETEROIDENTIFICAÇÃO E SEUS DESAFIOS NO CAMPO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

Mara Beatriz Nunes Gomes<sup>124</sup>

De maneira simplificada, heteroidentificação corresponde ao trabalho desenvolvido pelos comitês que possuem a função de complementar, com base no fenótipo, a identificação autodeclarada para fins de acesso às vagas reservadas para a população negra (Gomes, 2024). Dentro desse itinerário, determinados elementos se estabelecem como desafios para a operacionalização do procedimento. Nessa linha, identificou-se algumas inflexões tanto no campo administrativo (comportamento das instituições), quanto na dimensão judicial (atuação dos membros do judiciário e da defesa dos candidatos indeferidos).

Além dos casos flagrantes de fraude, também performam como inquietudes, a formação, composição e atuação dos membros das comissões de heteroidentificação. Ao coletar dados sobre o tema, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) catalogou algumas demandas recorrentes entre membros de comissões de heteroidentificação (Enap, 2021, p. 76-77): **i)** estruturação uniforme das normas editalícias sobre heteroidentificação; **ii)** treinamento contínuo com e entre os membros das bancas; **iii)** padronização dos procedimentos das comissões, acompanhada da prévia comunicação aos candidatos sobre os ritos da banca. Além desses itens, também é possível apontar outras questões conexas, tais como: **i)** espaço físico de trabalho adequado, com equipamentos de registro videográfico de boa qualidade, **ii)** ferramentas adequadas para registro e armazenamento dos dados do procedimento de heteroidentificação, **iii)** remuneração correspondente à responsabilidade da atividade desempenhada, entre outros elementos.

---

<sup>124</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestra em Ciências Sociais Pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especialista em PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Graduada em Direito Pela Universidade Federal de Pelotas.

A propósito, essas questões formativas e operacionais das comissões impactam sobre os desafios da motivação do parecer de heteroidentificação. Pois, afora o efeito imediato de retirada do candidato da lista acesso afirmativo do certame, no caso do indeferimento da autodeclaração, muitas vezes, a manifestação da banca confronta narrativas cristalizadas no pensamento social sobre miscigenação e democracia racial, havendo o risco de descompassos interpretativos perante o judiciário.

De acordo com Cesar (2023, p. 52-53), nas demandas sobre heteroidentificação levadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), é recorrente o uso do postulado constitucional da separação dos poderes - Art. 2º da Constituição Federal/1988, ao abordar decisões que na origem “tenham alterado o parecer das bancas de heteroidentificação. Entretanto, são usuais decisões judiciais que afastam o parecer da comissão de heteroidentificação que indeferiu a autodeclaração racial, evidenciando que nestes casos, sim, o judiciário intervém na esfera administrativa.

Acerca dessa intromissão do judiciário na esfera administrativa das decisões emitidas pelas comissões de heteroidentificação, cabe evidenciar, ao menos, 04 (quatro) espécies paradigmáticas: discussão sobre a ausência de motivação do parecer; acareação em audiência entre os membros da banca e os candidatos indeferidos; decisões fundamentadas em fotografias de infância e de terceiros apresentadas pelos candidatos em juízo; e, designação de perícia judicial para emissão de laudo médico-dermatológico frente à *escala de fitzpatrick*<sup>125</sup>.

Nesse sentido, compreende-se que o enfrentamento tanto dos desafios administrativos quanto judiciais é urgente e essencial para a consecução da finalidade pedagógica e fiscalizatória das comissões de heteroidentificação. Uma vez que as forças contrárias às políticas afirmativas para população negra constroem, a cada dia, novas estratégias de reificação do mito da democracia racial, cumprindo a função de “manter uma estrutura desigual entre brancos e negros” (Souza, 2016, p. 23).

**Palavras-chave:** Heteroidentificação. População Negra. Desafios. Administrativo. Judicial.

---

<sup>125</sup> De acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), a *escala de fitzpatrick* refere-se às colorações que a pele assume em razão da exposição ao sol (SBS, s.d.).

## REFERÊNCIAS

CESAR, Layla Jorge Teixeira. **Judicialização em concursos públicos a partir da Lei nº 12.990/2014**. Produção de dados e conhecimento estratégico na tomada de decisão da Gestão Governamental. Brasília/DF, ENAP: 2023. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7819>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ENAP (Escola Nacional da Administração Pública). **Relatório de Pesquisa e Avaliação Sobre Políticas Públicas - Entrevistas**. Brasília/DF: ENAP: 2021.

GOMES, Mara Beatriz Nunes. **Decisões do TRF4 sobre Comissões de Heteroidentificação: epistemologias e moralidades em disputa?** Universidade Federal de Pelotas. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas/RS, 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA - SBD. **Informativo Jurídico nº 09/2018: laudo médico para cotas raciais**. Brasília/DF, 26 de junho de 2018 Disponível em: <https://www.sbd.org.br/informativo-juridico-no-09-2018-laudo-medico-para-cotas-raciais/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SOUZA, Marcilene Garcia de. **Ações afirmativas e cotas raciais nos serviços públicos do município de São Paulo: dois anos**. Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo. São Paulo: SMPiR, 2016.

## **AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Milena Stelle Machado Santos<sup>126</sup>

As políticas de ações afirmativas no Brasil, como a reserva de vagas no ensino superior para pessoas negras, pardas, indígenas e de baixa renda, têm buscado corrigir desigualdades históricas e promover a equidade no acesso à educação. É importante que exista um processo árduo de educação para o respeito à diferença e o combate à desigualdade racial no interior das escolas públicas e particulares, pois a educação tem um papel estratégico na produção de conhecimento sobre si e sobre os outros. E, quando se trata da educação superior, isso se traduz na formação de quadro de intelectuais e políticos (Gomes, 2009). No entanto, o ingresso é apenas o primeiro passo: a permanência e a conclusão do curso envolvem outras barreiras, muitas vezes invisibilizadas nas estatísticas. A permanência envolve questões que vão para além das necessidades econômicas, estas sem dúvidas são fortes obstáculos, porém a permanência simbólica que envolve o sentido de pertença, também é muito significativa e determinante na permanência ou não dos estudantes oriundos da política de cotas (Lima, 2016)

Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre a minha trajetória no ensino superior, enquanto mulher negra, estudante de Medicina na Universidade Federal do Paraná (UFPR), atualmente no 11º período. Iniciei minha graduação aos 27 anos, após três anos de tentativas e dedicação aos estudos. Ao longo de toda minha formação básica estudei em escolas públicas, e por muito tempo, cursar Medicina parecia um sonho inalcançável. O ingresso na UFPR se deu por meio da política de cotas, especificamente pela modalidade destinada a candidatos pretos, pardos e indígenas com renda familiar baixa. A aprovação no vestibular representou mais que uma conquista acadêmica: foi um ato de resistência frente a um sistema historicamente excludente. Entretanto, os desafios se intensificaram com a necessidade de permanecer

---

<sup>126</sup> Discente do curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

na universidade diante de uma realidade permeada por dificuldades financeiras e enfrentamento das questões raciais, pois como as a política de cotas traz a proposta e a colocação de jovens negros dentro de espaços acadêmicos provocando discussões de aprovação ou não desses corpos em espaços os quais historicamente suas presenças foram negadas (Nunes, 2015). Principalmente em um curso considerado de elite como medicina.

Minha trajetória acadêmica foi marcada pelo apoio institucional. Fui contemplada com a bolsa permanência, que viabilizou a aquisição de materiais, transporte e demais necessidades. Além disso, o acesso ao Restaurante Universitário garantiu a minha alimentação, assegurando uma condição básica, porém indispensável, para o bom desempenho acadêmico. Mais do que suporte financeiro, essas políticas representam reconhecimento e acolhimento. Sentir-se pertencente a um espaço historicamente inacessível é um fator decisivo na permanência de estudantes de grupos minorizados. Ao longo da graduação, também fui bolsista em projetos da SIPAD, onde atuei na produção de materiais educativos e participei de projetos voltados à promoção da diversidade e inclusão.

As políticas de cotas não são privilégios, mas instrumentos de justiça social. Elas devem estar associadas a mecanismos de permanência que garantam condições reais para que estudantes de baixa renda concluam sua formação com dignidade (Passos, 2015). Além da formação técnica, a universidade deve promover a construção de profissionais socialmente comprometidos. Nesse sentido, assumo o compromisso de exercer a Medicina com empatia, escuta ativa e sensibilidade diante das múltiplas realidades que compõem o nosso país. A formação humanizada se consolida, sobretudo, quando experiências como a minha são reconhecidas, valorizadas e incorporadas aos espaços acadêmicos.

Este relato é um testemunho da importância das políticas de ações afirmativas e de permanência no ensino superior. Mais do que contar uma trajetória individual, ele busca reforçar a urgência de manter e ampliar políticas públicas que assegurem acesso e permanência com equidade.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas. Permanência Estudantil. Ensino Superior.

## REFERÊNCIA

GOMES, Nilma Lino. Para além das Bolsas Acadêmicas: Ações afirmativas e o desafio da permanência dos(as) jovens negros(as) na Universidade Pública. IN: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina. (Orgs.). **Ações Afirmativas na Políticas Educacionais: O Contexto Pós-Duban**. São Carlos: EDUSFcar, 2009.

LIMA, Sílvia Maria A. **A Permanência de Estudantes Negros (as) Na Universidade Federal Do Paraná**: aspectos material e simbólico. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, 2016.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações Raciais. Cultura Acadêmica e Tensionamentos após Ações Afirmativas. **Educação em Revista**. v. 31, n. 2, p. 155-182. Belo Horizonte, abr./jun., 2015.

NUNES, Georgina Helena Lima. Democracia e Políticas de Ação Afirmativa: Um Debate Questionador Acerca Das Cidadanias Possíveis De Serem Alcançadas Sob O Enfoque Das Relações Étnico-Raciais. **Revista: Identidade**. v. 20, n. 1, São Leopoldo- RS, 2015.

## **AQUILOMBAMENTO E ESCREVIVÊNCIA: QUANDO JOVENS NEGRAS DAS PERIFERIAS CHEGAM ÀS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

Renata Gonçalves<sup>127</sup>

Fernanda Souza<sup>128</sup>

Yasmin Fonseca<sup>129</sup>

As universidades brasileiras, que foram erguidas para a instrução dos filhos brancos da elite brasileira, se deparam nos últimos com a entrada mais massiva de estudantes negros, negras e negres provenientes das precárias periferias das cidades do país. São jovens que, ao chegarem ao ambiente acadêmico, não se reconhecem no naquele espaço, não veem professores/as negros/as, não encontram nos livros referências às lutas negras, não veem nas matrizes curriculares disciplinas acerca da história da África ou sobre a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a escravidão, ou ainda relacionadas ao racismo no Brasil e seus tentáculos ideológicos que mantêm firme o sistema de dominação e exploração. Nestas instituições, os/as negros/as continuam a serem objetos de pesquisa e muito raramente são os/as pesquisadores/as. A situação é ainda pior quando se trata de mulheres negras como sujeitas (e não apenas objetos) das investigações científicas.

Com esta proposta de comunicação, pretendemos apresentar a experiência de um coletivo de mulheres negras (uma professora e suas estudantes) que decidiram romper com as barreiras da invisibilidade de intelectuais negras brasileiras e constitui-

---

<sup>127</sup> Docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Baixada Santista. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Aperfeiçoamento em estágio de doutorado pela École de Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França. Graduada em Serviço Social pelo Institut Cardijn, Bélgica. Coordenadora do projeto de pesquisa Intelectuais Negras Brasileiras, vinculado ao Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab). Bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>128</sup> Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Unifesp-BS; pesquisadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares da mesma instituição.

<sup>129</sup> Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Unifesp-BS; pesquisadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares da mesma instituição.

se como um esforço teórico-metodológico, empreendido por jovens pesquisadoras negras que, durante o ano de 2022 e 2023, se reuniram semanalmente para conhecer a trajetória e a obra de mulheres negras que foram invisibilizadas pela estrutura racista, capitalista e patriarcal da sociedade brasileira. Tratou-se de conhecer a genialidade de algumas das muitas intelectuais negras invisibilizadas no Brasil: Antonieta de Barros, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Cida Bento, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Maria de Lourdes Vale do Nascimento, Maria Firmino dos Reis, Neusa Santos Souza, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Vilma Piedade, Virgínia Bicudo.

A invisibilidade de intelectuais negras/os/es escamoteia personagens, lutas e resistências fundamentais nos levantes, insurreições e produções teóricas no Brasil. Em especial as mulheres negras estão ausentes como protagonistas de processos históricos e como intelectuais, cujas reflexões são relevantes para a compreensão da estrutura de dominação e exploração na sociedade brasileira.

Esta crítica também encontra eco junto a estudantes negros/as/es que nos últimos anos entraram mais massivamente nas instituições de ensino superior. São jovens que, ao chegarem às universidades, não se reconhecem no espaço acadêmico, não veem professores/as negros/as/es, não encontram nos livros referências às lutas negras e antirracistas, não veem nas matrizes curriculares disciplinas acerca da história da África, da história e culturas afro-brasileiras e indígenas, ou sobre a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a escravidão, ou ainda relacionadas ao racismo no Brasil e seus tentáculos ideológicos que mantêm firme o sistema de dominação e exploração. Nestas instituições, os/as/es negros/as/es continuam a serem objetos de pesquisa e muito raramente são os/as pesquisadores/as. A situação é ainda pior quando se trata de mulheres negras como sujeitas (e não apenas objetos) das investigações científicas.

Quem foi Lélia Gonzalez? E Beatriz Nascimento? E tantas outras? Questões que, infelizmente, precisam ser feitas com frequência, pois como observou Sueli Carneiro, embora o movimento negro tenha produzido grandes intelectuais, a academia convencional resiste em reconhecer suas contribuições ao pensamento social brasileiro. Lélia Gonzalez, por exemplo, apesar de sua farta produção teórica, permanecia uma desconhecida no ambiente letrado da *intelligensia* brasileira (Gonçalves, 2020; 2021).

Foram estas experiências que inspiraram o projeto intelectuais negras brasileiras. São professoras, militantes, escritoras... Todas as mulheres negras, com diferentes inserções na vida política, cultural e acadêmica do país, apresentadas por outras mulheres negras que, no diálogo com suas ancestrais, dão novos passos ao mesmo tempo em que tencionam por dentro as estruturas arcaicas da universidade brasileira. O ato da escrevivência (Evaristo, 2017) as levam ao aquilombamento como meio de resistir e combater os sistemas interligados de dominação e exploração.

**Palavras-chave:** Aquilombamento. Educação antirracista. Escrevivência. Intelectuais negras.

## REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz (org.). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. São Paulo: Educ, 2021, p. 73-86.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e a influência de Frantz Fanon: construindo uma nova epistemologia feminista *In*: MAGNO, Patrícia Carlos; PASSOS, Rachel Gouveia **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020, p. 225-239.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 464-478, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

## AS AÇÕES AFIRMATIVAS COMO PROCESSO DE REEDUCAÇÃO DE IDENTIDADES

Silvia Maria Amorim Lima<sup>130</sup>

O acesso à educação superior se deu de forma elitizada, privilegiando o domínio de grupos brancos, contribuindo para a distribuição desigual do poder na sociedade brasileira, gerando mecanismos de produção, estabelecimento e reprodução de hierarquias e normatividades. Estas orientam espaços de poder, com o domínio do indivíduo branco e a ausência do indivíduo negro, este último que em dados percentuais traz a composição maior da sociedade brasileira, e onde a ocupação de cargos subalternizados é naturalizada.

Nilma Lino Gomes (2017), no seu estudo sobre o movimento negro educador, traz as concepções de Freire sobre humanização versus desumanização e busca aliar as interpretações sobre o futuro como algo possível de realizar e principalmente olha para a educação como “projeto emancipatório possível”, e nessa perspectiva traça a sua elaboração. Na proposta de Freire, a emancipação traz o sentido de humanização, se opondo e lutando contra a desumanização. É dentro das comunidades reais que ocorre a emancipação humana, e isso é uma tarefa histórica do ser humano. Freire (2010) trabalha a ideia de que o ser humano possui uma necessidade ontológica de superar a subordinação histórica em que está inserido. Esse evoluir na construção do ser humano é o que Paulo Freire chama de conscientização, ter consciência da sua inconclusão e a partir daí buscar ser mais. Freire (2010) elabora uma teoria que baseia a educação de forma a levar para a emancipação, reconhecendo a autonomia do sujeito racional que tem conhecimento e liberdade e que coletivamente, sem negar os saberes construídos

---

<sup>130</sup> Atua como assistente social na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordena os projetos de extensão “Diversidade, inclusão e ações afirmativas” e o evento vinculado “Seminário Pretas Acadêmicas: pesquisadoras pretas na academia”. Coordena ainda o curso de formação pré-acadêmica “Afirmação na Pós (Pré-Pós)”.

na experiência, pode romper com a estrutura social opressora e construir uma sociedade emancipada.

Para além da preocupação com a questão educacional, o movimento negro, nas ações desenvolvidas, torna-se também formação social, à medida que trabalha conhecimento e produz conhecimento. Assim, o movimento negro “ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (Gomes, 2017). Dessa forma, as ações afirmativas podem ser pensadas como processo de reeducação de negros e negras nas suas identidades e na própria relação com o corpo. Nesse processo, acaba por influenciar a sociedade na instrução do olhar sobre seus corpos, assimilando que o corpo e o cabelo são símbolos da elaboração de uma identidade negra. Postulam coletivos que reforçam saberes específicos de fortalecimento de questões raciais, tornando a vida acadêmica possível, diante dos enfrentamentos que necessitam superar.

A política afirmativa de ingresso nas universidades de estudantes negros/as suscitou e ainda traz à tona no debate nacional a questão racial. Toda a opinião contrária a essa política vem carregado de preconceitos, sem base empírica, mas sustentado na percepção, pautada por anos na sociedade brasileira, de que esse país seria uma democracia racial, com relações harmônicas entre os povos, mesmo os racialmente diferenciados, e isso sustentava o elo social e o imaginário sobre as relações sociais (Silvério, 2016). Nesses momentos não podemos calar, temos que agir em consonância com toda a luta traçada de um povo guerreiro que não desistiu, resistiu e se uniu para superar o papel de subalternidade a que lhe impuseram e impõem. E foi isso que ocorreu dentro do debate público sobre cotas.

Portanto, há significativa importância no conhecimento das raízes dessa luta e dessa conquista, que devem nos impulsionar a alçar estratégias de combate à desigualdade racial, ainda muito presente na sociedade brasileira. Reconhecer a essa política fez e faz diferença para muitos reconhecerem sua identidade negra é algo relevante do alcance para além da política em si mesma.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas. Identidades. Educação superior.

## REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 41ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SILVÉRIO, Valter; MEDEIROS, Priscila Martins. Ação Afirmativa para Negros e Indígenas: Um ensaio sobre a crise do discurso civilizacional e a reorientação nas políticas públicas de inclusão no Brasil. *In*: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). **Ações Afirmativas no Brasil**: reflexões e desafios para a pós-graduação. São Paulo: Cortez, 2016.

## **AS POLÍTICAS DE COTAS PARA O ACESSO À UFPR: ANÁLISE DAS CHANCES RELATIVAS DE APROVAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NOS VESTIBULARES DE 2004 A 2019**

Viviane Vidal Pereira dos Santos<sup>131</sup>

Este artigo objetiva apresentar em que medida as políticas de cotas reduziram as desigualdades raciais e de gênero no acesso à Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mais especificamente, intenciona-se mostrar como estas políticas redistribuíram as chances relativas de aprovação no vestibular para candidatas negras, em comparação aos candidatos com outros perfis sociodemográficos. Trata-se de uma pesquisa quantitativa realizada a partir de dados sociodemográficos dos candidatos inscritos e aprovados nos processos seletivos de 2004 até 2019. O recorte temporal contempla o ano de 2004 – último processo seletivo antes da implantação das cotas –, até 2019, passando pela política institucional da UFPR (Plano de Metas para Inclusão Racial e Social) e pela Lei de Cotas (Lei Federal nº 12.711). Analisa-se as variáveis de gênero, faixa etária, cor/raça, escolaridade dos pais e o tipo de percurso educacional realizado durante os ensinos fundamental e médio.

Para tanto, utiliza-se como referencial teórico as teorias sociológicas da educação e da estratificação social, especialmente pesquisas que analisaram a interferência de características como classe e raça nas chances de progressão educacional, sobretudo no acesso ao ensino superior no Brasil (Hasenbalg, Silva, 2003; Salata, 2018). No que diz respeito às ações afirmativas como mecanismo de justiça social, mobilizamos referenciais teóricos que destacam as lutas contemporâneas por políticas por redistribuição de bens e oportunidades e por reconhecimento de

---

<sup>131</sup> Professora adjunta no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação (DTFE), do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora e mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

identidades historicamente prejudicadas (Fraser, 2006; Paiva, 2015; Feres Júnior et al., 2018).

Por meio de um procedimento estatístico, a regressão logística binária, foi possível estimar as chances relativas de aprovação no vestibular, antes e depois das cotas, para os diferentes perfis sociodemográficos. Os dados evidenciaram as desvantagens históricas de acesso para mulheres negras, pois estas ainda representam o grupo com menor número de inscrições nos processos seletivos. Porém, nota-se que, antes das cotas, poucas eram as chances relativas de aprovação no vestibular, em comparação com outros grupos de cor/raça e de gênero. Na medida em que essas ações são implementadas, ocorre uma redistribuição nas chances relativas de aprovação.

Em síntese, as cotas raciais e sociais proporcionavam uma ampla reversão nas chances de aprovação, embora mulheres negras permaneçam sendo minoria nas inscrições e no corpo discente ingressante. Ou seja, tais políticas atuaram como um mecanismo de justiça social, proporcionando maiores chances de acesso aos grupos em desvantagem na aprovação dos vestibulares.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas. Política de Cotas. UFPR.

## REFERÊNCIAS

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e Destinos:** Desigualdades Sociais ao Longo da Vida. Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM/Topbooks/FAPERJ, 2003.

FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa:** conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

PAIVA, A. R. Políticas Públicas, Mudanças e Desafios no Acesso ao Ensino Superior. *In:* PAIVA, A. R. (Org.) **Ação Afirmativa Em Questão:** Brasil, Estados Unidos, África Do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas. Redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018.

# **INTELECTUALIDADES AMEFRICANAS: CRIAÇÕES CONCEITUAIS, ARTÍSTICAS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA**

**Coordenação:  
Aline Di Giuseppe  
Valéria Pereira da Silva**

## PRÓLOGO

Esta sessão temática propõe reunir produções que emergem das experiências e saberes de mulheres amefricanas (González, 1988). O objetivo é evidenciar as diversas formas de conhecimento e produção intelectual desenvolvidas por essas mulheres em contextos acadêmicos, artísticos, sociais, educacionais e comunitários, considerando a interseccionalidade entre raça, gênero, classe e território como fundamento dessas criações. Serão acolhidos trabalhos que tragam contribuições teóricas, conceituais, estéticas ou relatos de experiência que expressem as trajetórias, práticas e vivências de intelectuais amefricanas.

A sessão também dialoga com o corpo como território de saber, com a oralidade, a ancestralidade, a religiosidade, educação antirracista e as lutas por justiça social. Em confluência com a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, e com a Lei 14.986/2024, que determina a inclusão das experiências e perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio, esta sessão reafirma a importância de valorizar epistemologias negras que desafiam os paradigmas tradicionais de produção do conhecimento. Busca-se, assim, construir um espaço potente de diálogo, troca e reconhecimento entre intelectuais negras que, por meio de distintas linguagens e formas de expressão, criam mundos, afirmam modos de ser e reivindicam suas existências.

## A PRESENÇA SILENCIADA: MULHERES NEGRAS, ACADEMIA E AS LEIS DE IGUALDADE RACIAL

Maria Solineide Oliveira Alencar<sup>132</sup>

Renata Pereira<sup>133</sup>

Este estudo analisa criticamente a presença marginalizada das mulheres negras no sistema acadêmico brasileiro, tendo como ponto de partida as Leis nº 10.639/2003 e nº 14.986/2024. A primeira tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, constituindo um marco normativo voltado à valorização da população negra no espaço escolar. A segunda propõe ações afirmativas para a inclusão de mulheres negras na ciência e na universidade, com foco em mecanismos de proteção e estímulo à produção de conhecimento. No entanto, os indicadores disponíveis — como a destinação de menos de 3% das bolsas de produtividade do CNPq a mulheres negras (CNPq, 2023) — revelam um abismo entre os dispositivos legais e sua efetiva implementação nas instituições de ensino superior. A pesquisa, de natureza qualitativa, articula revisão bibliográfica crítica, análise documental das legislações mencionadas e levantamento de dados secundários provenientes do IBGE, CNPq e depoimentos de pesquisadoras negras publicados em coletâneas e entrevistas. As análises dialogam com referenciais teóricos como Lélia Gonzalez (1988), Sueli Carneiro (2003), bell hooks (2019), Ochy Curiel (2007) e Nilma Lino Gomes (2003), entre outras. Os dados evidenciam que a permanência de mulheres negras na universidade é atravessada por práticas de exclusão institucionalizada,

---

<sup>132</sup> Docente da Prefeitura Municipal de Curitiba, atualmente lotada no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (Cmaee). Discente do curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, na linha de pesquisa Mediações e Culturas, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa Processos Psicológicos em Contextos Educacionais. Especialista em Políticas Educacionais, Saúde para Professores da Educação Fundamental e Média, Prevenção ao Uso de Drogas para a População Escolar e Educação Especial e Inclusiva. Graduada em Psicologia pela Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná (Fempar) e em História pelas Faculdades Integradas Espírita (Fies).

<sup>133</sup> Licenciada em História pela Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC). Graduada em Teologia pela Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia (FAECAD). Atua como psicanalista periférica, tricoterapeuta, artista plástica e coordenadora da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio do Coletivo de Pesquisa Ativista em Psicanálise, Educação e Cultura (CPAPEC).

epistemicídio e exigências de conformidade a padrões hegemônicos de produção do saber. O acesso não garante reconhecimento; e a presença, quando ocorre, muitas vezes depende da adaptação aos códigos brancos de cientificidade.

O discurso do empoderamento, embora politicamente mobilizador, é frequentemente absorvido por estruturas institucionais que promovem uma representatividade estética, sem redistribuição material de poder ou transformação das hierarquias do saber (Curiel, 2007). As leis em análise carecem de dotação orçamentária vinculante, mecanismos eficazes de monitoramento e dispositivos de responsabilização institucional, o que limita sua eficácia. As universidades continuam a operar sob lógicas meritocráticas racializadas, que invisibilizam as especificidades da trajetória acadêmica de mulheres negras e ignoram o acúmulo intelectual proveniente de suas experiências.

Conclui-se que é necessário deslocar o eixo das políticas públicas do acesso pontual à permanência estruturada, com ações afirmativas que reconheçam a centralidade dos saberes produzidos por mulheres negras. Isso implica transformar não apenas os critérios de validação científica, mas também a gramática epistêmica que regula quem pode produzir conhecimento, sob quais condições e com quais legitimidades. Sem esse deslocamento, a colonialidade do saber seguirá intacta, mesmo sob o verniz de políticas inclusivas.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras. Academia. Leis Educacionais. Interseccionalidade. Epistemicídio.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde la práctica política del feminismo autónomo afrocolombiano. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 85–106.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *In*: MILLÁN, Margarita; VARELA, Amarela (Orgs.). **Cartografías del cuerpo: biopolítica, estética y feminismo**. México: Ed. CIESAS, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra: saberes construídos na experiência de mulheres negras. *In*: SILVA, Petronilha B. G. (Org.). **Educação e relações raciais: reflexões e experiências**. Brasília: MEC/SECAD, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.92/93, 1988.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019a.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019b.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira e Lúcia Brito. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

## **BEM VIVER E REPARAÇÃO: VIVÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DA MARCHA DE MULHERES NEGRAS**

Marielli Meireles de Vasconcelos<sup>134</sup>

A Marcha das Mulheres Negras surgiu a partir da Marcha de Zumbi dos Palmares, em que mulheres presentes nesse evento se uniram em prol da luta feminista negra, culminando no momento histórico de 2015. Nesta primeira marcha, a luta foi por reparação histórica e as mulheres produziram a primeira carta de mulheres negras para a presidência da república, em prol de reconhecimento e garantia de seus direitos. A luta dessas e de outras mulheres que as antecedem em ancestralidade e resistência abriu caminhos para muitas outras e, após dez anos deste evento histórico, mulheres negras se aquilombam e se organizam para a realização da segunda marcha, desta vez em busca do bem viver e reparação.

Assim, o objetivo deste trabalho é compartilhar a experiência de um coletivo de mulheres na organização e mobilização da Marcha de Mulheres Negras a ser realizada em novembro de 2025. A justificativa de publicização de vivências como essa é a necessidade de marcar na agenda social esse acontecimento para que haja uma educação étnico-racial. Além da importância de que toda a sociedade reconheça e valorize a luta das mulheres negras em uma sociedade patriarcal. A compreensão das pautas reivindicadas pelas mulheres passa por questões que permeiam sua existência.

Logo, esta experiência é sustentada teoricamente por autoras que dialogam com essas questões, como: Conceição Evaristo (2020); bell hooks (2019); Sueli Carneiro (2011); Alberto Acosta (2016), dentre outras/os e, também, o canal de comunicação que conecta mulheres negras de diferentes partes do país e do mundo, o site Articulação de Mulheres Negras Brasileiras.

---

<sup>134</sup> Discente do curso de Licenciatura em Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista do Programa de Benefícios Econômico-Sociais (Probem) e do Projeto de Extensão Experimentando Ciências e Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Este trabalho tem a escrevivência (Evaristo, 2020) como metodologia, uma vez que tem na experiência vivenciada de quem produz o relato as bases para a geração de dados. As mulheres envolvidas na organização são atravessadas pela sua condição de mulheres negras e participam ativamente para a mobilização e a realização da Marcha, o que envolve: documentação, resgate de memória do evento anterior, busca por financiamento e parcerias, formação na perspectiva de uma educação antirracista, visando letrar racial e politicamente outras mulheres, engajando-as, fortalecendo as pautas e emponderando-as. O intuito é formar mulheres para que se conscientizem a respeito de uma participação que vai além do mero comparecimento, mas para que saibam realmente o motivo pelo qual estão lutando e se tornem atuantes, almejando não somente a reparação, mas o próprio bem viver, compreendendo a temática do evento.

Os resultados advindos da primeira Marcha das Mulheres Negras evidenciam que este movimento representou um marco importante no fortalecimento da liderança feminina negra. Logo, este segundo movimento, que reivindica o Bem Viver e a reparação histórica, se faz presente como uma resposta ativa às desigualdades que as mulheres negras ainda enfrentam no Brasil, especialmente o racismo estrutural e o sexismo. Portanto, espera-se que os resultados deste outro momento histórico sejam os mais fecundos possíveis, trazendo não somente o bem viver em questões de equidade e reparação, mas também de mobilidade social, de acessos às políticas públicas, à garantia de direitos e de usufruir de uma vida digna e justa.

Conclui-se que a Marcha da Mulheres Negras de 2025 será de suma importância para a construção de políticas públicas em prol da coletividade negra brasileira. Por isso, é importante ter o máximo de mulheres mobilizadas em Brasília no dia do evento, mostrando a força das mulheres negras. Logo, participar da organização deste momento, fortalece a identidade enquanto mulher negra, mostrando a importância de se implementar a lei nº 10639/2003 em todos os âmbitos da educação para que se possa buscar cada vez mais equidade para as mulheres negras, sem contar na emoção de participar desse momento histórico.

**Palavras-chave:** Marcha das Mulheres Negras. Bem viver. Reparação. Escrevivências. Aquilombamento.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. **Marcha das Mulheres Negras**, 2015. Disponível em: <https://amnb.org.br/marcha-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

HOOKS, bell. **Olhares Negros**: raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

## OFICINA AUTOETNOGRAFIA: MEMÓRIAS E AFETOS, UM OLHAR REFLEXIVO NO AMBIENTE ACADÊMICO

Valéria Pereira da Silva<sup>135</sup>

Suzane Verissimo Valério<sup>136</sup>

Este texto tem por objetivo relatar a prática desenvolvida em uma oficina intitulada: “Autoetnografia: memórias e afetos”, realizadas por integrantes do grupo de estudo pesquisa e extensão ErêYá - da Universidade Federal do Paraná - UFPR, durante o evento V Março das Mulheres: pelo fim das violências de gênero na UFPR, realizado em março de 2025. Essa oficina abordou o conceito de autoetnografia e relações étnico-raciais, por meio da utilização de artefatos culturais de matriz africana e afro-brasileira e objetos variados que serviram como base para conectar os indivíduos com suas recordações. Para isso, dialogamos com a produção das teóricas: Schiessl (2023), Versiani (2005), Santos (2017) e Ono (2017). hooks (2021). Crenshaw, (2002). Participaram deste momento estudantes de uma turma de graduação da UFPR - Campus Rebouças, professores e demais convidados, estando presentes aproximadamente vinte pessoas.

A oficina, que começou a ser pensada e organizada em (2022), como parte de um processo de construção teórico metodológica durante o mestrado em Educação de Valéria Pereira da Silva, foi aplicada em vários espaços e com variados grupos, como professoras e professores, estudantes, representantes de movimentos sociais e pessoas da sociedade civil. Em cada ocasião o resultado se repete, encontramos corações desejos de partilharem suas memórias e afetos, momentos alegres, outras

---

<sup>135</sup> Discente do doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Educação pela mesma instituição. Especialista em prevenção ao uso de drogas para a população escolar (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR), em educação especial inclusiva (Faculdade São Braz – FSB) e em psicopedagogia clínica institucional (Faculdade Internacional de Curitiba – Facienter). Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Espírita (FIE).

<sup>136</sup> Professora da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (Rme). Discente do mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Neuropsicopedagogia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação ErêYá da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

vezes tristes de opressão e violência, o fato é que essa oficina traz à tona emoções, segredos da alma. A oficina é dividida em três momentos: sendo o primeiro, a sensibilização, acolhimento e contextualização; o segundo, discussão conceitual e vivências; e o terceiro, registro e compartilhamentos com o grande grupo.

Perante isso, cabe destacar que anteriormente a chegada dos partícipes prepara-se o ambiente, dispondo sobre um tecido objetos como: bonecas negras, livros de autoria e personagens negros, objetos sonoros, instrumentos musicais, espelho, relógio, vestidos, utensílios de cozinha, elementos de diferentes religiões, entre outros.

Assim, na realização da oficina em questão, V Março das Mulheres: pelo fim das violências de gênero na UFPR, primeiramente realizou-se uma apresentação individual, por meio de um jogo cênico, seguido por uma explanação sobre os conceitos que embasam e instrumentalizam a atividade; culminando na interação dos participantes com os objetos e no compartilhamento de histórias e vivências e para finalizar ocorreu a produção escrita de narrativas.

A oficina proporcionou a construção de um espaço seguro de escuta, de troca de experiências e de conexões afetivas. Os relatos revelaram memórias significativas de construções identitárias e um olhar atento para as relações pessoais e sociais e principalmente para as relações étnico-raciais. Segundo os partícipes a vivência foi positiva e emocionante, devido a oportunidade de conhecer o próprio grupo e seus afetos. Essa experiência rompeu com o silêncio imposto por relações hierárquicas e gerou pertencimento e empatia no ambiente universitário. Diante do exposto, é notório o potencial dessa atividade como prática pedagógica, capaz de produzir reflexões e ressignificações acerca das relações étnico-raciais.

**Palavras-chave:** autoetnografia, relações étnico-raciais, memória, afetos, práticas pedagógicas

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

SCHIESSL, Marlina Oliveira. **Artefatos culturais de matriz africana e afro-brasileira no cotidiano da educação infantil:** uma análise da produção científica (2003–2021). 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Elefante, 2021.

ONO, F. T. P. **A formação do formador de professores:** uma pesquisa autoetnográfica na área de língua inglesa. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SILVA, J. **O pensamento de/por mulheres negras.** Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, v. 37, n. 4, 1 jul. 2013.

# **INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DESDE BAIXO**

**Coordenação:  
Emelyn Glorys Herasme Henríquez**

## PRÓLOGO

Esta sessão temática propõe um espaço de reflexão crítica sobre a relação entre interseccionalidade e políticas públicas, com foco nos desafios da implementação desde baixo em contextos atravessados por múltiplas desigualdades estruturais. A partir de marcos teóricos desenvolvidos por autoras como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e Miriam Alves, buscamos problematizar como os desenhos universais de políticas públicas tendem a invisibilizar ou excluir populações que vivem na interseção de opressões como racismo, sexismo, capacitismo, xenofobia e lesbofobia.

A sessão apresenta pesquisas e experiências que analisem as práticas de implementação territorializadas, as resistências a partir das margens e as formas como atores locais — especialmente mulheres negras, indígenas, migrantes e periféricas — negociam, ressignificam ou reconfiguram as políticas públicas em sua cotidianidade. Incentivamos a apresentação de estudos empíricos, relatos de experiências, abordagens metodológicas decoloniais e propostas que priorizem a justiça social, o reconhecimento e a redistribuição.

O objetivo é gerar um espaço horizontal e comprometido com uma produção de conhecimento situada, feminista e antirracista, que desafie as lógicas verticais e tecnocráticas tradicionais na análise de políticas públicas.

## MULHERES DE TERREIRO NA POLÍTICA: AS CANDIDATURAS MUNICIPAIS DO RJ EM 2024

Debora Chacarski de Mello<sup>137</sup>

Graziela Soares Bianchi<sup>138</sup>

As religiões de matriz africana são comumente protagonizadas por mulheres, visto que o número de mulheres inseridos dentro desta prática religiosa é maior que homens, elas realizam trabalhos hierárquicos e ações sociais que contrastam com as demais religiões praticadas na nossa sociedade. Este trabalho tem como objetivo geral fazer a discussão sobre como o protagonismo dessas mulheres demarca uma nova dinâmica social, fazendo com que não só ocupem o espaço da comunidade religiosa, como também movimentam a estrutura social a partir de sua liderança, e como objetivos específicos promover uma reflexão crítica sobre o espaço democrático para essas mulheres, a elaboração de políticas públicas para essa comunidade e a ocupação de espaços pela minoria social. O objeto de estudo para este trabalho foi o levantamento realizado pelo grupo de pesquisa Ginga, da Universidade Federal Fluminense (RJ), que revela a preponderância de mulheres ligadas a religiões de matriz africana na candidatura de cargos políticos nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2024.

A metodologia de pesquisa utilizada no trabalho é a pesquisa exploratória e revisão bibliográfica - a partir destas, é possível fazer a análise dos dados dispostos na pesquisa mencionada acima. Através dessa metodologia é possível quantificar a presença feminina destas sacerdotess dentro da política, bem como a partir disso fazer as reflexões propostas neste trabalho.

---

<sup>137</sup> Discente do mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bolsista pelo Grupo Carrefour. Bacharela em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

<sup>138</sup> Professora no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Mídias Digitais (Gemidi), vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Realizou estágio de pós-doutorado no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Cognitivas da Università degli Studi di Siena (Itália). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com estágio de doutorado sanduíche na Universitat Autònoma de Barcelona, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Quando pensamos na democracia, de acordo com Ferreira (2011), estamos nos referindo a normas de diálogo racional em que o público considera a pluralidade e diversidade das demandas sociais, e a partir disso chega a um consenso deliberativo em prol da população, com impactos diretos na vida e direitos da sociedade civil. É dentro desse contexto de interação social que se faz fundamental a participação política de grupos tidos como minorias, uma vez que a sua inserção nesses espaços é garantida por lei, como também se transforma na principal fonte de acesso e implementação de políticas públicas e execução de direitos para essas populações.

Para Perlatto (2015), a esfera pública brasileira é delimitada a partir do século XIX, e dado o contexto sócio-político da nação é possível perceber um grande movimento dos senhores de terras e coronéis, que tinham como intuito manter a exclusão de mulheres, negros, e analfabetos, visando seus privilégios econômicos e simbólicos na tomada de decisão na democracia brasileira.

“As populações de terreiro, os praticantes das políticas e tecnologias ancestrais historicamente subalternizadas tem autonomia, propriedade moral, comunitária e ancestrática para definir seus termos e agendas.” (Rufino; Santos; p.231. 2019).

Ou seja, o racismo religioso opera totalmente na contramão da democracia e da liberdade desses sujeitos, uma vez que suas dinâmicas de dominação e violência perpassam todos os campos individuais e sociais de seus membros religiosos, pelo simples fato de ser algo “diferente” do que é visto, e ou conhecido pelo senso comum (e cristão), que foi imposto ao país desde a colonização.

Dito isso, o levantamento feito por Miranda *et al.* (2024), revela a participação ativa de líderes e integrantes religiosos dentro das disputas políticas para eleições municipais com foco no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2024, como objeto de análise para esse trabalho, revela dados importantes para a reflexão. Segundo Miranda *et.*, *al.* (2024), 284 candidaturas foram de pessoas de religião de matriz africana, e destas, 64,4% são mulheres. Dentro do que foi sondado pela pesquisa, as candidaturas afro religiosas representam 3,3% do total, sendo 1,8% de católicos - em sua maioria homens e 94,9% de candidaturas evangélicas, também lideradas por homens.

Embora a participação das religiões de matriz africana na política ainda seja restrita a menos de 5% do total das candidaturas, é possível observar esse movimento para a ocupação do espaço político, e não só de forma numérica, mas também em

gênero e cor, visto que segundo os dados da pesquisa, dentro das candidaturas afro religiosas, além da maioria ser feminina, chega até 83% de pessoas que se autodeclaram negras, pardas e pretas. Isso demonstra o movimento já descrito por Carneiro (2009), quando a autora reitera a importância de mulheres negras ocuparem espaços de poder, uma vez que a sua ausência perpassa a estrutura social racista que não as enxerga, nem as valida. Ocupar esses espaços políticos significa uma nova perspectiva política e social, que resulta em políticas públicas e dignidade de vida para as comunidades onde estão inseridas.

**Palavras-chave:** Mulheres na política. Democracia. Religiões de Matriz Africana.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Mulheres Negras e Poder: um ensaio sobre a ausência. In: BRASIL. Revista do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, Brasília: Secretaria Especial de Políticas, 2009. p. 50-55.

FERREIRA, Gil B. Jornalismo Público e Deliberação: funções e limites do jornalismo nas democracias contemporâneas. **Estudos em comunicação**, n. 9, p. 61-79, mai. 2011.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; PINTO, Andréia Soares; BASTOS DA MOTTA, Pedro Jardim Fontenelle; BARROSO, Rafael Oliveira Werneck; ALVES, Ygor Fernandes. **Eleições 2024 e as candidaturas afrorreligiosas**. Ginga – Comunicação e Cultura Afro-brasileira, 2024. Disponível em: <https://gingauff.com.br/producoes/eleicoes-2024-e-as-candidaturas-afrorreligiosas-2/>. Acesso em: 17 mai. 2025.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015.

RUFINO, Luis; SANTOS, Mariana de Miranda. Racismo Religioso. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 10, Nº. Extra 2, 2019.

## ESTUDO DE DADOS INTERSECCIONAIS: MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Edicleia Furlanetto<sup>139</sup>  
Jéssica Gomes Furtado<sup>140</sup>

Estamos vivendo a era dos dados. São eles, em sua diversidade e transversalidade, por vezes, responsáveis por ressignificar a leitura de acontecimentos passado, presente e futuro, “o que justifica a existência de diferentes quadros de referência para análise e interpretação dos dados” (Gil 2008, p.5), onde, os mesmos, não se limitam a registros numéricos.

Assim, este trabalho tem por objetivo provocar, a partir de dados estatísticos de interseccionalidade<sup>141</sup> Carla Akotirene (2019), reflexões sobre a realidade de mulheres negras brasileiras.

Para ilustrar o que foi dito anteriormente, no relatório de PNAD/2022 - Monitoramento e Avaliação/Edição Mulheres Negras - set. 2023, aproximadamente 28,3% da população total são mulheres negras (pretas e pardas), e 22,1% são mulheres brancas. E, o Censo da Educação Superior de 2019<sup>142</sup> apresenta que é possível identificar a sub-representação de mulheres negras no corpo docente das Instituições de Ensino Superior brasileiras, pois, mulheres pardas representavam 6,7% dos docentes, enquanto mulheres pretas representavam 0,9%. Uma grande diferença comparada aos homens brancos, que representavam 27,8% dos docentes, em 2019.

---

<sup>139</sup> Discente do Mestrado em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Big Data: Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação pela Faculdade Iguaçu. Aperfeiçoamento em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharela em Estatística pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>140</sup> Discente do mestrado em educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada em matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>141</sup> Conceituação cunhada por Kimberlé Crenshaw (2002) que busca identificar consequências da interação entre diferentes eixos de opressão.

<sup>142</sup> Os dados do Censo da Educação Superior de 2019 apresentados aqui foram retirados da Plataforma de Dados Educacionais: dados sobre a Educação Superior, cotejando as variáveis cor/raça e sexo (masculino/feminino). Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/plataforma/indicadores/docentes-superior>. Acesso em: 24 mai. 2025.

Como os dados não se restringem a números, apresentaremos trechos de duas entrevistas<sup>143</sup> com professoras de Matemática da Educação Básica<sup>144</sup>.

Uma das entrevistadas desenvolveu um importante trabalho<sup>145</sup> com as professoras da escola em que trabalhava, ao propor que trabalhassem em sala de aula com a temática: África. Sobre isso, a entrevistada compartilhou: “Foi muito difícil, muitas quiseram até desistir. [...] Eu conversei com elas [...] apesar de em um primeiro momento falar: ‘não, vai dar muito trabalho!’, mas foi muito enriquecedor.”

Outra entrevistada, desenvolveu trabalhos<sup>146</sup> sobre Africanidades com seus estudantes, relatando a seguinte situação: “Eu procurei um texto<sup>147</sup> [...] O texto chocou muito [...]. Uma das alunas veio no final da aula, [...] e falou assim: ‘Obrigada, professora, ninguém nunca fez isso por mim’.”

Estas experiências acima, termo definido por Conceição Evaristo, partilham suas contribuições, e com base nestes dados, é possível perceber que a Lei 10.369/03 está sendo efetivada por professoras negras da Educação Básica.

Compreendemos que analisar os dados pelo viés interseccional de gênero, raça e classe, precisam ser incorporados, mais intensamente, nos relatórios de monitoramento e avaliação de políticas públicas e fomentar, na educação, na saúde, no trabalho etc., para que sobretudo, em *primum non nocere* as mulheres.

**Palavras-chave:** Dados interseccionais. Interseccionalidade. Mulheres Negras.

---

<sup>143</sup> As duas entrevistas foram realizadas em novembro de 2022, via Microsoft Teams, como parte da coleta de dados para a pesquisa de monografia da co-autora deste resumo. O título da referida monografia é: “Construindo diálogos entre as aulas de Matemática e a Cultura Negra”, cujos resultados podem ser encontrados em: *Identidade!* 28 (1), 145–169. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2633>. Acesso em: 24 mai. 2025.

<sup>144</sup> Duas professoras negras graduadas e mestras.

<sup>145</sup> Esta entrevistada propôs às professoras do Ensino Fundamental – Anos Iniciais que a temática do projeto que seria desenvolvido ao longo de um ano fosse: África e, para isso, ofereceu encontros formativos para suas colegas para planejarem as atividades. Em especial, trabalharam com Jogos Matemáticos da família Mancala.

<sup>146</sup> Esta entrevistada desenvolveu projetos articulando Arte, Matemática e Africanidades com seus estudantes, incentivando, ao longo das aulas, discussões sobre racismo e apresentando referências negras, em especial, artistas negros.

<sup>147</sup> A professora iniciou as atividades com um texto de sua autoria que descrevia situações por ela vivenciadas a partir dos atravessamentos do racismo e patriarcalismo.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. (Coleção Feminismos Plurais: Coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Informe MIR: Monitoramento e Avaliação – nº 2: Edição Mulheres Negras**. Brasília: Ministério da Igualdade Racial, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

## **ANÁLISE DO DESIGN E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO A PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS EM FOZ DO IGUAÇU SOB A PERSPECTIVA DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES AFRODESCENDENTES**

Emelyn Herasme<sup>148</sup>

Este estudo aborda criticamente a política municipal de atenção a pessoas migrantes e refugiadas em Foz do Iguaçu (Brasil), tomando como eixo central as experiências de mulheres negras migrantes que habitam essa região de fronteira. A partir de uma abordagem interseccional, feminista e decolonial, examina-se o descompasso entre o desenho institucional dessa política e sua implementação concreta, destacando como as estruturas estatais tendem a reproduzir lógicas de exclusão ao não considerar as múltiplas dimensões de opressão que atravessam essas mulheres. O objetivo principal é analisar como essas mulheres vivenciam, negociam ou ressignificam as políticas públicas supostamente orientadas à garantia de seus direitos, partindo da hipótese de que os desenhos normativos universalistas não conseguem contemplar as especificidades interseccionais, gerando exclusões efetivas mesmo dentro de marcos legais formalmente inclusivos.

O referencial teórico discute as contribuições de Crenshaw (1991), Akotirene (2019), Dagnino (2004), Fleury (2006), Collins (2015) e Santos (2010), propondo uma leitura crítica do papel do Estado, do saber técnico e da agência dos sujeitos em contextos de desigualdade estrutural. Em particular, questiona-se o universalismo no campo das políticas públicas, evidenciando como sua aparente neutralidade encobre desigualdades sociais e raciais — processo que Sueli Carneiro denomina como racismo institucional velado. Ao mesmo tempo, incorpora-se a perspectiva da implementação a

---

<sup>148</sup> Discente do mestrado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Bacharela em Administração Pública e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Perspectivas de Desenvolvimento (Gepede) e o Grupo de Estudo e Pesquisa Gênero e Políticas Públicas.

partir de baixo, entendendo que as mulheres negras migrantes não são meras receptoras de políticas públicas, mas agentes ativas que produzem resistências, ressignificações e saberes próprios desde seus territórios e condições sociais.

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, comprometida com uma epistemologia situada, crítica e feminista. Utilizam-se três técnicas principais: análise documental de normativas e planos institucionais relacionados à política migratória municipal; entrevistas semiestruturadas com entre oito e dez mulheres negras migrantes, localizadas por meio do SISMIGRA e de redes comunitárias e universitária; e observação participante em espaços institucionais de atendimento público. Inspirada nos aportes de Max Weber (1978), a investigação prioriza a compreensão do sentido subjetivo das práticas sociais, bem como uma descrição densa das experiências vividas.

O compromisso ético do trabalho manifesta-se na reflexividade da pesquisadora, no consentimento informado das participantes e na crítica às formas de produção de conhecimento que historicamente silenciaram os grupos subalternizados. Do ponto de vista empírico, os documentos analisados revelam uma política que, embora formalmente alinhada à Lei Federal de Migração (13.445/2017), apresenta um desenho marcado por uma linguagem universalista que omite referências explícitas a recortes de raça, gênero e classe. As entrevistas revelam barreiras sistemáticas no acesso a direitos: exigências documentais incompatíveis com a realidade migratória, discriminação institucional, falta de atendimento culturalmente adequado e exclusão nos serviços básicos.

Diante dessas limitações, as mulheres ativam redes informais de solidariedade, desenvolvem estratégias comunitárias e ressignificam o sentido das políticas públicas, resistindo cotidianamente aos limites do aparato estatal. O estudo conclui que, embora o discurso institucional promova a inclusão, na prática, a ausência de uma perspectiva interseccional aprofunda desigualdades já existentes. A experiência das mulheres negras migrantes evidencia não apenas falhas no desenho e na execução da política, mas também a capacidade desses sujeitos de produzir conhecimento e ação política desde as margens.

Dessa forma, o trabalho contribui para os debates contemporâneos sobre justiça social e políticas públicas, reivindicando uma transformação estrutural que reconheça e valorize os saberes e as lutas daquelas que historicamente foram excluídas do centro

das decisões públicas. Essa abordagem propõe não apenas uma leitura crítica, mas também um chamado à ação por uma política pública verdadeiramente interseccional, feminista e antirracista.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Políticas públicas. Mulheres negras migrantes

## REFERENCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 95–111.

FLEURY, Sonia. **Teorias da gestão pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7–41, 1995.

LIPSKY, Michael. **Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services**. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31–83.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 1978.

## A INTERSECCIONALIDADE COMO BASE DA CONSTRUÇÃO DO ODS 18

Luana Maria de Lima Oliveira<sup>149</sup>

No Brasil, um país marcado por profundas desigualdades, o ODS 18 surge como proposta pioneira para colocar o combate às discriminações étnico-raciais no centro dos esforços da Agenda 2030 da ONU. Embora a Agenda 2030 seja mais conhecida por seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o ODS 18 foi sugerido como nova proposta para enfrentar as desigualdades raciais e promover a justiça social de forma mais abrangente. Lançado em 2023, coincide com a criação dos Ministérios da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas no governo Lula (2023–2026).

Toda essa discussão está inserida na realidade brasileira, marcada por um passado de extrema violência racial. O Brasil foi o país que mais importou pessoas africanas escravizadas entre os séculos XVI e XIX, recebendo cerca de quatro milhões de homens, mulheres e crianças, um terço de todo o comércio negreiro e foi o último das Américas a abolir a escravidão.

A justificativa para a análise do ODS 18 parte do entendimento de que, embora a Agenda 2030 tenha passado por revisões, ainda preserva estruturas e processos que contribuem para a violação sistemática dos direitos humanos de grupos raciais e étnicos, ao não incluir metas específicas sobre essas questões. Isso se reflete na reduzida priorização ou na ausência de enfoques que considerem desigualdades baseadas nessas dimensões. Sob a ótica interseccional, o ODS 18 surge como resposta crítica a essa lacuna.

Este estudo adota abordagem qualitativa, por meio da análise documental das metas e indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18. O referencial

---

<sup>149</sup> Discente do doutorado em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (Ufabc). Mestre em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (Ufabc). Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Graduada em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (Fmu). Atua em movimentos sociais e organizações de direitos humanos desde 2015, com foco na organização política de mulheres negras na América Latina.

teórico baseia-se nas contribuições de Patricia Hill Collins, Sirma Bilge, Lélia Gonzalez e Mara Viveros Vigoya. O objetivo é compreender como o conceito de interseccionalidade é mobilizado na formulação de políticas públicas em contextos historicamente marcados por desigualdades estruturais. Busca-se, ainda, examinar os diálogos e as lacunas entre essa proposta crítica e a Agenda 2030, especialmente no que diz respeito à ausência de um debate consistente sobre as questões étnico-raciais.

Segundo Hill Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é uma perspectiva analítica que permite entender como sistemas de dominação como racismo, sexismo e classismo operam

de forma interligada na produção das desigualdades sociais. Para as autoras, as experiências de sujeitos historicamente marginalizados não podem ser compreendidas de maneira isolada. Tratam-se de vivências atravessadas por múltiplas opressões que, ao se sobreporem, produzem situações específicas de vulnerabilidade.

Como resultado da análise, o ODS 18 rompe com a visão homogênea presente nos 17 ODS anteriores, ao reconhecer as experiências vividas pelos povos indígenas e pessoas negras. Essa perspectiva dialoga com as proposições de Collins e Bilge, para quem a interseccionalidade deve ser compreendida não apenas como ferramenta teórica, mas como estratégia de transformação social. Também, aproxima-se das reflexões da socióloga Mara Vigoya (2016), que defende uma interseccionalidade situada, crítica à dissociação entre teoria acadêmica e práticas dos movimentos sociais.

No mais, é importante destacar que no chamado norte global, feministas como Audre Lorde, bell hooks, Patricia Hill Collins, Avtar Brah (2006), Angela Davis, Sirma Bilge são conhecidas por tratar do tema. No Brasil, feministas como Sueli Carneiro, Luiza Bairros são reconhecidas por essas análises, antes delas Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento trabalhavam com esse tema mesmo antes do termo existir.

Assim, ao se pensar em uma proposta de política pública brasileira, é fundamental lembrar o pensamento de Lélia Gonzalez, que já abordava a interseccionalidade ao identificar que a corrente feminista da época (majoritariamente branca) e o movimento negro composto, em sua maioria, por homens negros — excluía as questões específicas das mulheres negras. No final dos anos 1980, Gonzalez faz uma crítica ao feminismo em vigor no Brasil, em contraposição ao feminismo norte-americano:

“Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, nos reportamos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro.” (GONZALEZ, 2011, p. 13).

Por fim, justificamos esta reflexão diante da necessidade e urgência de enegrecer o campo político, como afirma Carneiro (2003, p. 118):

Buscamos assinalar, com ela [a expressão enegrecendo o feminismo], a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pode-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil.

Em síntese, o ODS 18 constitui um exemplo concreto de como a interseccionalidade pode ser mobilizada de forma prática, articulando teoria e ação política. Longe de um uso meramente retórico, reconhece a interdependência entre diferentes formas de opressão e propõe ações fundamentadas no reconhecimento das diferenças e na escuta ativa dos movimentos dos povos indígenas e afrodescendentes. Assim, o ODS 18 emerge como uma alternativa construída a partir da interseccionalidade como estratégia política, mobilizada pelas lutas dos movimentos sociais até alcançar os espaços institucionais de formulação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Direitos Humanos. Questões Raciais. Políticas Públicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **ODS 18 - Por uma agenda antirracista no Brasil e no mundo**. Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18>. Acesso em: 5 mai. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados, 17, 49, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias. (2011). 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf). Acessado em 07.02.2020.

OBSERVE ODS 18. **Metas e Indicadores**. Disponível em: <https://observeds18.com.br/metas-e-indicadores/>. Acesso em: 5 maio 2025.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios: Revista de Educação**, Caruaru, v. 6, n. 10, p. 90-104, 2020.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, Ciudad de México, v. 52, p. 1–17, 2016.

## A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA CIAMP RUA/PR (2020-2022)

Maraiza Nayara Mancio<sup>150</sup>  
Ana Paula Martins de Souza<sup>151</sup>

Ao debater sobre a história e os atravessamentos que marcam a vida da população em situação de rua (PSR), é necessário considerar que são vivências marcadas por diversas violações de direitos fundamentais e humanos. Entre as pessoas em situação de rua, há uma alta presença de pessoas negras, cujas especificidades necessitam ser consideradas, visto seu percurso histórico e social (Gulisz, 2023). Em consonância a isso, durante a análise sócio-histórica realizada na primeira fase da metodologia proposta, evidenciou-se que o tema racial atua como um dos pontos centrais da construção e manutenção das desigualdades sociais no país. Devendo ser, portanto, considerado suas particularidades na formulação de políticas públicas e ações direcionadas à população em situação de rua.

Desta forma, o objetivo deste trabalho voltou-se a analisar se as Memórias/Atas das reuniões realizadas pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná – CIAMP RUA-PR de 2020 a 2022 para verificar se há uma preocupação com políticas específicas direcionadas a população negra em situação de rua, buscando identificar aspectos da interseccionalidade de raça, gênero e classe nas políticas universalistas desenvolvidas. E, portanto, para a realização desta pesquisa foi utilizado como recurso

---

<sup>150</sup> Discente do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bolsista da Pontifícia Universidade Católica do Paraná pelo Programa Institucional de Bolsas (Pibic), vigência 2024/2025.

<sup>151</sup> Discente do Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), na linha de pesquisa Ontologia e Epistemologia. Mestra em Filosofia (PUCPR), com dissertação sobre a experiência social das mulheres negras a partir de Angela Davis. Bacharela em Design e licenciada em Filosofia (PUCPR). Co-criadora e designer dos coletivos Filosofando com Mulheres, Negres (coletivo de estudantes negros) e do Núcleo de Pesquisadoras Negras Abayomi. Membro do GT de Filosofia e Raça da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof) e do Comitê de Ações Afirmativas da PUCPR.

metodológico a Hermenêutica da Profundidade proposta por Thompson (1995), bem como seu modo geral de operação e estratégias típicas de manutenção da ideologia.

Nas memórias referentes ao ano de 2020, as discussões voltaram-se para as ações e estratégias relacionadas à pandemia do Covid-19. Buscando identificar formas de oferecer suporte a esta população. No ano de 2021, voltou-se à capacitação dos membros do CIAMP RUA, ao realizarem a apresentação das atuações dos órgãos, instituições e serviços dos membros participantes. Neste, há uma maior preocupação com as necessidades das mulheres, indígenas e idosos em situação de rua. Por fim, no ano de 2022, volta-se a discussão de atividades direcionadas a mulheres gestantes em situação de rua, buscando formas de instrumentalizá-las sobre como terem acessos aos atendimentos e assistência.

Com isso, o presente trabalho evidenciou uma ausência no recorte racial nas discussões de formulação de ações e políticas públicas para a população em situação de rua pelo CIAMP RUA/PR. Uma vez que apresenta uma maior preocupação com recortes de gênero e idade. Desta forma, compreende-se que a falta do recorte racial nas discussões de construção das políticas públicas, ao mesmo tempo que apresenta a preocupação com as demais interseccionalidades (gênero, idade, orientação sexual, nacionalidade), corrobora com a invisibilidade e o apagamento das necessidades e do contexto sócio-histórico e político da população negra presente entre as pessoas em situação de rua. Contribuindo com uma ideologia que naturaliza a presença deste grupo neste contexto e desconsiderar suas especificidades na garantia de direitos.

**Palavras-chave:** População em Situação de Rua. População Negra. Invisibilidade. Relações Raciais. Políticas Públicas.

## REFERÊNCIAS

GULISZ, Isabele Cristine. **A violência contra a População em Situação de Rua na cidade de Curitiba e região metropolitana.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Escola de Educação e Humanidades, PR. 2023.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna:** Teoria Social na era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

## CONFLITO, INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NOS TRIBUNAIS E PRISÕES BRASILEIRAS<sup>152</sup>

Richelle Kauanny Carvalho de Araújo<sup>153</sup>  
Maynara Costa de Oliveira Silva<sup>154</sup>

A mulher negra no Brasil enfrenta um histórico de subalternidade e exclusão social, reflexo direto das heranças coloniais e das estruturas racistas, patriarcais e classistas. A interseccionalidade<sup>155</sup> entre gênero, raça e classe aprofunda as vulnerabilidades que incidem sobre essas mulheres, relegando-as a lugares de invisibilidade e sub-representação institucional.

Ao analisarmos sua presença em instituições estatais como os Tribunais de Justiça e o Sistema Prisional, observamos formas específicas de marginalização que revelam o caráter estrutural da desigualdade. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2024) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) ilustram o cruzamento de opressões. Enquanto as mulheres negras representam apenas 11,89% do funcionalismo nos Tribunais, são 62% das mulheres encarceradas no país. Esses números evidenciam um ciclo de exclusão, onde mulheres negras são afastadas dos espaços decisórios e

---

<sup>152</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>153</sup> Professora, advogada e pesquisadora. Discente do mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Faculdade de Educação Santa Terezinha (Fest) e em Direito da Seguridade Social e Prática Previdenciária pela Faculdade Legale (Faleg). Bacharela em Direito pela Faculdade de Imperatriz (Facimp – Wyden). Integrante da Ordem dos Advogados do Brasil (Oab/Ma). Dedicou-se aos estudos em Sociologia, Direito, interseccionalidade de gênero e raça, mulheres negras e Direito de Família.

<sup>154</sup> Professora Adjunta do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (Lch/Ccim) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Ppgs) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Ciências Sociais. Mestre em Antropologia Social. Especialista em Direitos Humanos e Questões Étnico-sociais. Especialista em Direito Público. Bacharela em Direito e Licenciada em Sociologia. Atua no Laboratório Estudos em Antropologia Política (Leap/Ufma/Uema) e no Grupo de Pesquisa Quimera (Cch/Ifma).

<sup>155</sup> Segundo Crenshaw (2002, p.177), o “fenômeno” é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

estão mais suscetíveis a mecanismos de controle e punição. Essa disparidade revela contradições nas políticas públicas universais e em sua implementação concreta.

Esta comunicação busca compreender como o conflito permeia a construção social e identitária de mulheres negras nesses dois espaços institucionais. Analisamos também de que maneira essas mulheres, a partir de suas experiências, tensionam e transformam as políticas públicas.

A metodologia combina análise bibliográfica e levantamento de dados secundários extraídos dos relatórios do CNJ e do FBSP. Dialogamos com Simmel (1983), Collins (2019; 2022), Crenshaw (2002), dentre outros. A abordagem é orientada por uma perspectiva interseccional capaz de evidenciar as estruturas de opressão e os movimentos de resistência empreendidos por essas mulheres.

Simmel (1983) compreende o conflito como um elemento constitutivo da vida social, capaz de marginalizar, mas também de impulsionar processos de autonomia. No caso das mulheres negras, os conflitos vividos em instituições como o Judiciário e o sistema prisional tornam-se arenas de disputa simbólica e material. Collins (2019), ao tratar da “matriz de dominação”, ajuda a compreender como o cruzamento de opressões estrutura a vivência dessas mulheres e produz saberes e formas de resistência oriundas da experiência situada. É imperioso, pensar, ainda, como as instituições moldam a subjetividade, desconsideram a interseccionalidade, regulando corpos e definindo lugares sociais para as mulheres negras.

A análise mostra que, apesar da exclusão sistemática, mulheres negras criam estratégias de resistência institucional – como redes de apoio, denúncias e disputas por reconhecimento – nos tribunais e nas prisões. Isso revela que a implementação de políticas públicas não se dá de forma linear ou neutra, mas é negociada, reconfigurada e, por vezes, desafiada pelas próprias impactadas.

Desta forma, a compreensão das experiências das mulheres negras nos espaços institucionais exige uma escuta atenta às dinâmicas locais e interseccionais de poder. O enfrentamento dos conflitos institucionais pode se tornar um caminho de afirmação e construção de identidades políticas. Para tanto, é imprescindível que seja abandonada a perspectiva de universalização de políticas públicas e que sejam fomentadas mais que ações de acesso, ações de inclusão, acessibilidade e permanência.

Assim, é urgente repensar a formulação e implementação de políticas públicas que incorporem saberes advindos do pensamento feministas negro, antirracistas e regionalizados, valorizando a presença das mulheres negras nas instituições. A representatividade em espaços estratégicos é fundamental para romper a exclusão e abrir caminhos para uma justiça social redistributiva, reconhecedora e transformadora.

**Palavras-chave:** Mulher negra. Tribunais de Justiça Estaduais do Brasil. Sistema penitenciário brasileiro. Resistências. Políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Painel de Dados Justiça em Números: Módulo de Produtividade Mensal** (2024). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-mpm-pessoal/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. (2002). **Documento para o encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero.** (2002). ESTUDOS FEMINISTAS - Ano 10 1º semestre/2002, p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.** Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SIMMEL, Georg. Capítulo 8. **A natureza sociológica do conflito.** *In:* Simmel. Moraes Filho, Evaristo de. Editora Ática: São Paulo, 1983, p. 122-134. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/432681/A+Natureza+sociologica+do+conflito.pdf+Simmel.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2024.

## A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Teresa Domingos Gomes<sup>156</sup>

O presente estudo discute sobre a inserção da mulher negra na educação superior brasileira. Busca refletir sobre os desafios enfrentados por essas mulheres ao ingressar no ensino superior, incluindo as situações discriminatórias e racistas que frequentemente vivenciam em diferentes espaços, como rua, escola, trabalho e até mesmo em casa. Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de inserção da mulher negra na educação superior brasileira e defender a igualdade de oportunidades, por meio de políticas de ações afirmativas que garantam o acesso e a permanência dessas mulheres na educação.

A proposta desta pesquisa reflete sobre a histórica exclusão, estigmatização e impedimento de acesso da mulher negra em determinados espaços, especialmente na educação. Nesse sentido, o interesse pelo estudo surge das reflexões acerca das problemáticas enfrentadas por essas mulheres. Partindo de um contexto em que os homens sempre tiveram privilégios em relação às mulheres, especialmente no âmbito escolar, observa-se que a visão social tradicional atribui às mulheres o papel de realizar tarefas domésticas, cuidar da casa e da família. Este estudo busca contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, sem discriminação de gênero e raça. É fundamental que as mulheres negras sejam reconhecidas como capazes, resistentes e merecedoras de ocupar espaços de destaque na sociedade. Para isso, utilizaremos uma abordagem metodológica qualitativa, com pesquisa bibliográfica.

Como referencial teórico buscou-se as contribuições de Duarte e Dias (2016) sobre os preconceitos que a mulher sofre. Para os autores, a mulher negra no Brasil enfrenta dois tipos de discriminação: a de gênero e a racial. No contexto da educação

---

<sup>156</sup> Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada em Sociologia e bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

brasileira, sempre houve uma grande desigualdade de acesso relacionada às questões de gênero e raça. Diante do exposto, compreende-se que a mulher negra na sociedade sempre foi inferiorizada e submetida a processos de desigualdade de gênero e classe. Essas situações não são exclusivas do Brasil, sendo comuns em diferentes partes do mundo (Crenshaw, 2002). A ausência de políticas públicas que incluam a mulher negra na educação formal impacta diretamente sua vida, gerando sentimentos de exclusão e, muitas vezes, levando-a a duvidar do próprio potencial.

Assim, torna-se imprescindível discutir as políticas públicas de acesso as mulheres negras na educação e os direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres, uma vez que muitas vezes a sociedade não reconhece o direito dessas mulheres em ocupar posições de poder. por fim, os resultados das literaturas encontradas estão sendo essenciais para contribuir aos debates da temática em discussão.

**Palavras-chave:** Inserção; Mulheres negras; Educação superior; Brasil.

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis; DIAS, Luciana de Oliveira. A mulher negra no Brasil: interseccionalidade entre gênero e raça. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 1, p. 1-16, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **cadernos pagu**, n. 6/7, p. 67-82, 1996.

# **EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES NEGRAS UM DESAFIO COTIDIANO**

**Coordenação:**

**Regina Celia de Castro Gomes**

**Lígia Marcelino Krelling**

**Rosângela Maria Baiardi de Deus**

## PRÓLOGO

Sueli Carneiro, utiliza o conceito de dispositivo de racialidade que opera na sociedade brasileira de tal modo que pela articulação de múltiplos elementos jurídicos, políticos, educacionais, econômicos e ideológicos configura a afirmação do ser das pessoas brancas pela negação do ser das pessoas negras (Carneiro, 2025). Aborda também a questão do Epistemicídio como fruto dessa racialidade, que relega a inferioridade cultural, destruindo todo e qualquer saber não branco, desqualificando, deslegitimando a produção cultural do negro e do indígena e como consequência amputa a capacidade de aprender outros saberes eliminando-os da academia.

Na perspectiva libertadora de Paulo Freire (2023), podemos considerar esse fator como um condicionante histórico, isto é, um aspecto histórico e cultural capaz de constituir modos e olhares na contemporaneidade e que impactam na constituição das relações entre sujeitos e entre sujeitos e instituições, gerando, muitas vezes, processos de exclusão, como, por exemplo, a evasão escolar. Bell hooks (2017) apresenta maneiras novas e libertadoras de se pensar a realidade social, maneiras essas que valorizam o indivíduo e suas experiências de vida, sua cultura e suas subjetividades.

Com o objetivo de identificar estudos sobre o tema e destacar as principais contribuições na abordagem da temática evasão escolar de alunas negras, foi aberta essa sessão temática.

## TRAJETÓRIAS DE ALUNAS NEGRAS E O DISPOSITIVO DE EXPULSÃO NA EVASÃO ESCOLAR

Carla Clauber da Silva<sup>157</sup>

Célia Ratusniak<sup>158</sup>

Caroline de Souza Ferreira<sup>159</sup>

Esta pesquisa tem como objetivo problematizar como se produz a evasão escolar das alunas negras. Está vinculada ao Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trajetórias das Alunas (PETRA/UFPR) que tem convenio com tribunal de justiça do Paraná, sob coordenação da professora Dra. Célia Ratusniak. Esse convenio permite analisar os dados produzidos pelo projeto Combate a Evasão Escolar, desenvolvido em uma comarca do Sul do Paraná. A investigação parte da compreensão de que a evasão não é uma decisão individual, mas efeito de um processo de expulsão (Ratusniak, 2019;2024) que opera de forma interseccional a partir de marcadores sociais da diferença raça, gênero e classe.

A justificativa da pesquisa se apoia nos dados de rendimento e eficiência, que constata que alunas negras tem menos chances de concluírem o Ensino Fundamental e Médio do que as alunas brancas (inserir ref.). O objetivo geral é compreender como a intersecção entre racismo, sexismo e classe produzem trajetórias escolares para as alunas negras marcadas pela descontinuidade, fracasso e, finalmente, evasão.

---

<sup>157</sup> Professora na Prefeitura Municipal de Joinville, com ênfase em Administração Educacional. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Especialista em Formação na técnica de grupo operativo e em Clínica psicopedagógica pelo Centro de Estudos Psicopedagógicos de Curitiba (Cepc). Especialista em Administração e Supervisão Escolar pela Universidade de Nova Iguaçu (Uni). Graduada em Pedagogia pela Associação Catarinense de Ensino (Ace). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Arte na Educação (Nupae).

<sup>158</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (ufpr), do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Especialista pela Universidade do Contestado (Unc) e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Puc/Pr). Graduada em Psicologia pela Associação Catarinense de Ensino (Ace) e em Pedagogia pela Universidade do Contestado. Coordenadora de Políticas Interseccionais para a Equidade de Gênero, Raça e Sexualidade da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (Proafe/UFPR).

<sup>159</sup> Sem informação

A metodologia combina análise qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista quantitativo, será realizada a análise dos dados do Questionário Evasão Escolar, um instrumento usado pelo judiciário que desenvolve o projeto “Combate à Evasão Escolar”, aplicando-se análise estatística descritiva (com uso do software Microsoft Excel), utilizando-se indicadores de rendimento e eficiência: reprovação por nota, reprovação por desistência, distorção idade-ano e evasão. Também será analisado o perfil racial, gênero, situação socioeconômica e familiar das alunas. A interseccionalidade funcionará como um dispositivo teórico-metodológico para mapear as microfísicas de poder que produzem a expulsão de alunas negras ao longo de suas trajetórias escolares. O referencial teórico está ancorado na interseccionalidade (Crenshaw, 2002), no conceito de dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005, 2021, 2023), e na concepção de expulsão social (Sassen, 2016; Ratusniak, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Como principais conclusões, destacamos dois achados teóricos. O primeiro, é que ao realizar o levantamento bibliográfico para conhecer outras pesquisas da temática percebemos uma ausência de trabalhos, o que dificulta a produção do campo teórico que nos ajuda a compreender a evasão das alunas negras. O segundo é que, diferentemente das médias nacionais, na região estudada as alunas negras apresentam taxas de evasão superiores às de meninos negros e meninas brancas, o que sugere que o cruzamento entre racismo e sexismo produz um lugar ainda mais vulnerável para essas estudantes. Por isso, é fundamental pensar políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência das meninas negras na escola, com ações que enfrentem o racismo institucional, valorizem a diversidade e promovam justiça curricular e social.

**Palavras-chave:** Alunas negras. Evasão escolar. Expulsão. Interseccionalidade. Justiça Educacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio Jacinto. **Relação entre evasão escolar, gênero e trabalho:** o lugar da sociologia na compreensão da realidade escolar. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Campina Grande, 2020. Disponível em: <http://d>. Acesso em: 10 mai. 2025.

AMORIM, Natalia Ferreira de; RATUSNIAK, Célia. Estudantes grávidas na educação básica: trajetórias escolares. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Anais da 13ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Curitiba: Ed. UFPR, 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento (MP).

BRITO, Rosemeire dos Santos. **Masculinidades, raça e fracasso escolar**: narrativas de jovens na educação de jovens e adultos em uma escola pública municipal de São Paulo. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, S. (org.) **A educação de meninas negras em tempos de pandemia [livro eletrônico]: o aprofundamento das desigualdades / pesquisa Geledés Instituto da Mulher Negra**. 1. ed. São Paulo: Geledés, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1995.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

PFEIL, Flávia Maria Cavallo. **Abandono escolar compulsório de meninas: trabalho reprodutivo e trabalho doméstico na Modernidade/Colonialidade**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

QUEIROZ, Christina. Economia do cuidado. **Revista FAPESP**, v. 299, 2021.

RATUSNIAK, C. Gênero, raça, evasão e expulsão escolar: por que os alunos e as alunas deixam de frequentar a escola? **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, p. 1-19, 2024.

RATUSNIAK, C. **O dispositivo da Racialidade e a Produção da Evasão e do Abandono Escolar**. Curitiba: 2024.

RATUSNIAK, C. **Processos por abandono intelectual e os efeitos da judicialização da evasão escolar: gênero, raça, classe social e as biopolíticas que produzem o fracasso escolar e as expulsões compulsórias**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RATUSNIAK, C.; CESAR, M. R. A.; DA SILVA, C. C. É possível ser mãe-aluna? Notas sobre a moralização da gravidez/maternidade e as práticas de cuidado que favorecem a permanência nas instituições de ensino. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 169-188, jan./jun. 2021.

RATUSNIAK, C.; DA SILVA, C. C. **A expulsão escondida na evasão escolar: gênero, raça e fracasso escolar**. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 12, n. 1, 2022.

RATUSNIAK, C.; DA SILVA, C. C.; CÉSAR, M. R. A. Mas ela vai voltar? Implicações das decisões judiciais nos processos por abandono intelectual de alunas grávidas e mães. *In*: CUNHA, J. M. **Educação e Interseccionalidades**. 1. ed. Curitiba: Editora do NEAB/UFPR, v. 1, p. 253-266, 2018.

RATUSNIAK, C.; SILVA, C. C. Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola? **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. 1-9, 2023.

RATUSNIAK, CÉLIA; SILVA, Solange da. Da evasão à expulsão: trajetórias escolares das alunas. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Anais da 34ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://educacao.ufpr.br/sepe/anais-sepe-2023/>. Acesso em: 15 set. 2024.

SASSEN, S. **Expulsões – brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução de Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SILVA, Solange da. **A produção da evasão escolar das alunas no ensino fundamental e médio: gênero, raça e a travessia da COVID-19**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

## RACIALIDADE, GÊNERO E EVASÃO ESCOLAR

Cynthia Venâncio de Souza<sup>160</sup>

De acordo com Zamora (2012), na área da educação há notáveis diferenças no acesso à escola entre brancos e negros. Sobretudo as diferenças raciais, são muito marcantes: os negros estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino.

Desse modo a evasão escolar no Brasil, é um problema complexo e multifacetado, que afeta milhões de jovens e tem graves consequências para a educação, o desenvolvimento social e a economia do país.

Neste trabalho iremos abordar o cenário da evasão escolar, com especificidade das mulheres negras, a fim de visualizarmos os parâmetros que este problema social se encontra.

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem quantitativa e utilizando estudos bibliográficos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2024) em 2023, cerca de 9,1 milhões de jovens entre 15 e 29 anos abandonaram a escola sem concluir o ensino básico. Quando fazemos o recorte de gênero e raça os números são ainda mais alarmantes, das nove milhões de pessoas que não completaram o ensino médio, 71,6% eram pretas e pardas. Estudos mostram que as mulheres evadem por motivos relacionados com o cuidado a família.

Conceição e outros (2021) discorrem sobre outro ponto crítico: o racismo científico do século XIX que construiu alguns corpos como os dos negros destituídos do

---

<sup>160</sup> Professora e supervisora de estágios no Grupo Uninter. Discente do Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bolsista modalidade taxa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Especialista em Enfermagem em Geriatria e Gerontologia pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante (Unifaveni). Especialista em Atenção Básica Multiprofissional pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni).

status do 'ser' excluídos da condição de sujeitos sociais, com suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento e participar ativamente do fazer histórico foram negadas. De modo particular, as

mulheres-meninas negras, desumanizadas, foram transformadas no "outro feminino" racializado.

Entendemos que a discussão acerca dos rostos apagados do sistema de ensino escolar, em especial das negras, precisa estar intencionalmente inserida no contexto escolar.

De acordo com Benavente et al. (1994), a evasão escolar "constitui uma situação extrema de desigualdade entre os que vivem curtos percursos escolares, fracassam e abandonam".

Embora exista na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases, n. 9394/1996, a possibilidade de oportunidades educacionais apropriadas e que considerem as características, os interesses e as situações de vida e trabalho dos estudantes, não há motivação nas histórias de vida para elas voltarem à escola.

Este cenário fica explícito quando dados mostram que a EJA no Brasil tem apresentado uma diminuição no número de matrículas de 27% entre 2018 e 2023. (ALMEIDA, 2025)

Predominantemente, o contexto da EJA é formado por alunos/as trabalhadores/as provenientes das classes populares, que desejam alcançar por meio da educação uma vida melhor (Haddad, 2000).

Cunico e Silva (2025) afirmam que quando nos deparamos com narrativas de mulheres negras que, historicamente, enfrentaram significativos obstáculos nos seus caminhos educacionais, as análises destas trajetórias revelam não apenas os desafios enfrentados, mas também a persistência na busca por emancipação através da educação. As dificuldades enfrentadas por essas mulheres estão profundamente enraizadas em um contexto sociocultural que historicamente marginalizou as mulheres negras.

Percebe-se que a realidade educacional brasileira ainda reflete profundas desigualdades estruturais que permeiam nosso cotidiano. Estratégias precisam ser arquitetadas para que a visão de Freire (2014) sobre a educação como um ato de

libertação possa se concretizar. Para garantir o acesso equitativo à educação para todas as mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos historicamente invisibilizados e silenciados, como é o caso de mulheres negras, pois só assim será possível romper com os ciclos de exclusão e promover uma verdadeira transformação social.

**Palavras-chave:** Educação; Evasão; Mulher; Raça;

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tamiris. Menos matrículas, mais desigualdades: os desafios da EJA no Brasil. 2025. Disponível em:

<https://futura.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/menos-matriculas-mais-desigualdades-os-desafios-da-eja-no-brasil8/04/25>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BENAVENTE, Ana.; CAMPICHE, Jean.; SEABRA, Teresa.; SEBASTIÃO, João. **Renunciar à escola:** o abandono escolar no ensino básico. Lisboa: Fim de Século Edições, 1994.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 15 mai. 2025.

CONCEIÇÃO, Cauana Peyrot. MORAES, Marileia Gollo De. SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Rostos apagados no sistema de ensino: trajetórias de evasão na escolarização de jovens negras no município de Jóia/RS. 2021. **Revista Telas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. especial, p. 256-269, out./dez. 2021.

CUNICO, Sabrina Daiana. SILVA, Marcia Cristina da (2025). Trajetórias educacionais de mulheres negras na EJA: um estudo de casos múltiplos. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11472>. Acesso em: 17.mai.2025.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, 2014.

HADDAD, Sérgio. & DI PIERRO, Maria Clara. (2007). Escolarização de jovens e adultos. In Educação como exercício de diversidade. Brasília, DF: UNESCO.

IBGE, Agência de Notícias. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Revista de Psicologia**. v. 24 – n. 3, p. 563-578, set./dez. 2012.

## **EVASÃO DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR UM DESAFIO COTIDIANO**

Ruth Nunes da Silva<sup>161</sup>  
Cintia de Souza Batista Torquato<sup>162</sup>

Este estudo analisa a evasão escolar das mulheres negras no ensino superior, destacando suas interseccionalidades de raça, gênero e classe como fatores que perpetuam desigualdades educacionais. O tema é relevante porque traz para o debate a reflexão sobre a opressão histórica enfrentada pela população negra marginalizada, pelo sistema estrutural e institucional e os desafios de acesso e permanência das mulheres negras na educação formal. O problema central reside na exclusão sistêmica, agravada por preconceitos raciais e socioeconômicos que dificultam a continuidade dos estudos. Com isso questiona-se por que as mulheres negras abandonam os cursos tanto no ensino médio como nos cursos de graduação? Como objetivo pretende-se explicitar o conceito de dispositivo de racialidade como ferramenta teórica para desvendar os mecanismos de exclusão racial e de gênero que impactam a trajetória educacional de mulheres negras. Identificar os fatores interseccionais diante do racismo, sexismo, vulnerabilidade socioeconômica que contribuem para a evasão escolar de mulheres negras destacando suas especificidades históricas e culturais. Busca-se mostrar que a evasão escolar de mulheres negras resulta do racismo, sexismo e pobreza, agravados por contextos históricos, e como a ausência de políticas públicas específicas e sua efetiva implementação e consciência reforça exclusão e as desigualdades. No confronto da evasão escolar das mulheres negras com a reprodução de desigualdades sociais, destaca-se a falta de políticas públicas institucionais que reforçam a marginalização desse grupo.

---

<sup>161</sup> Mestranda em CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Instituto Federal do Paraná- Campus-Paranaguá. Integrante do NEABI Integrante do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (NEBRACI/PPGTE) da UTFPR.

<sup>162</sup> Doutora em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Professora da UTFPR.

A metodologia consiste em uma abordagem teórica a partir de obras de: Sueli Carneiro (2023) com destaque no conceito de dispositivo de racialidade, Lélia Gonzalez (2020) a partir de suas discussões sobre raça, trabalho e relações raciais, Abdias Nascimento (1978) com suas análises sobre democracia racial, estrutura educacional e suas limitações. bell hooks (1995) participa da análise na medida que dá enfoque no processo de embranquecimento da população negra por um sistema colonial de educação e Grada Kilomba (2019) com o destaque de que a marginalização provoca uma visão distinta através da qual a realidade é percebida, pois a capacidade de sobrevivência depende desse conhecimento. Como procedimento metodológico foram coletados dados de ingresso de mulheres negras em cursos de ensino superior de uma instituição pública, a análise desses dados aponta para um padrão estrutural de exclusão, refletido na baixa representatividade desse grupo no ensino superior e nos desafios impostos pelo racismo institucional. Pretende-se com esse trabalho propor reflexões críticas sobre estratégias de enfrentamento baseadas no dispositivo de racialidade, visando à promoção de ambientes educacionais antirracistas e inclusivos.

Os resultados demonstram que a ausência de políticas públicas eficazes reforça a marginalização desse grupo, evidenciando como a educação ainda opera sob um dispositivo de racialidade que exclui e deslegitima o saber das mulheres negras.

A conclusão enfatiza a necessidade de ambientes educacionais antirracistas e inclusivos, reafirmando a importância de compreender a evasão escolar como um reflexo das desigualdades sociais. O estudo contribui para o debate acadêmico ao propor alternativas para a inclusão das mulheres negras na educação, promovendo uma reflexão crítica sobre os mecanismos de opressão e epistemicídio que impactam diretamente suas trajetórias acadêmicas.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Evasão Escolar; Epistemicídio.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro - RJ. Editora, Zahar. 2023. pp

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo Afro-latino-Americano**. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. 2020. Rio de Janeiro. Editora: Zahar. 2020.

HOOKS. B. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, ano 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro. Editora Cobogó. 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

# **SAMBAS, CARNAVAIS E OUTROS BATUQUES DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA**

**Coordenação:**  
**Juliana dos Santos Barbosa**  
**Ana Lúcia da Silva**  
**Caroline Glodes Blum**

## PRÓLOGO

Aqui reunimos pesquisas que versem sobre expressões culturais de matriz africana, como as variadas vertentes do samba, as diversas expressões carnavalescas, a capoeira, jongo, as religiões de matriz africana e afro-brasileira, e outros “batuques”. Partimos do pressuposto que, nos embates assimétricos que marcaram a diáspora africana em terras brasileiras, o povo negro mobilizou estrategicamente a cultura como forma de driblar tentativas de apagamento do passado e rememorar práticas ancestrais no presente.

Neste sentido, nossa Sessão Temática busca colocar em diálogo pesquisas que abordem como a cultura atua na elaboração de identidades, na construção de memórias e nas práticas de sociabilidade, constituindo um contraponto às práticas de violência - literais e simbólicas - vividas pelo povo negro no Brasil. Com base nas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, sob a ótica das pedagogias da cultura, pretendemos debater também o potencial dessas expressões na Educação antirracista e nos processos de letramento racial, de combate ao racismo, ao machismo e ao epistemicídio (Carneiro, 2023).

## HISTÓRIA POLÍTICA, BIOGRAFIAS NEGRAS, ESCREVIVÊNCIAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS E OS NEGROS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Ana Lúcia da Silva<sup>163</sup>

Com base nos aportes teóricos da Nova História Política e das epistemologias do sul global, principalmente das epistemologias negras, objetiva-se (re)visitar a História do Brasil Império, ao analisar as escrituras da escritora negra e abolicionista Maria Firmina dos Reis em *Cantos à beira-mar* (1871), especificamente os poemas dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), dando visibilidade aos negros.

Assim, visa-se o estudo da História do Brasil e da História regional, ao expor a participação de negros da Província do Paraná nesse conflito bélico ao apresentar a análise de documentos do Arquivo Público do Paraná. Propõe-se empretecer os estudos da História Política brasileira e paranaense, ao apresentar resultados parciais da tese de Doutorado em História: *A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrituras de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política*, linha de pesquisa: “História Política”, defendida em 2023, pelo Programa de Pós-graduação em História (PPH), da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Os referenciais teórico-metodológicos que fundamentaram essa análise foram os estudos de biografia, da opinião pública, da literatura negra e do conceito de escrituras de Conceição Evaristo, estabelecendo o diálogo com a historiografia e as epistemologias negras.

---

<sup>163</sup> Professora Adjunta efetiva da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), campus de Alfenas, Minas Gerais. Doutora em História, linha de pesquisa "História Política", pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM). Doutora em Educação, linha de pesquisa "Ensino, aprendizagem e formação de professores", pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Idealizadora e coordenadora do projeto de extensão “Consciência negra o ano todo, de janeiro a janeiro – 2ª Edição 2025”, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Alfenas (Proec/Unifal-MG).

Além disso, destacar como biografias negras podem ser ensinadas por meio de sambas e batuques, práticas pedagógicas para a Educação antirracista do projeto de extensão: “Consciência negra o ano todo de janeiro a janeiro - 2ª Edição 2025”, registrado no CAEX-PREAE 7882, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC-UNIFAL-MG). Nas oficinas são apresentadas biografias negras no ensino de História do Brasil com contação de histórias, audiovisuais, músicas como sambas, canto e dança, e atividades lúdicas, tais como jogos de perguntas e respostas, e o bingo antirracista, para estudantes da Educação Básica, especificamente do Ensino Fundamental II: 6º aos 9º anos, de uma das escolas da rede pública estadual de Alfenas - MG.

Enfim, considerando as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, a Nova História Política e as epistemologias negras, os estudos da História do Brasil Imperial e do Paraná provincial nos permitiram repensar a História negra no contexto da diáspora africana, desconstruindo a narrativas coloniais e tradicionais como de um Paraná branco no sul do país, e ressaltando o protagonismo negro na luta pela liberdade.

E mais, depreende-se que é possível a difusão dos resultados da tese de Doutorado em História: *A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política*, por meio do projeto de extensão “Consciência negra o ano todo de janeiro a janeiro - 2ª Edição 2025” (PROEC/UNIFAL-MG), ao serem realizadas oficinas de biografias negras. Com esse projeto de extensão atende-se mais de 200 crianças/adolescentes por mês, uma ação pedagógica que se constitui em compromisso político com a luta antirracista, o combate ao racismo estrutural e cotidiano, e ao epistemicídio, em prol da Educação antirracista, feminista e em Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Lei n. 10.639/2003. História Política. Maria Firmina dos Reis. Guerra do Paraguai. História do Paraná.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como funcionamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

PRIORI, Angelo. SILVA, Ana Lúcia da. BOLONHEZI, Camila Samira de Simoni (orgs.). **Ensino de História, diversidade e Educação antirracista**. Curitiba: Editora Brazil Publishing, 2020.

RIOS, Flávia. Lima, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

SILVA, Ana Lúcia da. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrituras de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023. 268 f.

SILVA, Ana Lúcia da. **Ensino de História da África e cultura afro-brasileira: Estudos Culturais e sambas-enredo**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

## **PROJETO DE EXTENSÃO “CONSCIÊNCIA NEGRA O ANO TODO, DE JANEIRO A JANEIRO - 2ª EDIÇÃO”: BIOGRAFIAS NEGRAS, AUDIOVISUAIS E SAMBAS**

Ana Lucia da Silva<sup>164</sup>  
Rafaela Neves Meireles<sup>165</sup>

As políticas públicas de ações afirmativas educacionais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, tornaram obrigatório o estudo da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena, e a Educação para as relações étnico-raciais (ERER) nas instituições de ensino de nosso país, e incluíram a data “20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2005) abriram caminhos para a Educação antirracista. Tudo isso são conquistas históricas dos movimentos sociais como negro e indígena.

Com base nas epistemologias do sul global, principalmente das epistemologias negras, objetiva-se fazer o relato de experiência das oficinas do projeto de extensão “Consciência negra o ano todo, de janeiro a janeiro - 2ª Edição 2025” - CAEX-PREAE 7882, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC/UNIFAL-MG).

Esse projeto de extensão foi idealizado e escrito com base nas pesquisas realizadas pela professora Ana Lúcia da Silva, docente da área de “Educação e relações étnico-raciais” na UNIFAL-MG campus de Alfenas, Doutora em História (2023), linha de pesquisa “História Política”, pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPH), e

---

<sup>164</sup> Professora Adjunta efetiva da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - MG, campus de Alfenas - MG. Doutora em História (2023), linha de pesquisa: "História Política", pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPH/UEM). Doutora em Educação (2018), linha de pesquisa: "Ensino, aprendizagem e formação de professores", pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM). Idealizadora e Coordenadora do projeto de extensão “Consciência negra o ano todo, de janeiro a janeiro - 2ª Edição 2025” (PROEC/UNIFAL-MG).

<sup>165</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas (MG), bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Tem formação em História (2020) pela mesma universidade e formação em Pedagogia pelo Instituto Federal de Tecnologia Do Sul de Minas Gerais (2024).

Doutora em Educação (2018), linha de pesquisa “Ensino, aprendizagem e formação de professores”, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), ambos da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O trabalho didático-pedagógico desenvolvido instiga (re)pensar a História do Brasil a partir de biografias negras como de Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Chiquinha Gonzaga, entre outros(as) abolicionistas negros e ativistas que seguem na luta antirracista, visando combater o racismo e o epistemicídio (Carneiro, 2023), a fim de descolonizar os currículos na Educação Básica e no Ensino Superior.

O projeto de extensão conta com a participação de estudantes de graduação-licenciatura e da pós-graduação mestrado acadêmico em Educação (PPGE/UNIFAL-MG), constituindo uma equipe de professores (as) de diversas áreas nas oficinas: Educação, Pedagogia, História, Artes e Psicologia; propiciando a formação docente inicial e continuada.

Nas oficinas com estudantes da Educação Básica, especificamente do Ensino Fundamental II: 6º aos 9º anos de uma das escolas públicas da rede estadual de Alfenas-MG, a metodologia utilizada foi e é afrocentrada, abordando a História do Brasil por meio de biografias negras, contação de histórias, audiovisuais, músicas como marchinha de carnaval, sambas-enredo, sambas e batuques, canto e dança, e atividades lúdicas como jogos de perguntas e respostas, e o bingo antirracista.

Resultados: o ensino de História na perspectiva da Educação antirracista propicia o questionamento do paradigma ocidental, tradicional, eurocêntrico e patriarcal, e das narrativas coloniais. Assim, segue-se construindo caminhos didático-pedagógicos para a descolonização dos currículos tanto no Ensino Superior como na Educação Básica, combatendo-se múltiplas opressões como o racismo estrutural e cotidiano, o epistemicídio, o machismo, o classismo, o bullying, o cyberbullying, entre outras práticas de discriminações.

Em 2025, por mês, na universidade, a equipe pedagógica do projeto de extensão atende mais de 200 crianças/adolescentes, tendo como compromisso político a formação humana na perspectiva da Educação antirracista, feminista e em Direitos Humanos, na democracia.

**Palavras-chave:** Lei nº 10.639/2003. Projeto de extensão. Consciência negra. Biografias negras. Educação antirracista.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como funcionamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

PRIORI, Angelo. SILVA, Ana Lúcia da. BOLONHEZI, Camila Samira de Simoni (orgs.). **Ensino de História, diversidade e Educação antirracista.** Curitiba: Editora Brazil Publishing, 2020.

RIOS, Flávia. Lima, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

SILVA, Ana Lúcia da. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023. 268 f.

SILVA, Ana Lúcia da. **Ensino de História da África e cultura afro-brasileira:** Estudos Culturais e sambas-enredo. Curitiba: Editora Appris, 2019.

## **PORQUE ORIXÁS, INQUICES, VODUNS E ENCANTADOS VÃO PARA A AVENIDA?**

Claudia Alexandre<sup>166</sup>

Este resumo tem como objetivo abordar um tema importante para a compreensão das dinâmicas e transformações na percepção da relação escolas de samba e religiosidades afro-brasileiras. A constituição das escolas de samba como expressões culturais elaboradas no início do século XX por sambistas do Rio de Janeiro, com contribuições de negros que chegaram à capital vindos da Bahia, está diretamente ligada ao processo político de inserção da população negra naquela sociedade (Ferreira, 2004). Foi a partir da criatividade destes grupos, que mantiveram relação de poder e sociabilidade com os terreiros de candomblés, umbandas e macumbas, que observamos a possibilidade da invenção da maior festa popular brasileira, que se tornou sinônimo de identidade nacional.

Por meio de um levantamento comparativo entre o carnaval de 2022, pós-pandemia e o carnaval 2025, quando essa relação escola de samba e religiosidades afro-brasileiras ganhou o debate público, que avaliamos a historiografia destas expressões culturais, verificando que samba e religião sempre estiveram conexos. O percurso destas manifestações do samba até os dias de hoje é marcado por momentos muito importantes, para as relações étnico-raciais no Brasil, a partir da abolição da escravidão, aclamada no Paço Imperial do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888.

---

<sup>166</sup> Pós-doutoranda em Antropologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Doutora e mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Especialista em Administração e Organização de Eventos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (Senac-SP) (2004). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário FIAM-FAAM (1987). Autora de obras dedicadas às religiões afro-brasileiras, com ênfase na atuação de mulheres negras nas tradições religiosas e culturais, como o samba e o candomblé. Prêmio Jabuti Acadêmico 2024 na categoria Ciências da Religião e Teologia. Desenvolve pesquisas sobre religiosidades afro-brasileiras e indígenas, ancestralidade, raça e gênero. Integrante do CERNe – Centro de Estudos de Religiosidades Contemporâneas e das Culturas Negras (USP) e Coletivo Acadêmicas dos Sambas.

A história das escolas de samba é marcada pela perseguição, criminalização aos batuques (samba e macumbas); pelo período de fundação das escolas de samba protegidas por pais e mães de santo e pelas transformações ocorridas após a regularização dos desfiles, espalhando o modelo para outras capitais do país, principalmente São Paulo, tornando-se um produto da indústria do espetáculo (Alexandre, 2021). As escolas de samba surgiram por meio de redes de sociabilidades, cumplicidades e de manutenção da ancestralidade protegidas pelos terreiros, como é o caso de Estação Primeira de Mangueira; Império Serrano, Portela e Salgueiro entre outros. Esses laços resistem e se mantêm em uma dimensão espiritual por meio do conjunto simbólico, estético e de regras e ritos, que estão na estrutura de fundamentos (pavilhão, mestre-sala e porta-bandeira, bateria, ala das baianas.). Nas escolas, que também são consideradas terreiros sagrados, as divindades afro-brasileiras são transformadas em protetores da comunidade; as baterias tocam para os deuses africanos; as baianas giram em memória das antigas tias e ialorixás; o mestre-sala e a porta-bandeira, representam os princípios ancestrais da vida, o masculino e o feminino; e os pavilhões mantêm as cores vivas relacionadas ao axé (força vital) de cada orixá celebrado, independente do tema abordado pelo desfile.

É essa perspectiva ancestral, por muitas vezes negligenciada, pelos meios de comunicação e pela indústria de consumo que tem saltado na pauta de discussão sobre a presença cada vez mais forte de temas ligados a religiosidade na avenida, principalmente quando orixás, inquices, voduns e encantados são exaltados como enredo em pleno carnaval. É possível demonstrar que a centralidade do orixá Exu, um dos mais ambíguos e demonizados do panteão afro-brasileiro, em enredos de carnaval, desde 2022, surge como uma proposta política, de resistência, identidade na questão do racismo religioso. Exu, o deus mensageiro, cumpre a função de amplificar vozes da comunidade, mas no sistema de crença afro-brasileira é aquele que atua no caos, que traz a ordem na desordem. Assim como em um refrão de samba-enredo é Exu que anuncia que os orixás e divindades não vão para a avenida como intrusos da festa, mas sim como os donos dela.

**Palavras-chave:** Escolas de samba e religiosidades afro-brasileiras. Exu. Racismo religioso.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Claudia R. **Orixás no Terreiro Sagrado do Samba** – Exu e Ogum no Candomblé da Vai-Vai. RJ: Editora Fundamentos de Axé/Aruanda, 2021.

CABRAL, Sérgio. **As escolas de samba do Rio de Janeiro**. RJ: Lumiar, 1996.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

## **CARNAVAL, CULTURA MATERIAL E RESISTÊNCIA: ACERVO MAÉ DA CUÍCA NO MUSEU PARANAENSE**

Mirian Rose Cardoso<sup>167</sup>

Este trabalho tem como objetivo estabelecer uma aproximação com a coleção Maé da Cuíca, integrante do acervo do Museu Paranaense (Mupa), com o intuito de investigá-la sob a ótica da cultura material. A partir dessa perspectiva, propõe-se compreender as relações entre os objetos que compõem o acervo e os processos de resistência das manifestações culturais populares de origem afro-brasileira em Curitiba, com foco no carnaval das escolas de samba.

O acervo Maé da Cuíca é composto por mais de 600 itens ligados ao universo do samba e do carnaval curitibano. Esses objetos pertenceram a Ismael Cordeiro da Silva (1927–2012), conhecido como Mestre Maé da Cuíca, figura central na história do carnaval de Curitiba. Mestre Maé foi fundador da primeira escola de samba da cidade, a Colorado, em meados da década de 1940. Ao longo de sua vida, reuniu e preservou instrumentos musicais, indumentárias, fotografias, recortes de jornal, troféus e outros itens. Dessa forma, constituiu uma coleção particular que, desde 2016, está sob a guarda do Mupa.

Essa coleção representa uma memória material rara e significativa da cultura afro-curitibana. A análise do acervo permite acessar um universo simbólico que desafia a narrativa que se constituiu sobre a formação do Paraná e de sua capital. Essa narrativa tende a exaltar heranças europeias e a invisibilizar a presença negra, apagamento que se reflete na negação e desvalorização de manifestações culturais como o samba e o carnaval (Carvalho, 2016). Tal desmerecimento também resulta em uma escassez de registros relativos ao carnaval ao longo dos anos. Porém, o período em que o carnaval na

---

<sup>167</sup> Discente do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Integrante do grupo de pesquisa Design e Cultura (UTFPR). Bacharela em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atuou como bolsista do Programa de Educação Tutorial em Políticas Públicas (PETPP/UTFPR), vinculada à linha de Educação e Cultura.

cidade consistia em bailes frequentados pelas elites e desfiles de carros enfeitados nas ruas, os corsos, nos quais as camadas populares eram apenas espectadores, encontra-se registrado conforme permitiam os recursos da época. Quando o “popular” passou a protagonizar a festa, ou seja, a partir do surgimento da Colorado, dá-se a ausência de registros (Baptista, 2018) .

A pesquisa parte da premissa de que os objetos não são apenas testemunhos do passado, mas atuam ativamente na construção de significados sociais, históricos e culturais, sendo capazes de moldar as pessoas à medida em que são por elas moldados (Miller, 2013).

Nesse sentido, o acervo Maé da Cuíca constitui um testemunho vivo da presença negra em Curitiba, de suas práticas culturais e de resistência. Ele atua como um arquivo contra-hegemônico que permite o contato não apenas com uma história muitas vezes negada ou negligenciada. Por meio de sua materialidade, ele permite conhecer aspectos das vidas, experiências e identidades das pessoas que o produziram e vivenciaram.

**Palavras-chave:** Carnaval. Cultura Material. Cultura Afro-brasileira Museu.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Selma. **O novo carnaval de Curitiba**. 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/6118563/O\\_novo\\_carnaval\\_de\\_Curitiba](https://www.academia.edu/6118563/O_novo_carnaval_de_Curitiba). Acesso em: 15 mai. 2025.

CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. **O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

## **PEDAGOGIA DO SAMBA: CORPOS, VOZES E TAMBORES COMO SABERES NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA**

Tais Regina da Silva<sup>168</sup>

Jeocelaynne Cristilla de Oliveira Costa<sup>169</sup>

A educação escolar quilombola configura-se como espaço de resistência e construção de saberes ancorados nas memórias e experiências afro-brasileiras. Neste contexto, o samba-enredo ultrapassa o campo do entretenimento para se tornar uma linguagem pedagógica potente. Ao ser incorporado ao currículo, contribui para a valorização da identidade negra e para a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), conforme previsto na Lei 10.639/03 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

A partir disso, a questão que norteia o trabalho é: como o samba-enredo, enquanto manifestação cultural afro-brasileira, pode ser incorporado como recurso pedagógico na educação escolar quilombola na modalidade EJA, de modo a fortalecer a identidade dos estudantes, promover a interdisciplinaridade e contribuir para a implementação da ERER?

Com abordagem interdisciplinar na modalidade EJA da educação escolar quilombola na comunidade remanescente Beco do caminho Curto (certificada em 2019), o projeto Pedagogia do Samba: Vozes e tambores como saberes da Educação quilombola articula as áreas de Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza. A metodologia fundamenta-se na valorização dos saberes locais e na escuta

---

<sup>168</sup> Professora orientadora da Educação de Jovens e Adultos (Eja), modalidade Educação quilombola. Discente do mestrado no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Discente da Licenciatura Quilombola pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Especialista em Psicopedagogia institucional, clínica e Educação infantil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni). Especialista em Ludopedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Grupo Uniasselvi. Bolsista do Programa de Formação Continuada para Professores da Educação Básica (Parfor Equidade).

<sup>169</sup> Pedagoga, Participa da Escola das meninas quilombolas. Tem Licenciatura Quilombola Univille. Parfor equidade.

das vivências dos estudantes. O processo inclui atividades como visitas ao Kênia Clube, (localizada na cidade de Joinville /Santa Catarina , o primeiro clube negro e resistência da cidade reconhecido em 2022 como patrimônio histórico imaterial da cidade) , análise do samba enredo através de vídeos e músicas , confecção de fantasias e elaboração de alegorias , conforme o que propõe Hooks (2013) sobre uma educação libertadora e situada na experiência.

Esse resumo tem como referencial teórico Bell Hooks, kabenguele Munanga, Nilma Lino Gomes para inter-relacionar as práticas pedagógicas com a cultura afro brasileira e EREER nas práticas do EJA.

Os resultados mostram que o samba-enredo proporcionou aos estudantes sentimento de pertencimento, protagonismo e reconhecimento identitário. Os alunos participaram ativamente e demonstraram entusiasmo ao verem suas culturas representadas. Em Linguagens, desenvolveram leitura crítica das letras; em Matemática, aplicaram medidas e proporções; em Ciências Humanas, estudaram a história do carnaval e da resistência negra; e em Ciências da Natureza, refletiram sobre sustentabilidade (Munanga, 2003; Gomes, 2005).

Conclui-se que o uso do samba-enredo como ferramenta pedagógica fortalece a identidade quilombola e possibilita uma educação antirracista e decolonial, ao integrar cultura e saberes ancestrais ao contexto escolar. A experiência evidencia que a escola pode ser um espaço transformador quando reconhece os territórios de pertencimento dos estudantes como fontes de conhecimento legítima.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Quilombola. Samba-Enredo. Relações Étnico-Raciais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Brasília: MEC/SECADI, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra: entre o silêncio e a fala da diferença.** 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2003.

## 1ª RODA DE CONVERSA DE PESQUISADORES DE SAMBA E DE CARNAVAL DE CURITIBA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vitória da Silva Smarci<sup>170</sup>  
Juliana dos Santos Barbosa<sup>171</sup>

Este trabalho é um relato de experiência da 1ª Roda de Conversa de Pesquisadores de Samba e de Carnaval em Curitiba. O encontro inédito foi realizado em abril de 2025, no âmbito do projeto de pesquisa sobre o samba paranaense, desenvolvido no Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (Decom/UFPR), coordenado pela professora Juliana Barbosa, com as participações dos bolsistas do curso de jornalismo Vitória Smarci e Manoel Salvador.

A ideia surgiu a partir do estudo do estado da arte das investigações científicas sobre o tema. Foram consultados o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o site SciElo, além do acervo digital do Bloco de Samba Boca Negra, agremiação curitibana que pesquisa o samba local. Foram localizados mais de 15 trabalhos acadêmicos, entre artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso (de graduação e especialização), dissertações de mestrado, trabalho de pós-doutorado e livros. Além dos trabalhos acadêmicos, o levantamento identificou também pesquisadores populares e iniciativas midiáticas (documentários, podcasts, entrevistas, redes sociais e fontes afins). Atualmente, a pesquisa busca identificar outros elementos da cultura do samba curitibano, como grupos e artistas,

---

<sup>170</sup> Discente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do projeto de pesquisa Samba do Compositor Paranaense: memória e identidade nas práticas comunicativas e nos processos criativos do coletivo cultural. Bolsista do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social – Pesquisa e Extensão (PIBIS) da Fundação Araucária.

<sup>171</sup> Docente do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Comunicação Organizacional pela Universidade Estadual de Londrina. Bacharela em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina.

blocos carnavalescos, escolas de samba, redutos e projetos. Até maio de 2025, temos mais 80 elementos catalogados.

Esses resultados nos motivaram a pensar um encontro presencial, com o objetivo de promover conexões e pensar ações coletivas, a partir de diferentes perspectivas sobre o samba e o carnaval, como expressões culturais, políticas e identitárias. Desta forma, fizemos o convite dirigido a 25 pessoas e, no dia 16 de abril foi realizada a roda de conversa com 13 convidados externos, além dos integrantes do projeto de pesquisa. O encontro aconteceu na sala de conselhos do Setor de Artes, Comunicação e Design, localizado no campus Juvevê.

Durante o encontro, foram apresentados relatos e estudos sobre o samba em diversos contextos sociais e geográficos. Nesse espaço de trocas, cada participante compartilhou suas vivências e pesquisas. A pesquisadora Selma Baptista, professora aposentada do Departamento de Antropologia da UFPR e pioneira nos estudos sobre as escolas de samba de Curitiba, falou de sua trajetória e das pesquisas de mestrado de suas orientandas, Vanessa Viacava e Caroline Blum. A componente da Roda de Samba Maria Navalha, professora Maiara Barros, falou sobre a pesquisa e difusão do trabalho de mulheres compositoras de samba. A pesquisadora da Faculdade de Artes do Paraná (FAP/Unespar), Andreia Veber, apresentou sua pesquisa sobre o samba chileno e sua atuação no movimento do samba no Chile.

Participaram estudantes de comunicação envolvidos com a cena carnavalesca de Curitiba, atuantes de blocos carnavalescos, escolas de samba e grupos de samba interessados em colaborar. Alexandre Vieira, fundador do coletivo de comunicação Gruta Carnaval, compartilhou sua experiência na cobertura de eventos, enquanto Ricardo Pazello, professor do curso de Direito da UFPR, falou de sua participação no bloco Boca Negra e da criação da disciplina optativa "Imaginário Jurídico do Samba".

A troca de saberes entre acadêmicos e agentes culturais populares fortaleceu a proposta de documentar e preservar essas memórias por meio de ações conjuntas. Entre as propostas surgidas estão a realização de um encontro acadêmico no segundo semestre de 2025 e a construção de uma rede que reúna iniciativas acadêmicas e populares.

**Palavras chave:** Samba Carnaval. Pesquisa. Curitiba. Encontro.

## REFERÊNCIAS

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini. Estado da arte: aparando arestas na compreensão dessa modalidade de pesquisa. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 29, e23034, 2023.

BAPTISTA, Selma. **O carnaval curitibano**: notas introdutórias ao seu estudo. Performance, mediações e políticas culturais. Curitiba. Sem data. Disponível em: [https://www.academia.edu/18882145/Carnaval\\_curitibano\\_Notas\\_introdu%C3%B7%C3%A3o\\_ao\\_seu\\_estudo\\_Performance\\_media%C3%A7%C3%B5es\\_e\\_pol%C3%ADticas\\_culturais](https://www.academia.edu/18882145/Carnaval_curitibano_Notas_introdu%C3%B7%C3%A3o_ao_seu_estudo_Performance_media%C3%A7%C3%B5es_e_pol%C3%ADticas_culturais). Acesso em: 11 jun. 2025.

BLUM, Caroline Glodes. **Carnaval curitibano**: o "lugar" de uma festa popular na cidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Curitiba, 2013.

# **CORPO, VOZ E CIÊNCIA: A PRESENÇA NEGRA FEMININA NA ACADEMIA**

**Coordenação:  
Ivone da Costa Rosa  
Jainy da Costa Rosa**

## PRÓLOGO

A presença de mulheres negras na academia é marcada por resistências, rupturas e construções de saberes que desafiam as estruturas historicamente excludentes das instituições de ensino superior. Em “Corpo, Voz e Ciência: A Presença Negra Feminina na Academia”, propõe-se refletir sobre como os corpos e vozes de mulheres negras, frequentemente silenciados, emergem como potentes ferramentas de transformação no campo científico e acadêmico.

A partir de autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Patricia Hill Collins, compreende-se que a experiência acadêmica dessas mulheres não se limita à inserção institucional, mas à reconfiguração dos próprios modos de produzir conhecimento. Os saberes produzidos por mulheres negras partem de lugares plurais — da ancestralidade, da vivência periférica, do cuidado coletivo, das lutas por justiça social — e questionam as bases eurocentradas e androcêntricas da ciência. Assim, o corpo negro feminino, historicamente objetificado e marginalizado, torna-se sujeito ativo do conhecimento, reivindicando um lugar legítimo na produção científica.

As trajetórias dessas intelectuais revelam o quanto a ciência pode ser reinventada quando incorpora perspectivas interseccionais, afetivas e comprometidas com a transformação social. Essa presença não é apenas ocupação de espaço, mas também subversão de paradigmas. Ao ecoar suas vozes, mulheres negras constroem novas epistemologias e abrem caminhos para que outras possam existir, resistir e florescer na universidade.

## **CORPO NEGRO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PERSPECTIVA ACADÊMICA SITUADA**

Ane Carolina Santos Nascimento<sup>172</sup>

A presença de mulheres negras na academia configura-se como prática de resistência ao epistemicídio (Carneiro, 2005). Este resumo compartilha a experiência de uma pesquisadora negra, servidora pública e mestranda em Planejamento e Governança Pública, cujo trabalho investiga a formulação e avaliação de políticas públicas a partir de uma perspectiva situada. A pesquisa parte da compreensão de que o corpo negro tensiona o espaço acadêmico, deslocando as formas hegemônicas de produção do saber, e que essa experiência encarnada influencia diretamente as escolhas metodológicas, teóricas e políticas envolvidas na construção do conhecimento.

A investigação é guiada por uma abordagem qualitativa, ancorada na autoetnografia e nos estudos de análise institucional. A autoetnografia é compreendida como um método que entrelaça experiências individuais a contextos coletivos, sociopolíticos e históricos (Ellis et al., 2011), reconhecendo a trajetória da autora como parte ativa do processo investigativo. O corpo negro torna-se, assim, um lugar legítimo de produção científica, e a metodologia proposta articula vivência, prática profissional e reflexão crítica, na direção de uma ciência situada (Haraway, 1988) e comprometida com a transformação social.

O referencial teórico é composto por autoras e autores que reconhecem o atravessamento racial como elemento estruturante da produção acadêmica. A crítica ao epistemicídio (Carneiro, 2005), os saberes afrocentrados e as epistemologias insurgentes (hooks, 1994; Gonzalez, 2020; Dias, 2020) sustentam a análise das políticas públicas e orientam a construção de uma epistemologia do engajamento. O trabalho reconhece que a produção de mulheres negras, ainda que trate de temas variados,

---

<sup>172</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pesquisadora bolsista da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAADCT). Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

carrega consigo uma implicação ética e política que desafia os cânones da ciência eurocentrada.

A análise revela as tensões enfrentadas por pesquisadoras negras em ambientes institucionais e acadêmicos marcados pela normatividade branca e masculina. Contudo, também evidencia fissuras e potencialidades ao identificar novas formas de compreender os problemas sociais e de propor soluções mais justas, equitativas e culturalmente relevantes para a população negra. O uso de referenciais afrocentrados e a análise da posição social da mulher negra a partir de sua própria trajetória permitem identificar caminhos para uma atuação política e científica engajada. A intersecção entre raça, gênero e institucionalidade oferece uma chave analítica potente para a elaboração e avaliação de políticas públicas mais justas e representativas.

A pesquisa conclui que a produção científica de mulheres negras é, em si, uma resposta ao apagamento histórico e epistêmico. Produzir conhecimento, nessa perspectiva, é também afirmar a legitimidade de corpos negros na formulação de sentidos, memórias e futuros. O reconhecimento dessas vozes é essencial para a construção de uma academia plural, democrática e comprometida com a justiça social. (hooks, 2017).

**Palavras-chave:** Corpo negro. Políticas públicas. Autoetnografia. Epistemicídio. Ciência situada.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005.

DIAS, Luciana de Oliveira. **Orí e cabaça são femininas:** mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. 2020.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: An overview. **Forum Qualitative Sozialforschung**, v. 12, n. 1, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In:* GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras.** São Paulo: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

# **MODA E FEMINISMOS NEGROS**

**Coordenação:  
Greg Malaquias**

## PRÓLOGO

A partir das perspectivas de feminismos negros, nosso grupo de trabalho busca estudos e pesquisas corporificadas e situadas entre raça, etnia, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, geração no campo da Moda e Antropologia considerando a importância de reflexões interseccionais que impulsionem tanto perspectivas afro-diaspóricas e decoloniais acerca do campo da moda quanto diálogos com modativismo (Malaquias, Alencar, 2025; Lima, 2022).

São bem-vindas temáticas que abordem processos de subjetivação e Moda, perspectivas decoloniais nas práticas do ensino em moda, estudos sobre moda e cultura brasileira, modas afro-brasileiras, corpo, culturas e práticas afro-diaspóricas, estéticas afro-diaspóricas, modativismo, expressões têxteis na América Latina, imagem e comunicação de moda, e outras temáticas relacionadas.

Assim, por meio dos Feminismos Negros ao reconhecer a importância da posicionalidade e interseccionalidade na produção de conhecimento (Carneiro, 2023; Akotirene, 2020; Collins, 2019), o grupo de trabalho incentiva a reflexão e senso crítico em relação ao campo de moda ao considerar sobretudo a relevância das contribuições teóricas e práticas dos feminismos negros para discussões, aprofundamento, e ainda, novos e outros diálogos entre as pesquisas, possibilitando caminhos e reflexões entre moda, cultura e sociedade.

## **“EU SOU O QUE EU CONSTRUO E O QUE EU POSSO DESTRUIR”: AJULIACOSTA E A AMPLIAÇÃO DA NOÇÃO DE FEMINILIDADE NEGRA**

Giovana Giacometti Venâncio de Souza<sup>173</sup>

Este trabalho corresponde ao projeto de iniciação científica *“Eu sou o que eu construo e o que eu posso destruir”*: a rapper Ajuliacosta e seu papel na ampliação da noção de feminilidade negra, orientado pelo professor Alexandre Rodrigues de Souza da Universidade Federal do Paraná e com início previsto para setembro deste ano. Nesse sentido, esta pesquisa ainda está em fase inicial e tem como objetivo estudar a noção de feminilidade que se formou em torno da mulher negra no Brasil e suas possíveis desconstruções na contemporaneidade. A análise deste processo se desenvolve na História da Indumentária, tendo em vista o papel social da vestimenta na reprodução de um padrão hegemônico ou em sua ruptura. Assim, busca-se examinar manifestações contemporâneas que, através do vestuário, oferecem outras possibilidades de ser feminino para as mulheres negras e rompem com o padrão branco e europeu de feminilidade que opera no Brasil desde o período colonial. Sob esta perspectiva, optou-se por analisar a atuação da artista Ajuliacosta no movimento hip hop, que articula moda, estética e resistência em sua carreira dentro do rap.

A metodologia desta pesquisa é pautada em três etapas, sendo duas de contextualização e uma etapa final de análise da articulação entre moda e resistência pela rapper Ajuliacosta no movimento hip hop. Nos momentos iniciais, pretende-se contextualizar como as relações de raça e gênero se desenvolvem no Brasil desde o período escravocrata e, em seguida, compreender como a indumentária e a indústria da moda reproduzem estas problemáticas estruturais. Por fim, após este entendimento

---

<sup>173</sup>Discente do curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista do Programa de Educação Tutorial em História da Universidade Federal do Paraná (PET História UFPR). Participou, em 2023, do Projeto de Extensão História do Paraná Negro: Divulgação Científica e Produção Compartilhada, coordenado por Joseli Maria Nunes Mendonça e promovido pelo Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

sobre o padrão de beleza e vestuário construído em torno da mulher negra, volta-se o olhar para a rapper Ajuliacosta, que apresenta outros referenciais de beleza negra e feminilidade. Através da análise de suas vestimentas, marca de roupas e aparições em veículos midiáticos, (como revistas e produções audiovisuais), pretendemos identificar como esta artista utiliza a moda em seu discurso de valorização da mulher negra, proporcionando uma noção de feminilidade ampla, inclusiva e, acima de tudo, acessível para este grupo

Entre os referenciais teóricos a serem utilizados, destaca-se as obras *Tornar-se Negro*, de Neusa Santos Souza, e *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*, de Sueli Carneiro, que abordam o modo com que o racismo estrutural se desenvolve e opera no contexto brasileiro. A compreensão destes textos será orientada por um recorte de gênero, a fim de compreender a interseccionalidade entre questões raciais e a construção de certos estigmas em torno da mulher negra. Ademais, a pesquisa também é embasada na obra *A moda e seu papel social: Classe, Gênero e Identidade das Roupas*, de Diana Crane, que permite uma historicização do vestuário dentro do processo de restrição da feminilidade negra e das suas formas de expressão. Por conta destas leituras e todo o processo de contextualização e investigação das fontes se encontrarem em fase inicial, esta pesquisa ainda não apresenta resultados concretos ou passíveis de análise.

Contudo, já é possível identificar certos aspectos relevantes que marcam a relação entre mulheres negras, vestuário e noção de feminilidade. Nas análises da historiadora Giovana Xavier sobre a História Social da beleza negra, em que ela estuda o cenário estadunidense e traça paralelos com a sociedade brasileira, entende-se que a feminilidade negra foi construída em torno da ideia de fraqueza moral nestes dois espaços. Assim, características como boa graça, educação, beleza e inteligência estavam associadas à branquitude (Xavier, 2021), enquanto as mulheres negras precisaram se esforçar para se desvincularem da imagem de selvagens. Através da aparência, seja pelo uso de clareadores de pele, alisadores de cabelo ou vestuários recatados, estas mulheres buscaram reafirmar sua feminilidade e, com isso, conquistar um lugar respeitável dentro de contextos opressores (Xavier, 2021). É esta noção de feminilidade, construída pela supremacia branca, que permanece até hoje e que está sendo rompida aos poucos por meio de outras expressões estéticas.

**Palavras-chave:** Feminilidade negra. Moda, História da Indumentária. Raça. Gênero.

## REFERÊNCIAS

XAVIER, Giovana. **História Social da Beleza Negra**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

## O MODATIVISMO DAS CASAS BALLROOM EM FLORIANÓPOLIS/SC

Greg Malaquias<sup>174</sup>

O que pode uma cultura afro-diaspórica no sul do Brasil? Com uma cultura viva em Florianópolis desde meados de 2016, inspirada e alinhada aos códigos e signos da cultura *ballroom* - ou cultura de casas - nascida no bairro do Harlem, em Nova Iorque, EUA, é possível perceber o diálogo entre estética, moda, política e identidade que configuram as relações de parentesco performadas por meio das *houses/casas* - coletivos que são como lares simbólicos com sentidos de pertencimento, acolhimento e sobrevivência (Malaquias, 2025; Tucker, 2022; Bailey, 2013, 2011). Vale ressaltar que a cultura *ballroom* é uma movimentação de pessoas negras e LGBTQIAPN+ e possibilita a reunião destas subjetividades em eventos competitivos de celebração - *balls* - sobretudo em Florianópolis (Malaquias, 2025).

Se modativismo como perspectiva antirracista, feminista e decolonial de moda provoca reflexões que consideram práticas incorporadas e situadas de criação valorizando o legado imaterial e a potencialidade de transformação social e processos de criação de moda (Lima, 2022), encontramos sentidos de modativismo evocados neste contexto cultural ao considerar tanto as casas quanto as competições enquanto dispositivos dos sentidos de estética, moda, política e identidade em relação às subjetividades da cultura *ballroom* de Florianópolis, acionando processos de criação de corporeidades, estéticas e modas situados no cruzamento entre raça, classe, gênero e sexualidade, demonstrando formas de resistência a um sistema de moda alinhado a colonialidade (Malaquias, Alencar, 2025; Lima, 2022; Vilela, 2022).

---

<sup>174</sup> Discente do doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Antropologia Social pela UFSC e bacharela em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC (NEAB/UDESC), ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas da UFSC (NUER/UFSC) e à Rede de Estudos Decoloniais em Moda (REDeM). Integra o Coletivo de Antropólogas Afro-Indígenas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC (CAAIS/PPGAS/UFSC). Pesquisadora associada NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) - UDESC.

E como podemos falar do modativismo das casas *ballroom* na capital catarinense? Logo, desenho aqui uma tentativa de refletirmos o modativismo relacionado a cultura *ballroom* e as casas *ballroom*, mais especificamente em Florianópolis, abrangendo movimentações, experiências e estudos desde 2022. Neste sentido, as movimentações da cultura *ballroom* acontecem desde meados de 2016 em Florianópolis - a primeira casa *ballroom* do sul do Brasil nasce também na cidade - e vale mencionar que o modativismo extrapola ainda a participação e presença em *balls*, afinal, é importante considerar as realidades das existências; como nos vestimos, como dançamos, as maneiras que andamos, as poses, as falas e sonoridades, as expressões faciais, a vida cotidiana dão sentido ao modativismo na cultura *ballroom* e que podem ser identificadas em relação às casas *ballroom* em Florianópolis. Estéticas e modas que evocam formas de existência, de ser, estar e fazer mundos numa complexidade que inventa ainda pertencimento, identificação e identidade a pessoas negras, pessoas LGBTQIAPN+, grupos marginalizados, no contexto do sul do Brasil (Malaquias, 2025).

Finalmente, ao refletir a potencialidade das formas de modativismo relacionadas às casas *ballroom* em Florianópolis como formas reais de fazer moda, é possível compreender os sentidos das estéticas e modas relacionadas às casas e suas subjetividades enquanto formas de modativismo vigentes e em continuidade, em constante criação. Neste sentido, dialogando com as considerações acerca da invenção da cultura (Wagner, 2010), evitando limitar e homogeneizar as estéticas e modas das existências que criam e recriam a cultura *ballroom* na capital catarinense, podemos refletir como o contexto cultural mencionado continua a ser inventado, caminhando e se reinventando em Florianópolis na cultura *ballroom* por meio das subjetividades incorporadas na cultura, as casas, *balls*, relações de comunidade e parentesco.

**Palavras-chave:** *Ballroom*. Modativismo. Subjetividade.

## REFERÊNCIAS

BAILEY, Marlon M. **Butch queens up in pumps: gender, performance, and ballroom culture in Detroit.** Michigan: The University of Michigan Press. 2013.

BAILEY, Marlon M. Gender/racial realness: Theorizing the gender system in ballroom culture. **Feminist Studies**, v. 37, n. 2, 2011. p. 365-386.

LIMA, Caroline Barreto de. **Modativismo: práticas feministas e antirracistas em processos criativos decoloniais**. 2022. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

MALAQUIAS, Greg. **Diálogos entre bichas preta e cultura ballroom em Florianópolis com perspectivas de uma femme queen preta**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2025.

MALAQUIAS, Greg Alexandre; ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. Reflexões para uma moda em perspectivas afrodiáspórica e decolonial. **Modapalavra e-periódico**, Florianópolis, v. 18, n. 44, p. 233–284, 2025.

TUCKER, Ricky. **And the Category Is... Inside New York's Vogue, House, and Ballroom Community**. Boston: Beacon Press, 2022.

VILELA, Verdi Lazaro Alves. **Moda afro-brasileira e a arte de (re)existir: mapa de ativismo e aquilombamento no desenvolvimento de marcas antirracistas**. 239f.. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Design e Moda, Mestrado em Design de Vestuário e Moda, Florianópolis, 2022.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

## ESCREVIVÊNCIAS DE CRIAÇÃO DE MODA: REFLEXÕES AFETADAS PELA COLEÇÃO “CADÊNCIA DO SAMBA”

Greg Malaquias<sup>175</sup>  
Jutyara Mendes da Rosa<sup>176</sup>

Ao compreender a importância de refletirmos as problemáticas de um ensino de moda ainda muito monocultural (Rosa, 2022) e práticas de transformação social para um campo da moda situado e localizado, costuramos reflexões entre escrevivências (Evaristo, 2020) de mulheridades negras relacionadas a criação em moda e a coleção de moda “Cadência do Samba” desenvolvida por meio da escrevivência de Jutyara Mendes da Rosa para o Observatório de Culturas e Tendências Antecipadas (OCTA Fashion) apresentado no Museu da Escola Catarinense (MESC) em 2023. OCTA Fashion é uma atividade avaliativa do curso de bacharelado em Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) para apresentação das coleções de moda criadas por estudantes do curso, em fases finais.

A partir de perspectivas afro-diaspórica e decolonial, continuamos a tensionar o campo da moda e sua relação com dispositivos da colonialidade (Malaquias, Alencar, 2025), de modo que possamos reforçar práticas corporificadas e situadas nas pesquisas de moda, considerando a autoavaliação e autodefinição (Collins, 2019) como noções imprescindíveis para reposicionar os saberes e fazeres de mãos dadas a interseccionalidade, teórica e praticamente, como ação nesses processos de

---

<sup>175</sup> Discente do doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Antropologia Social pela UFSC e bacharela em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC (NEAB/UDESC), ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas da UFSC (NUER/UFSC) e à Rede de Estudos Decoloniais em Moda (REDeM). Integra o Coletivo de Antropólogas Afro-Indígenas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC (CAAIS/PPGAS/UFSC). Pesquisadora associada NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) - UDESC.

<sup>176</sup> Discente de graduação em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Ex-bolsista do Núcleo de Diversidades, Direitos Humanos e Ações Afirmativas do Centro de Arte, Design e Moda da UDESC. Cofundadora da Primeira Semana Acadêmica Negra e Indígena da UDESC (SAGRAI).

reposicionar e descolonizar as práticas de ensino em moda e de criação de moda, contribuindo para caminhos de modativismo (Lima, 2022). Neste sentido, vale a pena lembrar também das inspiradoras palavras de bell hooks ao sugerir que podemos teorizar a partir das memórias, enfatizando como que para nós, pessoas negras, teorizar a partir das memórias é uma prática de cura, prática que impulsiona o deslocamento das nossas subjetividades do local de objeto para se tornar sujeito (hooks, 2019) e situando nossos saberes (Kilomba, 2019).

Se “experiências históricas coletivas com a opressão podem motivar a formação de um ponto de vista autodefinido que, por sua vez, promova o ativismo” (Collins, 2019, p. 75), afirmo que escrevivências materializadas são fruto de tal reflexão, de modo que enquanto pessoas pretas, compartilhamos experiências, ainda que de modos diferentes e tomo como resistência, como ativismo a afirmação de nossas criações. O que falar dos sentidos entre uma coleção de moda idealizada por meio de uma escrevivência? Ressaltamos aqui a materialização da escrevivência de Jutyara em Cadência do Samba - com suas lembranças, deslocamentos, ancestralidade, cores, texturas, as noites de samba, a pesquisa e a criação em moda - que floresce em mesmo sentido, de resistência e saberes afirmativos de grande contribuição para refletirmos moda, colonialidade, modativismo, o ensino em moda e práticas interseccionais de criação e pesquisa em moda.

**Palavras-chave:** Moda. Escrevivência. Interseccionalidade. Modativismo.

## REFERÊNCIAS

**CADÊNCIA DO SAMBA.** Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/184277223/Cadencia-do-Samba>. Acesso em: 01 fev. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019[2000].

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Caroline Barreto de. **Modativismo**: práticas feministas e antirracistas em processos criativos decoloniais. 2022. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

MALAUQUIAS, Greg Alexandre; ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. Reflexões para uma moda em perspectivas afrodiaspórica e decolonial. **Modapalavra e-periódico**, Florianópolis, v. 18, n. 44, p. 233–284, 2025.

ROSA, Jutyara Mendes da. **Os ventos do norte não movem moinhos**: memórias pretas em formação, sujeitos invisíveis e o ensino de moda brasileiro. 2023. 1 recurso on-line (25 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Design e Moda, Curso de Moda, Florianópolis, 2023.

## **MODA NEGRA, IDENTIDADES E AFROEMPREENDEDORISMO FEMININO: REFLEXÕES A PARTIR DO COLETIVO BRECHÓ DAS PRETA EM CURITIBA**

Suelen Karini Almeida de Matos<sup>177</sup>

O presente resumo tem como objetivo apresentar algumas reflexões desenvolvidas no âmbito da minha pesquisa de doutorado em Antropologia, atualmente em construção. A partir da experiência do Coletivo Brechó das Preta, que possui uma loja localizada no centro histórico da cidade de Curitiba, busco discutir, entre as múltiplas camadas de vida e trabalho que o coletivo representa, alguns apontamentos sobre a atuação das sócias no campo da moda negra local. Nesse texto, o foco será nos aspectos da produção da moda, identidades negras e do afroempreendedorismo feminino, à luz do feminismo negro.

Desde março de 2023, tenho acompanhado a rotina de trabalho do coletivo, realizando observação participante na loja, bem como acompanhando as integrantes em atividades de garimpo e produção de figurino. O Coletivo Brechó das Preta surgiu em 2019, quando algumas mulheres negras que mantinham brechós online decidiram se unir e ocupar a Rua São Francisco, expondo suas peças aos sábados. Após alguns meses de atuação, optaram por alugar um espaço físico, que, em 2020, passou a funcionar também como um espaço de economia colaborativa para outros empreendedores negros.

A autora Maria Angélica dos Santos (2019), em seu livro *O Lado Negro do Empreendedorismo: afroempreendedorismo e movimento black money*, destaca, a partir de suas pesquisas e vivências, como o ato de empreender entre a população negra

---

<sup>177</sup> Discente do doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Africanidades e Cultura Afro-Brasileira pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Graduada em Design de Moda pela Universidade Positivo (Positivo). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

tem, entre seus fundamentos, a construção de uma sensação de pertencimento — tanto para quem empreende quanto para quem frequenta e consome o espaço/serviços. A autora denomina isso de "unidade racial", na qual se "(...) conforma um movimento político, de soerguimento racial e de rompimento com práticas coloniais" (Santos, 2019, p. 40). Assim, o afroempreendedorismo feminino atua não apenas como uma forma de trabalho, mas também como resistência, contribuindo para que a mulher negra rompa com o lugar social historicamente imposto da empregada doméstica, que "(...) internaliza a subordinação e a inferioridade (...)" (González, 1982, p. 98).

O pertencimento também se manifesta como um processo coletivo de identificação. Compreender a construção da negritude passa, igualmente, por estar inserida em um coletivo. A identificação começa pelo nome — uma escolha intencional das sócias — e se estende aos aspectos estéticos da loja: o acolhimento feito por mulheres negras, a decoração com elementos visuais que remetem às culturas negras do Brasil, dos Estados Unidos e da África, e até mesmo à materialidade das peças. Observa-se, assim, como o coletivo produz e reproduz formas distintas de negritude, influenciando seus consumidores e rompendo com o senso comum da universalização do ser negro por meio da moda.

Nesse sentido, "(...) a moda atua como ferramenta para a reformulação dos discursos (...)" (De Maria; Souza, 2024, p. 89), tornando-se um instrumento importante no processo de desconstrução de estereótipos sobre o que é ser negro. Ela também contribui para os processos de identificação e construção de identidades negras, tanto no nível individual quanto coletivo, de modo que "(...) ultrapassa a aparência e fundamenta valores culturais que culminam em unificação para grupos" (De Maria; Souza, 2024, p. 90). Ao falarmos de moda, falamos também de corpos — corpos atravessados por diferentes marcadores sociais que determinam os lugares que ocupam no mundo e, por consequência, moldam as formas como experienciam a vida (Akotirene, 2019).

Dessa forma, a partir do trabalho cotidiano do coletivo na loja e nas produções de moda para artistas locais, as sócias materializam lutas políticas por existência negra e constroem identidades fundamentais para a população negra curitibana. A moda, nesse contexto, torna-se uma ferramenta de trabalho articulada às categorias de afroempreendedorismo e brechó, tanto para quem a produz quanto para quem a

consume, estabelecendo uma relação de troca e afetividade negras. Essa prática pode ser compreendida e legitimada como um dos pilares de uma utopia quilombista (Nascimento, 2019), que se produz não apenas em Curitiba, mas em diversos territórios ocupados por pessoas negras na diáspora.

**Palavras-chave:** Moda negra. Afroempreendedorismo. Feminismo negro. Identidade. Pertencimento.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. Sueli Carneiro: Polén. 2019.

DE MARIA. Redaviqui Davilli; SOUZA. Taísse Marcos de. Moda Afro: Corpos Políticos e Feminismo Negro no Brasil. **Revista Nava**. Juiz de Fora, v. 9, nº 2, 2024.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômico. In: LUZ. Madel T. (org.). **O Lugar da Mulher**. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1982. P.87-104.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

SANTOS. Maria Angélica dos. **O Lado Negro do Empreendedorismos: afroempreendedorismo em movimento *black money***. Belo Horizonte. Editora Letramento. 2019.

# **EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS E MATERIAIS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS**

**Coordenação:  
Maysa Ferreira da Silva**

## PRÓLOGO

Esta proposta visa à criação de um espaço de reflexão crítica, ancorado na perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais, com o objetivo de analisar o tratamento conferido à história, à cultura e aos saberes dos povos negros e indígenas nos Livros Didáticos, Paradidáticos, Livros de Leitura e demais Materiais Didáticos utilizados na educação básica e no ensino superior. Considerando que esses materiais são portadores do estatuto de conhecimento e exercem papel central na formação acadêmica dos estudantes, é imprescindível que apresentem compromisso com a equidade, representando de forma justa e plural os diversos grupos sociais.

A invisibilização, a estereotipação ou a abordagem superficial de determinadas culturas e histórias reforça desigualdades e compromete a construção de uma educação antirracista e inclusiva. O espaço proposto pretende promover o debate e fomentar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial como um princípio educativo. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que busca não apenas identificar lacunas nos materiais didáticos, mas também contribuir para a produção de saberes comprometidos com a justiça social, a representatividade e a superação do racismo estrutural nas instituições educacionais. Os referenciais teóricos utilizados são baseados nos estudos contemporâneos relativos à Educação para as Relações

## MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: OUTRAS HISTÓRIAS IMPORTAM

Rafaela Neves Meireles<sup>178</sup>

Ana Lúcia da Silva<sup>179</sup>

Com base nos aportes teóricos da Nova História Política (Rémond, 2003), das epistemologias do sul global, especificamente das epistemologias negras e da Educação antirracista, considerando as Leis n. 10.639/2003 e 11.465/2008, ao dialogar com a historiografia, nesse trabalho objetiva-se apresentar os resultados parciais da pesquisa: “O MNU e as relações étnico-raciais na Ditadura civil-militar (1964-1985) e nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (PNLD 2020)”, mestrado acadêmico em Educação (PPGE-UNIFAL/MG), linha de pesquisa: “Educação e sociedade: sujeitos, ideias e política”.

Na luta contra à repressão militar, também estiveram presentes o movimento negro e indígena. Estes denunciaram desigualdades sociais e raciais, e questionaram o aparato repressivo dos anos de chumbo, a partir de suas atuações rumo às mudanças almeçadas na sociedade brasileira. (Gomes,2024) ainda pondera que o campo escolar é o espaço com mais abrangência da colonialidade. As narrativas coloniais ainda estão presentes em alguns materiais didáticos e práticas docentes no processo de ensino-aprendizagem, reverberando na formação de estudantes.

---

<sup>178</sup> Discente de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), na linha de pesquisa “Educação e sociedade: sujeitos, ideias e políticas”, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Ifsuldeminas). Especialista em Gestão Educacional com habilitação em orientação, supervisão e inspeção escolar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni). Graduada em História pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Graduanda em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Ifsuldeminas).

<sup>179</sup> Professora Adjunta efetiva da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), campus de Alfenas, Minas Gerais. Doutora em História, linha de pesquisa "História Política", pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM). Doutora em Educação, linha de pesquisa "Ensino, aprendizagem e formação de professores", pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Idealizadora e coordenadora do projeto de extensão “Consciência negra o ano todo, de janeiro a janeiro – 2ª Edição 2025”, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Alfenas (Proec/Unifal-MG).

Dessa forma, é relevante a análise da atuação dos (as) ativistas do MNU e sua representação na coleção didática de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - PNLD/2020, distribuída aos (as) estudantes do Novo Ensino Médio de uma escola de Educação Básica da rede estadual de ensino do município de Alfenas, Sul de Minas Gerais. Mesmo após a aprovação da Lei n. 10.639/2003, ainda notamos os interesses políticos e econômicos de grupos sociais que disputam quais conteúdos serão incluídos e/ou excluídos dos currículos escolares e dos materiais didáticos como o livro didático, impactando no processo de ensino-aprendizagem e de formação humana.

A pesquisa ancora-se nos aportes teóricos de pesquisadores (as) negros (as) e estudiosos da História Política brasileira, notadamente da Ditadura civil-militar instaurada em nosso país após o golpe de Estado de 31 de março de 1964. Propõe-se analisar como o movimento negro educador, primordialmente o protagonismo e o ativismo de negros (as) do MNU foram apresentados nas produções didáticas destinadas aos (as) estudantes do Novo Ensino Médio. Como fundamento teórico-metodológico usa-se o estudo do pesquisador jamaicano (Stuart Hall, 2016) apresentado na publicação *Cultura e Representação*.

A metodologia pauta-se em uma pesquisa documental, no qual serão analisados os seis volumes de livros didáticos da Coleção “Identidade em Ação” (2020). A pesquisa está em andamento, até o momento foram analisados os volumes I e II dessa coleção. Para o estudo, foi elaborada uma tabela. Cada volume de livro didático foi e é folheado, para o mapeamento de capítulos de livros que tratam sobre o movimento negro na Ditadura civil-militar, fazendo-se a leitura e a análise dos conteúdos que se referem ao MNU.

No desenvolvimento da pesquisa constata-se que mesmo após a aprovação da Lei n.10.639/2003, há uma mudança quanto a forma de abordagem do negro nos materiais didáticos. Porém, têm lacunas para a compreensão do protagonismo negro na luta pela liberdade e cidadania, ou seja, a presença da população negra em diferentes contextos da História nacional.

Assim, entende-se que ainda é necessário a descolonização dos currículos na Educação Básica e no Ensino Superior, para que a formação inicial e continuada dê visibilidade às produções, aos conhecimentos e saberes da intelectualidade negra decolonial brasileira, a fim de combater o racismo estrutural e cotidiano, as

desigualdades sociais raciais e de gênero, compreendendo a realidade do povo negro e das mulheres negras em nosso país.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar. Movimento Negro Unificado. Livros Didáticos. Educação antirracista. Currículo.

## REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson.

GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 223 - 246. (Coleção Cultura Negra e Identidade)

BRAUNS, Ennio. SANTOS, Gevanilda. OLIVEIRA, José Adão de (ogs.). **Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas**. São Paulo: Edições SESC; Fundação Perseu Abramo, 2023.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.